



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINÉIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP. 39401-071  
CNPJ 21.505.692/0001 08

**PROCESSO LICITATÓRIO N: 043/2020**

**MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N: 008/2020**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLICLICENSE - GPL), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO - SPB ([WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR](http://WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR)) PARA UTILIZAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMAMS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NECESSIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.**

**DIVISÃO DE LICITAÇÕES**



## REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Oficial: Dra. Audrey Caldeira do Carmo  
Rua Gonçalves Figueira, 134, fone (38) 3221-8314, CEP: 39.400.006  
Montes Claros-MG.  
E-mail: cartório.tdpjmc@hotmail.com

### CERTIDÃO

TATIANE APARECIDA SILVEIRA, Escrevente Substituta do Cartório de Registro de Títulos e Documentos e cumulativamente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, da Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e na forma da lei, etc...

Certifica que Edmárcio Moura Leal solicitou para registro a Ata do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - CIMAMS registrada sob o nº. 63.514, no livro C-36, protocolada sob o nº. 133.104, livro A-13 em 04 de fevereiro de 2020. O referido é verdade. Dou Fé.

Montes Claros, 04 de fevereiro de 2020.

Escrevente Substituta-

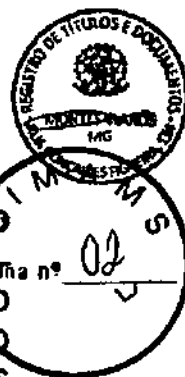


REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS		
Rua Gonçalves Figueira, 134 - Centro - Montes Claros - MG		
Fone: (38) 3221-8314 - E-mail: cartorio.tdpjmc@hotmail.com		
Oficial: Audrey Caldeira do Carmo		
Escritório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Montes Claros		
SELO Nº	DLP68895	
COD. SEG.	5044460333058548	
QTD ATOS:	1	ATOS(S) PRATICADO(S) POR:
Enol.	R\$ 19,44	Recomp: R\$ 1,10
TFJ:	R\$ 6,87	TOTAL: R\$ 27,23
ISSQN: R\$ 0,92		
Consulte a validade deste selo em <a href="https://selos.tjmg.jus.br">https://selos.tjmg.jus.br</a>		



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE  
Rua Tupiniquim, Nº 480 - Bairro Moço  
Montes Claros - MG - CEP. 38401-071  
CNPJ: 21.306.992/0001-08



**ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE CIMAMS NO DIA 12/12/2019, NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG, COM O OBJETIVO DE APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CIMAMS ANO 2019; APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO E DO VALOR DO RATEIO DO CIMAMS PARA O ANO DE 2020; LEVANTAMENTO DE DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS PARA ATUAÇÃO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES DO CIMAMS NO ANO DE 2020, APROVAÇÃO DE REAJUSTE SALARIAL DOS SERVIDORES DO CIMAMS E ASSUNTOS GERAIS.**

Aos 12 (doze) dias do mês de dezembro de 2019, os prefeitos dos municípios consorciados ao CIMAMS, reuniram-se para uma ASSEMBLEIA ORDINÁRIA, no auditório do ESuites – Avenida Governador Magalhães Pinto – Bairro Jaraguá - Montes Claros-MG, em primeira convocação às 10h00min. O Presidente do CIMAMS, Sr. Edmárcio Moura leal, abriu a reunião agradecendo a presença dos prefeitos e secretários presentes. Após agradecimentos o presidente falou sobre as conquistas e serviços prestados pelo CIMAMS aos municípios consorciados. Ressaltou a importância do cooperativismo para o engrandecimento e promoção das ações da gestão pública em nossa região. O Secretário executivo Luiz Lôbo fez agradecimentos aos prefeitos e ao presidente do consórcio pela confiança no trabalho da equipe. Falou sobre a necessidade de mais momentos de discussão entre os gestores públicos, objetivando o compartilhamento de ideias e dificuldades regionais. Após fala do secretário, a palavra foi repassada ao Assessor Jurídico do CIMAMS Dr. Danilo Oliveira que iniciou sua fala ressaltando a importância da transparência e eficiência nas ações executadas pelo consórcio no ano de 2019. Procedeu-se então a Prestação de Contas. Danilo apresentou relatório circunstanciado de receitas e despesas mensais do consórcio, chamando atenção para as despesas administrativas, de infraestrutura, manutenção, impostos, encargos tributários e folha de pagamento. Explanou sobre a necessidade de pagamento dos encargos dos servidores do consórcio que são contratados pelo regime celetista visto ser imperativo da Lei 11.107/2005 que trata sobre a estrutura dos consórcios públicos no Brasil. Após apresentação de relatório, informou aos municípios que o CIMAMS cumpriu fielmente o orçamento previsto para o exercício financeiro 2019, estando adimplente com todas as suas obrigações. O assessor jurídico informou ainda que, a prestação de contas foi devidamente apresentada ao Conselho Fiscal da instituição. Sendo a prestação de contas aprovada por todos os prefeitos presentes. Após a apresentação da prestação de contas o contador Fabiano Afonso apresentou aos prefeitos presentes o orçamento do consórcio para o ano 2.020, sendo aprovado o valor de R\$ 10.470.400,00 incluindo

10  
RTDMC

1º Registro de Títulos e Documentos  
123104 n-12

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 480 - Bairro Moim  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.205.692/0001-08



contratos de rateio, programas, transferências governamentais federais, estaduais, e municipais, e contratos de prestação de serviços. Fabiano Afonso ressaltou a necessidade de aumento do valor de rateio estabelecido desde o ano de 2017 sem reajuste, passando a proposta de aprovação de rateio de R\$ 1.450,00 (um mil quatrocentos e cinquenta reais) para R\$ 1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais) no exercício financeiro 2.020, o contador informou aos prefeitos que diante da grande quantidade de serviços prestados pelo consórcio, o reajuste seria inevitável, diante das despesas, e da necessidade de reajuste salarial dos servidores e prestadores de serviços que desde 2017 não tiveram nenhuma correção. Após explanação os prefeitos presentes aprovaram por unanimidade o reajuste mensal do valor de rateio em R\$ 1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais) para o ano de 2.020, aprovaram também a possibilidade de reajuste dos salários dos servidores e prestadores de serviços, conforme possibilidade financeira da instituição e dentro dos limites legais, ficando ainda aprovado o orçamento conforme apresentado. (Consta em anexo minuta do orçamento aprovado como integrante desta ata). Após aprovação das contas e orçamento, o secretário Luiz Lôbo propôs aos prefeitos e secretários presentes uma discussão acerca das principais demandas dos municípios no tocante as licitações e serviços. Ana Pereira Neta – Prefeita do Município de Botumirim ressaltou a necessidade do consórcio promover uma licitação para a contratação de serviço de assessoria em regularização fundiária, e reforma de prédios públicos, sendo sua sugestão acatada por todos os presentes. Valmir Moraes prefeito do município de Patis, falou da necessidade de licitação para contratação de serviço de manutenção e iluminação pública e extensão de redes, visto ser uma demanda de todos os municípios da nossa região, sendo também apoiado por todos os presentes. Carlos Isaildon, prefeito de Janaúba, falou sobre a importância deste levantamento de demandas, ressaltando a necessidade de utilização do consórcio como ferramenta de economia de escala e escopo e garantida jurídica das relações estabelecidas através dos processos licitatórios. Após discussão entre todos os presentes foi definido pelos prefeitos que no ano de 2020 o consórcio deverá promover para os seus consorciados licitações nas seguintes áreas: Construção de Unidades Modulares Escolar, composta de Móveis e Equipamentos; Aquisição de Brinquedos Didáticos; Aquisição de Uniformes Escolar; Aquisição e Instalação de Luminárias Leds para Iluminação Pública; Manutenção de Iluminação pública; Contratação de Empresa para Modernização e Eficientização com Tecnologia LED, do Parque de Iluminação Pública dos Municípios Consorciados; Serviços de Expansão de Redes Elétricas; Aquisição de Lixeiras; Aquisição de Móveis Escolares e de Escritório; Coleta de Resíduos Sólidos;

10  
TDMC

DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS

Registro de Títulos e Documentos

11

2

12

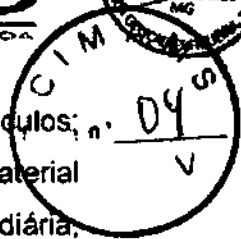




# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUPLENTE

Rua Tupiniquina, Nº 480 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Aquisição de Peças e Serviços de Instalação e Manutenção de Máquinas e Veículos; Transporte Escolar; Locação de Veículos e Maquinas Pesadas; Aquisição de Material Médico Hospitalar; Aquisição de Medicamentos; Serviço de regularização fundiária; Serviço médicos de média complexidade ambulatorial, Software para gestão de saúde educação com prontuário eletrônico; Aquisição de Veículos; Aquisição de computadores e equipamentos de informática; Aquisição de Motocicletas, Contratação de Planos de Saúde, Funeral e Odontológico para os Servidores Municipais, Sistema Integrado de Elaboração de Editais e Termos de Referência, contratação de empresa para prestar serviços de dedetização, desintetização, desratização, nas áreas internas e externas dos prédios públicos dos municípios, Contratação de Empresa para Levantamento de Informações Patrimoniais dos Pontos de Consumidores de Energia Elétrica dos municípios, Fornecimento de Sistema de Gestão e Controle de Serviços Públicos, Incluindo Sistema Web Aplicativos, Digitalização de documentos; Cartão de abastecimento de frota,. Ficando acordado entre os prefeitos que demandas comuns entre os municípios, que surjam durante o ano, deverão ser tratadas conjuntamente pelo CIMAMS para que possam viabilizar processos licitatórios que promovam compras e serviços com menor preço e maior qualidade. Passada a palavra ao Presidente Edmárcio Moura Leal, informou aos prefeitos a nova conquista do CIMAMS que conseguiu junto ao Ministério do Turismo aproximadamente R\$ 3.000.000.00,00 (três milhões de reais) para construção da Sede do CIMAMS que abrigará o maior Centro de Convenções do Norte de Minas Gerais. Além disso o presidente informou aos colegas que o município de Montes Claros fez doação de um terreno para esta construção no Bairro Ibituruna na cidade de Montes Claros. Por fim o presidente agradeceu a equipe do CIMAMS representada pelo Secretário, Executivo Luiz Lôbo, ressaltando a competência e doação de cada um, para cada uma das conquistas celebradas pelo CIMAMS. Após toda a pauta ser analisada e votada, o Presidente Edmárcio Moura Leal encerrou a sessão lavrando a presente ata e, resolveu constar, que é parte integrante desta ata a lista de presença, pois, ratifica e substitui as assinaturas dos prefeitos presentes nesta Assembleia Ordinária.

Montes Claros, 12 de dezembro de 2019.

**Edmárcio Moura Leal**

Presidente do CIMAMS

**Luiz Wanderley dos Santos Lôbo**

Secretário Executivo do CIMAMS



DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

133104A-13

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**  
 Oficiala Dra. Audrey Caldeira do Carmo  
 Rua Gonçalves Figueira - 144-A - Centro  
 Montes Claros - Minas Gerais

Apresentado hoje, protocolado sob o no. **133109**  
 e registrado sob o no. **63519**

do livro **A13**  
 do livro **C35**

Montes Claros, 04-fev-20  
 Oficiala.

Emolun.: 279,31 Tx. fisc. 84,04 Tol.: 363,35

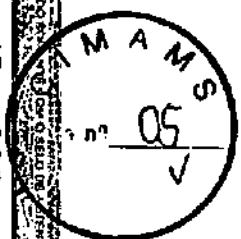
**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**  
 Rua Gonçalves Figueira, 144 - Centro - Montes Claros - MG  
 Oficiala

**PROCURADORIA JUDICIÁRIA - TJMG / CORREGEDORIA GERAL DE**  
 Cartório de Registro de Títulos e Documentos e  
 Civil das Pessoas Jurídicas de Montes Claros

SELO Nº **DLP68896**  
 COD. SEC.: **10666498142655828**  
 OTDE ATOS: 6  
 ATOS(ES) PRATICADO(S) POR:

Recorre: R\$ 4,21 ISSOM: R\$ 3,53  
 TOTAL: R\$ 97,53  
 TRF: R\$ 19,43  
 Encl.: R\$ 74,57

Consulte a validade deste selo em <https://selos.tjmg.jus.br>



*Handwritten mark resembling a stylized 'M' or 'W'.*

*Handwritten mark resembling a stylized 'e' or 'c'.*

*Handwritten signature or mark.*



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.602/0001-08



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PREFEITOS DO CIMAMS

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - CIMAMS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Protocolo de Intenções e Estatuto Social, convoca os senhores membros consorciados que estejam em dias com suas obrigações consorciais, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 12 de dezembro de 2019, no auditório do Hotel ESuites, localizado na Avenida Governador Magalhães Pinto, nº. 4541, Bairro Jaraguá, Montes Claros-MG, CEP. 39.404-166, às 10h00min (dez horas) em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) e às 10h30min (dez horas e trinta minutos) em segunda convocação com os presentes no local, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Pauta do dia:

1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO 2019;
2. APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020;
3. APROVAÇÃO DO VALOR DE RATEIO PARA O ANO DE 2020;
4. LEVANTAMENTO DE DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS PARA ATUAÇÃO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES DO CIMAMS NO ANO DE 2020;
5. APROVAÇÃO DE AUMENTO SALARIAL DOS SERVIDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS;
6. DO CIMAMS E ASSUNTOS GERAIS.

Montes Claros, 18 de novembro de 2019.

Luiz Wanderley dos Santos Lobo  
Secretário Executivo - CIMAMS

Luiz Wanderley dos Santos Lobo

Secretário Executivo do CIMAMS



1º Registro de Títulos e Documentos  
DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

133.104-A-13

ANEXO NO MURAL  
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira  
Sudene - CIMAMS

Em: 18/11/2019



O edital consta no site: [www.cimams.com.br](http://www.cimams.com.br)

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**  
 Oficialia Dra. Audrey Caldeira do Carmo  
 Rua Gonçalves Figueira - 144 - A - Centro  
 Montes Claros - Minas Gerais

Protocolado sob o no. 133104 do livro 413  
 A primeira via foi arquivada em 04/02/2020 Con-  
 63514  
 C30 - data de 04/02/2020  
 Oficialia. R\$23,48

Emolun: R\$17,92 Tx.Fisc: R\$5,56 Trel: R\$23,48

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**  
 Rua Gonçalves Figueira 144 - Centro - Montes Claros - MG  
 Oficialia: Audrey Caldeira do Carmo

PODER JUDICIÁRIO - TJMG / CORREGEDORIA GERAL DE  
 Registro de Registro de Títulos e Documentos e  
 Clavil das Pessoas Jurídicas de Montes Claros

SELO Nº 01P68982  
 COD. SEC.: 1848461824514791  
 QDDE ATOS: 3 ATOS(5) PRATICADOS POR:

Emol.: R\$ 29,95 Recomp.: R\$12,69 JSSOM: R\$ 3,42  
 TFC: R\$ 9,31 TOTAL: R\$ 49,68  
 Consulte a validade deste selo em <https://selos.tjmg.jus.br>

CIMA  
 09  
 Folha nº



H

Q

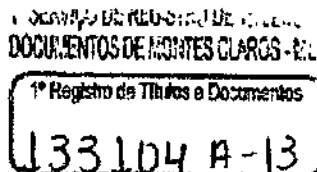
Handwritten signature



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE MONTES CLAROS - RJ

Rua Tupac Katari, nº 480 - Bairro São  
Montes Claros - MG - CEP: 38401-071  
CNPJ: 11.905.082/0001-96



## LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CIMAMS

**REUNIÃO ORDINÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019; APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020; APROVAÇÃO DO VALOR DE RATEIO PARA O ANO DE 2020; LEVANTAMENTO DE DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS PARA ATUAÇÃO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES DO CIMAMS NO ANO DE 2020, APROVAÇÃO DE AUMENTO SALARIAL DOS SERVIDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS DO CIMAMS E ASSUNTOS GERAIS.**

Data: 12 de Dezembro às 10h00min

Local: Auditório do Hotel ESuítas-Av. Gov. Magalhães Pinto, 4541 - Jaraguá, Montes Claros - MG, 39404-166.

MUNICÍPIOS	PREFEITOS	ASSISTENTES
ÁGUAS VERMELHAS	VALDECY JOSÉ DE SOUZA	
AUGUSTO DE LIMA	JOÃO CARLOS BATISTA BORGES	
BERIZAL	JOÃO CARLOS LUCAS LOPES	



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIPINALITÁRIO DA  
ÁREA MINÉIRA DA SUDENE

Rua Tupac Katari, Nº 480 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 35401-071  
CNPJ: 21.505.662/0001-08



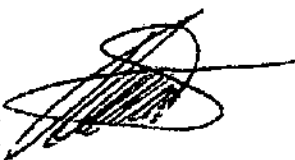
1/2  
RTDMC

DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

133104A-13



BOCAIUVA	MARISA DE SOUZA ALVES	
BONITO DE MINAS	JOSÉ PEDRO PIRES DA ROCHA	
BOTUMIRIM	ANA PEREIRA NETA	
BRÁSILIA DE MINAS	GEELISON FERREIRA SILVA	
BUENOPÓLIS	CÉLIO SANTANA	
BURITIZEIRO	JORGE HUMBERTO RODRIGUES	
CAMPO AZUL	OSÉAS ALMEIDA JUNIOR	
CAPITÃO ENÉAS	PETRONIO MINEIRO DE SOUZA	
CATUTI	JOSÉ BARBOSA FILHO	









# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

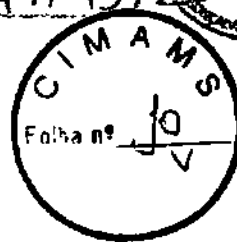
Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 35401-071  
CNPJ: 21.525.642/0001-08

1º  
RTDMC

DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

133.104 A-13



CHAPADA GAUCHA	JAIR MONTAGNER	
CLARO DOS POCOES	NORBERTO MARCELINO DE OLIVEIRA NETO	
● ÔNEGO MARINHO	AGIDÉ ALVES SANTANA	
CORACAO DE JESUS	ROBSON ADALBERTO MOTA DIAS	
CRISTÁLIA	EDSON SANTOS ALBUQUERQUE	
CURRAL DE DENTRO	SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS	
● ENGENHEIRO NAVARRO	JOÃO GERALDO DIAS GÉ	
ESPINOSA	MILTON BARBOSA LIMA	
FRANCISCO DUMONT	EDUARDO RABELO FONSECA	
FRANCISCO SÁ	MARIO OSVALDO RODRIGUES CASASANTA	
FRUTA DE LEITE	MARCLENIO FERRAZ DA ROCHA	

*[Handwritten signature]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIPINTEGRITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENC

Rua Tupacú, Nº 480 - Bairro Mato  
Montes Claros - MG - CEP: 39.001-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - P  
1º Registro de Títulos e Documentos  
133.104.A-13



<b>GAMELEIRAS</b>	<b>GILMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA</b>	
<b>GLAUCILANDIA</b>	<b>GERALDO MARTINS FREITAS</b>	<i>Dieta</i>
<b>GRÃO MOGOL</b>	<b>HAMILTON GONCALVES NASCIMENTO</b>	<i>[Signature]</i>
<b>GUARACIAMA</b>	<b>RAFAEL DIAS VELOSO</b>	
<b>IBIAI</b>	<b>LARRAVARDIERI E BATISTA CORDEIRO LARA</b>	
<b>IBIRACATU</b>	<b>ARLIS SOARES COUTINHO</b>	
<b>ICARAI DE MINAS</b>	<b>JAMES VELOSO ALMEIDA</b>	
<b>INDAIABIRA</b>	<b>JOSÉ SIVIRINO SILVA</b>	
<b>ITACAMBIRA</b>	<b>JOÃO MANOEL RIBEIRO</b>	
<b>ITACARAMBI</b>	<b>NIVIA MARIA DE OLIVEIRA</b>	
<b>JAIBA</b>	<b>REGINALDO ANTONIO DA SILVA</b>	<i>[Signature]</i>

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*





# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIPERMANENTE DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 480 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 35401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08

10  
UDMC

1. DEPARTAMENTO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

133104A-13



JANAUBA	CARLOS ISAILDON	<i>[Handwritten signature]</i>
JANUARIA	MARCELO FELIX ALVES DE ARAÚJO	
JAPONVAR	LEONARDO DURÃES ALMEIDA LÉO	
JEQUITAI	JOAQUIM ISIDORO DE OLIVEIRA	
JOAQUIM FELICIO	ELIANA COLEN PIMENTA ABUABARA	<i>Elisane Colen Pimenta Abuabara</i>
JOSENOPOLIS	PAULA ANDRADE VIANA ALCANTARA	
JURAMENTO	WENDEL PEREIRA SOUZA	
JUVENILIA	ROMULO MARINHO CARNEIRO	
LAGOA DOS PATOS	JOSÉ RAUL REIS	
LASSANCE	PAULO ELIAS RODRIGUES	
LONTRA	DERNIRVAL MENDES DOS REIS	

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

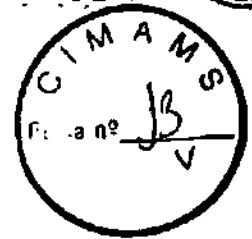
Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 38401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08

1/20  
TDMC

1. QUANTIDADE DE DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS -

1º Registro de Títulos e Documentos

133.104 A-13



LUISLANDIA	EDSON RODRIGUES SUZARTE JÚNIOR	
MAMONAS	IDALINO CELESTINO DE CARVALHO	
MANGA	JOAQUIM OLIVEIRA SÁ FILHO	
MATIAS CARDOSO	EDMARCIO MOURA LEAL	
MATO VERDE	OSCAR LISANDRO TEIXEIRA	
MIRABELA	LUCIANO RABELO VELOSO	
MIRAVANIA	RAIMUNDO NONATO PEREIRA LUNA	
MONTALVANIA	JOSÉ FLORISVAL DE ORNELAS	
MONTE AZUL	ALEXANDRE AUGUSTO FERNANDES DE OLIVEIRA	
MONTES CLAROS	HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO	
MONTEZUMA	FABIANO COSTA SOARES	



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiúguas, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08

1/10  
UDMC

DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS

1º Registro no Títulos e Documentos

133.104 A-13



NINHEIRA	GILMAR MENDES FERRAZ	
NOVA PORTEIRINHA	JOÉLIA SANTOS BARBOSA	<i>Joélia Santos Barbosa</i>
NOVORIZONTE	ARLEY COSTA MENDES	<i>Arley Costa Mendes</i>
OLHOS DAGUA	RONE DOUGLAS DIAS	
PADRE CARVALHO	JOSÉ NILSON BISPO DE SÁ	
PAI PEDRO	EIJÁCIO SOLEDADE RODRIGUES	
PATIS	VALMIR MORAIS DE SÁ	<i>Valmir Moraes de Sá</i>
PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	SEBASTIÃO CARLOS CHAVES DE MEDEIROS	
PINTOPOLIS	EDILEIDE LOPES SANTOS	
PIRAPORA	MARCELLA MACHADO R. FONSECA	
PONTO CHIQUE	JOSÉ GERALDO ALVES DE ALMEIDA	
PORTEIRINHA	SILVANEI BATISTA SANTOS	

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

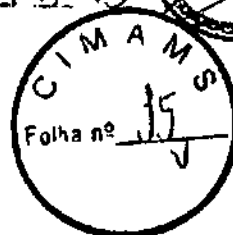
Rua Tupiniquins, Nº 480 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08

1/10  
TDMC  
(2)

DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS

1º Registro de Títulos e Documentos

133.104 A-13



RIACHO DOS MACHADOS	ELTON MARQUES DE ALMEIDA	
RIO PARDO DE MINAS	MARCUS VINICIUS DE ALMEIDA RAMOS	
RUBELITA	OSVAN OTAVIO DAVID MIRANDA	
SALINAS	JOSÉ ANTONIO PRATES	
SANTA CRUZ DE SALINAS	ALINE TEIXEIRA	<i>Aline Teixeira</i>
SANTA FE DE MINAS	EDSON APARECIDO FREIRE DOS SANTOS	
SANTO ANTONIO DO RETIRO	AILSON FABIANO RIBEIRO	
SÃO FRANCISCO	EVANILSON APARECIDO CARNEIRO	
SÃO JOAO DA LAGOA	CARLOS ALBERTO MOTA DIAS	
SÃO JOAO DA PONTE	DANILO WAGNER VELOSO	
SÃO JOAO DAS MISSOES	JOSÉ NUNES DE OLIVEIRA	



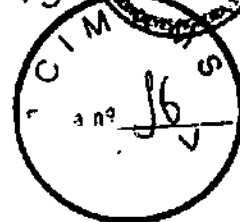
# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL AMPLI TUPINALITARIO DA  
AREA ANHEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 480 - Bairro Melo  
Mantido Clares - MG - CEP: 38401-071  
CNPJ: 21.505.682/0001-06

10  
RTDMC

DOCUMENTOS DE TITULO E DECLARAÇÃO  
133104 A-13



SAO JOAO DO PACUI	ARISMAR ARAÚJO BARBOSA	<i>Barbosa</i>
SAO JOAO DO PARAISO	MÔNICA CRISTINE MENDES SOUSA	
SAO ROMAO	MARCELO MEIRELES DE MENDONÇA	<i>[Signature]</i>
SERRANOPOLIS DE MINAS	ELPÍDIO RIBEIRO NETO	
TAIOBEIRAS	DANILO MENDES RODRIGUES	
UBAI	MARCO ANTÔNIO ANDRADE	
VARGEM GRANDE DO RIO PARDO	VIRGÍLIO TÁCITO PENALVA COSTA	
VARZEA DA PALMA	EDUARDO MONTEIRO DE MORAIS	
VARZELANDIA	VALQUIRIA RODRIGUES CARDOSO	
VERDELANDIA	JARBAS ROCHA	

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Oficial: R\$ 25,71  
 Emol: R\$ 02,35  
 Recarga: R\$ 4,65  
 TOTAL: R\$ 111,96  
 ISSOM: R\$ 3,88

Consulte a validade deste selo em <https://selos.tjmg.jus.br>

SELO Nº: 08731785012727866  
 COD. SEQ.: 98731785012727866  
 OTOR ATOS: 11  
 ATOS(ES) PRACTICADO(S) POR:

Cartório de Registro de Títulos e Documentos e  
 Civil das Pessoas Jurídicas de Montes Claros

REGISTRO JUDICIÁRIO - TJMG / CORREGEDORIA GERAL DE

Montes Claros - Minas Gerais  
 Rua Gonçalves Figueira - 144 - A - Centro  
 Of. 131 (31) 3771-0314 - E-mail: cartorio@tjmg.jus.br  
 Audrey Caldeira do Carmo



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Oficial: R\$ 25,71  
 Emol: R\$ 02,35  
 Recarga: R\$ 4,65  
 TOTAL: R\$ 111,96  
 ISSOM: R\$ 3,88

Consulte a validade deste selo em <https://selos.tjmg.jus.br>

SELO Nº: 08731785012727866  
 COD. SEQ.: 98731785012727866  
 OTOR ATOS: 11  
 ATOS(ES) PRACTICADO(S) POR:

Cartório de Registro de Títulos e Documentos e  
 Civil das Pessoas Jurídicas de Montes Claros

REGISTRO JUDICIÁRIO - TJMG / CORREGEDORIA GERAL DE

Montes Claros - Minas Gerais  
 Rua Gonçalves Figueira - 144 - A - Centro  
 Of. 131 (31) 3771-0314 - E-mail: cartorio@tjmg.jus.br  
 Audrey Caldeira do Carmo

Handwritten signature.

Handwritten letter 'R'.

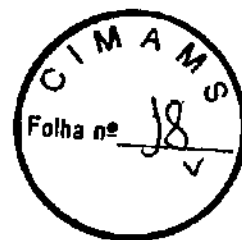
Handwritten signature.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNCAO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 490 - Barro Preto  
Montes Claros - MG - CEP: 36401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



## ESTUDO DE DEMANDA

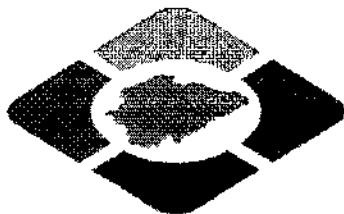
- Objeto

**1- REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLICLICENSE - GPL), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO - SPB ([WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR](http://WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR)) PARA UTILIZAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMAMS.**

Os Municípios consorciados ao CIMAMS, que tem como objetivo a padronização da implantação de softwares open source (código aberto), cujos os mesmos são baseados em questões éticas, direitos de liberdade, sem custos de licenças, com distribuição livre, permitindo a personalização das necessidades dos usuários. Para tanto, as Prefeituras julgam necessário a contratação de empresa especializada para implantação, migração de dados, treinamentos e serviços de suporte, operação assistida, manutenção corretiva e evolutiva em um Software Público de Gestão Municipal (sob licença GLP - Licença Pública Geral).

A implantação de um software livre se faz necessária para melhoria dos processos atuais de trabalho relativos ao acompanhamento, atendimento e disponibilização de serviços para a população, servidores públicos, fornecedores e contribuintes, adotando melhorias nos processos de gestão pública que deverão proporcionar melhores recursos na disponibilização do serviço público aos diversos setores da Administração Municipal, e principalmente evitando que os municípios de tornem reféns de empresas detentoras de softwares proprietários.

Os Municípios visam dotar a administração municipal de recursos tecnológicos modernos, que proporcionem, nas diversas áreas da gestão, a integração e o aperfeiçoamento dos processos de trabalho e de controle realizados pelos órgãos e entidades municipais, de forma a proporcionar a redução de custos operacionais, melhoria nos processos de planejamento e gestão e, principalmente, melhoria na qualidade dos serviços prestados à população.



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP. 39401-071  
CNPJ 21.505.692/0001-08



Para que os serviços relativos à Administração Municipal atinjam melhores níveis em todos seguimentos públicos, é imperativa a implantação de uma solução tecnológica integrada e moderna de gestão, composta não só por um sistema informatizado de última geração, mas também por serviços especializados que mantenha em produção/operação esses sistemas em um ambiente tecnológico adequado e de fácil manutenção, contemplando o acompanhamento técnico operacional.

A integração e o compartilhamento de informações em tempo real, que serão realizados pelo software de gestão municipal, proporcionará para o Município, além de melhorias na produtividade dos servidores no atendimento e acompanhamento dos serviços disponibilizados para a população, mais economia de recursos, facilidade para a tomada de decisões acertadas, e informações gerenciais que apoiarão o cumprimento das metas e obrigações do município relativas a todas as áreas de gestão da Administração Municipal.

O projeto visa também implantar uma administração completa e integrada dos tributos, dos contribuintes, da contabilidade, do orçamento, dos pagamentos, dos almoxarifados, do patrimônio, das licitações, dos recursos humanos, da folha de pagamento, colaborando na organização e funcionamento de todas as unidades administrativas e sociais, garantindo assim que os serviços prestados sejam eficientes e eficazes, com ganho significativo nos controles das ações da gestão municipal. Visa fornecer aos munícipes uma melhor qualidade no atendimento ao cidadão e maior clareza nas prestações de contas da gestão.

Definiu-se como premissa e estratégia para este projeto a condição da utilização de um software livre, vez que, os disponibilizados no portal do software público são em ambiente 100% WEB, solução está tecnologicamente mais atual no mercado, de acordo com as necessidades de cada área de aplicação, e que possa ser acessado em dispositivos móveis, como tablets, smartphones, notebooks devidamente conectados à Internet (3G ou Wi-Fi).

Esta iniciativa também visa integrar as cidades à Política Nacional de Desenvolvimento dos Municípios, aumentar a eficiência da gestão pública, bem como contribuir para a criação de arranjos produtivos locais, com geração de emprego e renda.

A utilização de Software Livre e Público pela Administração Pública Brasileira é recomendada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), por, entre outras vantagens, possibilitar a gestão de recursos e gastos com informática mais racionalizada, além da ampliação de parcerias no setor público e do reforço da política de software público na administração pública.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais em 2015 lançou o "Manual de boas práticas para contratação de sistemas de gestão pública" mencionando na pag 19 trecho

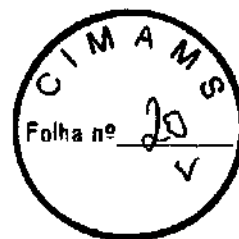




# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 38401-071  
CNPJ 21.505.692/0001-08



de uma decisão deste Tribunal nos autos de n. 804.626, onde a utilização do software público, alé de atender de forma cada vez mais satisfatória e ainda traz economia, vejamos:

“Deve-se mencionar, ainda, o acelerado desenvolvimento de softwares públicos, que atendem de forma cada vez mais satisfatória à demanda dos gestores, auxiliando-os na gestão pública e permitindo grande economia nos gastos com sistemas informatizados.”

Os Softwares Livres para serem disponibilizado como Softwares Públicos pelo Governo Federal, devem se adaptar aos critérios obrigatórios de aceitação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), entre os quais, o de não depender de um único fornecedor. As informações sobre os softwares e prestadores se serviços estão contidos em [www.softwarepublico.gov.br](http://www.softwarepublico.gov.br).

Além de não depender de um único fornecedor a implantação de um software livre, contratado pelo consórcio, possibilitará uma redução de custos, vez que, será considerada na contratação o perfil semelhante de população, o TCE/MG no mesmo manual acima mencionado, no mesmo processo também considera essa possibilidade viável como se segue:

“possibilita a redução do custo fixo da “construção” do software e é medida plenamente viável, quando se considera a semelhança nos perfis populacional e orçamentário de grande parte dos municípios mineiros.”

- **Órgãos Participantes:** AGUAS VERMELHAS, ALVORADA DE MINAS, ANGELÂNDIA; BERIZAL, BOCAIUVA, BOTUMIRIM, BRASILIA DE MINAS, BUENÓPOLIS, BURITIZEIRO, CAMPO AZUL, CAPITÃO ENÉAS, CATUTI, CLARO DOS POÇÕES, CÔNEGO MARINHO, CORAÇÃO DE JESUS, CRISTÁLIA, CHAPADA GAUCHA, CURRAL DE DENTRO, DIAMANTINA, ENGENHEIRO NAVARRO, ESPINOSA, FRANCISCO DUMONT, FRANCISCO SÁ, FRUTA DE LEITE, GAMELEIRAS, GLAUCILÂNDIA, GRÃO MOGOL, GUARACIAMA, IBIAÍ, IBIRACATU, ICARAI DE MINAS, INDAIABIRA, ITACAMBIRA, ITACARAMBI, JAIBA, JANAUBA, JANUÁRIA, JAPONVAR, JEQUITAI, JOAQUIM FELÍCIO, JOSENÓPOLIS, JUVENILIA, LAGOA DOS PATOS, LASSANCE, LONTRA, LUISLÂNDIA, MAMONAS, MANGA, MATIAS CARDOSO, MATO VERDE, MIRABELA, MIRAVÂNIA, MONTALVÂNIA, MONTE AZUL, MONTES CLAROS, MONTEZUMA, NINHEIRA, NOVA PORTEIRINHA, NOVORIZONTE, OLHOS D'ÁGUA, PADRE CARVALHO, PATIS, PEDRAS DE MARIA DA CRUZ, PINTOPOLIS, PIRAPORA, PONTO CHIQUE,



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINERA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP. 39401-071  
CNPJ 21.505.692/0001-08



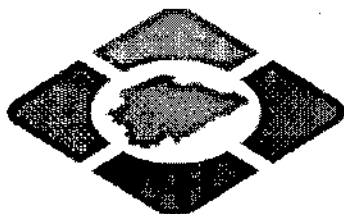
PORTERINHA, RIACHO DOS MACHADOS, RIO PARDO DE MINAS, RUBELITA, SABINÓPOLIS, SALINAS, SANTA CRUZ DE SALINAS, SANTA FÉ DE MINAS, SANTO ANTONIO DO RETIRO, SÃO FRANCISCO, SÃO JOÃO DA LAGOA, SÃO JOÃO DA PONTE, SÃO JOÃO DAS MISSÕES, SÃO JOÃO DO PACUI, SÃO JOÃO DO PARAÍSO, SÃO ROMÃO, SERRO, TAIÓBEIRAS, UBAÍ, URUCUIA, VARGEM GRANDE DO RIO PARDO, VÁRZEA DA PALMA, VARZELÂNDIA e VERDELÂNDIA.

## DOS SERVIÇOS

Serão instalados um sistema em cada Município consorciados ao CIMAMS, dividido em lotes pelo coeficiente FPM, ou seja, 85 serviços conforme quadro abaixo.

## DESCRIÇÃO

Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias,	SV	12



# CIMAMS

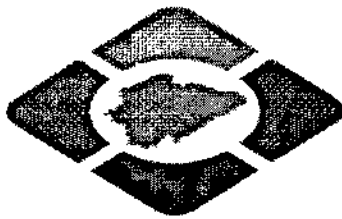
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.682/0001-08



	Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,		
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12

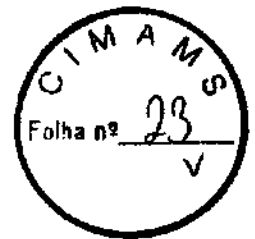
*[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

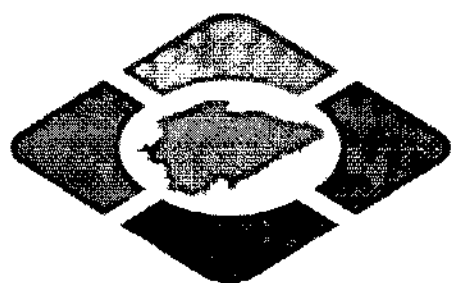
Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP. 36401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>	1
	Implantação e conversão de base de dados	
9	<b>TREINAMENTO</b>	1
	Treinamento para utilização do Sistema	
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>	360
	Suporte técnico presencial	

Montes Claros, 14 de setembro de 2020.

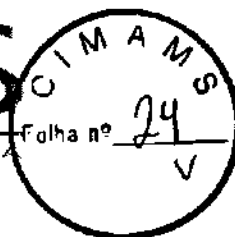
Edvaldo Pinheiro



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP. 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



## SOLICITAÇÃO

☒ (X) Serviços

☐ ( ) Equipamentos

☐ ( ) Material/Mercadorias

Em cumprimento a solicitação dos prefeitos na reunião da Assembleia Ordinária do CIMAMS, realizada no dia 12 de dezembro de 2019, que determinou a contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados suporte, operação assistida, manutenção corretiva e evolutiva em software de gestão público para atender os municípios consorciados ao CIMAMS.

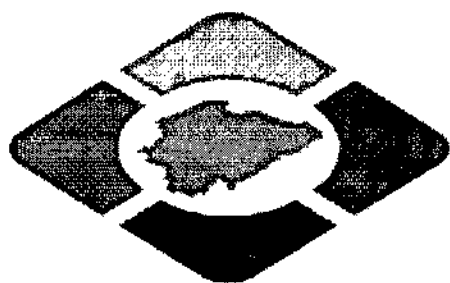
Após realização do estudo de demanda para elaboração de termo de referência (doc anexo), para abertura de processo licitatório.

Venho por meio deste solicitar a abertura de procedimento licitatório para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLICLICENSE - GPL), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO - SPB (WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR) PARA UTILIZAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMAMS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NECESSIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS, conforme descrição abaixo.

### LOTE 1 Municípios Fator FPM - 0,6

Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores.	SV	12
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários: Portal	SV	12

*[Handwritten signatures and initials]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



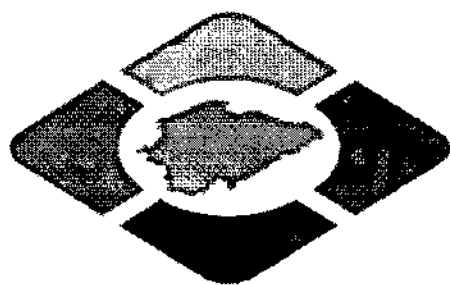
	Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo		
7	Gestão BI – Business Intelligence – Despesas, Receitas	SV	12
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>		1
	Implantação e conversão de base de dados		
9	<b>TREINAMENTO</b>		1
	Treinamento para utilização do Sistema		
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>		360
	Suporte técnico presencial		

## LOTE 2 Municípios Fator FPM - 0,8

Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12
7	Gestão BI – Business Intelligence – Despesas, Receitas	SV	12
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>		1
	Implantação e conversão de base de dados		
9	<b>TREINAMENTO</b>		1
	Treinamento para utilização do Sistema		
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>		360
	Suporte técnico presencial		

## LOTE 3 Municípios Fator FPM - 1,0

Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD
----	-------------	-----	-----



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

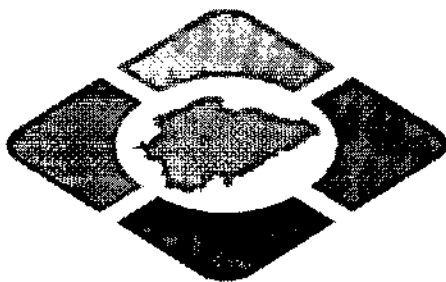
Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores.	SV	12
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>		
	Implantação e conversão de base de dados		1
9	<b>TREINAMENTO</b>		
	Treinamento para utilização do Sistema		1
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>		
	Suporte técnico presencial		360

#### LOTE 4 Municípios Fator FPM - 1,20

Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores.	SV	12
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>		
	Implantação e conversão de base de dados		1



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



9	<b>TREINAMENTO</b>	1
	Treinamento para utilização do Sistema	
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>	360
	Suporte técnico presencial	

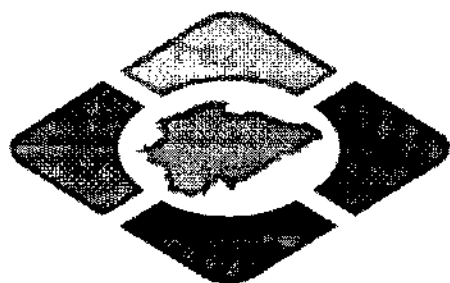
## LOTE 5 Municípios Fator FPM – 1,40 - 1,60

Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12
7	Gestão BI – Business Intelligence – Despesas, Receitas	SV	12
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>		1
	Implantação e conversão de base de dados		
9	<b>TREINAMENTO</b>		1
	Treinamento para utilização do Sistema		
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>		360
	Suporte técnico presencial		

## LOTE 6 Municípios Fator FPM – 1,8 - 2,0

Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12





# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>		1
	Implantação e conversão de base de dados		
9	<b>TREINAMENTO</b>		1
	Treinamento para utilização do Sistema		
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>		360
	Suporte técnico presencial		

## LOTE 7 Municípios Fator FPM - 2,20 - 2,40

Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>		1
	Implantação e conversão de base de dados		
9	<b>TREINAMENTO</b>		1



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNCIONAL DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



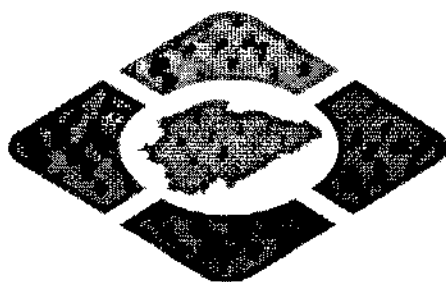
	Treinamento para utilização do Sistema	
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>	360
	Suporte técnico presencial	

## LOTE 8 Municípios Fator FPM - 2,60 - 2,80

Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>		1
	Implantação e conversão de base de dados		
9	<b>TREINAMENTO</b>		1
	Treinamento para utilização do Sistema		
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>		360
	Suporte técnico presencial		

## LOTE 9 Municípios Fator FPM - 3,40 - 3,60

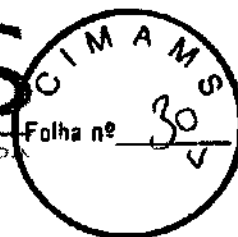
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



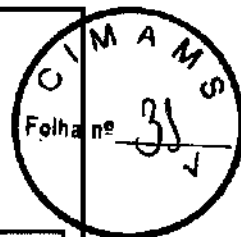
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12
7	Gestão BI – Business Intelligence – Despesas, Receitas	SV	12
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>		1
	Implantação e conversão de base de dados		
9	<b>TREINAMENTO</b>		1
	Treinamento para utilização do Sistema		
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>		360
	Suporte técnico presencial		

Montes Claros/MG, 14 de setembro de 2020.

Luiz Wanderley dos Santos Lobo  
Secretário Executivo do CIMAMS



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**



NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>09.016.362/0001-45</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>28/08/2007</b>
NOME EMPRESARIAL <b>CONTASS CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>EPP</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>69.20-6-01 - Atividades de contabilidade</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>224-0 - Sociedade Simples Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R PADRE AUGUSTO</b>	NÚMERO <b>16</b>	COMPLEMENTO <b>SALA 301</b>
CEP <b>39.400-053</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>MONTES CLAROS</b>
UF <b>MG</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>IVANJR@CONTASSCONSULTORIA.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(38) 3218-5900</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>28/08/2007</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **18/09/2020** às **11:36:53** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

*(Assinatura)*

*(Assinatura)*


**PROPOSTA COMERCIAL / ORÇAMENTO**
**AO SETOR DE LICITAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE CIMAMS :**

Municípios Fator FPM - 0,6					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 1.900,00	R\$ 22.800,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 1.980,00	R\$ 23.760,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 900,00	R\$ 10.800,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 480,00	R\$ 5.760,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 550,00	R\$ 6.600,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 400,00	R\$ 4.800,00
TOTALIS				R\$ 7.210,00	R\$ 91.800,00
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS		1	R\$11.475,00	R\$ 11.475,00
	Implantação e conversão de base de dados				
9	TREINAMENTO		1	R\$ 11.475,00	R\$ 11.475,00
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA		360	R\$ 100,00	R\$ 36.000,00
	Suporte técnico presencial				
VALOR GLOBAL					R\$ 150.750,00

03.010.3024/2001-43

**CONTASS CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA**

R. Padre Augusto, nº 16 SL 303 - Centro

CEP: 39.400-053

MONTES CLAROS - MG

 Ivan Pinheiro de Oliveira Júnior  
 Sócio-Administrador  
 empresa Contabilidade e Consultoria Ltda. - EPP

 Rua Padre Augusto, 16, sala 303  
 Centro - Montes Claros / MG  
 31 3218 5900

Municípios Fator FPM - 0,8					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 3.100,00	R\$ 37.200,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 3.300,00	R\$ 39.600,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 1.400,00	R\$ 16.800,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 1.400,00	R\$ 16.800,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 750,00	R\$ 9.000,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 680,00	R\$ 8.160,00
TOTAIS				R\$ 12.130,00	R\$ 145.560,00
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS		1	R\$ 16.775,00	R\$ 16.775,00
	Implantação e conversão de base de dados				
9	TREINAMENTO		1	R\$ 16.775,00	R\$ 16.775,00
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA		360	R\$ 110,00	R\$ 39.600,00
	Suporte técnico presencial				
VALOR GLOBAL					R\$ 162.335,00



Municípios Fator FPM - 1,0					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 3.250,00	R\$ 39.000,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 1.590,00	R\$ 19.080,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 3.090,00	R\$ 37.080,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 1.590,00	R\$ 19.080,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 1.590,00	R\$ 19.080,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 700,00	R\$ 8.400,00
TOTAIS				R\$ 12.610,00	R\$ 151.320,00
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS		1	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00
	Implantação e conversão de base de dados				
9	TREINAMENTO		1	17000	R\$ 17.000,00
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA		360	R\$ 115,00	R\$ 41.400,00
	Suporte técnico presencial				
VALOR GLOBAL					R\$ 226.720,00

09.016.362/0001-45

CONTASS CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA

R. Padre Augusto, nº 15 SL 303 - Centro

CEP. 39.400-053

Montes Claros - MG

## Municípios Fator FPM - 1,20

Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 3.380,00	R\$ 40.560,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 1.680,00	R\$ 20.160,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 3.180,00	R\$ 38.160,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 1.680,00	R\$ 20.160,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 1.680,00	R\$ 20.160,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 848,00	R\$ 10.176,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receltas	SV	12	R\$ 720,00	R\$ 8.640,00
TOTAIS				R\$ 13.168,00	R\$ 158.016,00
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS		1	R\$ 18.100,00	R\$ 18.100,00
	Implantação e conversão de base de dados				
9	TREINAMENTO		1	R\$ 18.100,00	18100
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA		360	R\$ 117,00	42120
	Suporte técnico presencial				
VALOR GLOBAL					R\$ 236.336,00

09.010.362/0001-45  
 CONTASS CONTABILIDADE E  
 CONSULTORIA LTDA  
 R. Padre Augusto, nº 16 Sl. 303 - Centro  
 CEP: 39.400-053  
 MONTES CLAROS - MG

van Fonseca de Oliveira Júnior  
 Sócio-Administrador  
 Contass Contabilidade e Consultoria Ltda. - EPP





Municípios Fator FPM - 1,40 - 1,60					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 3.800,00	R\$ 45.600,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 1.980,00	R\$ 23.760,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 4.570,00	R\$ 54.840,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 1.800,00	R\$ 21.600,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 1.230,00	R\$ 14.760,00
6	Transparência - Despesas, Receltas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 938,00	R\$ 11.256,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 938,00	R\$ 11.256,00
TOTAIS				R\$ 15.256,00	R\$ 183.072,00
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS		1	R\$ 23.050,00	R\$ 23.050,00
	Implantação e conversão de base de dados				
9	TREINAMENTO		1	R\$ 23.050,00	R\$ 23.050,00
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA		360	R\$ 120,00	R\$ 43.200,00
	Suporte técnico presencial				
VALOR GLOBAL					R\$ 272.372,00

09.016.362/0001-45

CONTASS CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA

R. Padre Augusto, nº 16 Sl. 303 - Centro

CEP: 39.400-053


**contass**

RUA DAS FLORES CLARAS - MG

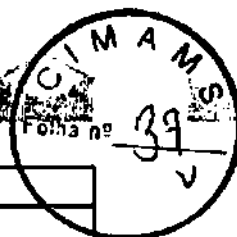
@

8/

 Ivan Fomaseca de Oliveira Júnior  
 Sócio-Administrador  
 Contass Contabilidade Consultoria Ltda. - EPP

 Rua Padre Augusto, 16, sala 303  
 Centro - Flores Claras - MG  
 CEP: 3218-5900





Municípios Fator FPM - 1,8 - 2,0					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 5.200,00	R\$ 62.400,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 4.200,00	R\$ 50.400,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 6.950,00	R\$ 83.400,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 2.530,00	R\$ 30.360,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 2.930,00	R\$ 35.160,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 1.830,00	R\$ 21.960,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 970,00	R\$ 11.640,00
TOTALIS				R\$ 24.610,00	R\$ 295.320,00
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS		1	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00
	Implantação e conversão de base de dados				
9	TREINAMENTO		1	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA		360	R\$ 130,00	R\$ 46.800,00
	Suporte técnico presencial				
VALOR GLOBAL				R\$ 408.120,00	

## Municípios Fator FPM - 2,20 - 2,40

Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 7.900,00	R\$ 94.800,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 9.900,00	R\$ 118.800,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 7.950,00	R\$ 95.400,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 4.500,00	R\$ 54.000,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 2.980,00	R\$ 35.760,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 1.900,00	R\$ 22.800,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
TOTALIS				R\$ 36.130,00	R\$ 433.560,00
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS		1	R\$ 54.825,00	R\$ 54.825,00
	Implantação e conversão de base de dados				
9	TREINAMENTO		1	R\$ 54.825,00	R\$ 54.825,00
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA		360	R\$ 138,00	R\$ 49.680,00
	Suporte técnico presencial				
VALOR GLOBAL					R\$ 592.890,00

VALOR GLOBAL  
CONTASS CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA  
R. Padre Augusto, nº 16 St. 303 - Centro  
CEP: 39.400-053  
MONTES CLARES - MG

Juan Figueira de Oliveira Júnior  
Sócio-Administrador  
CPF: 3218 5900

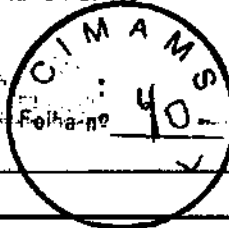
Municípios Fator FPM - 2,60 - 2,80					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 9.350,00	R\$ 112.200,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 11.100,00	R\$ 133.200,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 8.500,00	R\$ 102.000,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 4.900,00	R\$ 58.800,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 3.300,00	R\$ 39.600,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 1.980,00	R\$ 23.760,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 1.100,00	R\$ 13.200,00
TOTAIS				R\$ 40.230,00	R\$ 482.760,00
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS		1	R\$ 68.275,00	R\$ 68.275,00
	Implantação e conversão de base de dados				
9	TREINAMENTO		1	R\$ 68.275,00	R\$ 68.275,00
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA		360	R\$ 140,00	R\$ 50.400,00
	Suporte técnico presencial				
VALOR GLOBAL					R\$ 669.710,00

09.016.362/0001-45

CONTASS CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA

R. Padre Augusto, nº 16 SL 303 - Centro

CEP: 39.400-053



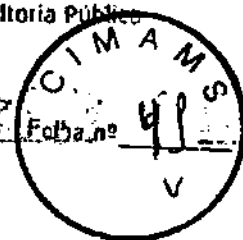
## Municípios Fator FPM - 3,40 - 3,60

Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	10.200,00	R\$ 122.400,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	12.950,00	R\$ 155.400,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	9.300,00	R\$ 111.600,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	5.850,00	R\$ 70.200,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	4.150,00	R\$ 49.800,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	1950	R\$ 23.400,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	1300	R\$ 15.600,00
TOTAIS				R\$ 45.700,00	R\$ 548.400,00
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS		1	R\$ 70.025,00	R\$ 70.025,00
	Implantação e conversão de base de dados				
9	TREINAMENTO		1	R\$ 70.025,00	R\$ 70.025,00
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA		360	155	R\$ 55.800,00
	Suporte técnico presencial				
VALOR GLOBAL					R\$ 744.250,00

 Razão Social **CONTASS CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA**

 CNPJ **09.016.362/0001-45**

 Endereço **Rua Tupis, Nº. 437, Segundo Andar**

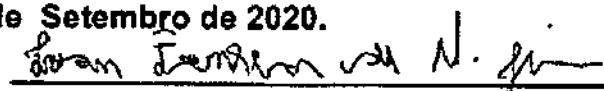


Telefone (38) 3218-5900, [contass@contassconsultoria.com.br](mailto:contass@contassconsultoria.com.br)

Declaramos que nossa proposta engloba todos os custos operacionais da atividade, incluindo frete, seguros, tributos incidentes, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, inclusive com serviços de terceiros, incidentes e necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, renunciando, na oportunidade, o direito de reivindicar custos adicionais.

Validade da proposta: 60 dias

Montes Claros, 17 de Setembro de 2020.



Ivan Fonseca de Oliveira Junior

CONTASS CONTABILIDADE CONSULTORIA LTDA

CNPJ-09.016.362/0001-45

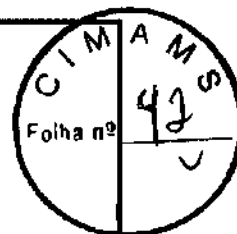
Ivan Fonseca de Oliveira Junior  
Sócio-Administrador  
Contass Contabilidade Consultoria Ltda. - EPP

09.016.362/0001-45  
CONTASS CONTABILIDADE E  
CONSULTORIA LTDA  
R. Padre Augusto, nº 16 SL 303 - Centro  
CEP: 39.400-053  
MONTES CLAROS - MG

Ivan Fonseca de Oliveira Junior  
Sócio-Administrador  
Contass Contabilidade Consultoria Ltda. - EPP



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**



<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> <b>02.325.018/0001-99</b> <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</b> <b>CADASTRAL</b>	<b>DATA DE ABERTURA</b> <b>15/01/1998</b>
<b>NOME EMPRESARIAL</b> <b>CONSYSTEM LTDA</b>		
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> *****		<b>PORTE</b> <b>ME</b>
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> <b>69.20-6-01 - Atividades de contabilidade</b>		
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> <b>62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis</b> <b>62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis</b> <b>69.11-7-01 - Serviços advocatícios</b> <b>70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica</b>		
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> <b>224-0 - Sociedade Simples Limitada</b>		
<b>LOGRADOURO</b> <b>R GENERAL CARNEIRO</b>	<b>NÚMERO</b> <b>107</b>	<b>COMPLEMENTO</b> *****
<b>CEP</b> <b>35.790-000</b>	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> <b>CENTRO</b>	<b>MUNICÍPIO</b> <b>CURVELO</b>
<b>UF</b> <b>MG</b>		
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b>		<b>TELEFONE</b>
<b>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</b> *****		
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> <b>ATIVA</b>		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> <b>03/11/2005</b>
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****

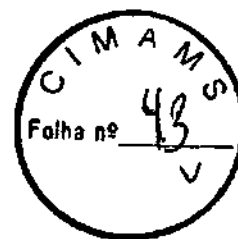
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 18/09/2020 às 11:08:07 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**ConSystem**



## ORÇAMENTO

A empresa **CONSYSTEM LTDA - ME**, vem apresentar Orçamento para Contratação de Empresa para a prestação dos Serviços Técnicos Especializados suporte, operação assistida, manutenção corretiva e evolutiva em **Software de Gestão Público (sob licença General PublicLicense – GPL)**, disponível no Portal do Software Público Brasileiro – SPB ([www.softwarepublico.gov.br](http://www.softwarepublico.gov.br)) para utilização pelos Municípios consorciados ao CIMAMS:

**Razão Social: CONSYSTEM LTDA - ME**

**Endereço: Rua General Carneiro, nº 107 – Centro, Curvelo/MG, CEP 35790-129**

**CNPJ: 02.325.018/0001-99**

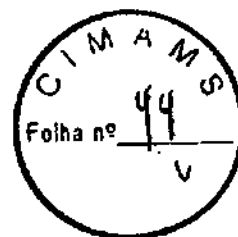
**Fone/Fax: (38) 3721-7710**

Municípios Fator FPM - 0,6					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 2.450,00	R\$ 29.400,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 1.350,00	R\$ 16.200,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 2.250,00	R\$ 27.000,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 1.100,00	R\$ 13.200,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 670,00	R\$ 8.040,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 730,00	R\$ 8.760,00
7	Gestão BI – Business Intelligence – Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 560,00	R\$ 6.720,00
<b>TOTAIS</b>				<b>R\$ 9.110,00</b>	<b>R\$ 109.320,00</b>





# ConSystem



		QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS	1	R\$ 14.500,00	R\$ 14.500,00
	Implantação e conversão de base de dados			
9	TREINAMENTO	1	R\$ 14.500,00	R\$ 14.500,00
	Treinamento para utilização do Sistema			
10	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA	360	R\$ 135,00	R\$ 48.600,00
	Suporte técnico presencial			
VALOR GLOBAL				R\$ 77.600,00

Municípios Fator FPM - 0,8					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 3.900,00	R\$ 46.800,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 2.250,00	R\$ 27.000,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 4.200,00	R\$ 50.400,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 2.150,00	R\$ 25.800,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 2.200,00	R\$ 26.400,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 1.150,00	R\$ 13.800,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
<b>TOTAIS</b>				<b>R\$ 16.850,00</b>	<b>R\$ 202.200,00</b>



# ConSystem



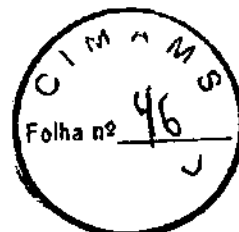
		QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>	1	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
	Implantação e conversão de base de dados			
9	<b>TREINAMENTO</b>	1	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
	Treinamento para utilização do Sistema			
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>	360	R\$ 140,00	R\$ 50.400,00
	Suporte técnico presencial			
<b>VALOR GLOBAL</b>				<b>R\$ 90.400,00</b>

Municípios Fator FPM - 1,0					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 4.500,00	R\$ 54.000,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 2.350,00	R\$ 28.200,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 4.400,00	R\$ 52.800,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 2.150,00	R\$ 25.800,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 2.200,00	R\$ 26.400,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 1.350,00	R\$ 16.200,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 1.350,00	R\$ 16.200,00
<b>TOTAIS</b>				<b>R\$ 18.300,00</b>	<b>R\$ 219.600,00</b>

*[Handwritten signatures and marks]*



# ConSystem

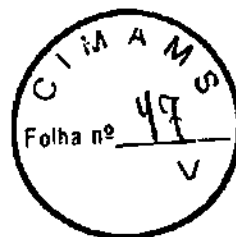


		QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b> Implantação e conversão de base de dados	1	R\$ 23.500,00	R\$ 23.500,00
9	<b>TREINAMENTO</b> Treinamento para utilização do Sistema	1	R\$ 23.500,00	R\$ 23.500,00
10	<b>SUORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b> Suporte técnico presencial	360	R\$ 145,00	R\$ 52.200,00
<b>VALOR GLOBAL</b>				<b>R\$ 99.200,00</b>

Municípios Fator FPM - 1,20					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 4.600,00	R\$ 55.200,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 2.350,00	R\$ 28.200,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 2.400,00	R\$ 28.800,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 1.620,00	R\$ 19.440,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 1.400,00	R\$ 16.800,00
<b>TOTAIS</b>				<b>R\$ 19.870,00</b>	<b>R\$ 238.440,00</b>



# ConSystem



		QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS	1	R\$ 28.000,00	R\$ 28.000,00
	Implantação e conversão de base de dados			
9	TREINAMENTO	1	R\$ 28.000,00	R\$ 28.000,00
	Treinamento para utilização do Sistema			
10	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA	360	R\$ 150,00	R\$ 54.000,00
	Suporte técnico presencial			
VALOR GLOBAL				R\$ 110.000,0

Municípios Fator FPM - 1,40 - 1,60					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 5.250,00	R\$ 63.000,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 3.150,00	R\$ 37.800,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 5.500,00	R\$ 66.000,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 2.800,00	R\$ 33.600,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 2.550,00	R\$ 30.600,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 2.150,00	R\$ 25.800,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 1.550,00	R\$ 18.600,00
<b>TOTAIS</b>				<b>R\$ 22.950,00</b>	<b>R\$ 275.400,00</b>



# ConSystem

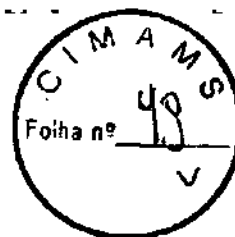


		QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>	1	R\$ 33.500,00	R\$ 33.500,00
	Implantação e conversão de base de dados			
9	<b>TREINAMENTO</b>	1	R\$ 33.500,00	R\$ 33.500,00
	Treinamento para utilização do Sistema			
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>	360	R\$ 155,00	R\$ 55.800,00
	Suporte técnico presencial			
<b>VALOR GLOBAL</b>				<b>R\$ 122.800,00</b>

Municípios Fator FPM - 1,8 - 2,0					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 6.800,00	R\$ 81.600,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 5.500,00	R\$ 66.000,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 8.400,00	R\$ 100.800,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 3.950,00	R\$ 47.400,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 3.800,00	R\$ 45.600,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 2.750,00	R\$ 33.000,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
<b>TOTAIS</b>				<b>R\$ 33.200,00</b>	<b>R\$ 398.400,00</b>



# ConSystem



		QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS	1	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00
	Implantação e conversão de base de dados			
9	TREINAMENTO	1	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00
	Treinamento para utilização do Sistema			
10	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA	360	R\$ 160,00	R\$ 57.600,00
	Suporte técnico presencial			
VALOR GLOBAL				R\$ 147.600,00

Municípios Fator FPM - 2,20 - 2,40					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 9.500,00	R\$ 114.000,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 11.800,00	R\$ 141.600,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 9.500,00	R\$ 114.000,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 6.350,00	R\$ 76.200,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 4.950,00	R\$ 59.400,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 3.600,00	R\$ 43.200,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 2.150,00	R\$ 25.800,00
<b>TOTAIS</b>				<b>R\$ 47.850,00</b>	<b>R\$ 574.200,00</b>



# ConSystem



		QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b> Implantação e conversão de base de dados	1	R\$ 67.500,00	R\$ 67.500,00
9	<b>TREINAMENTO</b> Treinamento para utilização do Sistema	1	R\$ 67.500,00	R\$ 67.500,00
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b> Suporte técnico presencial	360	R\$ 165,00	R\$ 59.400,00
<b>VALOR GLOBAL</b>				<b>R\$ 194.400,00</b>

Municípios Fator FPM - 2,60 - 2,80					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	12.000,00	R\$ 144.000,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	12.000,00	R\$ 144.000,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 10.500,00	R\$ 126.000,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 7.250,00	R\$ 87.000,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 5.600,00	R\$ 67.200,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 4.400,00	R\$ 52.800,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 2.350,00	R\$ 28.200,00
<b>TOTAIS</b>				<b>R\$ 54.100,00</b>	<b>R\$ 649.200,00</b>



# ConSystem



		QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSAO DE BASE DE DADOS	1	R\$ 78.500,00	R\$ 78.500,00
	Implantação e conversão de base de dados			
9	TREINAMENTO	1	R\$ 78.500,00	R\$ 78.500,00
	Trelnamento para utilização do Sistema			
10	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA	360	R\$ 170,00	R\$ 61.200,00
	Suporte técnico presencial			
VALOR GLOBAL				R\$ 218.200,00

Municípios Fator FPM - 3,40 - 3,60					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 13.100,00	R\$ 157.200,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 15.150,00	R\$ 181.800,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 11.500,00	R\$ 138.000,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 8.400,00	R\$ 100.800,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 7.250,00	R\$ 87.000,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 4.700,00	R\$ 56.400,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 2.600,00	R\$ 31.200,00
<b>TOTAIS</b>				<b>R\$ 62.700,00</b>	<b>R\$ 752.400,00</b>





		QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>	1	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00
	Implantação e conversão de base de dados			
9	<b>TREINAMENTO</b>	1	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00
	Treinamento para utilização do Sistema			
10	<b>SUORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>	360	R\$ 185,00	R\$ 66.600,00
	Suporte técnico presencial			
<b>VALOR GLOBAL</b>				<b>R\$ 246.600,00</b>

**Valor total da proposta:**

Municípios Fator FPM - 0,6 – R\$ 186.920,00 (Cento e oitenta e seis mil, novecentos e vinte reais)

Municípios Fator FPM - 0,8 – R\$ 292.600,00 (Duzentos e noventa e dois mil e seiscentos reais) .

Municípios Fator FPM – 1,0 – R\$ 318.800,00 (Trezentos e dezoito mil e oitocentos reais)

Municípios Fator FPM – 1,20 – R\$ 348.440,00 (Trezentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e quarenta reais)

Municípios Fator FPM – 1,40 – 1,60 – R\$ 398.200,00 (Trezentos e noventa e oito mil e duzentos reais)

Municípios Fator FPM – 1,80 – 2,0 – R\$ 546.000,00 (Quinhentos e quarenta e seis mil reais)

Municípios Fator FPM – 2,20 – 2,40 – R\$ 768.600,00 (Setecentos e sessenta e oito mil e seiscentos reais)

Municípios Fator FPM – 2,60 – 2,80 – R\$ 867.400,00 (Oitocentos e sessenta e sete mil e quatrocentos reais)

Municípios Fator FPM – 3,40 – 3,60 – R\$ 999.000,00 (Novecentos e noventa e nove mil reais)

Validade da proposta: 60 dias

Curvelo (MG), 18 de setembro de 2020.

  
**CONSYSTEM LTDA - ME**  
Júlio César Ferreira da Silva  
Representante Legal

**02.325.018/0001-99**

**CONSYSTEM LTDA.**

RUA GENERAL CARNEIRO - 107

CENTRO - CEP 35.790-000

**CURVELO - MG**



# Contabilidade e Serviços Eireli - ME

E-mail: w2ocontabilidade@gmail.com

Tels.: (38)3220-7113 / 99991-5010

Rua Bom Jesus, 18A, Centro - Varzelândia - Minas Gerais



## ORÇAMENTO

**OBJETO:** Solicitamos orçamento, por gentileza, com o envio da cotação para eventual contratação de Empresa para a prestação dos Serviços Técnicos Especializados suporte, operação assistida manutenção corretiva e evolutiva em **Software de Gestão Público (sob licença General Public License - GPL)**, disponível no Portal do Software Público Brasileiro - SPB ([www.softwarepublico.gov.br](http://www.softwarepublico.gov.br)) para utilização pelos Municípios consorciados ao CIMAMS:

Municípios Fator FPM - 0,6					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 2.000, 00	R\$ 24.000, 00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 1.500, 00	R\$ 18.000, 00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 2.000, 00	R\$ 24.000, 00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 1.300, 00	R\$ 15.600, 00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 500, 00	R\$ 6.000, 00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 500, 00	R\$ 6.000, 00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 350, 00	R\$ 4.200, 00
<b>TOTAIS</b>					R\$ 97.800, 00
			<b>QTD</b>	<b>PREÇO UNIT</b>	<b>PREÇO TOTAL</b>
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b> Implantação e conversão de base de dados		1	R\$ 12.000, 00	R\$ 12.000, 00
9	<b>TREINAMENTO</b> Treinamento para utilização do Sistema		1	R\$ 12.000, 00	R\$ 12.000, 00
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b> Suporte técnico presencial		360	160, 00	R\$ 57.600, 00
<b>VALOR GLOBAL</b>					R\$ 179.400, 00

Municípios Fator FPM - 0,8					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO MENSAL	PREÇO TOTAL

*[Handwritten signatures and initials]*

**W20****Contabilidade e Serviços Eireli ME**

E-mail: w2ocontabilidade@gmail.com

Tels.: (38)3220-7113 / 99991-5010

Rua Bom Jesus, 18A, Centro - Varzelândia - Minas Gerais

Folha nº

54

V

1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 4.000, 00	R\$ 48.000, 00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores;	SV	12	R\$ 2.000, 00	R\$ 24.000, 00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 4.000, 00	R\$ 48.000, 00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 2.000, 00	R\$ 24.000, 00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 2.000, 00	R\$ 24.000, 00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 1.000, 00	R\$ 12.000, 00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 1.000, 00	R\$ 12.000, 00
<b>TOTAIS</b>					R\$ 192.000, 00
			<b>QTD</b>	<b>PREÇO UNIT</b>	<b>PREÇO TOTAL</b>
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>		1	R\$ 18.000, 00	R\$ 18.000, 00
	Implantação e conversão de base de dados				
9	<b>TREINAMENTO</b>		1	R\$ 18.000, 00	R\$ 18.000, 00
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>		360	R\$ 160, 00	R\$ 57.600, 00
	Suporte técnico presencial				
<b>VALOR GLOBAL</b>					R\$ 285.600, 00

**Municípios Fator FPM - 1,0**

Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 4.000, 00	R\$ 48.000, 00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores;	SV	12	R\$ 2.100, 00	R\$ 25.200, 00

**W20****Contabilidade e Serviços Eireli - ME**

E-mail: w20contabilidade@gmail.com

Tels.: (38)3220-7113 / 99991-5010

Rua Bom Jesus, 18A, Centro - Varzelândia - Minas Gerais

Folha nº 55

CIMA MS

V

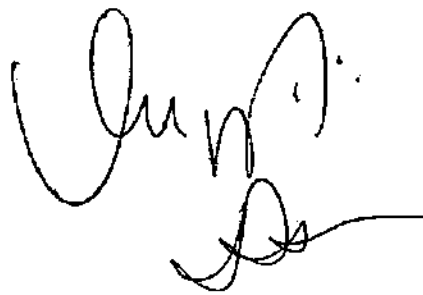
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 4.000, 00	R\$ 48.000, 00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 2.000, 00	R\$ 24.000, 00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 2.000, 00	R\$ 24.000, 00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 1.000, 00	R\$ 12.000, 00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 1.000, 00	R\$ 12.000, 00
<b>TOTAIS</b>					R\$ 193.200, 00
			<b>QTD</b>	<b>PREÇO UNIT</b>	<b>PREÇO TOTAL</b>
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>				
	Implantação e conversão de base de dados		1	R\$ 18.500, 00	R\$ 18.500, 00
9	<b>TREINAMENTO</b>				
	Treinamento para utilização do Sistema		1	R\$ 18.500, 00	R\$ 18.500, 00
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>				
	Suporte técnico presencial		360	R\$ 160,00	R\$ 57.600, 00
<b>VALOR GLOBAL</b>					R\$ 287.800, 00

**Municípios Fator FPM - 1,20**

Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO MENSAL	UNIT	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 4.500, 00		R\$ 54.000, 00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 2.200, 00		R\$ 26.400, 00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 4.500, 00		R\$ 54.000, 00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 2.000, 00		R\$ 24.000, 00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 2.000, 00		R\$ 24.000, 00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 1.000, 00		R\$ 12.000, 00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 1.000, 00		R\$ 12.000, 00
<b>TOTAIS</b>						

H

E



**W20****Contabilidade e Serviços Eireli**

E-mail: w2ocontabilidade@gmail.com

Tels.: (38)3220-7113 / 99991-5010

Folha nº 56

Rua Bom Jesus, 18A, Centro - Varzelândia - Minas Gerais

		QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>			
	Implantação e conversão de base de dados	1	R\$ 19.000, 00	R\$ 19.000, 00
9	<b>TREINAMENTO</b>			
	Treinamento para utilização do Sistema	1	R\$ 19.000, 00	R\$ 19.000, 00
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>			
	Suporte técnico presencial	360	R\$ 160, 00	R\$ 57.600, 00
<b>VALOR GLOBAL</b>				<b>R\$302.000, 00</b>

**Municípios Fator FPM - 1,40 - 1,60**

Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 5.000, 00	R\$ 60.000, 00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores;	SV	12	R\$ 2.500, 00	R\$ 30.000, 00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 5.000, 00	R\$ 60.000, 00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 2.500, 00	R\$ 30.000, 00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 2.000, 00	R\$ 24.000, 00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 1.200, 00	R\$ 14.400, 00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 1.200, 00	R\$ 14.400, 00
<b>TOTAIS</b>					<b>R\$ 232.800, 00</b>
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>				
	Implantação e conversão de base de dados		1	R\$ 24.000, 00	R\$ 24.000, 00
9	<b>TREINAMENTO</b>				
	Treinamento para utilização do Sistema		1	R\$ 24.000, 00	R\$ 24.000, 00
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>				
			360	R\$ 160, 00	R\$ 57.600, 00

**W20****Contabilidade e Serviços Eireli - ME**

E-mail: w2ocontabilidade@gmail.com

Tels.: (38)3220-7113 / 99991-5010

Rua Bom Jesus, 18A, Centro - Varzelândia - Minas Gerais

Folha nº 59

Suporte técnico presencial

**VALOR GLOBAL**

R\$ 338.400, 00

**Municípios Fator FPM - 1,8 - 2,0**

Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 6.000, 00	R\$ 72.000, 00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 6.000, 00	R\$ 72.000, 00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 7.500, 00	R\$ 90.000, 00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 3.000, 00	R\$ 36.000, 00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 3.500, 00	R\$ 42.000, 00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 2.500, 00	R\$ 30.000, 00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 1.000, 00	R\$ 12.000, 00
<b>TOTAIS</b>					R\$ 354.000, 00
			<b>QTD</b>	<b>PREÇO UNIT</b>	<b>PREÇO TOTAL</b>
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>				
	Implantação e conversão de base de dados		1	R\$ 35.000	R\$ 35.000
9	<b>TREINAMENTO</b>				
	Treinamento para utilização do Sistema		1	R\$ 35.000	R\$ 35.000
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>				
	Suporte técnico presencial		360	R\$ 160, 00	R\$ 57.600, 00
<b>VALOR GLOBAL</b>					R\$ 481.600, 00

**Municípios Fator FPM - 2,20 - 2,40**

Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO MENSAL	UNIT	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 9.000, 00		R\$ 108.000, 00

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

**W20****Contabilidade e Serviços Eireli ME**

E-mail: w2ocontabilidade@gmail.com

Tels.: (38)3220-7113 / 99991-5010

Rua Bom Jesus, 18A, Centro - Varzelândia - Minas Gerais

Folha nº 58



2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 12.000, 00	R\$ 144.000, 00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 12.000, 00	R\$ 144.000, 00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 5.000, 00	R\$ 60.000, 00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 4.000, 00	R\$ 48.000, 00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 1.000, 00	R\$ 12.000, 00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 1.000, 00	R\$ 12.000, 00
<b>TOTAIS</b>					R\$ 528.000, 00
			<b>QTD</b>	<b>PREÇO UNIT</b>	<b>PREÇO TOTAL</b>
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>				
	Implantação e conversão de base de dados		1	R\$ 55.000, 00	R\$ 55.000, 00
9	<b>TREINAMENTO</b>				
	Treinamento para utilização do Sistema		1	R\$ 55.000, 00	R\$ 55.000, 00
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>				
	Suporte técnico presencial		360	R\$ 160, 00	R\$ 57.600, 00
<b>VALOR GLOBAL</b>					R\$ 695.600, 00

**Municípios Fator FPM - 2,60 - 2,80**

Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO MENSAL	UNIT	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 10.000, 00		R\$ 120.000, 00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 14.000, 00		R\$ 168.000, 00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 10.000, 00		R\$ 120.000, 00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 6.000, 00		R\$ 78.000, 00



# Contabilidade e Serviços Eireli ME

E-mail: w2ocontabilidade@gmail.com

Tels.: (38)3220-7113 / 99991-5010

Rua Bom Jesus, 18A, Centro - Varzelândia - Minas Gerais



5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 4.000, 00	R\$ 48.000, 00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 1.000, 00	R\$ 12.000, 00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 1.000, 00	R\$ 12.000, 00
<b>TOTAIS</b>					R\$ 558.000, 00
			<b>QTD</b>	<b>PREÇO UNIT</b>	<b>PREÇO TOTAL</b>
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>				
	Implantação e conversão de base de dados		1	R\$ 70.000, 00	R\$ 70.000, 00
9	<b>TREINAMENTO</b>				
	Treinamento para utilização do Sistema		1	R\$ 70.000, 00	R\$ 70.000, 00
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>				
	Suporte técnico presencial		360	R\$ 160, 00	R\$ 57.600, 00
<b>VALOR GLOBAL</b>					R\$ 755.600, 00

## Municípios Fator FPM - 3,40 - 3,60

Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO MENSAL	UNIT	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 12.000, 00		R\$ 144.000, 00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 16.000, 00		R\$ 192.000, 00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 12.000, 00		R\$ 144.000, 00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 7.500, 00		R\$ 90.000, 00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 6.000, 00		R\$ 72.000, 00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 2.000, 00		R\$ 24.000, 00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 1.500, 00		R\$ 15.000, 00
<b>TOTAIS</b>						R\$ 681.000, 00
			<b>QTD</b>	<b>PREÇO UNIT</b>	<b>PREÇO TOTAL</b>	
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>					
	Implantação e conversão de base de dados		1	R\$ 70.500, 00		R\$ 70.500, 00
9	<b>TREINAMENTO</b>					
			1	R\$ 70.500, 00		R\$ 70.500, 00

*[Handwritten signatures and marks]*



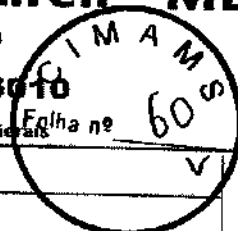


# Contabilidade e Serviços Eireli - ME

E-mail: w2ocontabilidade@gmail.com

Tels.: (38)3220-7113 / 99991-5010

Rua Bom Jesus, 18A, Centro - Varzelândia - Minas Gerais



	Treinamento para utilização do Sistema			
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>			
	Suporte técnico presencial	360	R\$ 180, 00	R\$ 64.800, 00
<b>VALOR GLOBAL</b>				R\$ 886.800, 00

Validade: 30 (trinta) dias

**RAZÃO SOCIAL:** W2O Contabilidade e Serviços EIRELI - ME

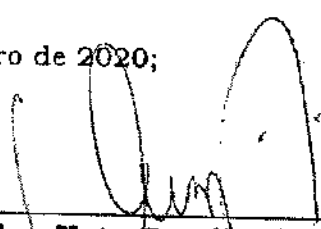
**CNPJ:** 13.074.987/0001-30

**TEL:** (38) 3220-7113/99991-5010

**ENDEREÇO:** Rua Bom Jesus, 18-A, Centro - Varzelândia/MG - CEP: 39450-000;

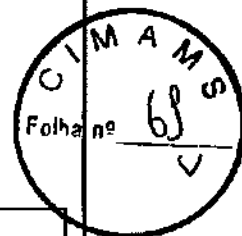
**E-MAIL:** w2ocontabilidade@gmail.com;

Varzelândia/MG, 18 de setembro de 2020;

  
\_\_\_\_\_  
**Odilon Neto Pereira de Almeida**  
p/ **W2O Contabilidade e Serviços EIRELI - ME**  
CNPJ: 13.074.987/0001-30



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**



NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>13.074.987/0001-30</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>06/01/2011</b>
NOME EMPRESARIAL <b>W2O CONTABILIDADE E SERVICOS EIRELI</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>W2O CONTABILIDADE E SERVICOS</b>		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>69.20-6-01 - Atividades de contabilidade</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação</b> <b>62.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo</b> <b>62.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári</b>		
LOGRADOURO <b>R BOM JESUS</b>	NÚMERO <b>18</b>	COMPLEMENTO <b>LETRA A</b>
CEP <b>39.450-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>VARZELANDIA</b>
UF <b>MG</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>W2OCONTABILIDADE@GMAIL.COM</b>		TELEFONE <b>(38) 3220-7113</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>06/01/2011</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

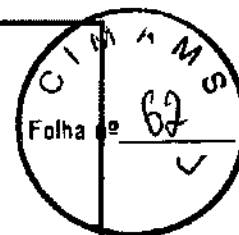
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 21/09/2020 às 08:05:24 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**



NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>05.238.851/0001-90</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>09/08/2002</b>
NOME EMPRESARIAL <b>DBSELLER SERVICOS DE INFORMATICA LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação</b> <b>63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na Internet</b> <b>63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na Internet</b> <b>85.99-6-03 - Treinamento em informática</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R DOUTOR OLINTO DE OLIVEIRA</b>	NÚMERO <b>40</b>	COMPLEMENTO *****
CEP <b>90.040-250</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>SANTANA</b>	MUNICÍPIO <b>PORTO ALEGRE</b>
UF <b>RS</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>PAULO@DBSELLER.COM.BR</b>	TELEFONE <b>(51) 3076-5101</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 21/09/2020 às 10:23:55 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

À Comissão de Licitação do CIMAMS

## PROPOSTA COMERCIAL

Municípios Fator FPM - 0,6					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/PTU, Arrecadação, [SSOM], Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhoria, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, [TB], Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Imóveis;	SV	12	R\$ 1.300,00	R\$ 15.600,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Fretes, Patrimônio;	SV	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
TOTALS				R\$ 7.650,00	R\$ 91.800,00
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS		1	11.475,00	11.475,00
	Implantação e conversão da base de dados				
9	TREINAMENTO		1	R\$ 11.475,00	R\$ 11.475,00
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA		360	R\$ 100,00	R\$ 36.000,00
	Suporte técnico presencial				
VALOR GLOBAL					R\$ 150.750,00

05.238.851/0001-90

**DBSELLER SERVIÇOS DE  
INFORMÁTICA LTDA.**

Rua Dr. Olinio de Oliveira, 40

Santana - CEP: 90040-250

PORTO ALEGRE - RS




Daniel Souza

Consultor Comercial

DBSeller Sistemas Integrados

Municipal Fator CPIS - 0,5					
Nº	GEN/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 3.200,00	R\$ 38.400,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal (PTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sentença, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhores, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Imóveis;	SV	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frota, Patrimônio;	SV	12	R\$ 3.500,00	R\$ 42.000,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, FRT;	SV	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidades/Portal do Funcionário, e protocolo	SV	12	R\$ 700,00	R\$ 8.400,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 650,00	R\$ 7.800,00
<b>TOTAL:</b>				<b>R\$ 12.550,00</b>	<b>R\$ 150.600,00</b>
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS		1	R\$ 16.775,00	R\$ 16.775,00
	Implantação e conversão de base de dados				
9	TREINAMENTO		1	R\$ 16.775,00	R\$ 16.775,00
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA		360	R\$ 110,00	R\$ 39.600,00
	Suporte técnico presencial				
<b>VALOR GLOBAL</b>					<b>R\$ 223.730,00</b>

**05.238.851/0001-90**  
**DBSELLER SERVIÇOS DE**  
**INFORMÁTICA LTDA.**  
 Rua Dr. Olinto de Oliveira, 40  
 Santana - CEP: 90040-250  
**PORTO ALEGRE - RS**

  
**Daniel Souza**  
**Consultor Comercial**

**DBSeller Sistemas Integrados**

Municípios Fator FPM - 1,0					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND.	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	3.300,00	R\$ 39.600,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/APTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Infiltrações;	SV	12	R\$ 1.600,00	R\$ 19.200,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 3.100,00	R\$ 37.200,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 1.600,00	R\$ 19.200,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 1.600,00	R\$ 19.200,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 700,00	R\$ 8.400,00
<b>TOTAIS</b>				<b>R\$ 12.700,00</b>	<b>R\$ 152.400,00</b>
			<b>QTD</b>	<b>PREÇO UNIT</b>	<b>PREÇO TOTAL</b>
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>		1	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00
	Implantação e conversão de base de dados				
9	<b>TREINAMENTO</b>		1	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>		360	R\$ 115,00	R\$ 41.400,00
	Suporte técnico presencial				
<b>VALOR GLOBAL</b>					<b>R\$ 227.800,00</b>

**[05.238.851/0001-90]**

**DBSELLER SERVIÇOS DE  
INFORMÁTICA LTDA.**

Rua Dr. Olinto de Oliveira, 40

Santana - CEP: 90040-250

**PORTO ALEGRE - RS**



**Daniel Souza**

**Consultor Comercial**

**DBSeller Sistemas Integrados**

Municípios Rator FPM - 1,20					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 3.400,00	R\$ 40.800,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal (PTU), Arrecadação, ISSOM, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Constituição de Metas e Receitas Diversas, Controle de Projetos, Modificações, (TBJ), Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Imóveis;	SV	12	R\$ 1.700,00	R\$ 20.400,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Utilizações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 3.200,00	R\$ 38.400,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 1.700,00	R\$ 20.400,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 1.700,00	R\$ 20.400,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 850,00	R\$ 10.200,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 750,00	R\$ 9.000,00
<b>TOTAIS</b>				<b>R\$ 13.300,00</b>	<b>R\$ 159.600,00</b>
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS		1	R\$ 18.100,00	R\$ 18.100,00
	Implantação e conversão da base de dados				
9	TREINAMENTO		1	R\$ 18.100,00	R\$ 18.100,00
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	SUORTE TÉCNICO DE PROGRAMA		360	R\$ 117,00	R\$ 42.120,00
	Suporte técnico presencial				
<b>VALOR GLOBAL</b>					<b>R\$ 237.920,00</b>

05.238.851/0001-90

**DBSELLER SERVIÇOS DE  
INFORMÁTICA LTDA.**

Rua Dr. Olinto de Oliveira, 40

Santana - CEP: 90040-250

**PORTO ALEGRE - RS**

 Daniel Souza  
 Consultor Comercial

DBSeller Sistemas Integrados

Municipal Fator (PM - 1,40 - 1,60)					
Nº	BEM/SERVIÇO	UNO	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Departamento, Empenhos, Insumos;	SV	12	4.100,00	49.200,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal (IPTU, Arrecadação, ISSQN), Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhoria, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Imóveis;	SV	12	2.150,00	25.800,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Utilidades, Centro e Fretes, Patrimônio;	SV	12	4.900,00	R\$ 58.800,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	2.150,00	R\$ 25.800,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	1.250,00	R\$ 15.000,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidades/Portal da Transparência; e protocolo	SV	12	950	
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	900,00	
TOTAIS					
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS		1	23.050,00	23.050,00
	Implantação e conversão de base de dados				
9	TREINAMENTO		1	23.050,00	23.050,00
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA		360	R\$ 120,00	R\$ 43.200,00
	Suporte técnico presencial				
VALOR GLOBAL					R\$ 263.900,00

05.238.851/0001-90

**DBSELLER SERVIÇOS DE  
INFORMÁTICA LTDA.**

Rua Dr. Olinio de Oliveira, 40

Santana - CEP: 90040-250

**PORTO ALEGRE - RS**

**Daniel Souza**
**Consultor Comercial**
**DBSeller Sistemas Integrados**



Municípios Fator FPM - 1,8 - 2,0					
Nº	DESCRIÇÃO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria	SV	12	R\$ 5.500,00	R\$ 66.000,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal (IPTU), Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Imóveis	SV	12	R\$ 5.700,00	R\$ 68.400,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio	SV	12	R\$ 7.100,00	R\$ 85.200,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH	SV	12	R\$ 2.700,00	R\$ 32.400,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários, Portal Cidadão, Portal do Funcionário e Prologação	SV	12	R\$ 1.950,00	R\$ 23.400,00
7	Gestão BI - Recursos Humanos - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 970,00	R\$ 11.640,00
<b>TOTAIS</b>				R\$	<b>323.040,00</b>
			<b>QTD</b>	<b>PREÇO UNIT</b>	<b>PREÇO TOTAL</b>
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>		1	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00
	Implantação e conversão de base de dados				
9	<b>TREINAMENTO</b>		1	33000	33000
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	<b>SUPOORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>		360	130	46800
	Suporte técnico presencial				
<b>VALOR GLOBAL</b>				R\$	<b>435.840,00</b>

05.238.851/0001-90

**DBSELLER SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.**

Rua Dr. Olinto de Oliveira, 40

Santana - CEP: 90040-250

PORTO ALEGRE - RS



**Daniel Souza**

Consultor Comercial

**DBSeller Sistemas Integrados**

DBSeller Serviços de Informática Ltda

Rua Dr. Olinto de Oliveira, 40 - Santana - CEP: 90.040.250 - Porto Alegre/RS

Fone: (51) 3076-5101 - CNPJ: 05.238.851/0001-90 - www.dbseller.com.br



**DBSeller**  
SISTEMAS INTEGRADOS



Folha nº 69

Municípios Fator FPM - 2,20 - 2,40					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 8.700,00	R\$ 104.400,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 11.800,00	R\$ 141.600,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 8.800,00	R\$ 105.600,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 4.980,00	R\$ 59.760,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 3.100,00	R\$ 37.200,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 710,00	R\$ 8.520,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 710,00	R\$ 8.520,00
<b>TOTAIS</b>				<b>R\$ 38.800,00</b>	<b>R\$ 465.600,00</b>
			<b>QTD</b>	<b>PREÇO UNIT</b>	<b>PREÇO TOTAL</b>
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>		1	R\$ 54.825,00	R\$ 54.825,00
	Implantação e conversão de base de dados				
9	<b>TREINAMENTO</b>		1	R\$ 54.825,00	R\$ 54.825,00
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	<b>SUORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>		360	R\$ 140,00	R\$ 50.400,00
	Suporte técnico presencial				
<b>VALOR GLOBAL</b>					<b>R\$ 625.650,00</b>

05.238.851/0001-90

**DBSELLER SERVIÇOS DE  
INFORMÁTICA LTDA.**

Rua Dr. Olinto de Oliveira, 40

Santana - CEP: 90040-250

PORTO ALEGRE - RS

Daniel Souza

Consultor Comercial

DBSeller Sistemas Integrados


DBSeller Serviços de Informática Ltda

Rua Dr. Olinto de Oliveira, 40 - Santana - CEP: 90.040.250 - Porto Alegre/RS

Fone: (51) 3076-5101 - CNPJ: 05.238.851/0001-90 - www.dbseller.com.br

Municípios Fator FPM - 2,00 - 2,80					
Nº	SEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 9.350,00	R\$ 112.200,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhoria, Recolha Diversas, Controle de Projetos, Sanificação, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cessão de Injeções;	SV	12	R\$ 13.100,00	R\$ 157.200,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 9.700,00	R\$ 116.400,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 5.500,00	R\$ 66.000,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 3.500,00	R\$ 42.000,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidades/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00
			<b>TOTAIS</b>		<b>R\$ 513.000,00</b>
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS		1	R\$ 68.275,00	R\$ 68.275,00
	Implantação e conversão de base de dados				
9	TREINAMENTO		1	R\$ 68.275,00	R\$ 68.275,00
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	SUORTE TÉCNICO DE PROGRAMA		360	R\$ 160,00	R\$ 57.600,00
	Suporte técnico presencial				
			<b>VALOR GLOBAL</b>		<b>R\$ 707.150,00</b>

**05.238.851/0001-90**  
**DBSELLER SERVIÇOS DE**  
**INFORMÁTICA LTDA.**  
 Rua Dr. Olinto de Oliveira, 40  
 Santana - CEP: 90040-250  
**PORTO ALEGRE - RS**

  
**Daniel Souza**  
 Consultor Comercial

DBSeller Sistemas Integrados

Municípios Fator FPM - 3,40 - 3,50					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Teorização;	SV	12	10.500,00	R\$ 126.000,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/APTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Divida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Imóveis;	SV	12	14.700,00	R\$ 176.400,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	11.300,00	R\$ 135.600,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	6.500,00	
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	4.200,00	R\$ 50.400,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
TOTALS				R\$ 49.200,00	R\$ 302.400,00
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS		1	R\$ 70.025,00	R\$ 70.025,00
	Implantação e conversão de base de dados				
9	TREINAMENTO		1	R\$ 70.025,00	R\$ 70.025,00
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	SUORTE TÉCNICO DE PROGRAMA		360	180	R\$ 64.800,00
	Suprta técnico presencial				
VALOR GLOBAL					R\$ 785.250,00

Porto Alegre, 21 de Setembro de 2020.

05.238.851/0001-90

DBSELLER SERVIÇOS DE  
INFORMÁTICA LTDA.

Rua Dr. Olinto de Oliveira, 40  
Santana - CEP: 90040-250

PORTO ALEGRE - RS



Daniel Souza

Consultor Comercial

DBSeller Sistemas Integrados



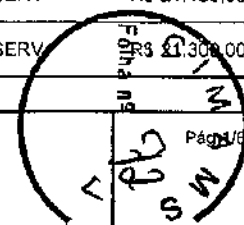


**CIMAMS**

RUA TUPINIQUE, 490, CIMAMS.COM  
MONTES CLAROS - MG  
3832210841 - CNPJ: 21.505.692/0001-08  
consorciocimams@yahoo.com.br  
SEM

Preço de Referência  
Processo de Compra: 186  
Data: 21/09/2020

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR UN	QUANT	UN	TOTAL
1	5971	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - CONTABILIDADE PÚBLICA, ORÇAMENTO, EMPENHOS, TESOURARIA - FATOR FPM - 0,6	R\$ 2.087,50	12	SERV	R\$ 25.050,00
2	5972	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores - FATOR FPM - 0,6	R\$ 1.287,50	12	SERV	R\$ 15.450,00
3	5973	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio - FATOR FPM - 0,6	R\$ 2.057,50	12	SERV	R\$ 24.690,00
4	5974	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH - FATOR FPM - 0,6.	R\$ 1.075,00	12	SERV	R\$ 12.900,00
5	5975	NOTA FISCAL ELETRÔNICA - FATOR FPM - 0,6.	R\$ 537,50	12	SERV	R\$ 6.450,00
6	5976	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários Portal Cidadão/Portal do, Funcionário e protocolo - FATOR FPM - 0,6	R\$ 570,00	12	SERV	R\$ 6.840,00
7	5977	Gestão BI <input type="checkbox"/> Business Intelligence <input type="checkbox"/> Despesas, Receitas - FATOR FPM - 0,6.	R\$ 415,00	12	SERV	R\$ 4.980,00
8	5978	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS - FATOR FPM - 0,6.	R\$ 12.362,50	1	SERV	R\$ 12.362,50
9	5979	TREINAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA - FATOR FPM - 0,6.	R\$ 12.362,50	1	SERV	R\$ 12.362,50
10	5980	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA PRESENCIAL - FATOR FPM - 0,6.	R\$ 123,75	360	SERV	R\$ 44.550,00
11	5981	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - CONTABILIDADE PÚBLICA, ORÇAMENTO, EMPENHOS, TESOURARIA - FATOR FPM - 0,8	R\$ 3.550,00	12	SERV	R\$ 42.600,00
12	5982	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores - FATOR FPM - 0,8	R\$ 1.812,50	12	SERV	R\$ 21.750,00
13	5983	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio - FATOR FPM - 0,8	R\$ 3.750,00	12	SERV	R\$ 45.000,00
14	5984	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH - FATOR FPM - 0,8.	R\$ 1.762,50	12	SERV	R\$ 21.150,00
15	5985	NOTA FISCAL ELETRÔNICA - FATOR FPM - 0,8.	R\$ 1.775,00	12	SERV	R\$ 21.300,00



**CIMAMS**

RUA TUPINIQUE, 490, CIMAMS.COM  
MONTES CLAROS - MG  
3832210841 - CNPJ: 21.505.692/0001-08  
consorcio cimams@yahoo.com.br  
SEM

Preço de Referência

Processo de Compra: 186

Data: 21/09/2020

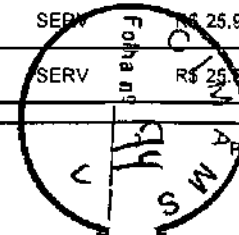
16	5986	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários Portal Cidadão/Portal do. Funcionário e protocolo - FATOR FPM - 0,8	R\$ 900,00	12	SERV	R\$ 10.800,00
17	5987	Gestão BI <input type="checkbox"/> Business Intelligence <input type="checkbox"/> Despesas, Receitas - FATOR FPM - 0,8.	R\$ 832,50	12	SERV	R\$ 9.990,00
18	5988	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS - FATOR FPM - 0,8.	R\$ 17.887,50	1	SERV	R\$ 17.887,50
19	5989	TREINAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA - FATOR FPM - 0,8.	R\$ 17.887,50	1	SERV	R\$ 17.887,50
20	5990	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA PRESENCIAL - FATOR FPM - 0,8.	R\$ 130,00	360	SERV	R\$ 46.800,00
21	5991	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - CONTABILIDADE PÚBLICA, ORÇAMENTO, EMPENHOS,, TESOURARIA - FATOR FPM - 1,0	R\$ 3.762,50	12	SERV	R\$ 45.150,00
22	5992	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN,, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores - FATOR FPM - 1,0	R\$ 1.910,00	12	SERV	R\$ 22.920,00
23	5993	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas,, Patrimônio - FATOR FPM - 1,0	R\$ 3.647,50	12	SERV	R\$ 43.770,00
24	5994	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH - FATOR FPM - 1,0.	R\$ 1.835,00	12	SERV	R\$ 22.020,00
25	5995	NOTA FISCAL ELETRÔNICA - FATOR FPM - 1,0.	R\$ 1.847,50	12	SERV	R\$ 22.170,00
26	5996	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários Portal Cidadão/Portal do. Funcionário e protocolo - FATOR FPM - 1,0	R\$ 987,50	12	SERV	R\$ 11.850,00
27	5997	Gestão BI <input type="checkbox"/> Business Intelligence <input type="checkbox"/> Despesas, Receitas - FATOR FPM - 1,0.	R\$ 937,50	12	SERV	R\$ 11.250,00
28	5998	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS - FATOR FPM - 1,0.	R\$ 19.000,00	1	SERV	R\$ 19.000,00
29	5999	TREINAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA - FATOR FPM - 1,0.	R\$ 19.000,00	1	SERV	R\$ 19.000,00
30	6000	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA PRESENCIAL - FATOR FPM - 1,0.	R\$ 133,75	360	SERV	R\$ 48.150,00
31	6001	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - CONTABILIDADE PÚBLICA, ORÇAMENTO, EMPENHOS,, TESOURARIA - FATOR FPM - 1,2	R\$ 4.070,00	12	SERV	R\$ 48.840,00
32	6002	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN,, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral	R\$ 2.020,00	12	SERV	R\$ 24.240,00

**CIMAMS**

RUA TUPINIQUE, 490, CIMAMS.COM  
MONTES CLAROS - MG  
3832210841 - CNPJ: 21.505.692/0001-08  
consorcio cimams@yahoo.com.br  
SEM

Preço de Referência  
Processo de Compra: 188  
Data: 21/09/2020

Financeira, Cadastro de Inflatores - FATOR FPM - 1,2						
33	6003	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio - FATOR FPM - 1,2	R\$ 3.870,00	12	SERV	R\$ 46.440,00
34	6004	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH - FATOR FPM - 1,2.	R\$ 1.932,50	12	SERV	R\$ 23.190,00
35	6005	NOTA FISCAL ELETRÔNICA - FATOR FPM - 1,2.	R\$ 1.945,00	12	SERV	R\$ 23.340,00
36	6006	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários Portal Cidadão/Portal do. Funcionário e protocolo - FATOR FPM - 1,2	R\$ 1.079,50	12	SERV	R\$ 12.954,00
37	6007	Gestão BI <input type="checkbox"/> Business Intelligence <input type="checkbox"/> Despesas, Receitas - FATOR FPM - 1,2.	R\$ 967,50	12	SERV	R\$ 11.610,00
38	6008	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS - FATOR FPM - 1,2.	R\$ 20.800,00	1	SERV	R\$ 20.800,00
39	6009	TREINAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA - FATOR FPM - 1,2.	R\$ 20.800,00	1	SERV	R\$ 20.800,00
40	6010	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA PRESENCIAL - FATOR FPM - 1,2.	R\$ 136,00	360	SERV	R\$ 48.960,00
41	6011	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - CONTABILIDADE PÚBLICA, ORÇAMENTO, EMPENHOS, TESOURARIA - FATOR FPM - 1,4 - 1,6	R\$ 4.537,50	12	SERV	R\$ 54.450,00
42	6012	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores - FATOR FPM - 1,4 - 1,6	R\$ 2.445,00	12	SERV	R\$ 29.340,00
43	6013	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio - FATOR FPM - 1,4 - 1,6	R\$ 4.992,50	12	SERV	R\$ 59.910,00
44	6014	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH - FATOR FPM - 1,4 - 1,6.	R\$ 2.312,50	12	SERV	R\$ 27.750,00
45	6015	NOTA FISCAL ELETRÔNICA - FATOR FPM - 1,4 - 1,6.	R\$ 1.757,50	12	SERV	R\$ 21.090,00
46	6016	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários Portal Cidadão/Portal do. Funcionário e protocolo - FATOR FPM - 1,4 - 1,6	R\$ 1.309,50	12	SERV	R\$ 15.714,00
47	6017	Gestão BI <input type="checkbox"/> Business Intelligence <input type="checkbox"/> Despesas, Receitas - FATOR FPM - 1,4 - 1,6.	R\$ 1.147,00	12	SERV	R\$ 13.764,00
48	6018	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS - FATOR FPM - 1,4 - 1,6.	R\$ 25.900,00	1	SERV	R\$ 25.900,00
49	6019	TREINAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA - FATOR FPM - 1,4 - 1,6.	R\$ 25.900,00	1	SERV	R\$ 25.900,00



**CIMAMS**

RUA TUPINIQUIS, 490, CIMAMS.COM  
MONTES CLAROS - MG  
3832210841 - CNPJ: 21.505.692/0001-08  
consorcioCIMAMS@yahoo.com.br  
SEM

Preço de Referência  
Processo de Compra: 186  
Data: 21/09/2020

50	6020	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA PRESENCIAL - FATOR FPM - 1,4 - 1,6.	R\$ 138,75	360	SERV	R\$ 49.950,00
51	6021	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - CONTABILIDADE PÚBLICA, ORÇAMENTO, EMPENHOS, TESOURARIA - FATOR FPM - 1,8 - 2,0	R\$ 5.875,00	12	SERV	R\$ 70.500,00
52	6022	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores - FATOR FPM - 1,8 - 2,0	R\$ 5.350,00	12	SERV	R\$ 64.200,00
53	6023	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio - FATOR FPM - 1,8 - 2,0	R\$ 7.487,50	12	SERV	R\$ 89.850,00
54	6024	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH - FATOR FPM - 1,8 - 2,0.	R\$ 3.045,00	12	SERV	R\$ 36.540,00
55	6025	NOTA FISCAL ELETRÔNICA - FATOR FPM - 1,8 - 2,0.	R\$ 3.307,50	12	SERV	R\$ 39.690,00
56	6026	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários Portal Cidadão/Portal do Funcionário e protocolo - FATOR FPM - 1,8 - 2,0	R\$ 2.257,50	12	SERV	R\$ 27.090,00
57	6027	Gestão BI <input type="checkbox"/> Business Intelligence <input type="checkbox"/> Despesas, Receitas - FATOR FPM - 1,8 - 2,0.	R\$ 1.235,00	12	SERV	R\$ 14.820,00
58	6028	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS - FATOR FPM - 1,8 - 2,0.	R\$ 36.500,00	1	SERV	R\$ 36.500,00
59	6029	TREINAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA - FATOR FPM - 1,8 - 2,0.	R\$ 36.500,00	1	SERV	R\$ 36.500,00
60	6030	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA PRESENCIAL - FATOR FPM - 1,8 - 2,0.	R\$ 145,00	360	SERV	R\$ 52.200,00
61	6031	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - CONTABILIDADE PÚBLICA, ORÇAMENTO, EMPENHOS, TESOURARIA - FATOR FPM - 2,2 - 2,4	R\$ 8.775,00	12	SERV	R\$ 105.300,00
62	6032	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores - FATOR FPM - 2,2 - 2,4	R\$ 11.375,00	12	SERV	R\$ 136.500,00
63	6033	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio - FATOR FPM - 2,2 - 2,4	R\$ 9.582,50	12	SERV	R\$ 114.750,00
64	6034	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH - FATOR FPM - 2,2 - 2,4.	R\$ 5.207,50	12	SERV	R\$ 62.490,00
65	6035	NOTA FISCAL ELETRÔNICA - FATOR FPM - 2,2 - 2,4.	R\$ 3.757,50	12	SERV	R\$ 45.090,00



**CIMAMS**

RUA TUPINIQUE, 490, CIMAMS.COM  
MONTES CLAROS - MG  
3832210841 - CNPJ: 21.505.692/0001-08  
consorciocimams@yahoo.com.br  
SEM

Preço de Referência  
Processo de Compra: 186  
Data: 21/09/2020

66	6036	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários Portal Cidadão/Portal do. Funcionário e protocolo - FATOR FPM - 2,2 - 2,4	R\$ 1.802,50	12	SERV	R\$ 21.630,00
67	6037	Gestão BI <input type="checkbox"/> Business Intelligence <input type="checkbox"/> Despesas, Receitas - FATOR FPM - 2,2 - 2,4.	R\$ 1.215,00	12	SERV	R\$ 14.580,00
68	6038	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS - FATOR FPM - 2,2 - 2,4.	R\$ 58.037,50	1	SERV	R\$ 58.037,50
69	6039	TREINAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA - FATOR FPM - 2,2 - 2,4.	R\$ 58.037,50	1	SERV	R\$ 58.037,50
70	6040	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA PRESENCIAL - FATOR FPM - 2,2 - 2,4.	R\$ 150,75	360	SERV	R\$ 54.270,00
71	6041	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - CONTABILIDADE PÚBLICA, ORÇAMENTO, EMPENHOS, TESOURARIA - FATOR FPM - 2,6 - 2,8	R\$ 10.175,00	12	SERV	R\$ 122.100,00
72	6042	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN,, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores - FATOR FPM - 2,6 - 2,8	R\$ 12.550,00	12	SERV	R\$ 150.600,00
73	6043	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas,, Patrimônio - FATOR FPM - 2,6 - 2,8	R\$ 9.675,00	12	SERV	R\$ 116.100,00
74	6044	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH - FATOR FPM - 2,6 - 2,8.	R\$ 5.912,50	12	SERV	R\$ 70.950,00
75	6045	NOTA FISCAL ELETRÔNICA - FATOR FPM - 2,6 - 2,8.	R\$ 4.100,00	12	SERV	R\$ 49.200,00
76	6046	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários Portal Cidadão/Portal do. Funcionário e protocolo - FATOR FPM - 2,6 - 2,8	R\$ 2.045,00	12	SERV	R\$ 24.540,00
77	6047	Gestão BI <input type="checkbox"/> Business Intelligence <input type="checkbox"/> Despesas, Receitas - FATOR FPM - 2,6 - 2,8.	R\$ 1.312,50	12	SERV	R\$ 15.750,00
78	6048	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS - FATOR FPM - 2,6 - 2,8.	R\$ 71.262,50	1	SERV	R\$ 71.262,50
79	6049	TREINAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA - FATOR FPM - 2,6 - 2,8.	R\$ 71.262,50	1	SERV	R\$ 71.262,50
80	6050	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA PRESENCIAL - FATOR FPM - 2,6 - 2,8.	R\$ 157,50	360	SERV	R\$ 56.700,00
81	6051	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - CONTABILIDADE PÚBLICA, ORÇAMENTO, EMPENHOS,, TESOURARIA - FATOR FPM - 3,4 - 3,6	R\$ 11.450,00	12	SERV	R\$ 137.400,00
82	6052	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN,, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral	R\$ 14.700,00	12	SERV	R\$ 176.400,00

**CIMAMS**

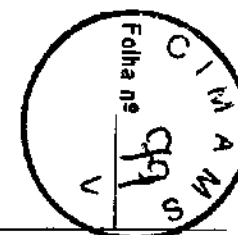
RUA TUPINIQUE, 490, CIMAMS.COM  
MONTES CLAROS - MG  
3832210841 - CNPJ: 21.505.692/0001-08  
consorcioCIMAMS@yahoo.com.br  
SEM

Preço de Referência

Processo de Compra: 186

Data: 21/09/2020

Financeira, Cadastro de Infiltores - FATOR FPM - 3,4 - 3,6						
83	6053	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio - FATOR FPM - 3,4 - 3,6	R\$ 11.025,00	12	SERV	R\$ 132.300,00
84	6054	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH - FATOR FPM - 3,4 - 3,6.	R\$ 7.062,50	12	SERV	R\$ 84.750,00
85	6055	NOTA FISCAL ELETRÔNICA - FATOR FPM - 3,4 - 3,6.	R\$ 5.400,00	12	SERV	R\$ 64.800,00
86	6056	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários Portal Cidadão/Portal do. Funcionário e protocolo - FATOR FPM - 3,4 - 3,6	R\$ 2.412,50	12	SERV	R\$ 28.950,00
87	6057	Gestão BI <input type="checkbox"/> Business Intelligence <input type="checkbox"/> Despesas, Receitas - FATOR FPM - 3,4 - 3,6.	R\$ 1.600,00	12	SERV	R\$ 19.200,00
88	6058	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS - FATOR FPM - 3,4 - 3,6.	R\$ 75.137,50	1	SERV	R\$ 75.137,50
89	6059	TREINAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA - FATOR FPM - 3,4 - 3,6.	R\$ 75.137,50	1	SERV	R\$ 75.137,50
90	6060	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA PRESENCIAL - FATOR FPM - 3,4 - 3,6.	R\$ 175,00	360	SERV	R\$ 63.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$4.035.137,00

  
  
  
RESPONSÁVEL PELA COTAÇÃO



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



## PORTARIA Nº. 012/2020

***"NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS."***

**EDMARCIO MOURA LEAL**, Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – CIMAMS, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**Art. 1º - DESIGNAR**, para exercer as atribuições legais de Pregoeiro o Sr.:

- **ALISSON RAFAEL ALVES SANTOS – PREGOEIRO OFICIAL.**

**Art. 2º - DESIGNAR**, para participarem como Membros da Equipe de Apoio, as seguintes pessoas abaixo relacionadas:

- **MAIRES TEIXEIRA NASCIMENTO – EQUIPE DE APOIO;**
- **ADENILDE MENDES PEREIRA - EQUIPE DE APOIO.**

**Art. 3º - DESIGNAR**, para exercer as atribuições legais de Pregoeira Substituta a Sr.ª:

- **THAMARA ALMEIDA VELOSO – PREGOEIRA SUBSTITUTA**

**Art. 4º - DESIGNAR**, para participarem como Membros da Equipe de Apoio Substitutos, as seguintes pessoas abaixo relacionadas:

- **EDVALDO PINHEIRO – EQUIPE DE APOIO;**
- **LUIZ GUSTAVO MARTINS COSTA – EQUIPE DE APOIO.**

**Parágrafo Único** – Os Editais dos processos licitatórios indicarão os membros de apoio para o certame, que deverão atuar com, no mínimo, dois integrantes.

**Art. 5º - REVOGADAS** as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Montes Claros/MG, 13 de abril de 2020.

  
**EDMARCIO MOURA LEAL**  
Presidente do CIMAMS





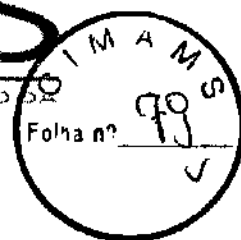




# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08




## TERMO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Ocorrendo a necessidade de abertura do Processo Licitatório na Modalidade **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLICLICENSE – GPL), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO – SPB (WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR) PARA UTILIZAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMAMS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NECESSIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS**, solicito de V.Sª que seja autorizado nos moldes previstos nas Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações.

Informamos-lhe ainda, que por tratar-se de licitação realizada através do Sistema de Registro de Preços, a dotação orçamentária será indicada em documento específico: contrato, nota de empenho, autorização de fornecimento, ou outro documento equivalente.

Montes Claros/MG, 14 de outubro de 2020.

  
Thamara Almeida Veloso  
Pregoeira Substituta

Serviço Contábil

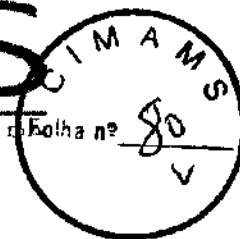




# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 38401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



## AUTORIZAÇÃO

Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei nº 8.666/93, **AUTORIZO** a abertura do procedimento licitatório, na modalidade de **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLICLICENSE – GPL), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO – SPB (WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR) PARA UTILIZAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMAMS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NECESSIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS**, em atendimento ao disposto no inciso II do art.16 da Lei Complementar nº 101 de 05 de maio de 2000, declaro que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Montes Claros/MG, 15 de outubro de 2020.

Edmarcio Moura Leal

Presidente do CIMAMS



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



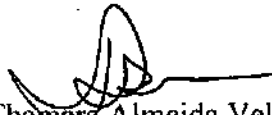
## AUTUAÇÃO


PROCESSO	043/2020
LICITATÓRIO Nº	
MODALIDADE Nº	PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS 008/2020

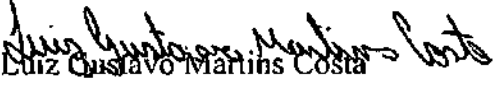
SÍNTESE DO OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLICLICENSE - GPL), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO - SPB (WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR) PARA UTILIZAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMAMS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NECESSIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS
-------------------	--

## AUTUAÇÃO

Aos 16 (dezesseis) dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, neste Consórcio, autuamos a autorização e demais documentos que seguem.

  
Thamara Almeida Veloso  
Pregoeira Substituta

  
Edvaldo Pinheiro  
Equipe de Apoio

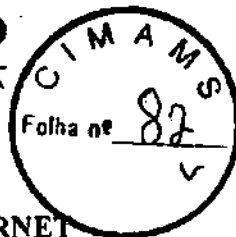
  
Luiz Gustavo Martins Costa  
Equipe de Apoio



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIPINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



## RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL RETIFICADO PELA INTERNET

### PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2020

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ Nº: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

Pessoa para contato: \_\_\_\_\_

Recebemos através de acesso a página [www.cimams.mg.gov.br](http://www.cimams.mg.gov.br) esta data cópia do edital da licitação acima identificada.

Local: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Senhor Licitante,

Visando a comunicação futura entre este Consórcio e a sua empresa, solicito que Vossa Senhoria preencha o recibo de entrega do edital e remeta ao departamento de licitações o recibo **escaneado** para o e-mail [licitacao@cimams.mg.gov.br](mailto:licitacao@cimams.mg.gov.br).

A não remessa do recibo, exime o Setor de Licitações da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório bem como de quaisquer informações adicionais.

C

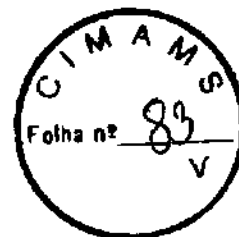
11



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.862/0001-08



## EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2020

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2020

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS: SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLICLICENSE - GPL), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO - SPB (WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR) PARA UTILIZAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMAMS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NECESSIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.**

- **APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES:**

04/11/2020 às 09h (nove horas)

- **ABERTURA DA SESSÃO OFICIAL DO PREGÃO PRESENCIAL:**

04/11/2020 às 09h e 15min (nove horas e quinze minutos)

- **LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:**

Rua Tupiniquins, Nº 490, Bairro Melo, Montes Claros/MG.

- **COORDENADOR DO PROCESSO - PREGOEIRO:**

Thamara Almeida Veloso.

- **CONSULTAS AO EDITAL e ESCLARECIMENTOS:** na sala de licitações das 08h (oito horas) às 13h (treze horas), de segunda à sexta-feira, na Rua Tupiniquins, Nº 490, Bairro Melo, Montes Claros/MG, no e-mail: [licitacao@cimams.mg.gov.br](mailto:licitacao@cimams.mg.gov.br) e site [www.cimams.mg.gov.br](http://www.cimams.mg.gov.br)





# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



## EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2020

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2020

### PREÂMBULO

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – CIMAMS, inscrito no CNPJ sob o nº 21.505.692/0001-08, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09h (nove horas) do dia 04 de novembro de 2020, na sede administrativa, situada na Rua Tupiniquins, nº 490, Bairro Melo, na cidade de Montes Claros/MG, será realizada a sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta Comercial e Documentação de Habilitação para o Pregão Presencial por Registro de Preço nº 008/2020, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, objetivando a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLICLICENSE – GPL), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO – SPB (WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR) PARA UTILIZAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMAMS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NECESSIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS**, que reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei 8.666/93, de 21/06/93, e suas alterações e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos. A realização deste procedimento pelo Consórcio se dará nos termos do § 1º, do art. 112, da Lei Federal nº 8.666/1993, com redação incluída pela Lei Federal nº 11.107/2005. Os trabalhos serão conduzidos pela Sra. Thamara Almeida Veloso, designado Pregoeiro, e pela Equipe de Apoio, designados através de Portaria própria anexada aos autos do procedimento.

### I - OBJETO

**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLICLICENSE – GPL), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO – SPB (WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR) PARA UTILIZAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMAMS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NECESSIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.**



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



## II – ÁREA SOLICITANTE

ÁGUAS VERMELHAS, ALVORADA DE MINAS, ANGELÂNDIA; BERIZAL, BOCAIUVA, BOTUMIRIM, BRASILIA DE MINAS, BUENÓPOLIS, BURITIZEIRO, CAMPO AZUL, CAPITÃO ENÉAS, CATUTI, CLARO DOS POÇÕES, CÔNEGO MARINHO, CORAÇÃO DE JESUS, CRISTÁLIA, CHAPADA GAUCHA, CURRAL DE DENTRO, DIAMANTINA, ENGENHEIRO NAVARRO, ESPINOSA, FRANCISCO DUMONT, FRANCISCO SÁ, FRUTA DE LEITE, GAMELEIRAS, GLAUCILÂNDIA, GRÃO MOGOL, GUARACIAMA, IBIAÍ, IBIRACATU, ICARAI DE MINAS, INDAIABIRA, ITACAMBIRA, ITACARAMBI, JAIBA, JANAUBA, JANUÁRIA, JAPONVAR, JEQUITAI, JOAQUIM FELÍCIO, JOSENÓPOLIS, JUVENILIA, LAGOA DOS PATOS, LASSANCE, LONTRA, LUISLÂNDIA, MAMONAS, MANGA, MATIAS CARDOSO, MATO VERDE, MIRABELA, MIRAVÂNIA, MONTALVÂNIA, MONTE AZUL, MONTES CLAROS, MONTEZUMA, NINHEIRA, NOVA PORTEIRINHA, NOVORIZONTE, OLHOS D'ÁGUA, PADRE CARVALHO, PATIS, PEDRAS DE MARIA DA CRUZ, PINTOPOLIS, PIRAPORA, PONTO CHIQUE, PORTERINHA, RIACHO DOS MACHADOS, RIO PARDO DE MINAS, RUBELITA, SABINÓPOLIS, SALINAS, SANTA CRUZ DE SALINAS, SANTA FÉ DE MINAS, SANTO ANTONIO DO RETIRO, SÃO FRANCISCO, SÃO JOÃO DA LAGOA, SÃO JOÃO DA PONTE, SÃO JOÃO DAS MISSÕES, SÃO JOÃO DO PACUI, SÃO JOÃO DO PARAÍSO, SÃO ROMÃO, SERRO, TAIÓBEIRAS, UBAÍ, URUCUIA, VARGEM GRANDE DO RIO PARDO, VÁRZEA DA PALMA, VARZELÂNDIA e VERDELÂNDIA.

## III - CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1 - O interessado poderá ler e obter o texto integral do Edital e seus Anexos, bem como obter os elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento do seu objeto na sala do CIMAMS, localizada na Rua Tupiniquins, Nº 490, Bairro Melo, Montes Claros/MG, das 08h (oito horas) às 13h (treze horas), de segunda à sexta-feira; pelo e-mail: [licitacao@cimams.mg.gov.br](mailto:licitacao@cimams.mg.gov.br); telefone (38) 3221-0841 ou (38) 9 9970-3832 e site [www.cimams.mg.gov.br](http://www.cimams.mg.gov.br).

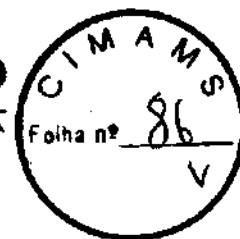
2 - Os pedidos de esclarecimentos de dúvidas em relação ao Edital deverão ser encaminhados, por escrito, até o 2º (segundo) dia útil anterior à data da abertura das propostas.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



3 - Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa, protocolizadas na sala do CIMAMS, localizada na Rua Tupiniquins, Nº 490, Bairro Melo, Montes Claros/MG ou pelo e-mail [licitacao@cimams.mg.gov.br](mailto:licitacao@cimams.mg.gov.br) a partir da publicação do aviso do edital até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, dirigidas ao Pregoeiro, que deverá decidir sobre a petição dentro prazo legal.

3.1 - O CIMAMS não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no item acima, e que, por isso, não sejam protocolizadas no prazo legal.

3.2 - A resposta aos esclarecimentos ou decisão referente à eventual impugnação ao edital serão enviadas ao solicitante ou impugnante via fac-símile ou e-mail.

#### IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1 - Poderão participar do certame todas as pessoas jurídicas interessadas, devendo estas pertencerem ao ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital. O documento de habilitação jurídica deverá expressar o objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação, quando especificado em seu corpo.

2 - Não será admitida nesta licitação a participação de:

2.1 - Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

2.2 - Pessoas jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, ou tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o CIMAMS;

2.3 - Pessoas Jurídicas das quais participem, seja a qualquer título, dirigentes ou servidores do CIMAMS, conforme artigo 9º da Lei de Licitações e Contratos.

3 - A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4 - Os interessados deverão atender a todas as exigências estabelecidas neste Edital, sejam as que dizem respeito às especificações do objeto, sejam as referentes à documentação solicitada, forma de apresentação da(s) proposta(s) e demais condições exigidas.

5 - As empresas participantes não poderão ter sido declaradas inidôneas por qualquer órgão dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da SUDENE (CIMAMS), da Administração Pública direta ou indireta da união, dos estados, dos municípios, bem como punidas com suspensão do direito de licitar, contratar, transacionar



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.662/0001-08



com a administração pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados.

## V - CREDENCIAMENTO

1 - No dia, hora e local designados no Edital, o interessado ou seu representante legal deverá proceder ao respectivo credenciamento junto ao Pregoeiro.

2 - As empresas licitantes poderão ser representadas na sessão do Pregão por seu sócio, proprietário ou dirigente, desde que apresente o original ou cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social atualizado ou Registro Comercial, no caso de empresa individual, acompanhado de documento de identidade do seu representante legal.

2.1 - A representação também poderá ser feita por procurador munido de instrumento público ou particular ou por Carta de Credenciamento, conforme modelo do **Anexo III**, com firma reconhecida, comprovando a outorga de poderes necessários para a formulação de propostas e a prática de todos os demais atos inerentes ao Pregão, juntamente com cópia autenticada do documento de identidade do credenciado ou procurador e documento que comprove a representação legal do outorgante.

2.1.1 - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio para autenticação.

2.1.2 - Todos os documentos pessoais, tanto dos sócios quanto dos seus representantes, devem ser apresentados dentro do prazo de validade. No caso de apresentação de documento de identidade (RG), o mesmo deverá ter no máximo 10 (dez) anos de expedição.

3 - O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto ao Pregoeiro implica a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial e a responsabilidade legal pelos atos praticados.

4 - O licitante, no ato do credenciamento, deverá apresentar ainda, fora dos envelopes contendo a proposta de preços e a habilitação, Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, a teor do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520/2002, conforme modelo previsto no **Anexo IV** deste Edital.

5 - O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não estiver sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da lei citada deverá comprovar sua condição de ME ou EPP, por meio de declaração, conforme modelo do **Anexo V**, juntamente com documento legal que comprove sua condição de ME ou EPP.

6 - O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.882/0001-08



administrativamente.

## VI - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 - A Proposta Comercial e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas em envelopes distintos, colados e indevassáveis, sob pena de desqualificação, contendo em sua parte externa as seguintes informações:

ENVELOPE Nº 01	ENVELOPE Nº 02
AO PREGOEIRO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 043/2020 PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇO Nº. 008/2020 "PROPOSTA COMERCIAL" RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO LICITANTE	AO PREGOEIRO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 043/2020 PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇO Nº. 008/2020 "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO LICITANTE

2 - O CIMAMS não se responsabilizará pela entrega em locais diversos ou a pessoas diferentes das indicadas neste Edital.

## VII - DA PROPOSTA COMERCIAL

1 - A proposta comercial poderá ser apresentada conforme modelo do **Anexo I**, ou em modelo próprio, desde que contenha todas as informações ali previstas, com identificação da proponente, CNPJ ou CPF, endereço, números de telefone e fac-símile/e-mail e assinatura do seu representante legal ou credenciado, devidamente identificado e qualificado, sem emendas, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, constando preço unitário e total cotado, expresso na moeda oficial do país, com duas casas decimais.

2 - A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.





# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINÉIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



2.1 - Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

3 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos.

3.1 - Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, poderá ser solicitada prorrogação da validade a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse deste Consórcio.

3.2 - A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.

4 - Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua Proposta Comercial.

5 - O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.

6 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

## VIII - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 - O licitante que ofertar o menor valor no lote deverá apresentar a documentação abaixo relacionada:

### HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1 - Registro comercial (requerimento de empresário), no caso de empresa individual;

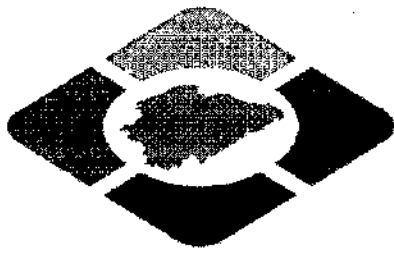
1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

### REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

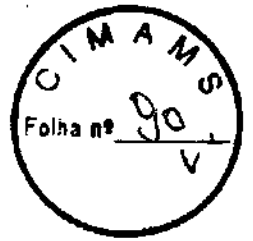
1.5 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



1.6 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, a qual engloba também os tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social, fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

1.7 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria de Fazenda do Estado onde se localiza a sede da licitante;

1.8 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria ou outro órgão competente do Município;

1.9 - Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**, emitida pela Caixa Econômica Federal;

1.10 - **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista ainda que esta acuse a existência de débitos.

## **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

1.11 - **Certidão Negativa de Falência ou Concordata** expedida pelo distribuidor da sede da sociedade empresária/empresário individual do proponente, datada no mínimo dos últimos 60 dias anteriores à sessão.

1.12 - Balanço patrimonial e demonstrações **contábeis do último exercício social (2019)**, exigíveis e apresentados na forma da Lei; que comprovem a boa situação financeira da empresa. Com base nos dados extraídos do balanço será avaliada a capacidade financeira da empresa.

As empresas com menos de um exercício financeiro devem apresentar Balanço de Abertura ou último Balanço Patrimonial levantado.

1.13 - Prova de possuir **Capital social de no mínimo 10% (dez por cento) do lote**. Devendo a comprovação ser feita relativa à data de apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização pela taxa referencial de juros – TR, até o primeiro dia de cada mês, acumulada desde o mês de registro da sua alteração na Junta Comercial, até o mês da primeira publicação do aviso do Edital desta licitação. Os valores de todos os capitais deverão estar gravados em real

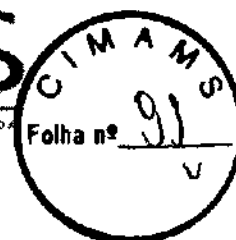
## **REGULARIDADE TÉCNICA**



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



1.14 - Atestado de Capacidade Técnica comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, inclusive comprovando a geração e entrega do SICOM em todos seus módulos.

Para a implantação dos SISTEMAS a CONTRATADA deverá disponibilizar em sua equipe responsável pelos trabalhos, técnicos devidamente qualificados, conforme se disposto no presente termo e no respectivo edital

Apresentação prévia de relação explícita do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, constando a qualificação de cada um dos seus membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, os quais sob a responsabilidade técnica de um profissional de nível superior reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de característica semelhante.

## DECLARAÇÕES

1.13 - Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República, assinada pelo representante legal do licitante, conforme modelo do **Anexo VI**;

1.14 - Declaração expressa de que a licitante não possui superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis caso tal não ocorra, conforme **Anexo VII**;

2 - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio efetuarão consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, em observância à legislação pertinente, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

3 - A Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

3.1 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do CIMAMS, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

3.2 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

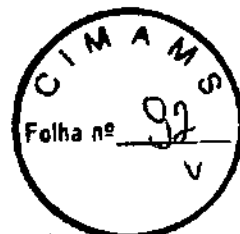




# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



3.3 - Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

3.4 - A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n. 8.666/1993, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.

4 - Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela *internet*, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

4.1 - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio para autenticação.

4.2 - Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura do Pregão.

5 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão estar em nome do proponente e, preferencialmente, com o respectivo número de inscrição no CNPJ e endereço, observando ainda o que segue, conforme preceitua a legislação vigente:

5.1 - Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

5.2 - Se o licitante for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

5.3 - Se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial;

5.4 - Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6 - No tocante à regularidade fiscal, serão aceitas como prova de regularidade certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

7 - A apresentação dos documentos em desacordo com o previsto neste Edital, ou a ausência dos mesmos, **inabilitará** o licitante.

## IX - DO PROCEDIMENTO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1 - Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o pregoeiro classificará em primeiro lugar a proposta de menor valor, ou seja, a que oferecer o **MENOR PREÇO POR LOTE**.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Meio  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.682/0001-08



2 - O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

3 - No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

4 - Após o credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no **Anexo IV**, ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

5 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

5.1 - Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

5.2 - Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes;

6 - Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

7 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

8 - Seleção das propostas de menor preço por lote;

9 - Serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores valores, até o máximo de 3 (três).

10 - No caso de empate nos valores, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

11 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior desconto e os demais em ordem decrescente de preço, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de valores.

12 - O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

13 - Os lances deverão ser formulados por lote, em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observado o acréscimo mínimo, que será estipulado pelo pregoeiro no ato do pregão, aplicável inclusive em relação ao primeiro.

14 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances, com exceção da melhor proposta.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



15 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor preço com vistas à redução do preço.

16 - Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor valor, decidindo motivadamente a respeito.

17 - A aceitabilidade será aferida a partir dos valores de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

18 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

19 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

19.1 - Substituição e apresentação de documentos, ou

19.2 - Verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

20 - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

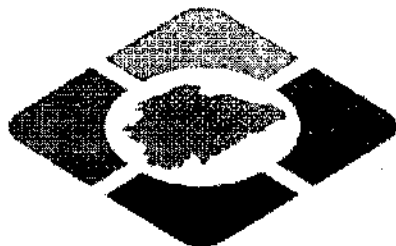
20.1 - O CIMAMS não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

21 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

23 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor valor, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

## X - RECURSOS E CONTRARRAZÕES

1 - Após a declaração do vencedor, durante a Sessão do Pregão, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na sala da Comissão de Licitação do CIMAMS.

2 - Se as razões do recurso forem apresentadas na Sessão do Pregão, estas serão reduzidas a termo na respectiva Ata, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contados da lavratura da Ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

4 - Os recursos e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

4.1 - Ser dirigido ao Presidente do CIMAMS, aos cuidados do Pregoeiro, no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme estabelecido nos subitens 1 e 2;

4.2 - Ser dirigido ao Presidente do CIMAMS, nos casos de anulação ou revogação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

4.3 - Ser apresentado em uma via original, datilografada ou emitida por computador, contendo razão social, CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, devidamente comprovado;

4.4 - Ser protocolizado na sala da Comissão de Licitação do CIMAMS, localizada na Rua Tupiniquins, nº 490, Bairro Melo, cidade de Montes Claros/MG.

5 - O CIMAMS não se responsabilizará por memoriais de recursos e contrarrazões endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos da sala da Comissão Permanente de Licitação e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

6 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7 - Os recursos serão dirigidos à autoridade competente, por intermédio do Pregoeiro que, reconsiderando ou não sua decisão, o fará subir, devidamente informado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8 - Os recursos serão decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

9 - A decisão acerca de recurso interposto será divulgada por meio dos mesmos meios nos quais foi publicado o extrato do presente edital.

## XI - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



- 1 - Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao(s) licitante(s) vencedor(es), competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.
- 2 - Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao(s) licitante(s) vencedor(es) e homologará o procedimento licitatório.

## XII - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 1 - O pagamento será efetuado mensalmente, conforme quantitativo entregue, e em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante apresentação da nota fiscal ou fatura hábil, acompanhada das CND's de INSS e FGTS.
- 2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada, e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias úteis após a data de sua apresentação válida.

## XIII - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com o CIMAMS pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

## XIV - DA CONTRATAÇÃO

- 1 - A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de Ata de Registro de Preços.
  - 1.1 - Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
  - 1.2 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 1.1 deste item XV, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
  - 1.3 - Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 1.1, ou se recusar a cumprir a ordem de



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins - Nº 480 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.662/0001-08



compra, será convocada outra licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente.

## XVI - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1 - Por tratar-se de licitação realizada através do Sistema de Registro de Preços, a dotação orçamentária será indicada em documento específico: contrato, nota de empenho, autorização de fornecimento, ou outro documento equivalente.

## XVII - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes penalidades:

1.1 - Advertência por escrito;

1.2 - Em caso de descumprimento total da obrigação assumida, poderá ser aplicada multa de até 30% do valor do contrato;

1.3 - Suspensão temporária do direito de participar em licitações e contratar, com o licitante, por um período não superior a 05 (cinco) anos, conforme na forma do art. 7º da Lei n.º 10.520/02;

1.4 - Rescisão da contratação.

## XVIII - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, e nas condições previstas neste Edital.

A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea —dI do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea —dI do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, o CONSÓRCIO, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro e definido o novo preço máximo a ser pago pelo CONSÓRCIO, diretamente através dos MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, o proponente registrado será por ela convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

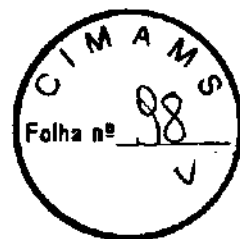
A existência de preços registrados não obriga o órgão gerenciador e nem os municípios consorciados usuários da Ata de Registro de Preços, a contratar, facultando-se a cada um



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins - Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.592/0001-08



destes, a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

A licitante vencedora terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para assinar a Ata, contados da convocação, por escrito, do CONSÓRCIO.

## 1 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Homologada a Licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados que aceitarem fornecer o objeto pelo preço do primeiro, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

Antes da assinatura da Ata de Registro de Preços será realizada consulta as suas condições de habilitação, que deverão ter sido mantidas.

Caso seja comprovada alguma pendência, a Empresa será notificada formalmente e ser-lhe-á concedido o prazo para sua regularização.

O CONSÓRCIO convocará formalmente os fornecedores, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, informando o local, data e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

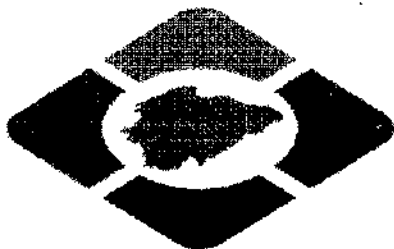
O prazo previsto no subitem acima poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo fornecedor convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Consórcio.

No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o CONSÓRCIO registrará os demais licitantes, na ordem de classificação.

## 2 - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O CONSÓRCIO está neste edital qualificado, unicamente como órgão gerenciador do registro de preços, razão pela qual, poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços, e contratar a partir da mesma, todo e qualquer órgão público municipal integrante da Administração do Consórcio - MUNICÍPIO CONSORCIADO - mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/1993, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

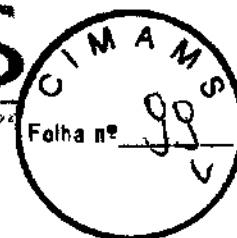
Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.662/0001-08



Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

### 3 - DAS CONDIÇÕES DE GERENCIAMENTO

O CONSÓRCIO será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta Licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem contratados, o fornecedor para o qual será emitido o pedido.

A convocação dos fornecedores pelo CONSÓRCIO será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido.

O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

Quando comprovada uma dessas hipóteses, o CONSÓRCIO poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

### 4 - DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

Na Ata de Registro de Preços, o Menor Preço do objeto ofertado na Licitação (item) será fixo e irrevogável. Entretanto, poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

Isto não se aplica aos contratos gerados e firmados a partir da Ata de Registro de Preços, os quais poderão ser revistos, reajustados e reequilibrados, de acordo com o edital.

O preço registrado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços, cujos preços foram registrados.

Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão gerenciador convocará o Fornecedor visando à negociação para redução de preços aos valores praticados pelo mercado.

Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.





# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## 5 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.

Não retirar a respectiva nota de empenho no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

Tiver presentes razões de interesse público.

O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do CONTRATANTE.

O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

## 6 - DA POSSIBILIDADE DE CARONA

Será facultado aos órgãos ou entidades não participantes a utilização desta ata de Registro de Preço nos termos do Artigo 8º e seus parágrafos do Decreto nº 30 de 01 de março de 2013.

Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública que não participaram do procedimento licitatório, quando desejarem, poderão fazer uso da Ata de Registro de Preços, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização do CIMAMS.

O total das adesões não poderá exceder ao quintuplo do quantitativo do item registrado na ata de registro de preço do órgão gerenciador.

As contratações não poderão exceder, por órgão e entidade aderente, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativo do item previsto no instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações assumidas com o CIMAMS.

Compete ao órgão que aderiu à Ata de Registro de Preços a prática dos atos relativos à cobrança do cumprimento pelo prestador das obrigações contratualmente assumidas, observada a ampla defesa e o contraditório, das penalidades previstas no Edital, em relação às



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



suas próprias contratações, informando a ocorrência ao CIMAMS.

Fica a cargo do secretário executivo, manifestar sobre as possibilidades de carona à ata de registro de preços.

## XIX - DISPOSIÇÕES GERAIS

1 - Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

**Anexo I** - Modelo de Proposta Comercial;

**Anexo II** - Termo de Referência;

**Anexo III** - Modelo de Carta de Credenciamento;

**Anexo IV** - Modelo de Declaração de Habilitação;

**Anexo V** - Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP;

**Anexo VI** - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica;

**Anexo VII** - Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;

**Anexo VIII** - Minuta Ata Registro Preços;

**Anexo IX** - Minuta Contrato de expectativa de fornecimento.

2 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

3 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada na sede do CIMAMS, situado a Rua Tupiniquins, Nº 490, Bairro Melo, Montes Claros/MG, após a celebração da Ata de Registro de Preços.

4 - Até 2 dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

4.1 - A petição, deverá ser protocolada no setor de licitações do CIMAMS e dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas anteriores a sessão.

4.2 - Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

5 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregociro.

6 - O CIMAMS poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

7 - Fica eleito o foro da Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.



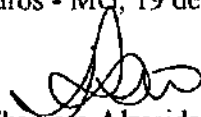
# CIMAMS


CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

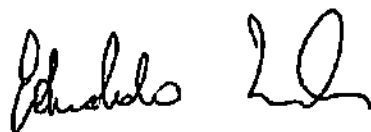
Rua Tupiniquins, Nº 480 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Montes Claros - MG, 19 de outubro de 2020.

  
Thamara Almeida Veloso  
Pregoeira

  
Luiz Gustavo Martins Costa  
Equipe de Apoio

  
Edvaldo Pinheiro  
Equipe de Apoio



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



## ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2020

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2020

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLICLICENSE - GPL), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO - SPB (WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR) PARA UTILIZAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMAMS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NECESSIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.

LOTE 1 Municípios Fator FPM - 0,6					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12		
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12		
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12		



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12		
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12		
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12		
7	Gestão BI – Business Intelligence – Despesas, Receitas	SV	12		
<b>TOTAIS</b>					
			<b>QTD</b>	<b>PREÇO UNIT</b>	<b>PREÇO TOTAL</b>
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>		1		
	Implantação e conversão de base de dados				
9	<b>TREINAMENTO</b>		1		
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>		360		
	Suporte técnico presencial				
<b>VALOR GLOBAL</b>					

LOTE 2 Municípios Fator FPM - 0,8					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



				MENSAL	
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12		
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Juridico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12		
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12		
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12		
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12		
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12		
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12		
TOTAIS					
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL



# CIMAMS

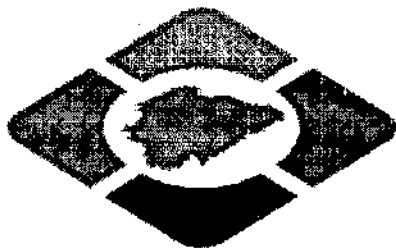
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP- 39401-071  
CNPJ. 21.505.692/0001-08



8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>	1		
	Implantação e conversão de base de dados			
9	<b>TREINAMENTO</b>	1		
	Treinamento para utilização do Sistema			
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>	360		
	Suporte técnico presencial			
<b>VALOR GLOBAL</b>				

<b>LOTE 3 Municípios Fator FPM - 1,0</b>					
<b>Nº</b>	<b>BEM/SERVIÇO</b>	<b>UND</b>	<b>QTD</b>	<b>PREÇO UNIT MENSAL</b>	<b>PREÇO TOTAL</b>
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12		
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12		



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins - Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12		
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12		
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12		
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12		
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12		
TOTAIS					
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>		1		
	Implantação e conversão de base de dados				
9	<b>TREINAMENTO</b>		1		
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>		360		
	Suporte técnico presencial				
VALOR GLOBAL					





# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



LOTE 4 Municípios Fator FPM - 1,20					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12		
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12		
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12		
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12		
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12		
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12		
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas. Receitas	SV	12		



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



TOTAIS				
		QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>	1		
	Implantação e conversão de base de dados			
9	<b>TREINAMENTO</b>	1		
	Treinamento para utilização do Sistema			
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>	360		
	Suporte técnico presencial			
<b>VALOR GLOBAL</b>				

LOTE 5 Municípios Fator FPM - 1,40 - 1,60					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12		
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU. Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação. Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos,	SV	12		



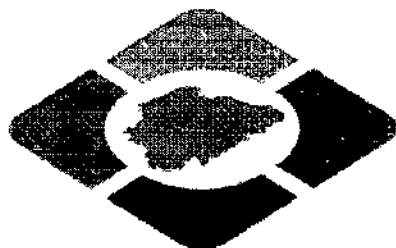
# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



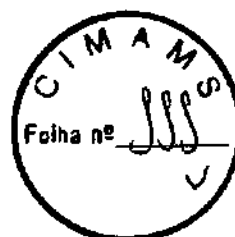
	Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,				
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12		
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12		
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12		
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12		
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12		
<b>TOTAIS</b>					
			<b>QTD</b>	<b>PREÇO UNIT</b>	<b>PREÇO TOTAL</b>
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>		1		
	Implantação e conversão de base de dados				
9	<b>TREINAMENTO</b>		1		
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>		360		



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.882/0001-08



Suporte técnico presencial			
<b>VALOR GLOBAL</b>			

LOTE 6 Municípios Fator FPM – 1,8 - 2,0					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12		
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12		
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12		
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12		
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12		
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do	SV	12		



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIPONTUALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.662/0001-08



	Funcionário; e protocolo				
7	Gestão BI – Business Intelligence – Despesas, Receitas	SV	12		
TOTAIS					
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS		1		
	Implantação e conversão de base de dados				
9	TREINAMENTO		1		
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA		360		
	Suporte técnico presencial				
VALOR GLOBAL					

**LOTE 7 Municípios Fator FPM - 2,20 - 2,40**

Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12		

*[Handwritten signatures and initials]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINZEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, N° 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12		
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12		
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12		
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12		
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários: Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12		
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12		
TOTAIS					
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS		1		
	Implantação e conversão de base de dados				



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, N° 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



9	<b>TREINAMENTO</b>	1		
	Treinamento para utilização do Sistema			
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>	360		
	Suporte técnico presencial			
<b>VALOR GLOBAL</b>				

LOTE 8 Municípios Fator FPM - 2,60 - 2,80					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12		
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12		
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12		



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12		
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12		
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12		
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12		
<b>TOTAIS</b>					
			<b>QTD</b>	<b>PREÇO UNIT</b>	<b>PREÇO TOTAL</b>
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>		1		
	Implantação e conversão de base de dados				
9	<b>TREINAMENTO</b>		1		
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>		360		
	Suporte técnico presencial				
<b>VALOR GLOBAL</b>					

**LOTE 9 Municípios Fator FPM - 3,40 - 3,60**

Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
----	-------------	-----	-----	-------------------	-------------





# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.882/0001-08



1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12		
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12		
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12		
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12		
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12		
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12		
7	Gestão BI – Business Intelligence – Despesas, Receitas	SV	12		
TOTAIS					
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO		1		



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



	<b>DE BASE DE DADOS</b>			
	Implantação e conversão de base de dados			
9	<b>TREINAMENTO</b>	1		
	Treinamento para utilização do Sistema			
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>	360		
	Suporte técnico presencial			
<b>VALOR GLOBAL</b>				

Preço total da Proposta (em algarismos): R\$ \_\_\_\_\_

Valor por extenso: \_\_\_\_\_

Prazo de validade da proposta (não inferior a 60 dias, contados da data de apresentação da mesma): \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias.

Nome ou Razão Social: \_\_\_\_\_

CPF ou CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Telefone / Fax: \_\_\_\_\_

Representante: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Identificação: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

Assinatura: \_\_\_\_\_

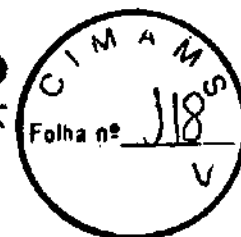
Carimbo do licitante/ Assinatura do responsável



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINCIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, N° 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.882/0001-08



## ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2020

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2020

### 1 - OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLICLICENSE – GPL), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO – SPB ([WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR](http://WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR)) PARA UTILIZAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMAMS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NECESSIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.

### 2. JUSTIFICATIVA

Contratação de Empresa para a prestação dos Serviços Técnicos Especializados suporte, operação assistida, manutenção corretiva e evolutiva em Software de Gestão Público (sob licença General PublicLicense – GPL), disponível no Portal do Software Público Brasileiro – SPB ([www.softwarepublico.gov.br](http://www.softwarepublico.gov.br)) para utilização pelos Municípios consorciados ao CIMAMS, conforme especificações e necessidades descritas no Termo de Referência e seus Anexos.

A contratação compreenderá os módulos das Áreas:

- 1 – Financeira;
- 2 – Tributária;
- 3 – Patrimonial;
- 5 – Recursos Humanos;
- 6 – Nota Fiscal Eletrônica;
- 7 – Portal Transparência;
- 8 – Portal de Serviços;

*[Handwritten signatures and initials]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



## 9 – BI - Business Intelligence.

### INTRODUÇÃO / JUSTIFICATIVA

Os Municípios consorciados ao CIMAMS, que tem como objetivo a padronização da implantação de softwares open source (código aberto), cujos os mesmos são baseados em questões éticas, direitos de liberdade, sem custos de licenças, com distribuição livre, permitindo a personalização das necessidades dos usuários. Para tanto, as Prefeituras julgam necessário a contratação de empresa especializada para implantação, migração de dados, treinamentos e serviços de suporte, operação assistida, manutenção corretiva e evolutiva em um Software Público de Gestão Municipal (sob licença GLP – Licença Pública Geral).

A implantação de um software livre se faz necessária para melhoria dos processos atuais de trabalho relativos ao acompanhamento, atendimento e disponibilização de serviços para a população, servidores públicos, fornecedores e contribuintes, adotando melhorias nos processos de gestão pública que deverão proporcionar melhores recursos na disponibilização do serviço público aos diversos setores da Administração Municipal, e principalmente evitando que os municípios se tornem reféns de empresas detentoras de softwares proprietários.

Os Municípios visam dotar a administração municipal de recursos tecnológicos modernos, que proporcionem, nas diversas áreas da gestão, a integração e o aperfeiçoamento dos processos de trabalho e de controle realizados pelos órgãos e entidades municipais, de forma a proporcionar a redução de custos operacionais, melhoria nos processos de planejamento e gestão e, principalmente, melhoria na qualidade dos serviços prestados à população.

Para que os serviços relativos à Administração Municipal atinjam melhores níveis em todos seguimentos públicos, é imperativa a implantação de uma solução tecnológica integrada e moderna de gestão, composta não só por um sistema informatizado de última geração, mas também por serviços especializados que mantenha em produção/operação esses sistemas em



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



um ambiente tecnológico adequado e de fácil manutenção, contemplando o acompanhamento técnico operacional.

A integração e o compartilhamento de informações em tempo real, que serão realizados pelo software de gestão municipal, proporcionará para o Município, além de melhorias na produtividade dos servidores no atendimento e acompanhamento dos serviços disponibilizados para a população, mais economia de recursos, facilidade para a tomada de decisões acertadas, e informações gerenciais que apoiarão o cumprimento das metas e obrigações do município relativas a todas as áreas de gestão da Administração Municipal.

O projeto visa também implantar uma administração completa e integrada dos tributos, dos contribuintes, da contabilidade, do orçamento, dos pagamentos, dos almoxarifados, do patrimônio, das licitações, dos recursos humanos, da folha de pagamento, colaborando na organização e funcionamento de todas as unidades administrativas e sociais, garantindo assim que os serviços prestados sejam eficientes e eficazes, com ganho significativo nos controles das ações da gestão municipal. Visa fornecer aos munícipes uma melhor qualidade no atendimento ao cidadão e maior clareza nas prestações de contas da gestão.

Definiu-se como premissa e estratégia para este projeto a condição da utilização de um software livre, vez que, os disponibilizados no portal do software público são em ambiente 100% WEB, solução está tecnologicamente mais atual no mercado, de acordo com as necessidades de cada área de aplicação, e que possa ser acessado em dispositivos móveis, como tablets, smartphones, notebooks devidamente conectados à Internet (3G ou Wi-Fi).

Esta iniciativa também visa integrar as cidades à Política Nacional de Desenvolvimento dos Municípios, aumentar a eficiência da gestão pública, bem como contribuir para a criação de arranjos produtivos locais, com geração de emprego e renda.

A utilização de Software Livre e Público pela Administração Pública Brasileira é recomendada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), por, entre outras vantagens, possibilitar a gestão de recursos e gastos com informática mais



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINZEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 480 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



racionalizada, além da ampliação de parcerias no setor público e do reforço da política de software público na administração pública.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais em 2015 lançou o "Manual de boas práticas para contratação de sistemas de gestão pública" mencionando na pag 19 trecho de uma decisão deste Tribunal nos autos de n. 804.626, onde a utilização do software público, alé de atender de forma cada vez mais satisfatória e ainda traz economia, vejamos:

"Deve-se mencionar, ainda, o acelerado desenvolvimento de softwares públicos, que atendem de forma cada vez mais satisfatória à demanda dos gestores, auxiliando-os na gestão pública e permitindo grande economia nos gastos com sistemas informatizados."

Os Softwares Livres para serem disponibilizado como Softwares Públicos pelo Governo Federal, devem se adaptar aos critérios obrigatórios de aceitação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), entre os quais, o de não depender de um único fornecedor. As informações sobre os softwares e prestadores de serviços estão contidos em [www.softwarepublico.gov.br](http://www.softwarepublico.gov.br).

Além de não depender de um único fornecedor a implantação de um software livre, contratado pelo consórcio, possibilitará uma redução de custos, vez que, será considerada na contratação o perfil semelhante de população. o TCE/MG no mesmo manual acima mencionado, no mesmo processo também considera essa possibilidade viável como se segue:

"possibilita a redução do custo fixo da "construção" do software e é medida plenamente viável, quando se considera a semelhança nos perfis populacional e orçamentário de grande parte dos municípios mineiros."

## DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

### Serviços para Implantação do Sistema:

#### Instalação:

*(Handwritten signatures and initials)*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.662/0001-08



**Como instalação,** entende-se os serviços técnicos especializados necessários para a instalação do sistema no ambiente operacional, garantindo o pleno funcionamento do mesmo.

O serviço compreende a **instalação dos sistemas**, bem como toda e qualquer biblioteca ou componentes necessários para a operação dos módulos, além do modelo de dados necessário para suportar as soluções.

Ao final do processo de **instalação** os módulos selecionados deverão estar em regime de operação, disponibilizando acesso a todas as funcionalidades do sistema instalado.

### **Migração :**

**Como migração,** entende-se os serviços técnicos especializados inerentes ao desenvolvimento das rotinas computacionais, necessárias para a migração de dados mantidos por aplicações em operação no município, para os bancos de dados de dados relacionados aos módulos do novo sistema implantado.

O Serviço de migração começa a contar a partir da data da ordem de serviço emitida pela Prefeitura Municipal, iniciando logo após a homologação da Parametrização.

Na fase de migração a contratada deverá analisar os bancos de dados dos sistemas legados e emitir um laudo informando quais bancos de dados possuem integridade suficiente para migração e quais deverão ser descartados, devendo assim, serem realizados procedimentos manuais para inclusão de tais dados no sistema.

Ao final do processo de conversão de dados, os módulos selecionados deverão estar em regime de operação, mantendo os dados oriundos das aplicações dos Municípios consorciados.

### **Customização e Parametrização:**

A implantação deverá constar da instalação efetiva do software contratado, da parametrização necessária conforme as especificidades da configuração do ambiente local OU remoto de customização básica de forma a deixar o aplicativo de acordo com a Legislação Municipal da Contratante.

*[Handwritten signatures and initials]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.882/0001-08



O Serviço de implantação começa a contar a partir da data de emissão da ordem de serviço (que será emitida em até 05 (cinco) dias da assinatura do contrato) pela Prefeitura Municipal.

Deverá ser apresentada a metodologia a ser adotada para a implantação dos sistemas,

contemplando a identificação das fases, etapas, pontos de controle, fases de homologação, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas, prazos e responsáveis.

Deverão ser descritos os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação e homologação dos processos configurados.

Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.

Por customização entende-se os serviços técnicos especializados necessários para o desenvolvimento das adaptações, dos módulos selecionados às especificidades da realidade da Prefeitura Municipal, Autarquias.

A customização relativa ao serviço de implantação não engloba a criação de nenhuma funcionalidade a mais, ou seja, trata-se apenas de um serviço de customização básica que não possa ser resolvido pela parametrização. Está contemplado a troca de valores de variáveis, imagens ilustrativas.

Não serão acrescentados pontos de função ao tamanho do sistema.

Ao final do processo de customização, os módulos selecionados deverão estar em regime de operação, atendendo plenamente as especificidades do Município.

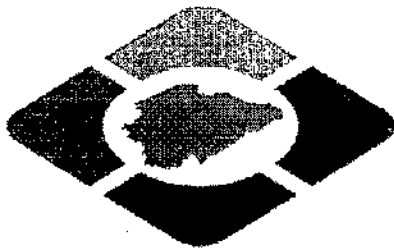
Nesta fase deverá estar previsto o relatório da homologação

Como parametrização se entende os serviços técnicos especializado em configurar o software para que ele funcione de acordo com a realidade da Administração Municipal.

No final da parametrização deverá ser elaborada um documento com as informações utilizadas para parametriza o sistema.

Nesta fase deverá estar previsto o relatório de homologação.





# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, N° 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.592/0001-08



## Treinamentos Capacitações:

Entende-se por treinamento, a transferência de conhecimentos, relativos à utilização do software/aplicação instalado, para o número de pessoas indicadas.

Deverá apresentar na época do treinamento um Plano de Treinamento para os Usuários

Finais, abrangendo os níveis funcionais e gerenciais.

Os Planos de Treinamento devem conter alguns requisitos mínimos, como: Nome e objetivo de cada módulo de treinamento; Público alvo, Conteúdo programático, Conjunto de material a ser distribuído em cada treinamento com apostilas e documentação técnica, Carga horária de cada módulo do treinamento, Processo de avaliação de aprendizado, Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, softwares, filmes, slides, livros, fotos).

Caberá ao Contratante o fornecimento de mobiliário e equipamentos de informática, assim como locais adequados, necessários à realização dos treinamentos.

As despesas relativas à participação dos instrutores e de pessoal próprio, tais como: hospedagem, transporte, diárias, etc. serão de responsabilidade da Contratada.

As turmas admissíveis por curso serão: Manhã (09:00 às 12:00h), Tarde (13:00 às 18:00h).

A Contratada deverá apresentar o plano de treinamento bem como o conteúdo programático para aprovação prévia da Contratante.

A Contratada deverá fornecer Certificado de Participação aos participantes que tiverem comparecido a mais de 80% das atividades de cada curso.

Na realização do treinamento deverá obedecer às datas para início de cada módulo que deverão obedecer ao estipulado nos prazos acordados com a Contratante.

O treinamento e o respectivo material didático deverão ser em idioma português, sendo o material impresso, um por participante.

Todo material necessário à realização e ao acompanhamento do curso, a saber: bloco de

*[Handwritten signatures]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 480 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



papel, caneta, material didático, entre outros, deverá ser fornecido pela Contratada na época do treinamento.

O treinamento para o nível técnico compreendendo: capacitação para suporte aos usuários, aspectos relacionados a configurações, monitoração de uso e permissões de acesso, permitindo que a equipe técnica possa propiciar o primeiro atendimento aos usuários, ou providenciar a abertura de chamado para suporte pela proponente.

As turmas devem ser dimensionadas por área de aplicação, sendo que cada turma não poderá ter mais de 20 (vinte) participantes.

**Manutenção e Suporte Mensal:** A prestação dos serviços de manutenção dos Softwares dar-se-á de forma corretiva, que visa corrigir erros e defeitos de funcionamento do Software, ou evolutiva, onde a CONTRATADA fica obrigada às atualizações para atendimento da legislação atual.

Os serviços de suporte dos sistemas têm como finalidade a sua parametrização, orientação e assessoria, quando necessário, para que os mesmos atinjam os objetivos desejados quanto ao funcionamento, de acordo com as necessidades dos usuários.

O suporte, assim como, a manutenção do software poderá ser realizado remotamente, desde que não prejudique o bom andamento das operações realizadas pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá proceder com atendimento técnico especializado "in loco" sempre que necessário, ou quando a tentativa de resolução do problema remotamente não for possível para o sucesso das demandas. Nestas ocasiões será agendado em comum acordo entre as partes.

A CONTRATADA deverá registrar as solicitações de atendimento por parte do CONTRATANTE, através de **Software de Help Desk**, contendo o responsável, data e hora da solicitação, a descrição do problema e uma numeração de controle fornecida pela CONTRATADA. Para cada problema uma única solicitação deverá ser protocolada, com a utilização de formulários Web via browser na internet, mediante fluxo de processo acordado com a contratada.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.682/0001-08



As solicitações de atendimento deverão ser respondidas ao CONTRATANTE de forma ágil e clara estipulando prazos e condições para a resolução do problema.

A CONTRATADA deverá disponibilizar e informar os diversos meios de comunicação para atendimento da CONTRATANTE, devendo ser obrigatórios telefone fixo, e-mails, celular, software de Help Desk on-line e outros necessários.

A manutenção e suporte mensal dos sistemas devem ser executados até o término do contrato.

## DESCRIÇÃO DOS APLICATIVOS

### CONFIGURAÇÕES GERAIS

Este módulo permite o acesso via navegador (Mozilla Firefox), para a configuração de telas do sistema e manutenção do cadastro de usuários, onde se pode habilitar ou desabilitar permissões de acesso de acordo com as atribuições de cada um dos usuários indicados por parte da Prefeitura.

Permite cadastro de usuários para Intranet

Permite cadastro de usuários para extranet

Permite criar perfis (grupos) de usuários para liberação de permissões;

Permite cadastrar itens de menu

Permite controlar permissão por usuário ou perfil e por exercício

Permite controle de permissão por instituição

Permite o controle de logs da base de dados do sistema

Controle de acesso os fontes dos programas

Possibilita a inclusão e gerenciamento de rotinas criadas pelo órgão

Possibilita a consulta aos usuários on-line no sistema

*[Handwritten signatures and initials]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINHEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.982/0001-08



Permite emissão de relatório de usuários com as rotinas que possuem acesso

Consulta a documentação do sistema, dicionário de dados do sistema

## ÁREA FINANCEIRA:

Controlar a contabilidade, elenco de contas e execução de lançamentos contábeis. Emissão de balancetes, diários, razões e demais relatórios exigidos legalmente. Deverá permitir a emissão de qualquer relatório de qualquer mês do ano, a qualquer momento independente do período em processamento.

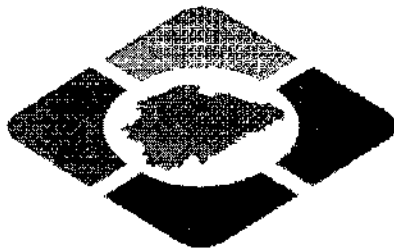
Estar totalmente adaptada às 10 normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público - NBCASP, (1 - conceituação, objeto e campo de aplicação; 2 - patrimônio e sistemas contábeis; 3 - planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil; 4 - transações no setor público; 5 - registro contábil; 6 - demonstrações contábeis; 7 - consolidação das demonstrações contábeis; 8 - controle interno; 9 - depreciação, amortização e exaustão; 10 - avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público).

Permitir que seja efetuada a escrituração contábil nos Subsistemas de Informações Patrimoniais, Orçamentarias e de Controle sob a forma de partidas dobradas, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) com registro em Livro Diário, bem como realizar todos os registros contábeis de natureza orçamentária em conformidade com os Art. 83 a 106 da Lei 4.320/64.

Permitir a existência de mais de uma instituição na mesma base de dados, com contabilização distinta, que possibilite a emissão de relatórios anuais e da LRF de forma consolidada (resumo da execução orçamentária, relatório de gestão fiscal, anexo das metas fiscais e anexo dos riscos fiscais).

Permitir a geração de relatórios gerenciais de receita, Despesa, Restos a pagar, Depósitos de diversas origens, bancos e outros de acordo com o interesse do tribunal de contas, bem como boletim financeiro diário.

*[Handwritten signatures and initials]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Elaborar os anexos (10,11,12,13,14,15,16,e 17), e demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da lei 4.320/64, Lei complementar 101/00 - LRF e resolução do Tribunal de Contas do RS.

Permitir que seja efetuada a geração dos razões analíticos de todas as contas integrantes do sistema financeiro, patrimonial e de compensação.

Possibilitar utilizar históricos padrões (textos padronizados), vinculados a classificação da despesa, desta forma evitando lançamentos indevidos.

Permitir efetuar o lançamento da receita e despesa automaticamente nos sistemas financeiro, orçamentário, patrimonial e de compensação, conforme necessário.

Possibilitar o controle dos restos a pagar em contas separadas por exercício, para fins de cancelamento, quando necessárias.

Permitir executar o encerramento do exercício, com todos os lançamentos automáticos e com a apuração do resultado.

Permitir o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa.

Permitir a arrecadação da receita por código estrutural ou reduzido.

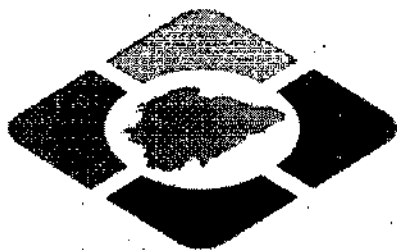
Permitir gerar relatórios de execução da despesa, por credores, por classificação, por período e outros que se faça necessário.

Permitir gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros.

Permitir emissão dos relatórios de renúncia da receita (descontos concedidos, descontos concedidos por regra, débitos cancelados, prescrição de débitos).

Permitir o processamento dos boletins da tesouraria.

Permitir a emissão de relatórios gerenciais tais como Demonstrativo de despesa e receita, saldo contábil, saldo de verbas da despesa, Despesa por órgão/unidade/elemento/subelemento, demonstrativos da execução da despesa, índice da educação, índice da saúde, acompanhamento orçamentário.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



O Software deverá atender a todos os itens da Portaria 828 da STN, contemplando todo o controle do enfoque Patrimonial.

Permitir sob a forma de cadastro a planificação dos Custos observando critérios de departamentalização.

Permitir a associação do plano de custos a direcionadores e/ou critérios de rateio.

Permitir associar às contas de custos movimentações contábeis de despesa com serviços, consumo de materiais, despesas com pessoal e encargos, provisões e depreciação.

Gerar processamento mensal da apuração dos custos, tendo como resultado o Mapa de Localização.

Controlar o PPA, orçamento municipal e suplementações orçamentárias. Emissão de todos os relatórios legais.

Permitir a elaboração do Plano Plurianual (PPA) de forma descentralizada, permitindo que cada entidade da administração direta e indireta insira no sistema, a parte do PPA que lhe caiba.

Disponibilizar módulo de consolidação das propostas parciais do PPA de todas as entidades da administração direta e indireta.

Emitir demonstrativos contendo as informações cadastradas no PPA elaborado, explicitando as diretrizes, os programas e as ações governamentais.

Integração entre PPA e LDO, onde o que foi modificado no PPA reflita e o impacte de forma automática na LDO (com opção de escolha por parte do usuário ou parâmetro para fazer ou não).

Controle de forma automática do percentual autorizado na LOA para alterações orçamentária.

Possuir um conjunto de tabelas de parametrização para criação dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Permitir a elaboração da LDO de forma descentralizada, permitindo que cada entidade da administração direta e indireta insira no SOFTWARE a parte da LDO que lhe caiba.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, N° 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.662/0001-08



Disponibilizar módulo para consolidação das propostas parciais da LDO de todas as entidades da administração.

Permitir a definição das prioridades da Administração para o exercício financeiro a que se refere a LDO com base nas ações previstas no PPA, conforme determina o § 2o, do art. 165, da CF/88, possibilitando a emissão do Demonstrativo das Metas e Prioridades.

Permitir a elaboração da proposta da LOA de forma descentralizada, possibilitando que cada entidade da administração direta e indireta, bem como cada unidade orçamentária das entidades, insira no SOFTWARE, a parte da LOA que lhe caiba.

Disponibilizar módulo para consolidação das propostas parciais da LOA de todas as entidades da administração direta e indireta e dos fundos especiais, conforme determinam o art. 165, § 5o, da CF/88 e o art. 50, III, da LRF.

Disponibilizar as naturezas de receitas orçamentárias e permitir a atualização, quando necessário, identificando no cadastro as categorias econômicas e os demais detalhamentos previstos na legislação.

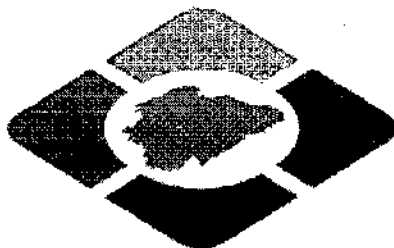
Possibilitar a definição e cadastramento do detalhamento da natureza da receita orçamentária, quando necessário, conforme faculta a legislação.

Possibilitar a definição e cadastramento das destinações de recursos (fontes de recursos) previstos na legislação em vigor.

Permitir a definição e cadastramento do orçamento, com a classificação institucional, funcional, programática e econômica, possibilitando o detalhamento da natureza da despesa até o elemento, com os seus respectivos valores orçados.

Permitir a definição e cadastramento do orçamento, com a classificação institucional, funcional e programática, possibilitando o detalhamento da natureza da despesa até a modalidade de aplicação, conforme parametrização, e com os seus respectivos valores orçados, de acordo com o que prescreve a legislação.

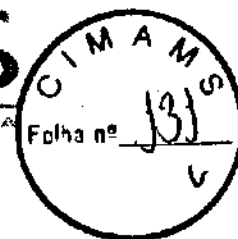
Possibilitar a organização do orçamento da receita em códigos reduzidos com os seus respectivos valores previstos.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINIEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, N° 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



Possibilitar a organização do orçamento da despesa em códigos reduzidos com os seus respectivos valores fixados.

Possibilitar a apuração automática do percentual previsto na proposta orçamentária para a despesa total com pessoal.

Possibilitar a apuração automática do percentual previsto na proposta de orçamento para as despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Possibilitar a apuração automática do percentual previsto na proposta orçamentária para as despesas com as ações e serviços de saúde.

Possibilitar a apuração automática da Receita Corrente Líquida prevista na proposta orçamentária.

Permitir emissão de relatórios do orçamento, contendo a relação de subprojetos cadastrados e demonstrando os respectivos projetos e atividades aos quais estão vinculados.

Permitir a emissão do sumário da receita por fontes e da despesa por funções de governo, conforme determina o inciso I, do § 1º, do art. 2º da Lei no 4.320/1964.

Permitir a emissão do Anexo 1 – Demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, conforme determina o inciso II, do § 1º, do art. 2º da Lei no 4.320/1964.

Permitir a emissão do Anexo 2 – Demonstrativo da receita segundo as categorias econômicas e da despesa por órgãos e unidades orçamentárias e por categoria econômica, conforme determinam os incisos III e IV do § 1º do art. 2º, combinado com o art. 8º, ambos da Lei no 4.320/1964.

Permitir a emissão do Anexo 6 – Programa de Trabalho, conforme determina o inciso II, do § 2º, do art. 2º da Lei no 4.320/1964.

Permitir a emissão do Anexo 7 – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades, conforme determina o inciso II, do § 2º, do art. 2º da Lei no 4.320/1964.





# CIMAMS

CÔNSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



Permitir a emissão do Anexo 8 – Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, conforme o vínculo com os recursos, de acordo com o inciso II, do § 2o, do art. 2o da Lei no 4.320/1964.

Permitir a emissão do Anexo 9 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme determina o inciso II, do § 2o, do art. 2o da Lei no 4.320/1964.

Possibilitar a integração da LOA com a Contabilidade Pública e Tesouraria que deverá incorporar e executar o orçamento, após aprovação do Poder Legislativo.

Possibilitar o desdobramento de cada natureza de receita prevista na LOA em metas bimestrais de arrecadação, conforme determina o art. 13 da LRF.

Possibilitar, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o estabelecimento da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso, conforme determina o caput do art. 8o da LRF.

Possibilitar a limitação de empenhos e movimentação financeira, nas hipóteses previstas no art. 9o e no inciso II do § 1o do art. 31 da LRF.

Possibilitar a distribuição da despesa orçamentária em cotas mensais por grupos de despesa que cada unidade cotas mensais por grupos de despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar, conforme a vinculação dos recursos, permitindo o remanejamento quando necessário, conforme determina o art. 47 da Lei no 4.320/1964.

Permitir o gerenciamento do orçamento por meio das cotas mensais, de forma integrada com as metas de arrecadação e com o cronograma de desembolso.

Permitir o bloqueio de saldo orçamentário quando se fizer necessário, não incluindo nesta necessidade casos de compras e licitações onde o sistema de estar totalmente integrado e efetuar estas reservas automaticamente.

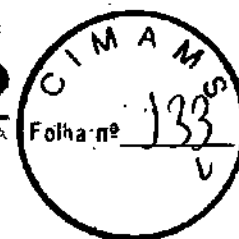
Permitir o cadastro de remanejamento e transposição de créditos orçamentários, exigindo a informação da legislação de autorização e resguardando o histórico das alterações de valores ocorridas, de acordo com o art. 167, inciso VI da CF/88.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Permitir o cadastro de créditos adicionais nas modalidades de crédito suplementar, crédito especial e crédito extraordinário, com suas respectivas fontes de recursos (anulação, superavit financeiro, excesso de arrecadação ou operação de crédito), identificando o número da lei autorizativa e sua espécie (lei orçamentária ou lei específica), exigindo a informação da legislação de autorização e resguardando o histórico das alterações de valores, conforme determina a CF/88 e a Lei no 4.320/1964.

Possibilitar a geração de decreto de créditos adicionais (crédito suplementar, crédito especial e crédito extraordinário), em formato PDF, especificando a respectiva fonte de recursos (anulação, superavit financeiro, excesso de arrecadação ou operação de crédito).

Possibilitar a geração de decreto de remanejamento e transposição, em formato PDF.

Permita a emissão, liquidação, anulações e demais operações que envolvem execução orçamentária. Que o pagamento dos empenhos possa ser feito via caixa, tendo um controle de tesouraria e terminais de caixa. Estes pagamentos deverão ser atualizados automaticamente após a autenticação do empenho.

Permitir o empenhamento nas modalidades ordinário, global e por estimativa, conforme previsto na Lei no 4.320/1964.

Possibilitar o controle de saldos de dotações orçamentárias, impedindo o empenhamento, caso estes saldos sejam inferiores aos valores que se deseja empenhar.

Possibilitar a consulta, em tempo real, dos saldos orçamentários disponíveis na data informada pelo usuário.

Possibilitar o cadastro de empenhos de despesa com controle de numeração sequencial e cronológico.

Permitir a realização e o controle das anulações e complementações das notas de empenhos da despesa.

Possibilitar a realização de consulta "extrato de empenho", visualizando, para o empenho selecionado, os seus dados e sua movimentação (se houver): anulações, liquidações e pagamentos efetuados.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Possibilitar a consulta de empenhos cadastrados por: credor, código do empenho, dotação orçamentária, data da emissão do empenho, código do material, ordem de compra.

Permitir a emissão de relatório de empenhos, podendo selecionar o código do credor, permitido ainda informar o período inicial e final, mostrando ou não, históricos e itens, com resumo(se for solicitado), além da totalização ou não dos valores empenhados, liquidados e pagos.

Permitir a integração com o almoxarifado, para registro das fases da liquidação da despesa(orçamentária e de restos a pagar), desde o momento do recebimento das notas de materiais, bens e serviços até a confirmação do direito adquirido pelo credor/fornecedor, com os respectivos lançamentos contábeis.

Efetuar automaticamente as retenções de IRRF, INSS e ISSQN sobre a liquidação e/ou pagamento.

Possibilitar a realização e o controle de inscrições de empenhos em restos a pagar, de forma automática ou manual, conforme determinam o art. 36 e o parágrafo único do art. 103 da Lei no 4.320/1964.

Permitir a caracterização dos restos a pagar em processados e não processados, conforme determina o parágrafo único do art. 92 da Lei no 4.320/1964.

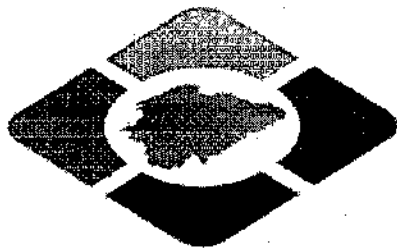
Permitir o agendamento dos pagamentos aos fornecedores, definindo em uma única funcionalidade quem será pago, quando será pago, de que forma será pago, podendo ainda configurar pagamentos parciais sem prejuízo na contabilização das retenções na fonte incidentes sobre as notas fiscais.

Possibilitar a contabilização da depreciação automática de acordo com as depreciações lançadas nos bens do módulo Patrimônio.

Permitir a contabilização de provisão de férias e décimo terceiro salário.

Permitir a geração de ordem bancária.

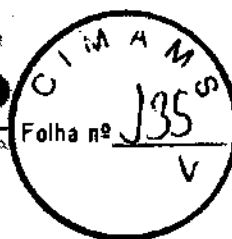
Permitir protocolar procedimentos financeiros e tramitar entre departamentos internos.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins - Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP- 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



Possibilitar a realização da conciliação bancária via rotina específica bem como emitir os relatórios da conciliação.

Permitir o lançamento de descontos obtidos em notas fiscais.

Possibilitar o controle individualizado da dívida fundada do ente.

Possibilitar a geração do rateio para consórcios públicos de acordo com o percentual de participação de cada ente bem como emitir o relatório do rateio.

Permitir a consolidação de dados da execução dos consórcios.

Permitir a contabilização de perdas em investimentos dos RPPS tanto na marcação a mercado quanto na alienação do investimento conforme a IPC 14.

Atender às portarias e legislação que compõe o tratamento de dados, a consulta e o envio da Matriz dos Saldos Contábeis tanto mensal quanto de encerramento.

Atender ao Tribunal de Contas de Minas Gerais possibilitando a geração dos arquivos para envio do Sicom nos módulos: Acompanhamento Mensal, Balancete, Demonstrações Contábeis Aplicada ao Setor Público, Instrumento de Planejamento, Inclusão de Programas, Legislação de Caráter Financeiro, Folha de Pagamento, Edital e Execução de Obras e Serviços de Engenharia.

Atender ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) possibilitando a geração dos arquivos para importação das despesas e receitas.

Atender ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) possibilitando a geração dos arquivos para importação das despesas e receitas.

## ÁREA TRIBUTÁRIA:

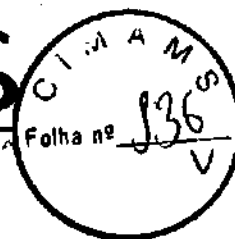
Permitir o cadastro de regras para os parcelamentos para atender a legislação sem a necessidade de modificação do Software.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ. 21.505.892/0001-08



Permitir o cadastro de regras de compensações de créditos para utilizar no abatimento de débitos.

Permitir o cadastro da taxas específicas a utilizar nos recibos de protocolo.

Permitir o cadastro de contribuintes, interligados pelo cadastro geral.

Possibilitar consultas através de nome, parte do nome, cadastro, inscrição, logradouros e CPF/CNPJ.

Permitir o cadastro de grupo e origem do débito, manutenção do calendário de pagamentos, grupos de débitos.

Permitir o cadastro de vencimentos a utilizar na cobrança parcelada de tributos.

Permitir o cadastro e manutenção na receitas tributárias e não-tributárias.

Permitir o cadastro de Correção, Juros e Multas.

Permitir a prorrogação do vencimento de débitos.

Permitir o cancelamento de débitos.

Permitir a geração de parcela única individualmente ou geral.

Permitir a emissão de recibo de receita.

Permitir o lançamento de créditos.

Processa arquivo retorno banco

Permitir o cadastro de convênios bancários.

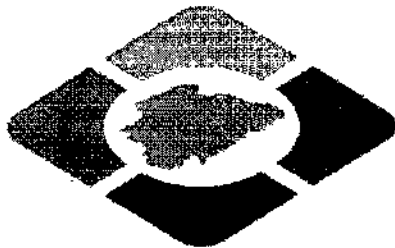
Permitir a arrecadação de receitas via caixa da prefeitura.

Permitir cadastro e controle de débitos em conta corrente.

Permitir lançar descontos.

Permitir convênio e cobrança Extrajudicial.

*[Handwritten signatures and initials]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Permitir, créditos disponíveis e utilizados, prescrições, cancelamentos, situação fiscal,

parcelamentos anulados, consulta de cadastros.

Permitir consultar valores por tipo de débito e receita.

Permitir emissão de relatório analítico e sintético de débitos, além da notificação automática destes débitos.

Deverá gerar parcelamento dos débitos consultados, sendo que, havendo permissão ao usuário, ele poderá efetuar no mesmo momento o parcelamento ao contribuinte.

Deverá disponibilizar nesta consulta e emissão de certidões e alvarás.

Permitir o controle de pagamentos, parcial e créditos, bem como compensação.

Permitir a emissão de recibos e carnês de tributos

Permitir a emissão de certidões negativas, positivas e regular.

Permitir a emissão das guias de arrecadação em cota única ou dividido em parcelas, contendo código de barras para pagamento nos agentes arrecadadores.

Permitir cadastro de ocorrências.

Permitir a consulta a todos os débitos de um contribuinte, imóvel, inscrição de alvará, códigos de arrecadação ou números do termo de parcelamento.

Possuir rotinas para elaboração dos acréscimos a incidirem sobre o lançamento em decorrência de atrasos nos pagamentos, conforme legislação municipal.

Permitir o controle de tipo de transações.

Permitir o cadastro de formas de pagamentos.

Permitir o controle das guias de ITBI urbano e rural.

Permitir o controle de guias retificativas.

Permitir o controle de transmitentes e adquirentes.

*[Handwritten signatures]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINCEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Emissão de guias de ITBI com código de barras.

Permitir emissão de relatório estatístico por zona e setor para acompanhamento dos valores.

Permitir a consulta da situação das guias de ITBI.

Permitir a arrecadação e baixa automática de guias de ITBI via tesouraria.

Permitir o cadastro de contribuintes, interligados pelo cadastro geral.

Possibilitar consultas através de nome, parte do nome, cadastro, inscrição, logradouros e CPF/CNPJ.

Permitir o controle de fiscalização por departamentos.

Permitir o controle de tipos de fiscalização.

Permitir o cadastro de fiscais.

Permitir o cadastro de procedências.

Permitir o cadastro de contribuintes, interligados pelo cadastro geral.

Possibilitar consultas através de nome, parte do nome, cadastro, inscrição, logradouros e CPF/CNPJ.

Permitir o cadastro dos alvarás sanitários.

Possibilitar a consulta ao cadastro sanitário.

Permitir a emissão do alvará sanitário.

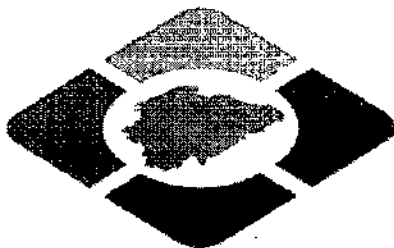
Possibilitar o controle de vistorias, notificações, planilhas, levantamentos e autos de infração.

Permitir o cálculo de Autos de infração.

Permitir a emissão de vistorias, notificações, levantamentos e autos de infração.

Possibilitar a emissão de recibos.

Permitir o cadastro das planilhas de levantamento fiscal.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Possibilitar a emissão do termo de levantamento.

Gerar automaticamente os valores dos termos no financeiro do ISSQN.

Permitir a emissão de relatórios de vistoria e auto de infração.

Permitir o cadastro de porte dos estabelecimentos.

Permitir o cadastro da classe dos estabelecimentos.

Possibilitar o cadastro de atividades permita a inclusão de todos os itens necessários para a definição e caracterização da inscrição econômica, sendo adequada ao código tributário municipal, Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE e Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

Possibilitar a configuração de tipos de cálculos para cada inscrição econômica.

Permitir cadastro de escritórios e profissionais Contábeis para cada inscrição econômica.

Permitir o cadastro de inscrição econômica.

Possibilidade de inclusão de sócios das empresas, que também são responsáveis pelos créditos tributários.

Permitir o cadastro de contribuintes, interligados pelo cadastro geral.

Possibilitar consultas através de nome, parte do nome, cadastro, inscrição, logradouros e CPF/CNPJ.

Permitir o registro de diferentes códigos de atividades desempenhadas pelo contribuinte indicando a principal e as secundárias.

Possibilitar a paralisação e/ou baixa da inscrição econômica.

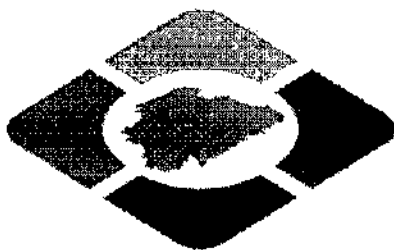
Permitir o vínculo da inscrição econômica ao Alvará Sanitário.

Possibilitar cálculos parciais ou geral de ISSQN, Vistorias e Alvarás.

Permitir a emissão de guia complementar de ISSQN.

*[Handwritten signatures]*





# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINERA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.882/0001-08



Permitir o cadastro das inscrições econômicas como Empresas do Simples Nacional.

Permitir a integração com o banco de dados de Micro Empreendedor Individual.

Permitir a geração de TXT da empresas aptas e inaptas ao Simples Nacional.

Permitir a movimentação de tipos de Alvarás para as inscrições econômicas.

Permitir a vinculação de ocupações econômicas, de acordo com o CBO (Código Brasileiro de Ocupações), para inscrições de autônomos e de acordo com a legislação municipal.

Permitir que a extinção do crédito tributário, na modalidade de pagamento, possa ser feita através da captação e processamento de arquivos de texto disponibilizados pelos agentes arrecadadores ou bancos conveniados com a Administração.

Permitir a integração com a Arrecadação de Tributos para a contabilização automática dos tributos recebidos. Após o processamento dos arquivos magnéticos de retorno, recebidos da rede bancária credenciada, a contabilização ocorrerá diretamente nas contas de receita previstas no orçamento da prefeitura, tendo como contrapartida a conta bancária ou a conta de receita classificada.

Possibilitar criar leiaute de Alvará para cada tipo de licença (permanente, provisório, ambulante, etc..).

Possuir rotina de impressão de 2ª via de documentos de arrecadação na Internet (sítio eletrônico da Prefeitura).

Deverá conter informações de todo o cadastro imobiliário do município e rotinas de cálculos de IPTU com emissão de carnês.

Permita que a prefeitura crie a tabela de características dos imóveis, de acordo com a realidade do município.

Programa de cálculo de IPTU seja confeccionado especificamente para a prefeitura, conforme código tributário municipal.

*[Handwritten signatures and initials]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Permitir o cadastramento de Lotes, matrículas, loteamentos, promitentes compradores, outros proprietários, características, setores, face de quadra, massa falida, ruas e avenidas, facultado fracionamento.

Permitir o cadastro de Isenções, por ano, período, com percentual de isenção, motivos e emissão de certificados.

Permitir o cadastro de contribuintes, interligados pelo cadastro geral.

Permitir o cadastro de imobiliárias, facilitando assim o controle de imóveis vinculados a esta, assim como o recebimento de correspondências tais como Carnês de IPTU e outros.

Permitir o cadastro de novas construções com todas as informações necessárias a sua identificação, facultado fracionamento.

Permitir manuseio dos parâmetros de cálculo do IPTU.

Permitir o cálculo Geral e Parcial do IPTU, conforme código tributário municipal.

Permitir a exclusão do IPTU.

Permitir a emissão geral do IPTU conforme layout definido.

Permitir gerar arquivos em TXT ou PDF para emissão externa (em gráficas), dos carnês.

Permitir a emissão de relatórios com a posição de cálculo do IPTU com gráficos.

Permitir a emissão de relatórios comparativos com anos anteriores do cálculo do IPTU.

Permitir a emissão de carnês de cobrança ou recibos conforme layout preestabelecido, com código de barras FEBRABAN.

Possibilitar consultas através de nome, parte do nome, cadastro, inscrição, logradouros e CPF/CNPJ.

Manter o histórico dos valores calculados de cada exercício.

Permitir cadastro de averbação de adquirentes.

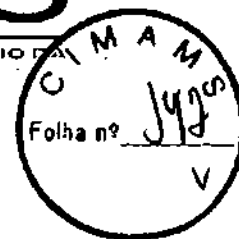
Possibilitar a impressão de certidões cadastrais.



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINCEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Permitir Integração de levantamento cadastral.

Possibilitar a cobrança ou não de taxas para cada unidade imobiliária, de acordo com a utilização da edificação.

Permitir a inclusão geral de parcela única e a prorrogação da mesma, além de permissão de desconto nesta parcela única conforme legislação municipal.

Deverá conter informações de todo o cadastro de Cemitério do município e rotinas de cálculos com emissão de carnês. Que este módulo permita que a prefeitura crie a tabela de características do cemitério, de acordo com a realidade do município. As tabelas do cemitério também possam ser criadas conforme necessidade. Que o programa de cálculo de taxas de Cemitério seja confeccionado especificamente para a prefeitura, conforme código tributário municipal.

Permitir o cadastramento de Cemitérios, Plano, Bloco/Quadra, tipo de Carneira, responsável.

Permitir o cadastro de Sepultamentos Individuais.

Permitir o cadastro de legistas.

Permitir o cadastro de funerárias.

Permitir o cadastro de Hospitais.

Permitir o cadastro das causas mortis.

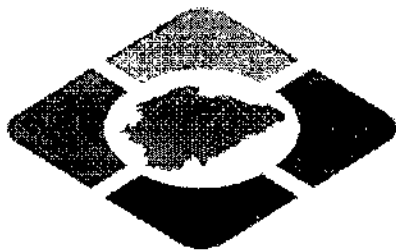
Permitir o cadastro de responsável ao sepultamento para fins de cadastro e/ou cobrança de taxas e e serviços.

Permitir manuscio dos parâmetros de cálculo do Cemitério.

Permitir o cálculo Geral e Parcial da taxa de Aluguel cemitério, conforme código tributário municipal.

Permitir a emissão geral do CEMITÉRIO conforme layout definido.

Permitir gerar arquivos em TXT ou PDF para emissão externa (em gráficas), dos carnês.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Permitir a emissão de relatórios com a posição de cálculo do CEMITÉRIO com gráficos.

Permitir a emissão de relatórios comparativos com anos anteriores do cálculo do cemitério.

Permitir a emissão de carnês de cobrança ou recibos conforme layout preestabelecido, com código de barras FEBRABAN.

Permitir o cadastro de taxas e serviços.

Permitir controle de transferência e retiradas (exumação).

Permitir controle de isenções.

Possibilitar consultas através de nome do responsável ou do falecido, parte do nome, cadastro, inscrição(cemitério, plano, bloco/quadra, tipo de carneira, número da carneira e sequência) e CPF/CNPJ.

Manter o histórico dos valores calculados de cada exercício.

Executar e controlar todas as contribuições de melhorias de obras feitas no município. O cadastramento dos lotes beneficiados com a contribuição de melhoria seja feito de forma automática com busca ao módulo de cadastro imobiliário, evitando assim a digitação de todos os lotes.

Permitir o cadastro de editais.

Permitir o cadastro e controle das listas de intenções.

Permitir o cadastro de contribuição com seus logradouros.

Permitir o controle dos lotes atingidos com geração automática pelo cadastro.

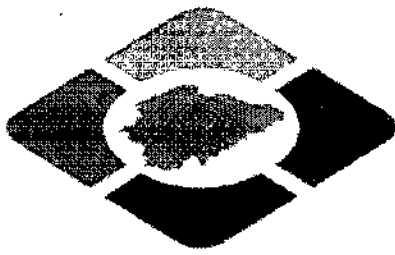
Possibilitar o controle dos imóveis, bem como geração automática dos mesmos.

Permitir o parcelamento e reparcimento da contribuição de melhoria, com a emissão de seus respectivos termos.

Permitir a configuração e emissão de carnês e/ou recibos.

Permitir consulta financeiras e emissão de certidões na mesma rotina.

*[Handwritten signatures]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquans, N° 480 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP. 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Possibilitar a emissão de relatórios gerenciais por rua, bairro e termo de responsabilidade.

O sistema deve permitir o controle e manutenção de todos os registros de dívida ativa do município, seja qual for o tributo ou receita. Permita a inscrição automática dos tributos no final de cada exercício. Possa fazer convênio com empresas de cobrança efetuando troca de informações por meio magnético, controlando as dívidas que estão na prefeitura e em cobrança.

Possibilitar a inscrição em dívida ativa dos tributos e outras receitas vencidas e não pagas, registradas na conta-corrente fiscal, de acordo com a legislação.

Possibilitar o controle de descontos, remissão com a possibilidade de verificação de débitos de outros módulos para concessão ou não do mesmo, quando a lei assim o determinar.

Possibilitar o englobamento e o parcelamento de débitos para cobrança, inclusive com controle de valores mínimos.

Possibilitar a emissão e o controle de notificações, a emissão de petições para cobrança judicial em texto definido pelo usuário.

Conter recursos para administrar todos os tributos inscritos em Dívida Ativa também em função de sua origem (IPTU, ISSQN, Taxas, Contribuição de Melhoria), no que se refere a inscrição e cobrança, administrativa ou judicial).

Permitir o cadastro de procedências e receitas da dívida ativa.

Permitir emissão de relatório totalizador da dívida ativa.

Permitir o controle e emissão de notificações.

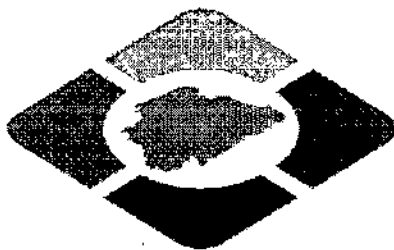
Permitir a emissão do livro de dívida ativa.

Permitir prescrição de dívida ativa.

Permitir a emissão de certidão de ajuizamento.

Sistema de controle do andamento das CDAs emitidas pelo setor de Dívida Ativa

Possibilitar criar listas e emitir CDAs a partir destas listas.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Permitir a emissão de relatórios por exercício, geral em ordem alfabética ou por inscrição.

Permitir a emissão de relatório resumido por procedência de dívida ativa.

Permitir a emissão geral de carnês, configurados conforme modelo da prefeitura, com código de barras padrão FEBRABAN.

Permitir o lançamento do IPTU, ISSQN, Diversos, Contribuição de melhoria e outros automaticamente no final do exercício.

Instituir Módulos específicos para a gestão portuária de grandes cadeias produtivas ex: (Polo naval, Polo cêlico, etc ..)

Permitir consultas a exercícios anteriores.

Possibilitar criar leiaute de CDA tributária e não-tributária.

Permitir o cadastro de cartórios.

Permitir o cadastro de advogados (prefeitura).

Permitir o cadastro de varas.

Permitir o processamento de Inicial do foro.

Permitir cadastro de processo do foro.

Permitir movimentação do processo do foro.

Permitir integração via webservice com TJ por arquivos de remessa.

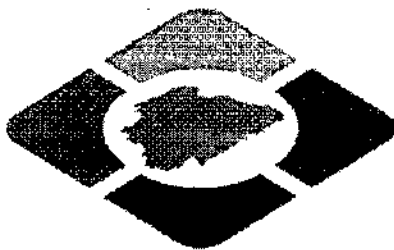
Permitir manutenção de custas judiciais.

Controlar petições iniciais, de suspensão e de quitação do processo do foro.

Emissão de petições de iniciais, de suspensão e de quitação do processo do foro.

Permitir emissão de relatórios de processos com advogados, por maiores devedores, relatório de dívida prescrita.

*[Handwritten signatures]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 480 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.882/0001-08



Permitir via sistema que haja manutenção nas origens de parcelamentos, independente de ser lançamentos atualizado ou não, para casos em que ocorra intervenção judicial e existam parcelamento em andamento – caso da Oneração.

Possibilitar criar leiaute para cada tipo de petição.

Controlar as cobranças diversas, como aluguéis por exemplo.

Permitir parametrização dos tipos de cálculos.

Permitir manutenção no cadastro base diversos.

Permitir manutenção das procedências.

Possibilitar o parcelamento dos diversos conforme legislação municipal.

Emissão de carnês e/ou recibos conforme modelo definido pela contratante para cobrança bancária.

Sistema de controle do cadastramento das obras executadas pelos contribuintes afim de envio de informações para o órgão competente, bem como emissão de alvarás de construção e habite-se.

Cadastro das obras a serem executadas pelos contribuintes.

Cadastro de Responsáveis Técnicos pela Obra.

Cadastro do Engenheiro Responsável pela Obra.

Liberação de Alvará da Obra.

Liberação de Habite-se Parcial e Total.

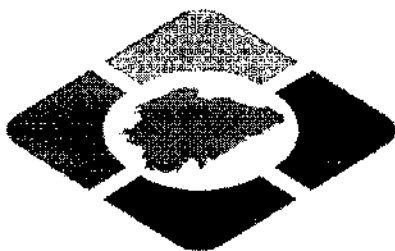
Geração de Arquivo para o INSS das obras.

Emissão de Alvará Configurável.

Emissão de Relatório das Obras.

Consulta Obras Cadastradas.

*[Handwritten signatures]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Possibilitar criar leiaute Alvará de obra e habite-se.

Cadastrar os índices para correção monetária e indicadores econômicos que serão utilizados pelos módulos tributários para execução de cálculos.

Permitir manipulação de cadastro de índices de correção integrado aos diversos sistemas para não haver redundância destas informações (UFIR, Dólar, UPR, URM, URFM, Etc.).

Permitir gerar lista de consulta de débitos.

Permitir gerar notificações individuais ou por lista.

Emitir notificação parcial ou geral.

Possibilitar criar leiaute para cada tipo de notificação.

## ÁREA PATRIMONIAL:

Permitir o controle e administração de materiais de consumo, patrimonial e serviços, controlando diversos almoxarifados integrados com o departamento de compras.

Permitir a criação de vários almoxarifados, sendo que o acesso a cada um deles deverá depender da permissão dos usuários.

Possibilitar o controle de toda movimentação de entrada, saída, devolução, prazo de validade e transferência de materiais no estoque.

Possibilitar gerenciar a necessidade de reposição de materiais através do ponto de pedido.

Permitir a saída de materiais do almoxarifado somente com requisição emitida pelo sistema.

Deverá ter um controle de doação e devolução de mercadorias.

Permitir controlar os limites mínimos e de reposição de saldo físico em estoque.

Permitir a emissão de relatório de inventário físico contábil.

Relatório de itens.





# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Relatório de saída de materiais por departamento.

Integração com o controle de custos.

O sistema deve possibilitar o controle das compras de todos os tipos de materiais e serviços adquiridos pelo município, acompanhando todo o processo, desde a compra propriamente dita até a chegada do material ou serviço ao seu destino.

Permitir a emissão de Ordem de compra para integração com almoxarifado.

Permitir a manutenção no cadastro de Fornecedores.

Controle dos fornecedores do município, tipos de certificados e a emissão destes.

Permitir o controle das solicitações de compras encaminhadas pelos departamentos solicitantes.

Permitir o preenchimento das solicitações de compras na origem, sendo que o usuário deverá atribuir um valor médio para que o sistema efetue automaticamente uma reserva de saldo, evitando assim perda de tempo pelo departamento de compras em realizar cotações e no final não ter orçamento disponível para efetuar a compra.

Possibilitar efetuar o agrupamento de solicitações de vários departamentos e criar apenas um processo de compra.

Possibilitar a integração total com contabilidade e orçamento, no que se refere ao bloqueio no orçamento do valor reservado.

Permitir a emissão automática do orçamento da solicitação aos fornecedores.

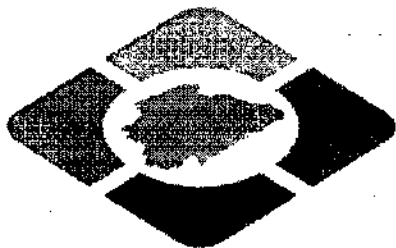
Possibilitar a emissão do orçamento do processo de compras para fornecedores.

Permitir a importação e exportação de orçamentos em planilha no formato .txt.

Permitir o registro e julgamento dos orçamentos.

Emissão do mapa das propostas julgadas.

Emissão de autorização de empenho ou pré-empenho.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Permitir o acompanhamento de todo processo licitatório, bem como apoio no julgamento das propostas. Ser diretamente integrado ao módulo de materiais (compras) possibilitando uma integração total. Que uma licitação depois de incluída no sistema, possa ter todos os relatórios posteriores e licitação de forma automática, sem a redigitação dos dados, como por exemplo: emissão de autorização de compra e empenho, emissão dos empenhos e emissão das ordens de compra.

Permitir efetuar o agendamento das licitações.

Permitir a manutenção dos itens da licitação, do material previamente codificado, permitindo emissão de autorizações de empenho, e ordens de compra de forma automática, a adjudicação de fornecedores.

Rotina de julgamento, encerramento e anulação de licitações.

Relatório mapa para julgamento por menor preço unitário ou global.

Relatório de adjudicação.

Relatório de conferência e boletim de publicação.

Controle de verba, com reserva automática e liberação.

O sistema devera estar de acordo com a lei 8666/93 e suas posteriores alterações.

Permitir a emissão da autorização de empenho.

Permitir a emissão de ordem de compra após liberação do empenho.

Permitir a integração total com o módulo de compras, almoxarifado, patrimônio, orçamento e contabilidade.

Permitir consultar On-line a situação (se existem dívidas), junto ao município, dos fornecedores.

Permitir registrar fornecedores bloqueados para compras públicas e desbloquear conforme for necessário.

Permitir notificar os fornecedores através de email sobre tramitação de processos.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



Permitir Controle de Registro de preços.

Permitir o lançamento e geração dos dados para o envio de Editais através do Portal SICOM - MG.

Permitir cadastro de Obras, medições e demais exigências além da geração do arquivo para envio do SISOP.

O sistema deverá ter a administração dos bens do município, efetuando todo controle por centros de custo. Operar em conjunto com o módulo de materiais, onde são feitas as compras. Que o módulo de materiais possa automaticamente avisar ao usuário do módulo de patrimônio a chegada (entrega pelo fornecedor) de bens na Prefeitura- Administração Direta e Indireta. O processamento, ou seja, a inclusão destes bens no patrimônio do município seja de forma automática, evitando que o usuário do setor de patrimônio digite novamente os dados dos bens, informando apenas sua classificação patrimonial.

Cadastro de centro de custos conforme orçamento do município.

Permitir transferência de bens, mantendo o histórico.

Possibilitar o controle e a manutenção de todos os bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio da prefeitura, permitindo de maneira rápida, o cadastramento, a classificação, a movimentação, baixa, localização e o inventário.

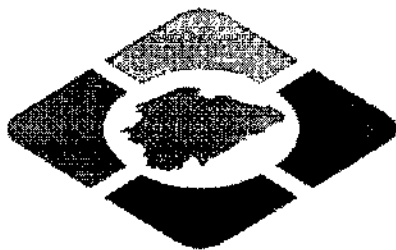
Possibilitar o cadastramento de maneira que possa permitir o agrupamento conforme a natureza do bem.

Permitir inserção de fotos nos bens.

Permitir efetuar a depreciação e reavaliação dos bens individualmente ou global por natureza ou item.

Possibilitar a emissão de relatório por número, itens, localização, secretaria / departamento, classe, unidade responsável, por tipo e por grupo.

Possibilitar emissão de termo de responsabilidade por departamento.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.509.882/0001-08



Possibilitar emitir relação de inclusões, baixas, reavaliações, transferência por item ou por localização.

Permitir a geração e leitura de etiquetas com código de barra.

Possibilitar de atualização financeira do patrimônio automático.

Que o sistema tenha a administração de toda frota de veículos da Prefeitura- Administração Direta e Indireta e controle de custos. Funcionar integrado com os almoxarifados, que ao dar saída de peças para veículos ou combustíveis, registrar o código ou placa do veículo, permitindo que a qualquer momento se consulte as peças e demais gastos que cada veículo está utilizando.

Possibilitar gerenciar os gastos dos veículos da prefeitura e autarquias.

Permitir controlar o consumo de combustível e média por veículo.

Permitir gerenciar os custos por unidade de veículo e por centro de custos.

Permitir controlar serviços, peças e acessórios efetuadas nos veículos, assim como a garantia das mesmas.

Permitir controlar manutenção preventiva, trocas ou complemento de óleo.

Permitir controlar as licitações de combustíveis, informando a quantidade licitada gasta e o saldo restante.

Permitir controlar o licenciamento, seguro dos veículos.

Permitir controlar a validade da carteira de habilitação dos motoristas.

Permitir controlar as reservas de veículos por centro de custo e por funcionário.

Possibilitar a emissão de relatório de gastos de veículo por período.

Controle e administração dos contratos desde o processo inicial bem como as validades,

Permitir gerenciar contratos por ano com controle de numeração.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 35401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



Permitir cadastrar contratos decorrentes de licitações que já venham com os itens e valores julgados por fornecedor.

Permitir inclusão de contratos manuais para casos específicos.

Permitir controlar Aditamentos e Apostilamentos em contratos.

Permitir controle de saldos em contratos vigentes.

Permitir rescindir contratos.

Permitir gerar autorizações de empenhos a partir de contratos lançados.

Controle de Acordos a Vencer

Relatório de Execução de contratos.

## ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

Permitir a geração de folha de pagamento municipal.

Possibilitar o controle de fichas financeiras.

Manutenção da tabela de códigos com formulas e cálculos totalmente definíveis pelo usuário.

Permitir a manutenção de tabelas de IRRF, Previdência e composição das bases de cálculos.

Cadastro de lotações vinculadas ao orçamento.

Permitir a manutenção da tabela de progressões.

Permitir o cadastro de eventos, onde o sistema avisa os eventos a acontecer.

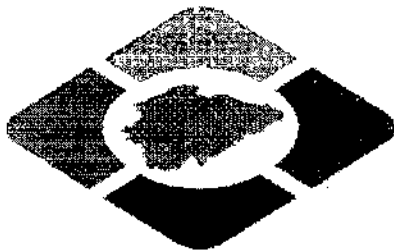
Permitir o cadastro de padrões conforme lei municipal.

Permitir o controle, concessão e desconto de vale-transporte.

Permitir o cadastro de funcionários vinculados ao cadastro geral do município.

Permitir o reajuste automático de salários.

*[Handwritten signatures]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINHEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



Permitir a consulta da ficha financeira do funcionário de qualquer mês do ano.

Permitir o cadastro de dependentes, descontos.

Permitir manutenção do ponto do funcionário para salário, adiantamento, rescisão, férias e 13º salário.

Permitir a geração da folha de salário, adiantamento, rescisão e 13º salário de apenas um funcionário, ou intervalo de funcionários, ou uma lotação, ou intervalo de lotações ou geral.

Possibilitar o controle de férias.

Possibilitar o controle de 13º Salário.

Permitir a emissão de relatórios de funcionários por órgão, por lotação ou geral.

Permitir emissão de relatório de admitidos/demitidos por órgão, lotação ou geral, em ordem numérica ou alfabética.

Relatório definível, onde o usuário seleciona os campos do cadastro de funcionários.

Permitir emissão de etiquetas para cartão ponto;

Permitir emissão de relatório da folha sintético ou analítico, geral, de intervalo de órgãos, de intervalo de lotações, ou de uma matrícula, em ordem numérica ou alfabética.

Permitir a emissão de relatório da ficha financeira de qualquer ano, geral, por lotação ou matrícula;

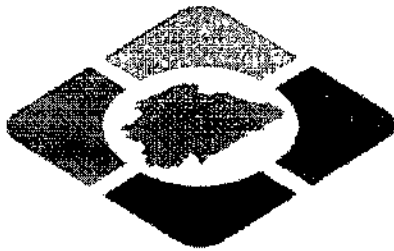
Possibilitar a inclusão de variáveis fixas e mensais.

Permitir gerar em meio magnético todos os servidores admitido e demitidos no mês (CAGED).

Possibilitar a geração de informações referentes a folha de pagamento em arquivo para crédito em banco do interesse da prefeitura.

Permitir a emissão de relatórios tais como IRRF, FGTS, Previdência,

Permitir a geração automática da RAIS e DIRF e comprovantes de rendimento.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Permitir a emissão de Contracheques em impressão laser ou matricial.

Possibilitar a emissão de relatórios resumidos de totais por rubrica, totais por desconto.

Permitir emitir relatório de total da folha analítica.

Permitir emitir relatório de total da folha sintética, por lotação, por vínculo, cor cargo e local de trabalho.

Permite realizar seleções de diversos tipos nos relatórios e rotinas da folha de pagamento.

Possibilitar a emissão de relatórios para pagamentos em dinheiro, em cheque, depósito em conta e ordem de pagamento.

Permitir a emissão do resumo da folha de pagamento e demais relatórios para empenho junto ao setor de contabilidade.

Permitir empenhamento automático junto ao setor de contabilidade apontando as dotações com saldo e as sem saldo para suplementação.

Permitir a emissão de folha de pagamento do PIS/PASEP contemplando compatibilidade de sistemas junto ao sistema do banco pagador.

Permitir a emissão das consignações da folha de pagamento listando individualmente os beneficiados.

Permite integração com sistemas de controles de consignações.

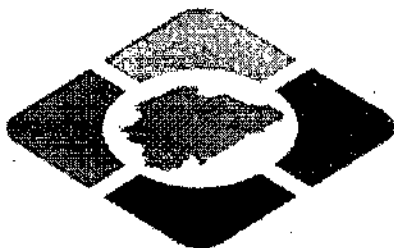
Permite a integração com sistemas de controle de vales refeição e alimentação.

Permite importar lançamentos de rubricas através de planilhas.

Permite a importação do ponto eletrônico.

Permitir a atualização automática de salários e demais eventos conforme plano de carreira do funcionalismo e demais legislação vigente;

Possibilitar que o sistema de mala direta com todas as possibilidades de ordenação junto ao cadastro geral de funcionários.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins - Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Permitir a emissão de relatórios referentes ao cadastro geral de funcionários ordenados da forma que administração municipal determinar incluindo todos os dados.

Controle da ficha funcional dos servidores, com a finalidade de agilizar a consulta, emitir a portaria dos atos e emissão de grade e certidão de tempo de serviço.

Permitir o cadastro de assentamentos.

Permitir o cadastro de afastamentos.

Permitir emissão de Portarias (férias, nomeação, gratificação, função gratificada e avanços).

Permitir atos da Admissão - Todas as informações referentes a admissão do servidor, tais como o concurso prestado, colocação neste concurso, data de publicação do concurso, cargo, etc.

Permitir inserir dados curriculares - cadastro de todos os cursos, eventos que o servidor participou.

Protelações e Averbacões - cadastro dos atos que protelam ou averbam para o cálculo de avanços, gratificações, férias, etc.

Grade de efetividade - emissão da grade do tempo de serviço do servidor, incluindo os tempos averbados de empresas privadas ou outros serviços públicos.

Permitir a emissão de certidão de Tempo de Serviço - emissão da certidão comprobatória do tempo de serviço do servidor, baseado nos atos que o servidor teve durante a sua vida funcional, devendo estar dentro do padrão aceito pelo Tribunal de Contas do Estado.

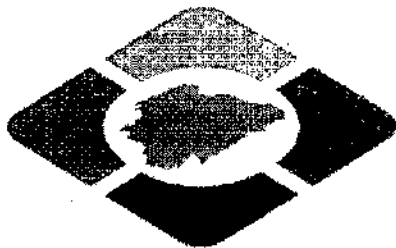
Permitir o cadastro do estágio probatório (Questões, períodos, quesitos e comissão).

Permitir consulta a estágios e avaliações.

Emissão de relatórios de estágios e boletins.

Permitir Agenda, lançamento de avaliações e resultado final.





# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINERA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.662/0001-08



## NOTA FISCAL ELETRÔNICA

Permite configurar cadastro de usuários;

Permite criar perfis de acesso;

Permite configurar parâmetros com dados da prefeitura, datas de validades, prazos de emissão;

Permite selecionar leiaute de documentos;

Possibilita integração com o Sistema Informação Gerencial da Prefeitura Municipal;

Permite cadastro online de prestadores, tomadores e eventuais;

Permite cadastro individualizada do usuários por inscrições econômicas.

O cadastro deverá gerar protocolo de cadastro junto à Prefeitura Municipal;

Permite liberar acessos de usuários, ligação com contadores;

Possibilita acesso por login e senha;

Permite trocar senha;

Consulta On-line ao Cadastro realizado para conferência do andamento de liberação junto à Prefeitura Municipal;

Opção para definir contador, ou empresa de contabilidade, para assessoria contábil quanto a NFS-e, através do CNPJ/CPF;

Sistema de Autorização de Impressão de Documento Fiscal (AIDOF) de forma eletrônica e exclusiva para NFS-e (AIDOF-e);

Portal de Internet com canal de notícias referentes a NFS-e;

Portal de Internet com página de manuais de ajuda ao prestador de serviços;

Portal de Internet com canal de legislação referentes a NFS-e;

O sistema disponibiliza relatório com as guias não pagas fora do prazo;

O sistema apresenta lista dos comprovantes de declaração por competência do contribuinte e do tomador;

Permite a alteração de senhas dos agentes fiscais cadastrados;

Permite a inserção e/ou exclusão de agentes fiscais;

Permite a inserção de novas senhas e alteração para os contribuintes;



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.582/0001-08



- Permite a inserção de níveis de acesso aos agentes fiscais às modalidades do sistema;
- Permite a inserção e/ou alteração de regras de crédito a serem aplicadas aos emissores em relação ao abatimento do imposto;
- Permite a inserção e/ou alteração das regras de multa a serem aplicadas na guia de pagamento, assim como instruções para o recebimento;
- Sistema apresenta controle das atividades prestadas no município (LC116/2003, CNAE ou Tributação Municipal) e suas alíquotas;
- Apresenta inserção, alteração e/ou exclusão das atividades cadastradas e suas alíquotas;
- Sistema permite o vínculo de uma ou mais atividades ao cadastro dos contribuintes;
- Sistema permite alterar o status do contribuinte, ex: ativo, inativo;
- Possibilita ao agente fiscal impedir a emissão das notas e/ou declarações a um determinado contribuinte após as datas estabelecidas;
- Permite a importação do arquivo de retorno bancário referente ao pagamento do ISS para escrituração das notas fiscais vinculados a guia de pagamento;
- Permitir o envio de e-mails com as liberações feitas no sistema pela prefeitura;
- Permite o envio de e-mails com notificações aos contribuintes que apresentam pendências;
- Apresenta o menu Fiscal Inteligente, onde é possível visualizar as inconsistências no cruzamento das notas fiscais emitidas pelo contribuinte e as notas declaradas pelo tomador;
- Apresenta o menu Fiscal Inteligente, onde é possível visualizar as inconsistências no cruzamento das declarações mensais pelo contribuinte e tomador, e vice-versa;
- Sistema apresenta controle de todas configurações feitas pelo fiscal para controle de datas de vencimento;
- O sistema permite a alteração do brasão da prefeitura que aparecerá em todos os documentos;
- O sistema apresenta manuais de utilização;
- O sistema apresenta consulta dos boletos gerados para pagamento do ISS;
- Permite a consulta dos boletos gerados por competência;
- Permite a consulta aos boletos gerados quanto ao seu pagamento;
- Permite a emissão de guia avulsa de pagamento;
- O sistema apresenta relatório do cadastro dos contribuintes ativos ou inativos;



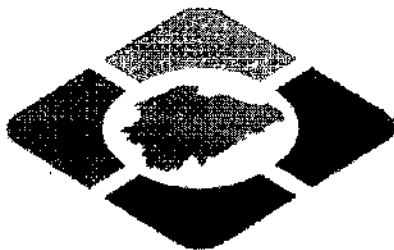
# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO  
ÁREA MINÉIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.682/0001-08



- Relatórios dos contribuintes cadastrados por município e atividade;
- Relatórios de contribuintes vinculados a um escritório de contabilidade;
- Apresenta relatório das atividades cadastradas no sistema;
- Relatório de atividades mais utilizadas no sistema;
- Relatório completo de arrecadação por período;
- Apresenta relatório de arrecadação por prestador e tomador;
- Possui relatório detalhado da declaração mensal por contribuinte, listando serviços prestados, serviços tomados e números de nota;
- Possui relatório de prestadores inadimplentes;
- Permite a visualização e impressão dos relatórios no formato txt;
- Apresenta relatório de competências não declaradas por contribuinte;
- Apresenta relatório de notas fiscais canceladas;
- Apresenta relatório com conversão de RPS fora do prazo legal estipulado pela Prefeitura.
- Acesso ao sistema através de login e senha;
- Formulário com opção de atualização do cadastro já feito junto à prefeitura municipal, para alteração dos dados cadastrais, inclusive logomarca do prestador;
- Requisição para emissão de NF;
- Emissão de Nota Fiscal - NF com preenchimento de formulário com as informações de uma nota fiscal convencional, via sistema e/ou webservice, sendo as mesmas armazenadas no banco de dados da Prefeitura, podendo executar um prévio cadastro de prestadores e tomadores;
- O número da NFS-e deverá ser de forma sequencial;
- Data e hora de emissão deverão ser da ação da emissão;
- Possui código de verificação, tornando-a única sem possibilidades de duplicação;
- Possuir QR-code um código de barras bidimensional que pode ser facilmente escaneado usando a maioria dos telefones celulares equipados com câmera. Esse código é convertido em texto (interativo).
- Tornar obrigatórias as informações como CPF/CNPJ e Nome, ou Razão Social, do tomador de serviços;



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 480 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Deverá ser informada a atividade efetuada na contratação do serviço;

É possível a declaração do valor de demais serviços e/ou deduções que não sejam serviços, como: valor de mercadorias, retenção de ISS manualmente, retenção de INSS e de IR, descontos;

O sistema permite automaticamente calcular o valor total e valor do ISS mediante ao preenchimento dos demais campos;

O sistema permite automaticamente calcular o valor do crédito obtido caso o município adote a metodologia de créditos.

Portal de Internet com modelo de RPS para prestadores que desejam optar por este modelo para possível impressão;

Portal de Internet com canal de perguntas e respostas para os prestadores, tomadores e contadores;

Disponibilidade de emissão de notas fiscais eletrônicas por sistema local no prestador de serviços no modo "off-line";

Sistema retorna lista de erro e/ou alertas conforme padrão ABRASF;

Disponibiliza dados de UF de acordo com o IBGE.

Permite a geração de senha através de e-mail de cadastro do contribuinte;

O sistema permite ao contribuinte fazer alteração nos dados cadastrais informados, como: e-mail, senha, e logomarca, não sendo possível a alteração de CNPJ/CPF e Razão Social;

Para optantes do Simples Nacional o campo da alíquota é editável;

Permite a inserção de retenções federais no formulário da nota fiscal;

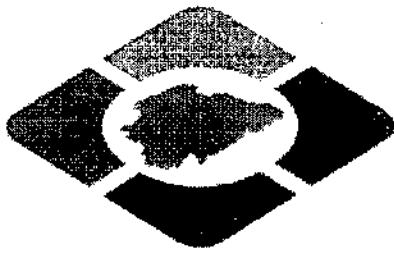
Permite a consulta e/ou cancelamento de notas fiscais por período, não permitindo a alteração de dados na nota já emitida;

Apresenta consulta por competência das notas fiscais;

A opção de pesquisa de NF emitidas anteriormente, podendo efetuar a impressão das mesmas, bem como o cancelamento de NF mediante justificativa e a utilização para fazer cópia de uma nova NF;

Mostra o número de NF já emitidas;

Mostra o número de NF limite ou se liberado pela Prefeitura Municipal;



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINERA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Em caso de limitação das NF, o sistema permite mostrar a opção de solicitação on-line e mais NF.

Portal de Internet para consulta do tomador quanto a conversão de RPS em NFE pelo prestador de serviço, consulta de créditos adquiridos até o momento da consulta, e consulta a autenticidade/estado de NF;

Apresenta consulta de notas fiscais por número, dados do contribuinte, tomador e período;

O sistema apresenta a liberação de limite de notas e rps por contribuinte;

Opção para importação e exportação de Recibo Provisório de Serviço (RPS) no formato XML, conforme modelo exposto no próprio portal de Internet;

Opção de gerar relatório informativo com todas as declarações importadas via RPS;

Opção de exportar a notas fiscais eletrônicas emitidas por mês e ano, para um arquivo no formato XLS;

O sistema apresenta importação de lotes de RPS que serão transformados em NF e após gera um protocolo do envio do lote;

Sistema possibilita a integração com ERP de Prestadores para envio e consulta do estado do lote após envio do mesmo através de Webservice;

Permite a Declaração Mensal de Serviços -DMS;

Opção para importação e exportação de Declaração Mensal de Serviços -DMS no formato XML, conforme modelo exposto no próprio portal de Internet;

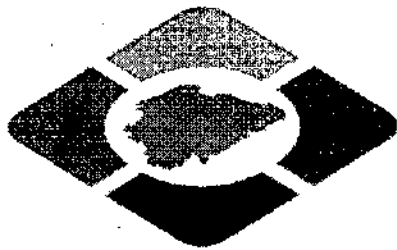
Permite o encerramento de competência prestadores e tomadores individuais ou por ato geral dos fiscais da prefeitura;

Geração da guia de pagamento por competência escolhida pelo prestador e tomador, dando a opção de escolha na geração da guia de forma individual ou de encerramento da competência;

O sistema permite calcular de forma automática o valor total da guia gerada bem como a incidência de multa sobre o valor da guia caso a mesma esteja sendo gerada fora do vencimentos estabelecido pela Prefeitura Municipal;

O sistema gera a guia no padrão FEBRABAN de acordo com o convênio de impressão e pagamento via Internet Banking;

Possibilidade de gerar uma segunda via possível de impressão;



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins - Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.682/0001-08



Permite o fechamento e consulta do livro digital do contribuinte por competência;

Apresenta listagem de protocolos de envio de lotes, que igualmente é listado para consulta do contribuinte.

Opção de canal de ouvidoria para o prestador ter acompanhamento quanto às reclamações feitas por seus tomadores de serviços quanto a inconsistências de notas fiscais eletrônicas;

Cadastro On-line de Contadores, tanto a inserção de contadores do município quanto de fora dele, podendo ainda permitir o cadastro de contadores individuais;

A execução do cadastro do contador deverá gerar comprovante de cadastro junto à Prefeitura Municipal;

Consulta On-line ao Cadastro de Contadores realizado para conferência do andamento de liberação junto a Prefeitura Municipal;

Acesso do contador, através de seu CNPJ/CPF e senha, para efetuar a emissão de nota fiscal de forma eletrônica (NFS-e);

Permite o contador emitir NF do seu cliente, no qual presta serviços de contabilidade, com preenchimento de formulário com as informações de uma nota fiscal convencional;

Opção de exportar as notas fiscais eletrônicas emitidas por mês e ano, para um arquivo no formato CSV;

Permite que o contador selecione um cliente na hora de executar atividades como emitir nota fiscal de serviços eletrônica, fechar livro fiscal e gerar guia;

Dispõe de lista com todos os contribuintes que foram cadastrados e vinculados ao escritório de contabilidade;

Permite o cadastro das atividades bancárias e suas respectivas contas (DESIF);

Permite a inserção, alteração e exclusão de atividades bancárias no sistema;

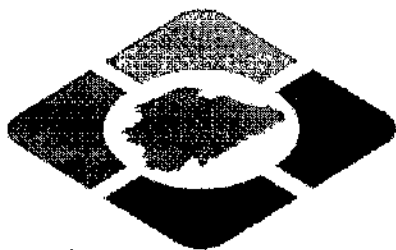
O sistema permite as Instituições Financeiras fazerem alteração nos dados cadastrais informados, como: e-mail e senha;

Permite a declaração mensal de serviços prestados;

Permite o encerramento de competência;

Permite emissão e segunda via de guias;

Permite o fechamento e consulta do livro digital do contribuinte por competência;



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins - Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Apresenta listagem de protocolos de envio de lotes, que igualmente é listado para consulta do contribuinte.

Apresenta as atividades cadastradas na qual a Instituição prestou o serviço:

## PORTAL TRANSPARÊNCIA

Permite a disponibilização dos dados de todas as áreas da administração pública aos munícipes em tempo real para o atendimento às leis de acesso à informação e de responsabilidade fiscal.

Permite a disponibilização de receitas em níveis sintéticos e analíticos.

Permite a disponibilização de despesas em níveis sintéticos e analíticos.

Permite a disponibilização de empenhos em níveis sintéticos e analíticos.

Permite a disponibilização dos dados da folha de pagamento em níveis sintéticos e analíticos.

Permite a disponibilização de diárias ou outros gastos em níveis sintéticos e analíticos.

Permite a disponibilização das informações de contratos em níveis sintéticos e analíticos.

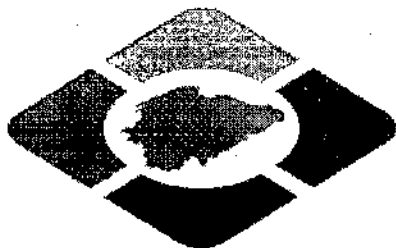
Permite a disponibilização das informações das licitações em níveis sintéticos e analíticos.

Permite a disponibilização das informações do compras e almoxarifados em níveis sintéticos e analíticos.

Permite a disponibilização das informações da frota municipal em níveis sintéticos e analíticos.

Permite a disponibilização das informações dos bens patrimoniais em níveis sintéticos e analíticos.

A ferramenta deve permitir a criação de menus e submenus para disponibilizar documentos, vídeos e outros arquivos afim de o município não necessitar da intervenção de terceiros para a publicação dos seus relatórios de prestação de contas.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.862/0001-08



A ferramenta deve permitir a inserção de textos autoexplicativos e mensagens para comunicação entre o município e os munícipes, tornando o portal mais fácil para a navegação.

## PORTAL DE SERVIÇOS

Este portal deverá ser parametrizado de acordo com as necessidades do município podendo as rotinas serem protegidas por senha ou com disponibilização sem bloqueios para os contribuintes, servidores e fornecedores.

O portal de serviços deverá ter uma área para inclusão de manuais e informações para um melhor entendimento da navegação pelos interessados.

O portal deverá criar senhas e logins automáticos para limitação de acessos dos dados definidos pelo município.

Permite criar protocolo e acompanhar os seus despachos.

Permite enviar solicitações, sugestões ou críticas.

Permite a consulta de empenhos e pagamentos pelo fornecedor.

Permite a consulta da ficha financeira e a emissão de contracheques pelo funcionário.

Permite a emissão de comprovante de rendimentos.

Permite a consulta dos dados cadastrais de contribuintes, fornecedores e funcionários.

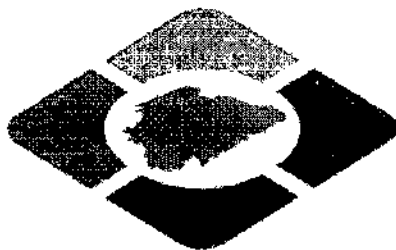
Permitir parametrizar a forma de acesso por inscrição de alvará e ou matrícula de imóveis se deverá utilizar como chave de acesso o CPF e/ou CNPJ.

Permitir incluir lançamento de ISSQN Variável.

Permitir declarar lançamento sem movimento (cancelar variável sem movimento), informando a justificativa;

Permitir emitir recibo de uma ou mais parcelas, com o cálculo automático da correção monetária, juros e multa.





# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO  
ÁREA MINHEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 480 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 38401-071  
CNPJ: 21.505.662/0001-08



Permitir emissão de carnês de ISSQN Variável.

Permite incluir lançamento de ISSQN Retido na Fonte

Permite emissão de recibo;

Permite aos escritórios contábeis efetuarem a manutenção/vinculação das inscrições no sistema.

Importar o arquivo TXT com as notas emitidas com ISSQN Retido na Fonte

Permite fazer a simulação do cálculo de Alvará e ISSQN para o exercício.

Permite Emitir certidão negativa, positiva e regular.

Permite Verifica Autenticidade de Certidão.

Permite Consulta a todos os débitos referente ao imóvel.

Permite emissão de recibo, com possibilidade de cálculo para datas futuras;

Permite Consulta Informações do Imóvel, demonstrando todos os dados da matrícula, de acordo com o cadastro imobiliário

Permite a consulta a todos os débitos referente contribuinte, acessando pelo CPF e/ou CNPJ.

Permite visualizar e imprimir recibos referentes as dívidas do contribuinte junto a prefeitura, dívidas como: ISSQN variável, dívida Ativa, Inicial Foro, Alvará , IPTU.

## BUSINESS INTELLIGENCE

Esta área deverá ser parametrizada de acordo com as necessidades do município, onde deverão ser criadas análises em todas as áreas contratadas.

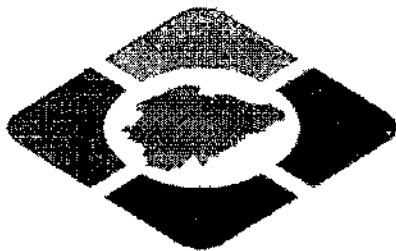
Permitir o controle de acesso por usuário/senha/perfil.

Permite a criação de análises evolutivas em diversos tipos de gráficos e períodos.

Permite a criação de análises comparativas em diversos tipos de gráficos e períodos.

Permite a criação de análises de ranking em diversos tipos de gráficos e períodos.

*[Handwritten signatures]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.882/0001-08



Permitir a geração de painéis para visualização de diversas medidas nas áreas de atuação da prefeitura. Os painéis devem interagir com o usuário de forma amigável e de fácil compreensão, utilizando para isto mostradores no formato de velocímetro ou semáforos.

Permitir a construção de Painéis de Monitoramento de Desempenho ("Dashboards") pelos próprios usuários finais.

Permitir a consulta e emissão de relatórios de todas as análises criadas.

Permitir a criação de análises com parametrização e emissão de alertas para os limites estipulados.

## DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA

Apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove que o licitante prestou ou vem prestando serviços compatíveis em quantidades, prazos e especificações com objeto deste edital.

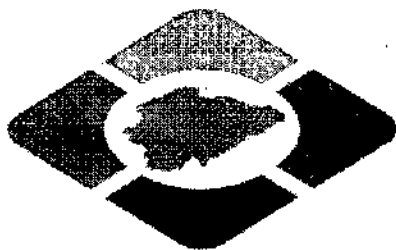
Os Atestados deverão conter identificação do contratado e contratante (Nome, CNPJ, Endereço, telefone), assim como as informações do(s) contrato (s) (número, prazos, objeto).

O atestado de capacidade técnica tem a finalidade de comprovar que a licitante forneceu ou está fornecendo o objeto, satisfatoriamente, em características, quantidades e prazos de acordo com o objeto da licitação.

O atestado de capacidade técnica poderá ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

O atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá ser apresentado em papel timbrado da emitente, comprovando ter a licitante aptidão para desempenho da atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, devendo os mesmos conter: logomarca da empresa com o nome e endereço da mesma, nome do profissional responsável, com firma reconhecida em cartório, telefone para contato e descrição dos serviços realizados.

*[Handwritten signatures and initials]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.595.992/0001-08



O atestado poderá ser objeto de diligência, a qualquer momento, pelo Pregoeiro, junto à pessoa jurídica que o forneceu, inclusive com a solicitação da comprovação mediante cópias autenticadas dos contratos e documentos que lhe deram origem, visita às pessoas jurídicas que os expediram e os respectivos locais onde os serviços foram ou estão sendo executados.

## **DA DEMONSTRAÇÃO DO SISTEMA/PROVA DE CONCEITO**

O atendimento dos requisitos relacionados no presente Termo de Referência, serão comprovados pela Comissão de Licitações e equipe técnica do CIMAMS, através da demonstração do Software pela empresa vencedora do certame.

A demonstração técnica será realizada para apreciação de uma Comissão Técnica designada especialmente para esse fim pela Autoridade Administrativa da realização do certame, composta por servidores da Administração com conhecimento técnico e operacional da presente demanda prevista em suas funcionalidades previstas no Termo de Referência e seus anexos.

O licitante vencedor do objeto da licitação deverá no prazo de 48h (quarenta e oito horas) após a manifestação do Pregoeiro, realizar demonstração técnica do sistema atendendo a DESCRIÇÃO DOS MÓDULOS DO SISTEMA conforme termo de referência e anexos.

A demonstração do sistema pela licitante deverá ser real e operacionalizada de forma online, com a efetiva utilização do sistema, através de rede local ou internet, de acordo com a funcionalidade solicitada, sendo inválida qualquer demonstração preparada previamente em ferramentas do tipo "Power Point".

A demonstração consistirá na operacionalização completa da funcionalidade indicada pela Comissão, não podendo ser diferente do exigido no Termo de Referência.

A avaliação realizada pela Comissão consistirá na verificação do atendimento ou não atendimento, pelo sistema da licitante vencedora, em operar e funcionar integralmente o item solicitado;

11 @ ge



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ 21.505.692/0001-08



A Comissão Técnica será objetiva na determinação da ação ou atividade a ser demonstrada, devendo a solicitação estar completamente de acordo com as funcionalidades exigidas no termo de referência e seus anexos.

A licitante deverá executar toda ação ou atividade solicitada, sem que haja qualquer tipo de não funcionalidade ou não cumprimento;

A escolha das funcionalidades a serem demonstradas será feita pela Comissão por amostragem, dentro do exigido no Termo de Referência e seus anexos.

A Administração disponibilizará para realização da demonstração técnica todo suporte logístico e de infraestrutura como: sala compatível para a demonstração, computador e demais instrumentos congêneres, sinal de internet, e demais suportes físicos e de periféricos que se fizerem necessários;

A licitante vencedora poderá usar notebook de sua propriedade para a demonstração, devendo para isso, solicitar previamente aos técnicos da prefeitura os credenciamentos para acesso à internet. A licitante vencedora poderá a seu critério designar até dois técnicos para executar a demonstração, com a apresentação da designação formal destes para tal finalidade, a ser apresentada no dia da demonstração;

O local e o horário da demonstração serão definidos pelo Pregoeiro em sessão e comunicado aos interessados;

A comissão elaborará relatório com a indicação da ação ou ato solicitado para demonstração e o seu cumprimento ou não por parte da licitante que será entregue ao Pregoeiro, que após o seu recebimento tornará público o resultado e prosseguimento da licitação com a realização das demais fases procedimentais até a declaração da licitante vencedora.

Caso a empresa vencedora não atender o disposto neste item, a empresa será desclassificada e a Comissão de Licitações deverá chamar a próxima empresa melhor colocada para dar andamento no certame.

## AValiação de custo:

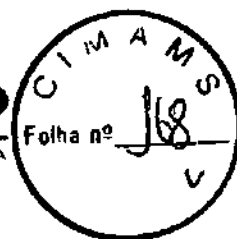
*(Handwritten signatures and initials)*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



O Setor de Compras, diante da solicitação dos órgãos interessados, realizou pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos junto a empresas do ramo, apurando-se o valor total médio no montante de R\$ 4.035.137,00 (QUATRO MILHÕES TRINTA E CINCO MIL CENTO E TRINTA E SETE REAIS).

Os preços médios unitários constam de relatório de preço estimativo, devidamente documentado no processo.

LOTE 1 Municípios Fator FPM - 0,6					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 2.087,50	R\$ 25.050,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Juridico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 1.287,50	R\$ 15.450,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 2.057,50	R\$ 24.690,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 1.075,00	R\$ 12.900,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 537,50	R\$ 6.450,00

11 E 8



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.882/0001-08



6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 570,00	R\$ 6.840,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 415,00	R\$ 4.980,00
TOTAIS					R\$ 96.360,00
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS		1	R\$ 12.362,50	R\$ 12.362,50
	Implantação e conversão de base de dados				
9	TREINAMENTO		1	R\$ 12.362,50	R\$ 12.362,50
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA		360	R\$ 123,75	R\$ 44.550,00
	Suporte técnico presencial				
TOTAIS					R\$ 69.275,00
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 165.635,00

LOTE 2 Municípios Fator FPM - 0,8					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos,	SV	12	R\$ 3.550,00	R\$ 42.600,00

*[Handwritten signatures and initials]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 480 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



	Tesouraria;				
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU. Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores.	SV	12	R\$ 1.812,50	R\$ 21.750,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 3.750,00	R\$ 45.000,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 1.762,50	R\$ 21.150,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 1.775,00	R\$ 21.300,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 900,00	R\$ 10.800,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 832,50	R\$ 9.990,00
TOTAIS					R\$ 172.590,00
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS		1	R\$ 17.887,50	R\$ 17.887,50
	Implantação e conversão de base de				



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



	dados			
9	<b>TREINAMENTO</b>	1	R\$ 17.887,50	R\$ 17.887,50
	Treinamento para utilização do Sistema			
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>	360	R\$ 130,00	R\$ 46.800,00
	Suporte técnico presencial			
<b>TOTAIS</b>				R\$ 82.575,00
<b>VALOR TOTAL DO LOTE</b>				R\$ 255.165,00

LOTE 3 Municípios Fator FPM - 1,0					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 3.762,50	R\$ 45.150,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 1.910,50	R\$ 22.920,00

*[Handwritten signatures and initials]*





# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.682/0001-08



3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 3.647,50	R\$ 43.770,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 1.835,00	R\$ 22.020,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 1.847,50	R\$ 22.170,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 987,50	R\$ 11.850,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 937,50	R\$ 11.250,00
<b>TOTAIS</b>					R\$ 179.130,00
			<b>QTD</b>	<b>PREÇO UNIT</b>	<b>PREÇO TOTAL</b>
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>		1	R\$ 19.000,00	R\$ 19.000,00
	Implantação e conversão de base de dados				
9	<b>TREINAMENTO</b>		1	R\$ 19.000,00	R\$ 19.000,00
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>		360	R\$ 133,75	R\$ 48.150,00
	Suporte técnico presencial				
<b>TOTAIS</b>					R\$ 86.150,00

*[Handwritten signatures and initials]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNCIONAL DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.862/0001-08



<b>VALOR TOTAL DO LOTE</b>			<b>R\$ 265.280,00</b>
----------------------------	--	--	-----------------------

<b>LOTE 4 Municípios Fator FPM - 1,20</b>					
<b>Nº</b>	<b>BEM/SERVIÇO</b>	<b>UND</b>	<b>QTD</b>	<b>PREÇO UNIT MENSAL</b>	<b>PREÇO TOTAL</b>
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 4.070,00	R\$ 48.840,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 2.020,00	R\$ 24.240,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 3.870,00	R\$ 46.440,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 1.932,50	R\$ 23.190,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 1.945,00	R\$ 23.340,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 1.079,50	R\$ 12.954,00

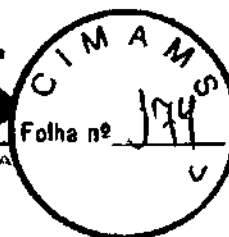
*[Handwritten signatures]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



7	Gestão BI – Business Intelligence – Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 967,50	R\$ 11.610,00
<b>TOTAIS</b>					R\$ 190.614,00
			<b>QTD</b>	<b>PREÇO UNIT</b>	<b>PREÇO TOTAL</b>
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>		1	R\$ 20.800,00	R\$ 20.800,00
	Implantação e conversão de base de dados				
9	<b>TREINAMENTO</b>		1	R\$ 20.800,00	R\$ 20.800,00
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>		360	R\$ 136,00	R\$ 48.960,00
	Suporte técnico presencial				
<b>TOTAIS</b>					R\$ 90.560,00
<b>VALOR TOTAL DO LOTE</b>					R\$ 281.174,00

LOTE 5 Municípios Fator FPM – 1,40 - 1,60					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 4.537,50	R\$ 54.450,00

*[Handwritten signatures and initials]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 2.445,00	R\$ 29.340,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 4.992,50	R\$ 59.910,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 2.312,50	R\$ 27.750,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 1.757,50	R\$ 21.090,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 1.309,50	R\$ 15.714,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 1.147,00	R\$ 13.764,00
TOTAIS					R\$ 222.018,00
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS		1	R\$ 25.900,00	R\$ 25.900,00
	Implantação e conversão de base de dados				

*[Handwritten signatures and initials]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Moto  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.862/0001-08



9	<b>TREINAMENTO</b>	1	R\$ 25.900,00	R\$ 25.900,00
	Treinamento para utilização do Sistema			
10	<b>SUPOORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>	360	R\$ 138,75	R\$ 49.950,00
	Suporte técnico presencial			
<b>TOTAIS</b>				R\$ 101.750,00
<b>VALOR TOTAL DO LOTE</b>				R\$ 323.768,00

LOTE 6 Municípios Fator FPM – 1,8 - 2,0					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 5.875,00	R\$ 70.500,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 5.350,00	R\$ 64.200,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais,	SV	12	R\$ 7.487,50	R\$ 89.850,00

*[Handwritten signatures]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 480 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ 21.505.862/0001-08



	Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;				
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 3.045,00	R\$ 36.540,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 3.307,50	R\$ 39.690,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 2.257,50	R\$ 27.090,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 1.235,00	R\$ 14.820,00
<b>TOTAIS</b>					R\$ 342.690,00
			<b>QTD</b>	<b>PREÇO UNIT</b>	<b>PREÇO TOTAL</b>
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>		1	R\$ 36.500,00	R\$ 36.500,00
	Implantação e conversão de base de dados				
9	<b>TREINAMENTO</b>		1	R\$ 36.500,00	R\$ 36.500,00
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>		360	R\$145,00	R\$ 52.200,00
	Suporte técnico presencial				
<b>TOTAIS</b>					R\$ 125.200,00
<b>VALOR TOTAL DO LOTE</b>					R\$ 467.890,00



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.992/0001-08



LOTE 7 Municípios Fator FPM - 2,20 - 2,40					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 8.775,00	R\$ 105.300,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 11.375,00	R\$ 136.500,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 9.562,50	R\$ 114.750,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 5.207,50	R\$ 62.490,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 3.757,50	R\$ 45.090,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 1.802,50	R\$ 21.630,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 1.215,00	R\$ 14.580,00

*[Handwritten signatures]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

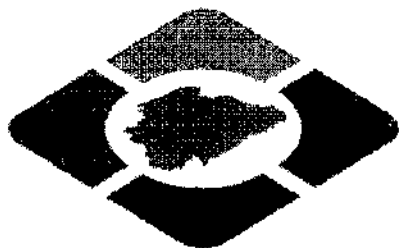
Rua Tapiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



TOTAIS				R\$ 500.340,00
		QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>	1	R\$ 58.037,50	R\$ 58.037,50
	Implantação e conversão de base de dados			
9	<b>TREINAMENTO</b>	1	R\$ 58.037,50	R\$ 58.037,50
	Treinamento para utilização do Sistema			
10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>	360	R\$ 150,75	R\$ 54.270,00
	Suporte técnico presencial			
TOTAIS				R\$ 170.345,00
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$ 670.685,00

LOTE 8 Municípios Fator FPM - 2,60 - 2,80					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 10.175,00	R\$ 122.100,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU, Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida	SV	12	R\$ 12.550,00	R\$ 150.600,00

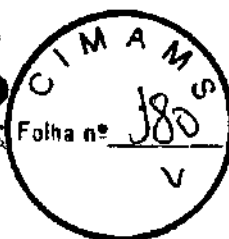




# CIMAMS

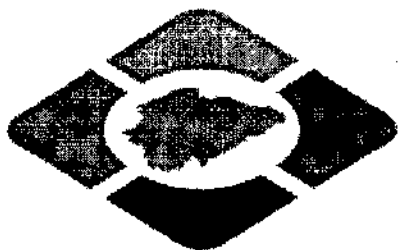
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



	Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,				
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais. Licitações. Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 9.675,00	R\$ 116.100,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 5.912,50	R\$ 70.950,00
5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 4.100,00	R\$ 49.200,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 2.045,00	R\$ 24.540,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 1.312,50	R\$ 15.750,00
<b>TOTAIS</b>					R\$ 549.240,00
			<b>QTD</b>	<b>PREÇO UNIT</b>	<b>PREÇO TOTAL</b>
8	<b>IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS</b>		1	R\$ 71.262,50	R\$ 71.262,50
	Implantação e conversão de base de dados				
9	<b>TREINAMENTO</b>		1	R\$ 71.262,50	R\$ 71.262,50
	Treinamento para utilização do Sistema				

*[Handwritten signatures and initials]*



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



10	<b>SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA</b>	360	R\$157,50	R\$ 56.700,00
	Suporte técnico presencial			
<b>TOTAIS</b>				R\$ 199.225,00
<b>VALOR TOTAL DO LOTE</b>				R\$ 748.495,00

LOTE 9 Municípios Fator FPM - 3,40 - 3,60					
Nº	BEM/SERVIÇO	UND	QTD	PREÇO UNIT MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Administração Financeira - Contabilidade Pública, Orçamento, Empenhos, Tesouraria;	SV	12	R\$ 11.450,00	R\$ 137.400,00
2	Administração Tributária - Cadastro Técnico Municipal/IPTU. Arrecadação, ISSQN, Controle Jurídico, Fiscalização Tributária / Sanitária, Arrecadação, Dívida Ativa, Contribuição de Melhorias, Receitas Diversas, Controle de Projetos, Notificações, ITBI, Alvará, Consulta Geral Financeira, Cadastro de Inflatores,	SV	12	R\$ 14.700,00	R\$ 176.400,00
3	Administração Patrimonial - Compras, Materiais, Licitações, Controle Frotas, Patrimônio;	SV	12	R\$ 11.025,00	R\$ 132.300,00
4	Administração Recursos Humanos - Folha de Pagamento, RH;	SV	12	R\$ 7.062,50	R\$ 84.750,00



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



5	Nota Fiscal Eletrônica	SV	12	R\$ 5.400,00	R\$ 64.800,00
6	Transparência - Despesas, Receitas, Funcionários; Portal Cidadão/Portal do Funcionário; e protocolo	SV	12	R\$ 2.412,50	R\$ 28.950,00
7	Gestão BI - Business Intelligence - Despesas, Receitas	SV	12	R\$ 1.600,00	R\$ 19.200,00
TOTAIS					R\$ 643.800,00
			QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
8	IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO DE BASE DE DADOS		1	R\$ 75.137,50	R\$ 75.137,50
	Implantação e conversão de base de dados				
9	TREINAMENTO		1	R\$ 75.137,50	R\$ 75.137,50
	Treinamento para utilização do Sistema				
10	SUPORTE TÉCNICO DE PROGRAMA		360	R\$ 175,00	R\$ 63.000,00
	Suporte técnico presencial				
TOTAIS					R\$ 213.275,00
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 857.075,00

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Por assegurar a responsabilidade contratual, o princípio da padronização, garantindo um serviço eficiente e de qualidade, o critério de julgamento será do tipo **MENOR**



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE  
ÁREA MINÉIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



**PREÇO POR LOTE**, desde que observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## **DOS SERVIÇOS E DA FISCALIZAÇÃO:**

A licitante vencedora terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data da ordem de serviço, para realizar a implantação do sistema.

As Secretarias Municipais designarão servidores para a fiscalização e execução dos serviços contratados, podendo solicitar esclarecimentos e determinar o que for necessário à regularização das faltas ou irregularidades observadas.

Os MUNICÍPIOS que aderirem a ATA de Registro de Preço reservam-se o direito de não receber os uniformes em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº. 8.666/93.

Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto deste Edital, deverão ser prontamente atendidas pela Adjudicatária, sem ônus para os Municípios.

## **PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado mensalmente, conforme quantitativo entregue, e em até 05 (cinco) dias após a entrega do objeto, mediante apresentação da nota fiscal ou fatura hábil, acompanhada das CND's de INSS e FGTS.

As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada, e seu vencimento ocorrerá 05 (cinco) dias úteis após a data de sua apresentação válida.

As nota fiscal deverá ser emitida pela contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

O Município, identificando qualquer divergência na nota fiscal, deverá devolvê-la à adjudicatária para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.682/0001-08



estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

O pagamento devido pelo Município será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela adjudicatária ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

## LOCAL DE ENTREGA

O item descrito neste Termo de Referência deverá ser entregue junto às Secretarias Municipais de administração dos municípios consorciados ao CIMAMS.

## OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Durante a vigência do contrato, a LICITANTE VENCEDORA obrigará-se a:

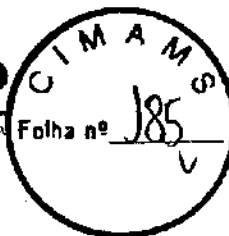
1. Arcar com todas as despesas e encargos decorrentes do contrato, notadamente no que se refere a salários, obrigações previstas na legislação trabalhista e previdenciária, resultantes dos contratos de trabalho do pessoal empregado direta ou indiretamente na execução deste contrato, bem como, responsabilizarem-se pelas demais exigências oriundas da legislação federal, estadual e municipal, aplicáveis à matéria, devendo exibir quitadas, sempre que solicitadas e por ocasião dos pagamentos, as guias de recolhimento do INSS e FGTS, sob pena de retenção dos créditos a que tiver direito.
2. Cumprir as determinações dos MUNICÍPIOS no que concerne à execução dos contratos.
3. Responsabilizar-se por quaisquer danos que, na execução do contrato, causar aos MUNICÍPIOS ou a terceiros, por motivo de dolo ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia), bem como na indenização a estes em decorrência de atos de seus empregados, prepostos ou subordinados.
4. Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINERA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 420 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP- 39401-071  
CNPJ: 21.505.662/0001-08



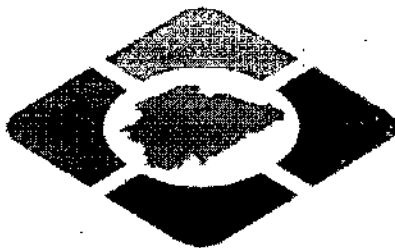
5. Manter, em observância às obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação.
6. Repassar, gratuitamente, ao contratante, o dicionário de dados, códigos fonte do sistema, senhas de acesso, bem como eventuais inovações tecnológicas ou funcionais implementadas no sistema.
7. Prestar consultoria, em relação às exigências legais e regulamentares das, áreas atendidas, em nível Federal, Estadual e Municipal.
8. Suporte aos operadores do sistema, por atendimento remoto, no período de segunda a sexta-feira das 08h30min às 18h00min.
9. Suporte local, sempre que solicitado, quando não houver resolução do problema remotamente.
10. Manutenções de sigilo a respeito das informações sob sua guarda, sob pena de responsabilidade civil e criminal.
11. Responder civil e criminalmente por eventuais danos causados por seus empregados, prepostos ou terceiros sob seus serviços.

## OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constitui obrigações dos MUNICÍPIOS:

- I. Indicar o responsável pela gestão do contrato, a quem competirá a fiscalização dos serviços, a qualquer instante, solicitando à LICITANTE VENCEDORA, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento, bem como pelo recebimento dos veículos.
- II. Fornecer todas as informações necessárias com clareza ao fiel cumprimento do objeto deste edital.
- III. Efetuar mensalmente, o pagamento correspondente aos serviços realizados, nas condições contratuais.

*[Handwritten signatures and initials]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



- IV. Notificar a LICITANTE VENCEDORA, por escrito, irregularidade encontrada na execução dos serviços, fixando-lhe prazo para corrigi-la.
- V. Garantir que a utilização dos veículos alugados será adstrita às atividades dos MUNICÍPIOS.
- VI. Utilizar os veículos exclusivamente no Transporte Escolar.
- VII. Exigir da LICITANTE VENCEDORA, por escrito, a substituição de qualquer condutor cuja postura nos serviços for considerada inconveniente.
- VIII. Exigir vistoria e substituição do veículo, em qualquer tempo de vigência do contrato, se este não estiver em perfeitas condições de funcionamento.

## CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Após a sessão do Pregão o CIMAMS juntamente com a Licitante vencedora celebrará a Ata que terá validade por 12 (doze) meses.

Em caso da licitante vencedora não assinar a Ata, reservar-se-á ao CIMAMS o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas à primeira colocada, inclusive quanto ao preço atualizado, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste edital.

Até a assinatura da Ata, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se o CIMAMS tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

Ocorrendo à desclassificação da proposta da licitante vencedora por fatos referidos no item anterior, o CIMAMS poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002.

A Ata a ser firmada em decorrência desta licitação poderá ser cancelada a qualquer tempo, independente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais,

*[Handwritten signatures]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

A associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, a cisão ou a incorporação, só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências e com o consentimento prévio e por escrito do CIMAMS desde que não afete a boa execução da Ata.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

O fornecedor do item, PRESTADOR DE SERVIÇO, deverá providenciar e encaminhar ao CIMAMS/MUNICÍPIO, sempre que se fizer necessário, os documentos que se encontrarem vencidos no procedimento licitatório.

### **13 REVISÃO E CANCELAMENTO**

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

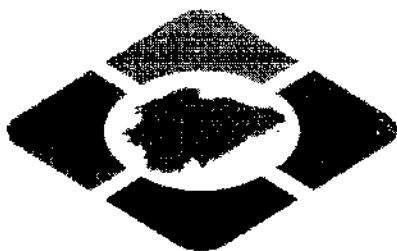
Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e, o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

*[Handwritten signatures]*

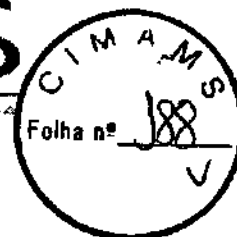




# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 420 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.662/0001-08



1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

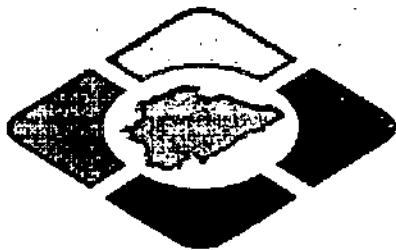
**O registro do fornecedor será cancelado quando:**

1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
5. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
6. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados;
7. por razão de interesse público; ou a pedido do fornecedor.

**14 - CONDIÇÕES GERAIS**

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento dos serviços, objeto desta ATA, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **EDITAL**.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Luiz Wanderley Dos Santos Lobo  
Secretário Executivo CIMAMS

Gabriel  Cavalcanti Queiroz  
Técnico Informática



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



## ANEXO III - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2020

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2020

Pelo presente instrumento, credenciamos o(a) Sr.(a)

\_\_\_\_\_, portador(a) do Documento de Identidade n.º \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, como representante da licitante \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, para participar da licitação acima referenciada, instaurada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - CIMAMS, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em seu nome, bem como formular proposta comercial, assinar documentos, requerer vista de documentos e propostas, interpor recurso e praticar todos os atos inerentes ao certame, a que tudo daremos por firme e valioso.

Local, data.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome legível: \_\_\_\_\_

Qualificação: \_\_\_\_\_

*(Handwritten signatures and initials)*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINCEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



## ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2020

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2020

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal ou credenciado, Sr(a) \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, portador do Documento de  
Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_,  
DECLARA cumprir plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital de  
Licitação acima referenciado, a teor do art. 4º, VII da Lei Federal nº 10.520/02, sob pena de  
responsabilização nos termos da lei.

Local, data.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome legível: \_\_\_\_\_

Qualificação: \_\_\_\_\_

• Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

1

2

3



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINERA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



## ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2020

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2020

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador do Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como \_\_\_\_\_ (incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)), art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei.

Ressalva: ( ) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Local, data.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome legível: \_\_\_\_\_

Qualificação: \_\_\_\_\_

• Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO DA  
ÁREA MINÉIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.982/0001-08



## ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2020

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2020

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_,  
portador do Documento de  
Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_,  
DECLARA, sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII da  
Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,  
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: ( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

*(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)*

Local, data.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome legível: \_\_\_\_\_

Qualificação: \_\_\_\_\_

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

*[Handwritten signatures and initials]*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINERA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.662/0001-08



## ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2020

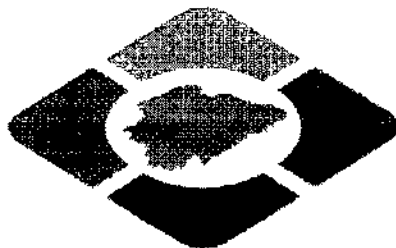
PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2020

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no  
CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a)  
Sr(a) \_\_\_\_\_, portador do Documento de  
Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_,  
DECLARA, sob as penas da lei, que não está suspensa temporariamente da participação em  
licitações, nem impedida de contratar com o Poder Público e, da mesma forma não está na  
situação de empresa/pessoa inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, na forma  
dos incisos III e IV, do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

• Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

*(Handwritten signatures and initials)*



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



## ANEXO VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2020

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º XXX/2020

Pelo presente instrumento, o CIMAMS – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situado na Rua Tupiniquins, Nº 490, Bairro Melo, Montes Claros/MG, inscrito no CNPJ 21.505.692/0001-08, representado por seu Presidente, Sr Edmarcio Moura Leal, residente e domiciliado em Matias Cardoso, a seguir denominado **ÓRGÃO GESTOR** e a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, adiante denominada **CONTRATADA** nos termos da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.1993, e suas alterações, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

### 1 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA PARA QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DOS GESTORES E DAS EQUIPES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS PARA ATUAÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA - MSE EM MEIO ABERTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS.**

Parágrafo Único - Integram esta Ata de Registro de Preço, ~~como se nela estivessem~~ transcritos, o Termo de Referência do edital de licitação e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA no Processo Licitatório nº 043/2020, Pregão Presencial por Registro de Preços nº 008/2020.

### 2 DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o CIMAMS/ Entidades adesos, não serão obrigados a efetuar a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar para tanto, outros





# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



meios, desde que permitidos por lei, sem que de fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

### 3 DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O gerenciamento deste instrumento caberá ao CIMAMS.

### 4 DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

Os itens, as especificações, unidades, as quantidades e os preços estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
------	-----	-----	-----------	----------------------------	----------------------

Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do princípio e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

A revisão dos valores será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

### 5 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Comparecer quando convocado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal, para assinatura da Ata de Registro de Preços, sob pena de multa de 2% (dois por cento) ao dia, sobre o valor a ela adjudicado.

Retirar a Nota de Empenho no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação formal.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços para a aquisição será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, N° 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada a regra seguinte: quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis nas Leis 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes.

No caso de descumprimento (não assinatura), o CIMAMS se reserva no direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor.

Na ata de Registro de Preços constarão todas as obrigações, direitos e deveres estabelecidos no edital.

A minuta da ata de Registro de Preços, a ser assinada pelo licitante vencedor, estará disponível no setor de licitações do CIMAMS.

É vedado reajustes antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços.

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da Ata de Registro de Preços, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

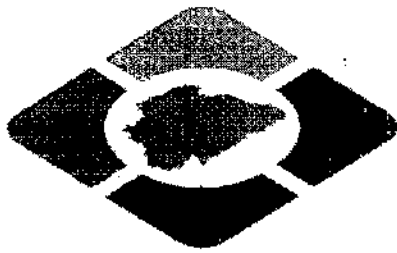
Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei n. 8.666/93, serão concedidos depois de decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata, por provocação dos Órgãos/ Entidades adesos, que deverão comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado.

Os valores registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o CIMAMS solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o CIMAMS poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo valor do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 496 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93;

Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados.

Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos serviços, permanecendo mantido o compromisso da garantia dos anteriormente ao cancelamento.

Caso o CIMAMS não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

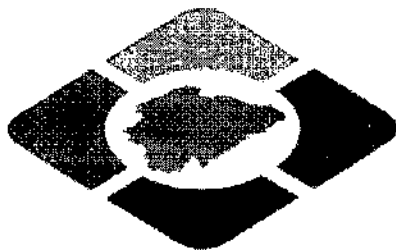
Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços.

É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização do CIMAMS.

## 6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da(o) Contratada(o):

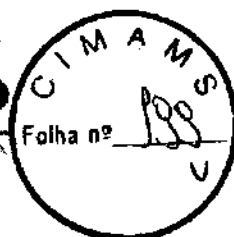
a) Cumprimento integral do objeto deste contrato;



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINERA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



- b) execução do objeto contratado dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificados;
- c) arcar com todos os ônus decorrentes de contratação de terceiros, nisto incluindo obrigações trabalhistas, sociais, tributárias e previdenciárias, bem como outras de quaisquer espécies para a execução do objeto contratado, exceto os casos expressamente previstos neste instrumento;
- d) arcar com todas as obrigações tributárias e previdenciárias oriundas desta contratação;
- e) responder, exclusivamente, por todos os danos e prejuízos, tanto materiais, morais e/ou pessoais, durante a execução do objeto contratado, causados à Contratante e/ou a terceiros por ação ou omissão própria ou de qualquer de seus empregados ou prepostos;
- f) assumir os riscos inerentes às atividades;
- g) a Contratada não poderá pleitear indenizações por prejuízos ou despesas decorrentes de casos fortuitos ou força maior;
- h) manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele (a) assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

## 7 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Aderir à ATA de Registro de Preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos;

Emitir ordem de serviço estabelecendo quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste processo licitatório;

Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adeso ao registro;

**Efetuar o pagamento**, a partir da apresentação da respectiva Nota Fiscal juntamente com as certidões negativas do FGTS e INSS;

Designar, servidor gestor do contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação vigente;

Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA;



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNCAO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas na realização de prestação de serviço, para imediata correção;

Notificar a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do Objeto;

Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adeso ao Registro.

## 8 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Por tratar-se de licitação realizada através do Sistema de Registro de Preços, a dotação orçamentária será indicada em documento específico: contrato, nota de empenho, autorização de fornecimento, ou outro documento equivalente.

## 9 DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente, conforme quantitativo entregue, e em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante apresentação da nota fiscal ou fatura hábil, acompanhada das CND's de INSS e FGTS.

As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada, e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias úteis após a data de sua apresentação válida.

## 10 DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

- a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos;
- b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;
- d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

## 11 DAS PENALIDADES



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.682/0001-08



O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do Edital e da Ata de Registro de Preços sujeita a CONTRATADA, a juízo da administração, garantida a prévia e ampla defesa, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor contratado, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei 8.666/93.

A multa prevista no item acima será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Órgão/Entidade e pode cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.

Se a adjudicatária recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços e retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida a prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

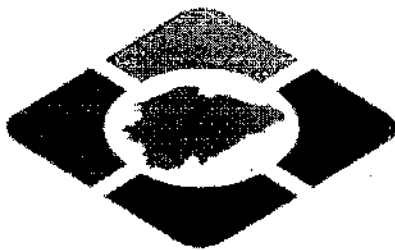
- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;
- c) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo de até 02 (dois) anos, e;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

A licitante, adjudicatária ou CONTRATADA que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com município pelo prazo de até dois anos, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

Caso a detentora da Ata, não possua nenhum valor a receber do Órgão/entidade adeso, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, respeitado o direito de ampla defesa, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do CIMAMS/Entidade adeso, podendo, ainda o Órgão/entidade proceder à cobrança judicial.

Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de (05) cinco dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

Serão publicadas as sanções administrativas previstas nesta seção, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, N° 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.609.692/0001-08



As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO.

A aplicação das multas será feita pelos Órgãos/Entidades que fizerem adesão e o cancelamento e/ou suspensão pelo gestor da Ata de Registro de Preços.

De acordo com o estabelecido em lei, poderão ser acrescidas sanções administrativas previstas em instrumento convocatório e no contrato.

## 12 DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº. 008/2020 e seus anexos e as propostas das classificadas.

III É vedado caucionar ou utilizar esta Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do órgão competente da administração.

IV O objeto desta licitação deverá ser entregue parceladamente, de acordo com o requerimento, nos locais e datas definidos pelos municípios consorciados ao CIMAMS. A entrega deverá efetuar-se em até 10 (dez) dias após a emissão da ordem de compra.

## 13 DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Montes Claros, Minas Gerais como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Montes Claros, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Presidente CIMAMS - CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
CPF \_\_\_\_\_



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.682/0001-08



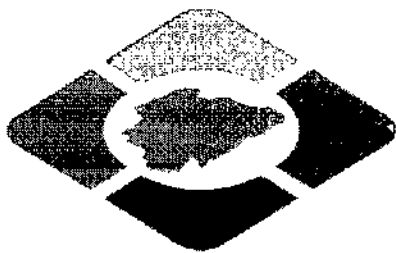
\_\_\_\_\_  
CPF

Q

11

*[Handwritten signature]*

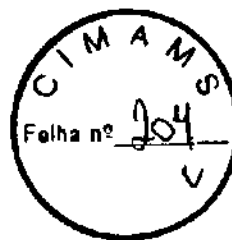




# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Topinguana, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



**ANEXO IX - MINUTA DE CONTRATO DE EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO**  
Nº. \_\_\_\_/2020

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2020**

**PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2020**

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS**

**TIPO DE LICITAÇÃO: menor preço por lote.**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXXXXX**

**CONTRATADA: Empresa XXXXX, inscrita no CNPJ sob o N.º XXXX.**

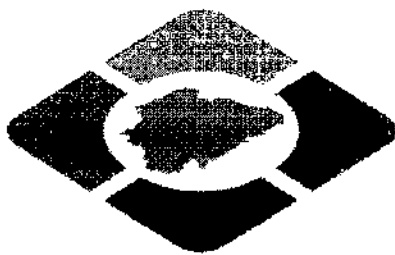
**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA PARA QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DOS GESTORES E DAS EQUIPES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS PARA ATUAÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA - MSE EM MEIO ABERTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE - CIMAMS.**

**REF. PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2020**

Aos (DIA) dias do mês de xxx de 20XX, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXXXXX - MG**, situado na Av./Rua, nº, Bairro, cidade de, Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Prefeito o Sr. xxxxxx, CPF sob o nºxxxxxx. RG:, residente e domiciliado na Av./Rua, nº, Bairro, /MG, de outro, a Empresa XXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXX, situada na Rua XXX, nº XXX, Centro, CEP: XXX, na cidade XXX/MG, representada pelo Sr. XXXX, inscrito(a) no Cadastro de Pessoa Físicas sob o nº XXX (Representante legal), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, de acordo com o que consta do Processo nº 043/2020, relativo ao **PREGÃO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2020**, têm entre si justo e acertado este instrumento contratual, que se regerá pelas **CLÁUSULAS** seguintes:.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E**



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



**CONSULTORIA PARA QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DOS GESTORES E DAS EQUIPES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS PARA ATUAÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA - MSE EM MEIO ABERTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE - CIMAMS.**

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da aquisição, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este **CONTRATO** os documentos do **EDITAL DE PREGÃO N.º 008/2020 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XXX**, a Ata de Registros de Preços nº XXX/2020 constantes do Processo Licitatório n.º 043/2020, e, em especial, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação da **CONTRATADA**.

Parágrafo único – A execução deste **CONTRATO** será disciplinada pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às obrigações ora contraídas, especialmente a Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/7/2002 e Lei Federal nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Por tratar-se de licitação realizada através do Sistema de Registro de Preços, a dotação orçamentária será indicada em documento específico: contrato, nota de empenho, autorização de fornecimento, ou outro documento equivalente

## **CLÁUSULA QUARTA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Pelo fornecimento do objeto deste **CONTRATO**, A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o preço total referente aos preços unitários constantes do **ANEXO I** conforme descritos abaixo:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

§ 1º. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos no 30º (trigésimo) dia após as entregas, mediante a apresentação da Nota Fiscal, liquidação das despesas e apresentação dos comprovantes de regularidades perante o INSS e FGTS, podendo essas regularidades ser confirmadas por via eletrônica pela contratante.

§ 2º A contagem do prazo a que se refere o § 1º desta Cláusula terá início e encerramento em dias de expediente na **CONTRATANTE**.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Mato  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



§ 3º Em caso de irregularidade(s) no item do objeto entregue e/ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da correspondente regularização.

## **CLÁUSULA QUINTA - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

O objeto desta **CONTRATAÇÃO** será fornecido de acordo com a necessidade da Prefeitura, de acordo com pedidos/entregas de **OBJETO DA CONTRATANTE**, sob a fiscalização do executor do contrato por este designado.

## **CLÁUSULA SEXTA - GARANTIA PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Fica dispensada a garantia para a execução do contrato, na forma facultada pelo artigo 56, caput, da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - VIGÊNCIA CONTRATUAL**

O prazo de vigência do presente contrato de compra com entrega parcelada ou imediata terá a validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A **CONTRATADA** responderá civil e criminalmente por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a **CONTRATANTE** c/ou para terceiros, devendo entregar os objetos deste **CONTRATO** de acordo com os termos pactuados, em estrita obediência à legislação vigente.

§ 1º. Fica a **CONTRATADA** responsável por todos os custos diretos e indiretos relativos à execução do objeto deste **CONTRATO**, inclusive despesas com materiais, transportes, frete, mão de obra, remunerações, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes, ou que venham a ser devidos em razão da avença.

§ 2º. Deve a **CONTRATADA** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A **CONTRATANTE** obriga-se a empenhar, para o cumprimento do Contrato, os recursos orçamentários necessários ao pagamento, observados as previsões estabelecidas, e pagar a(s) nota(s) fiscal(ais) emitida(s), nos termos da Cláusula Quarta.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - ALTERAÇÃO DO CONTRATO**



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Barro Preto  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



Este contrato poderá ser alterado nos termos do disposto no artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, mediante a formalização do correspondente Termo de Aditamento.

Parágrafo único – A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste **CONTRATO**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes ultrapassar o limite indicado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES PELAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E INADIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS**

O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo das previstas no Edital de Pregão Presencial Por Registro de Preços nº 008/2020, e da Ata de Registro de Preços que faz parte integrante do presente Contrato:

- a) Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) do valor de cada pedido, a cada dia de atraso, contados do estabelecido no Edital de Pregão, até o limite de 10% (dez por cento) de cada fornecimento.
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor do fornecimento e rescisão do presente contrato, sem prejuízo do cancelamento da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.
- c) Impedimento de contrato com a Prefeitura Municipal de XXX pelo período até 5 (cinco) anos, caso a rescisão decorra de qualquer das situações previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.



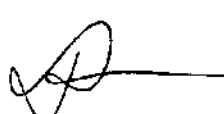
Parágrafo único: A **CONTRATADA** também é responsável pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente termo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado nos termos do artigo 70 da Lei Federal 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO CONTRATUAL**

A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.999/93, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo do disposto nos artigos 86 a 88 mesma Lei.

Parágrafo único – Na hipótese de rescisão, a **CONTRATANTE** poderá reter créditos e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos, a fim de se ressarcir de prejuízos que a advierem do rompimento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO**



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



Será competente o foro da Comarca de XXX, estado de Minas Gerais com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste **CONTRATO**.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este **CONTRATO** em 02 (Duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

XXX/MG. XXXX

\_\_\_\_\_  
(NOME DO PREFEITO)

Prefeitura Municipal

\_\_\_\_\_  
EMPRESA, inscrita no CNPJ sob o Nº xxxxxxxx

P/ Representante Legal Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Testemunhas:

NOME: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

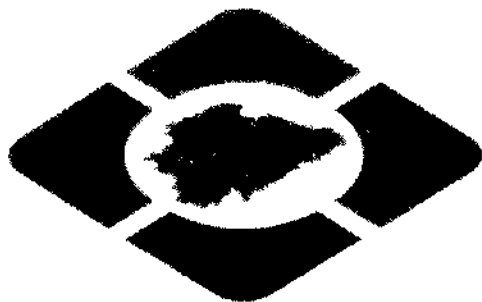
CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

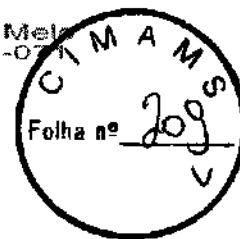
*[Handwritten signatures and initials]*



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Mel  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



## PARECER JURIDICO INICIAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2020.**

**MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2020**

Trata-se de Parecer Jurídico relativo ao procedimento licitatório na modalidade pregão presencial por Registro de Preço, registrado sob o nº 008/2020, relativo ao Edital e demais documentos até então acostados ao feito.

Antes de adentrar no mérito do presente edital licitatório, vale fazer alguns esclarecimentos a respeito do processo licitatório na modalidade Pregão.

## BREVES CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO PROCESSO LICITATÓRIO

Inicialmente é importante afirmar que a Constituição da Republica de 1988, em seu art. 37, XXI, tornou o processo licitatório *conditio sine que non* para contratos – que tenham como parte o Poder Público – relativos a obras, serviços, compras e alienações, ressalvados os casos especificados na legislação.

Toda licitação deve ser pautar em Princípios e regras previstos no texto constitucional. Diante disso salienta Márcio Pestana (in, Direito administrativo brasileiro. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010).

“permitem que o intérprete e o aplicador do Direito no caso concreto, mais das vezes, possam, a partir da sua luminosidade, solucionar questões que, sob, a ótica dogmática, poderiam apresentar aparente perplexidade”.

O presente parecer buscar traçar pontos legais a respeito da modalidade Pregão Presencial.

## DA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Considerando a concorrência de diversas normas de origem Federal, Estadual e Municipal, além das próprias disposições contidas no Edital de Licitação, assim como a especificidade da modalidade licitatória de pregão.



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Meio  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Assim, na análise do sistema jurídico e tendo em vista um caso concreto o interprete, há de levar em conta não apenas as regras dotadas de alta especificidade, mas também os Princípios, observando, sempre a hierarquia das normas, portanto respeitando a supremacia da Constituição Federal sobre todos os demais atos normativos.

Como já afirmado, norteiam os procedimentos licitatórios os Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Igualdade, Publicidade, Proibição Administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, Economicidade, Competitividade e Eficiência (art. 37 da Constituição Federal e art. 3º da Lei 8666/93).

Destarte, pode-se dizer que na modalidade de licitação Pregão Presencial (Regulamentada pela Lei 10.520/2002), primeiro se verificam os envelopes contendo as propostas, seguindo-se de lances verbais, em que prevalece o menor preço. Apenas posteriormente será analisado o envelope de habilitação, da empresa que apresentar a melhor proposta. Nesse ínterim, pode ocorrer a avaliação de amostras, caso o edital assim o preveja.

Sensato que o presente parecer não se restringirá ao exame exclusivo da minuta de edital, mas também dos atos do procedimento licitatório realizados até então.

## **DO PROCESSO LICITATÓRIO - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020**

Perlustrando o termo de abertura de licitação, datado em 14/10/2020, já constante dos autos existe recurso orçamentário que assegure o pagamento das obrigações a serem executadas no exercício.

O edital, por sua vez, seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, como a seguir será explanado:

- 1- Definição do objeto de forma clara e sucinta, sem particularidades exageradas;
- 2- Local onde poderá ser adquirido o edital;
- 3- Local, data e horário para abertura da sessão;



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



- 4- Condições para participação;
- 5- Critérios para julgamento;
- 6- Condições de pagamento;
- 7- Prazo e condições para a assinatura da Ata de Registro de Preços e do Contrato;
- 8- Sanções para o caso de inadimplemento;
- 9- Outras especificações ou peculiaridades da licitação;

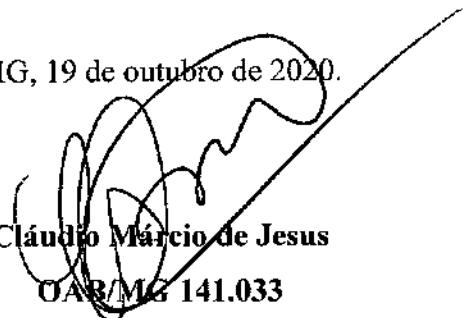
## DA CONCLUSÃO FINAL

Desta forma, tenho que o processo licitatório encontra-se respaldado na Lei nº 8.666/93 e na Lei 10.520/2002.

Portanto o presente processo licitatório encontra-se respaldado na lei, não tendo nenhum óbice que possa ensejar a sua nulidade, razão pela qual **OPINO** pelo prosseguimento do certame em seus ulteriores atos, devendo a Comissão observar a disponibilidade do mesmo pelo período determinado por lei.

É o parecer, ora submetido à douta apreciação superior.

Montes Claros/MG, 19 de outubro de 2020.

  
Cláudio Márcio de Jesus  
OAB/MG 141.033







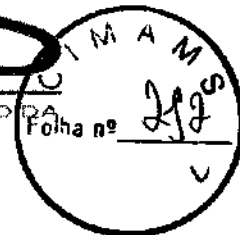




# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



## CERTIDÃO

Certifico e dou fê que, em atendimento às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e no Regimento Interno deste Consórcio, o INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO alusivo ao PROCEDIMENTO LICITATÓRIO nº 043/2020, PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2020, foi publicado na data 20 de outubro de 2020, no lugar de costume – “Ex Legis”.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Montes Claros/MG, 20 de outubro de 2020.

\_\_\_\_\_  
Thamara Almeida Veloso  
Pregoeira

ESTADO DE MINAS GERAIS  
CIMAMS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL  
MULTIFINALITARIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE



CIMAMS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE  
AVISO DE LICITAÇÃO

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2020**  
**PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS**  
**Nº 008/2020**

O CIMAMS – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – torna pública – Processo Licitatório nº. 043/2020. Pregão Presencial Por Registro de Preços nº. 008/2020. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLIC LICENSE – GPL), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO – SPB (WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR) PARA UTILIZAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMAMS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NECESSIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.** Credenciamento: às 09 h 00min do dia 04/11/2020. Abertura da sessão às 09 h 15min. do dia 04/11/2020. Informações pelos fones: (38) 3221-0841 ou (38)9 9970-3832, e-mail: [licitacao@cimams.mg.gov.br](mailto:licitacao@cimams.mg.gov.br), ou pelo site: [www.cimams.mg.gov.br](http://www.cimams.mg.gov.br).

**THAMARA ALMEIDA VELOSO**  
Pregoeira.

Publicado por:  
Thamara Almeida Veloso  
Código Identificador:55A9AF52

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros  
no dia 21/10/2020. Edição 2866  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita  
informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>

este fim. Por questões de segurança, o link de acesso e as orientações gerais para participação serão disponibilizados com 5 (cinco) dias de antecedência da Reunião, por meio de postagem específica no e-mail pessoal ou no WhatsApp, mediante contato dos membros do Conselho de Representantes.

Brasília - DF, 19 de Outubro de 2020.  
WILSON PEREIRA  
Diretor Presidente

(\*)M. da Coojco. Replicado por ter saído sem identificação no DDU de 20/10/2020, Seção 3, págs. 139-140.

### CONSORCIO GPEXPAN

AVISO DE LICITAÇÃO  
LIC-GPX.2020.020

O Consórcio GPEXPAN torna público que, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletrobras, realizará licitação Nº LIC-GPX.2020.020 para fornecimento de AQUISIÇÃO DE PARA-RAIOS EM ÓXIDO DE ZINCO DE 30 KV E 152 KV para reserva técnica e sobressalentes de todas as "Sociedades de Propósito Específico - SPEs", pertencentes do Grupo GPEXPAN (ACAUÁ ENERGIA S.A., ANGICAL 2 ENERGIA S.A., ARAPAPÁ ENERGIA S.A., CAIUTU 2 ENERGIA S.A., CAIUTU 3 ENERGIA S.A., CARACARÁ ENERGIA S.A., COQUEIRINHO 2 ENERGIA S.A., CORRUPÇÃO 3 ENERGIA S.A., PAPAGAIO ENERGIA S.A., TAMANDUÁ MIRIM 2 ENERGIA S.A. e TEJU 2 ENERGIA S.A.), localizadas nos Estados da Bahia. Abertura das propostas às 15h00 do dia 03/11/2020; obtenção do Edital e seus anexos gratuitamente através dos endereços eletrônicos [www.gpexpa.com.br](http://www.gpexpa.com.br), e-mail: [contratos@gpexpa.com.br](mailto:contratos@gpexpa.com.br). Esclareçamos que os horários para abertura das propostas, especificados neste Aviso de Licitação, correspondem ao horário de Recife.

Recife, 20 de outubro de 2020  
SANDRO INACIO CARNEIRO DA CRUZ  
Diretor

### CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE

AVISOS DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2020 - O CIMAMS - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - torna pública - Processo Licitação Nº 042/2020, Pregão Eletrônico por Registro de Preços Nº 013/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E ADMINISTRAÇÃO VIA SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, COM ACESSO POR MEIO DE CARTÃO MAGNÉTICO OU LOGIN COM SENHA/REDE, VIA INTERNET, ATRAVÉS DE REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, EM TODO O ESTADO DE MINAS GERAIS PARA OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE - CIMAMS. O edital e seus anexos podem ser obtidos no endereço eletrônico da sessão pública no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), a partir da publicação deste aviso. SESSÃO PÚBLICA: será às 09:15hrs do dia 04 de novembro de 2020. Informações pelos fones: (38) 3221-0841 ou (38) 9 9970-3832, e-mail: [licitacao@cimams.mg.gov.br](mailto:licitacao@cimams.mg.gov.br), ou pelos sites: [www.cimams.mg.gov.br](http://www.cimams.mg.gov.br) e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

ALISSON RAFAEL ALVES SANTOS  
Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2020  
PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2020 - O CIMAMS - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - torna pública - Processo Licitação Nº 043/2020, Pregão Presencial por Registro de Preços Nº 008/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLICUSSE - GPL), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO - SPB ([WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR](http://WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR)) PARA UTILIZAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMAMS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NECESSIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS. Credenciamento: às 09 h 00min do dia 04/11/2020. Abertura de sessão às 09 h 15min, do dia 04/11/2020. Informações pelos fones: (38) 3221-0841 ou (38) 9 9970-3832, e-mail: [licitacao@cimams.mg.gov.br](mailto:licitacao@cimams.mg.gov.br), ou pelo site: [www.cimams.mg.gov.br](http://www.cimams.mg.gov.br).

THAMARA ALMEIDA VELOSO  
Pregoeira

### CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE AVH

CNPJ: 17.781.651-0001/69

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2020

Processo Nº. 43/2020  
O Consórcio Intermunicipal de Saúde AVH (Aquífero Guarani, Vale das Cachoeiras e Horizonte Verde), inscrito no CNPJ 17.781.651-0001-69 torna público o presente certame para LICITAÇÃO COMPARTILHADA - FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento prescrito de Exames de Apoio ao Diagnóstico e Emissão de Laudos para os ÓRGÃOS PARTICIPANTES desta licitação, tipo menor preço por item - Abertura: 29/10/2020, às 09h00min na SEDE CISAVH - RUA MANOEL AMARO, Nº. 113, SALA 01, CENTRO; CEP: 14140-000, MUNICÍPIO DE CRAVINHOS, ESTADO DE SÃO PAULO.  
O edital completo poderá ser baixado no site [www.cisavh.com.br/licitacao@cisavh.com.br](http://www.cisavh.com.br/licitacao@cisavh.com.br).

Cravinhos, 9 de outubro de 2020.  
JOSÉ CARLOS CARRASCOA DOS SANTOS

### CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ

AVISO DE RETIFICAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2020

Errata de Licitação ID 840371 Processo Licitação nº 35/2020  
Objeto: O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLUPA, por meio de sua pregoira e equipe de apoio designada pela portaria nº 79/2019, informa que houve a 1ª errata referente ao Edital para "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços pré-hospitalar (APH) atendimento aeromédico, com disponibilização de profissionais (médicos e enfermeiros) para atender as demandas do Batallão de Polícia Militar de Operações Aéreas - BPMQA na base litoral, durante o período da Operação Verão 2020/2021 de 17 (dezoisete) de dezembro de 2020 a 04 (quatro) de abril de 2021", alterando a data limite para recebimento das propostas para 04/11/2020 às 09:00hrs e horário de abertura da sessão pública para dia 04/11/2020 às 10:00hrs e que o mesmo encontra-se disponível nos seguintes endereços: [www.cislupalitoral.com.br](http://www.cislupalitoral.com.br) (Portal da Transparência - Licitações) e <http://www.licitacoes.com.br/proc/proc.asp>.

[e.com.br/proc/](http://e.com.br/proc/). Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Pregoira através do endereço: Rua Manoel Correa, 1948, Palmidal, Paranaguá, PR, no horário das 09:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00 horas ou pelo telefone n. (41) 3425-6125.

ROSIANA DO RÓCIO PEREIRA PESCH  
Pregoeira

### CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VERDE CISVERDE

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2020. Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde Verde - Cis-Verde. Objeto: Aquisição de sistema de vídeo endoscopia flexível, composto por uma processadora de imagens, uma fonte de luz, um monitor, um vídeo colonoscópio e acessórios. Recursos financeiros: Convênio nº 848875/2017 - Ministério da Saúde-Fundo Nacional de Saúde. Contrato nº. 058/2020. Contratada: Labor Med Aparelhagem de Precisão LTDA. Vigência: 21/09/2020 a 21/09/2022. Valor Total: R\$ 266.000,00.

### CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO VALE PARANAPANEMA

AVISOS DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2020

Proc. nº 20/2020

Registro de Preço para compra eventual de material de limpeza e de segurança para 28 municípios consorciados ao CIVAP. A sessão pública será realizada na plataforma eletrônica [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e sua abertura dar-se-á no dia 09 (nove) de novembro de 2020 a partir das 09h00m. Exclusivo para ME e EPP. O edital em inteiro teor e anexos estão disponíveis para download no Comprasnet e também no site [www.civap.com.br](http://www.civap.com.br) - aba "licitações". Informações [licita@civap.com.br](mailto:licita@civap.com.br) ou através do telefone (18) 3323-2368.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2020

Proc. nº 21/2020.

Registro de Preço para compra eventual de produtos de segurança individual e outros para 30 municípios consorciados ao CIVAP. A sessão pública será realizada na plataforma eletrônica <http://licita.civap.com.br:8079/comprasnet> e sua abertura dar-se-á no dia 11 (onze) de novembro de 2020 a partir das 09h00m. O edital em inteiro teor e anexos estão disponíveis para download no site [www.civap.com.br](http://www.civap.com.br) - aba "licitações". Informações [licita@civap.com.br](mailto:licita@civap.com.br) ou através do telefone (18) 3323-2368.

Assis, 20 de outubro de 2020.  
WAGNER MATHIAS  
Presidente

### CONSORCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DA SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO SERTÃO

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2020

A Pregoeira do Consórcio Interfederativo de Saúde do Alto Sertão - BA, com fulcro nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e alterações posteriores, comunica aos interessados que fará realizar no dia 04 de Novembro de 2020, às 08h30min, na sede da Nova Policlínica Regional de Saúde de Guanambi, licitação na modalidade Pregão Presencial, autuado sob o nº. 009/2020, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de Serviço de Telemedicina Cardiológico e Neurológico para apoio diagnóstico de Exames de Holter, Mapa, Eletrocardiograma (ECG) e Eletroencefalograma (EEG) para atender a demanda da Policlínica Regional de Saúde localizada em Guanambi - BA, Tipo Menor Preço Global. A íntegra do Edital poderá ser adquirida na Sede do Consórcio ou no site [www.cisaltosertao.ba.gov.br](http://www.cisaltosertao.ba.gov.br). Guanambi

Bahia, 20 de Outubro de 2020.  
SUSANE ROCHA GOMES

### EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO - EMDTEC

COMUNICADO

A Empresa de Desenvolvimento Tecnológico - EMDTEC, CNPJ: 07.439.980/0001-72, dá conhecimento que solicitou à Confederação Nacional da Indústria - CNI, pesquisa de âmbito nacional para emissão de Atestado de Produtor e Fornecedor Exclusivo do bem industrial aplicador flexível com dispositivo vedante para interrupção do fluxo de água e outros, patenteado no INPI com nº MU8100861-9 cujo NCM é 84.813000.

Em 20 de outubro de 2020.  
JOSÉ HAMILTON CANÁRIO DE MACEDO  
Sócio Gerente

### ENTIDADE AUTÁRQUICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

AVISO DE LICITAÇÃO

Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL/RO PE Nº. 598/2020/SUPEL/RO do tipo "menor preço LOTE". Método de disputa ABERTO. PARA O LOTE ÚNICO, APLICA-SE A AMPLA PARTICIPAÇÃO COM A RESERVA DE COTA NO TOTAL DE ATÉ 25% ÀS EMPRESAS ME/EPP. Processo nº 0009.279951/2020-81. Objeto: Registro de Preços para Eventuais e Futuras Aquisições de materiais para execução de serviços de Sinalização Horizontal em Rodovias Estaduais, conforme especificações deste Termo de Referência. VALOR ESTIMADO: R\$ 1.445.817,09 (um milhão, quatrocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e dezessete reais e nove centavos). DATA DE ABERTURA: 05 de novembro de 2020, às 09h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF) - ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) - CÓDIGO DA UASG SUPPL: 925373. Disponibilidade do Edital: consulta e retirada somente nos endereços eletrônicos [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.supelro.gov.br](http://www.supelro.gov.br). Informações telefone: 69-3212-9262, das 07h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira (horário de Rondônia), e-mail: [zetasupelro@hotmail.com](mailto:zetasupelro@hotmail.com).

Porto Velho-RO, 13 de outubro de 2020.  
JADER CHAPLIN B. DE OLIVEIRA  
Pregoeiro





# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINISTRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 480 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



## TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL


Pelo presente termo de Retificação do PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2020 PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2020 cujo OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLICLICENSE - GPL), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO - SPB (WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR) PARA UTILIZAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMAMS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NECESSIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.


- ✓ ONDE LÊ-SE: Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09:15h do dia 04/11/2020.
- ✓ LÊ-SE: Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09:15h do dia 05/11/2020.

Demais condições permanecem inalteradas

Montes Claros, 23 de outubro de 2020.

  
Thamara Almeida Veloso  
Pregoeira

  
Luiz Gustavo Martins Costa  
Equipe de Apoio

  
Edvaldo Pinheiro  
Equipe de Apoio

ESTADO DE MINAS GERAIS  
CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL  
MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE



CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE  
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO

**EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2020**  
**PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS**  
**Nº 008/2020**

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - CIMAMS - torna pública - Retificação da Processo 043/2020, Pregão Presencial Por Registro de Preços nº 008/2020, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLIC LICENSE - GPL), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO - SPB (WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR) PARA UTILIZAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMAMS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NECESSIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS. Onde lê-se: Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09:15h do dia 04/11/2020, Leia-se: Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09:15h do dia 05/11/2020.  
Informações pelo fone: (38) 3221-0841 ou (38)9 9970-3832, e-mail: [licitacao@cimams.mg.gov.br](mailto:licitacao@cimams.mg.gov.br).

**THAMARA ALMEIDA VELOSO**  
Pregoeira.

Publicado por:  
Thamara Almeida Veloso  
Código Identificador:0DFAE673

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 26/10/2020, Edição 2869  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>

## CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2020

a) Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e entrega de 13.000 (treze mil) canetas personalizadas, nas condições e especificações descritas no edital e em todos os seus anexos. b) Data de Abertura: 05/11/2020 às 15h. c) Local: SDN Quadra 1 - Bloco C - Ed. Roberto Simonsen - Brasília/DF. d) Edital disponível: no site [www.portaldaindustria.com.br/licitacoes](http://www.portaldaindustria.com.br/licitacoes). Informações: (61) 3317-9686.

Brasília - DF, 23 de outubro de 2020.  
CLÁUDIO DANTAS  
Pelo Comissão Permanente de Licitação

## CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS PESCADORES E AQUICULTORES

## EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

GERÊNCIA EXECUTIVA - CUIABÁ - MT, REFERÊNCIA ao Processo nº 35000.001740/2017-02. Espécie: TERMO DE ADESÃO ao ACT Nacional INSS/CNPA para requerimentos de serviços prestados pelo INSS na modalidade atendimento à distância em nome de seus representantes. PARTES: INSS, CNPI 29.979.036/0083-97 e a Colônia de Pescadores 2 - 17 de Tesouro/MT, CNPI 07.026.681/0001-06. OBJETO: TERMO DE ADESÃO ao ACT INSS/CNPA com a finalidade de operacionalizar requerimentos de serviços do INSS, tais como: solicitações de extratos previdenciários, bem como a preparação e instrução de requerimentos de benefícios previdenciários, na modalidade atendimento à distância. ABRANGÊNCIA: O município de Tesouro/MT. VIGÊNCIA: 60 meses a contar da data de sua publicação em DOU. IMPLANTAÇÃO: até 60 dias a contar da sua publicação. SIGNATÁRIOS: pelo Gerente Executivo do INSS ODHIR GULDES, CPF 140.506.921-04 e pelo Colômbio de Pescadores 2 - 17 de Tesouro/MT sua Presidente a Sra. CLEUSLETE PEREIRA JARDIM, CPF 141.887.911-87.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA  
MINEIRA DA SUDENEAVISO DE RETIFICAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2020

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2020.

Publicado no jornal DOU no dia 21 de outubro de 2020, Seção 3, Pág. 130, PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2020 - O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - CIMAMS - torna pública - Retificação do Processo 043/2020, PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2020, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLIC LICENSE - GPL), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO - SPB ([WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR](http://WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR)) PARA UTILIZAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMAMS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NECESSIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS. Onde lê-se: Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09:15h do dia 04/11/2020. Leia-se: Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09:15h do dia 05/11/2020. Informações pelo fone: (38) 3221-0841 ou (38) 9 9970-3832, e-mail: [licitacao@cimams.mg.gov.br](mailto:licitacao@cimams.mg.gov.br)

THAMARA ALMEIDA VELOSO  
Pregoeira

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2020

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2020.

Publicado no jornal DOU no dia 21 de outubro de 2020, Seção 3, Pág. 130, PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2020 - O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - CIMAMS - torna pública - Retificação do Processo 042/2020, PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2020, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E ADMINISTRAÇÃO VIA SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, COM ACESSO POR MEIO DE CARTÃO MAGNÉTICO OU LOGIN COM SENHA/REDE, VIA INTERNET, ATRAVÉS DE REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, EM TODO O ESTADO DE MINAS GERAIS PARA OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE - CIMAMS. Onde lê-se: Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09:15h do dia 04/11/2020. Leia-se: Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09:15h do dia 05/11/2020. Informações pelo fone: (38) 3221-0841 ou (38) 9 9970-3832, e-mail: [licitacao@cimams.mg.gov.br](mailto:licitacao@cimams.mg.gov.br)

ALISSON RAFAEL ALVES SANTOS  
Pregoeira

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIMODAL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2020

Com base na documentação acostada nos autos do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2020, referente ao Edital de Pregão eletrônico nº 001/2020, e decorrido o prazo recursal, homologa o presente procedimento licitatório, nos termos do Art. 26, inciso IV da Lei 12.462/2011, para que produza efeitos jurídicos e legais. Vencedora do Lote I Polo São Luís: empresa: SINATRIZ ENGENHARIA LTDA, CNPJ Nº 18.582.243/0001-78, pelo melhor lance de R\$ 65.670.990,00 (sessenta e cinco milhões seiscentos e setenta mil novecentos e noventa reais). Vencedora do Lote II Polo Santa Inês: empresa: CONSTRUMASTER CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA, CNPJ Nº 12.463.758/0001-90, pelo melhor lance de R\$ 30.470.000,00 (trinta milhões quatrocentos e setenta mil reais). Vencedora do Lote III Polo Aguiar/PA: empresa: SINATRIZ ENGENHARIA LTDA, CNPJ Nº 18.582.243/0001-78, pelo melhor lance de R\$ 32.515.980,00 (trinta e dois milhões quinhentos e quinze mil novecentos e oitenta reais). PRESIDENTE DA CPL DO CIM: Laerth do Nascimento Pereira.

São Luís - MA, 20 de outubro de 2020.  
KARLA BATISTA CABRAL SOUZA  
Presidente

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAMU OESTE

CNPJ 17.420.047/0001-07

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2020

REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO HOSPITALAR EM GERAL, DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA E APROVADOS PARA USO REGULAR NO HOSPITAL DE RETAGUARDA ALLAN BRAME PINHO, VISANDO À REPOSIÇÃO AUTOMÁTICA DE ESTOQUE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR UNITÁRIO VALOR MÁXIMO: R\$ 3.055.525,00 (três milhões, cinquenta e cinco mil, quinhentos e vinte e cinco reais). ABERTURA: Dia 09/11/2020 - 08h31min. O texto integral do edital e informações sobre a licitação poderá ser obtido no, no Setor de Compras e

Licitações do CONSAMU, localizado na Rua Uruguai, 283, Bairro Alfa, Alegre, em Cascavel/PR. Tel: (0xx45) 3036-7117 ou no Site: [www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br).

Cascavel-PR, 22 de outubro de 2020  
CRISTIANE ROSA RIBEIRO  
Pregoeira

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CENTRO OESTE  
DO PARANÁAVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2020

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Centro Oeste do Paraná  
EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2020  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Centro Oeste do Paraná, torna público a licitação modalidade Pregão Eletrônico Nº 021/2020-SRP, cujo objeto é: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA QUARTO E PRODUTOS DE CAMA, MESA E BANHO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CAPS AD III - SIM/PR", CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES EM EDITAL. Disponibilidade Do Edital: De 26/10/2020 Até 09/11/2020. Recebimento das Propostas: a partir das 09:00 horas do dia 26/10/2020. Abertura das Propostas: a partir das 08:31 horas do dia 09/11/2020. Início da Disputa de Lances: a partir das 09:00 horas do dia 09/11/2020, na Plataforma Eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, no endereço eletrônico: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Tipo de Licitação: Menor Preço por Lote/Item. Informações Através do Telefone: (41) 3623-5826 e-mail: [licitacao@outlook.com](mailto:licitacao@outlook.com).

Guarapuava - PR, 21 de outubro de 2020.  
ANA PAULA MERNICK  
Dir. de Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2020

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Centro Oeste do Paraná  
EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Centro Oeste do Paraná, torna público a licitação modalidade Pregão Eletrônico Nº 022/2020-SRP, cujo objeto é: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SALGADOS, DOCES, BOLOS, TORTAS DIVERSAS E PÃES, PARA ATENDER A DEMANDA DO CAPS AD III REGIONAL ADULTO E INFANTO/JUVENIL E UNIDADES DE ACOLOHIMENTO REGIONAL ADULTO E INFANTO/JUVENIL E CIS CENTRO OESTE", CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES EM EDITAL. Disponibilidade Do Edital: De 26/10/2020 Até 10/11/2020. Recebimento das Propostas: a partir das 09:00 horas do dia 26/10/2020. Abertura das Propostas: a partir das 08:31 horas do dia 10/11/2020. Início da Disputa de Lances: a partir das 09:00 horas do dia 10/11/2020, na Plataforma Eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, no endereço eletrônico: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Tipo de Licitação: Menor Preço por Lote/Item. Informações Através do Telefone: (41) 3623-5826 e-mail: [licitacao@outlook.com](mailto:licitacao@outlook.com).

Guarapuava - PR, 21 de outubro de 2020.  
ANA PAULA MERNICK  
Dir. de Licitações

## CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE BREJO SANTO

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.23.001/2020

A Comissão de Licitação do CPSMBS torna público que no dia 06 de novembro de 2020 às 09h00min, fará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 10.23.001/2020, para aquisição de materiais e instrumentais odontológicos, conforme Termo de Referência, para o Centro de Especialidades Odontológicas Manoel Inácio Torres, Unidade Pertencente ao Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Brejo Santo-CE. Maiores informações e aquisição do Edital, os interessados deverão acessar os sites: [www.cece.gov.br](http://www.cece.gov.br), [www.cpsmbrejosanto.ce.gov.br](http://www.cpsmbrejosanto.ce.gov.br) - [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) ou telefone (88) 3531.0295, no horário de 08h00min às 17h00min.

Brejo Santo - CE, 23 de Outubro de 2020  
CÍCERA PEREIRA DOS SANTOS

COOPERATIVA NACIONAL DOS PRESTADORES DE SERVIÇO EM  
TRANSPORTE E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINASEDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Cooperativa Nacional dos Prestadores de Serviço em Transporte e Locação de Veículos e Máquinas - COOPERNAV, CNPJ/MF: 21.603.760/0001-63, NIRE: 5240001456-7, Sr. Moacir Souza Santos, no uso de suas atribuições legais que rege o estatuto, em conformidade com o art. 30, CONVOCA os cooperados, que nesta data somam 152 (cento e cinquenta e dois), sendo 120 (cento e vinte) aptos a votar e 32 (trinta e dois) inativos, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 07 de novembro de 2020, na Sede social da Cooperativa situada à Rua Arany Daurell Borges, nº 225, Bairro Mãe de Deus, Catalão - Goiás - CEP 75702-240, às 09h em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos cooperados, às 10h, em segunda convocação com a presença de metade mais um de seus cooperados, e às 11h em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) cooperados para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: 1. Prestação de contas das Órgãos da Administração, relativo ao exercício de 2019, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) relatório de gestão; b) balanço; c) destinação das sobras apuradas ou ratel das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso as parcelas para os fundos obrigatórios; 2. Eleição e posse dos componentes do conselho fiscal para o ano de 2020; 3. Plano de Atividades para 2020; 4. Inclusão e/ou exclusão de cooperados no ano de 2019; 5. Votação dos cooperados para participação em licitação; 6. Assuntos Gerais.

Catalão - GO, 21 de outubro de 2020.  
MOACIR SOUZA SANTOS  
Diretor Presidente



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico  
<http://www.ao.gov.br/validarassinatura.php>, de código 030202010240241

Montes Claros, 29 de outubro de 2020



**À Sra. Thamara Almeida Veloso**

Pregoeira do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – CIMAMS

**Ref. Processo Licitatório nº 043/2020 – Pregão Presencial por Registro de Preços nº 008/2020.**

**Roger de Almeida Alvarenga, brasileiro, casado, advogado, CPF sob nº 100.161.176-46, com endereço na rua benjamin constant, 151-D, Alto das Mercês, Campo Belo/MG, Cep 37.270-000, vem, por intermédio de seu representante legal, nos termos do item III, subitem 3 do edital em referência, apresentar:**

### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

Supra mencionado, que faz nos seguintes termos:

#### **I – TEMPESTIVIDADE**

Antes de iniciar-se a análise do mérito da impugnação, cabe discorrer sobre a tempestividade da peça que ora propõe.

Nos termos do disposto no item III, subitem 3, do Edital toda e qualquer pessoa pode impugnar o presente instrumento convocatório em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame, vejamos:

3 - Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa, protocolizadas na sala do CIMAMS, localizada na Rua Tupiniquins, Nº 490, Bairro Melo, Montes Claros/MG ou pelo e-mail [licitacao@cimams.mg.gov.br](mailto:licitacao@cimams.mg.gov.br) a partir da publicação do aviso do edital até 2 (dois) dias úteis antes da data

Este documento foi assinado digitalmente por Roger De Almeida Alvarenga e Roger De Almeida Alvarenga.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código FC74-245A-CF32-F757.



fixada para abertura das propostas, dirigidas ao Pregoeiro, que deverá decidir sobre a petição dentro prazo legal.

Desta feita, a data da sessão de abertura do pregão presencial está designada para ocorrer no dia 05 de novembro de 2020 às 09h00min, conforme retificação constante no site do Consórcio.

Sendo assim, a impugnação será protocolada em 29/10/2020, já que obtivemos informação que não teria expediente no referido Consórcio em 30/10/2020.

Portanto, resta demonstrado a tempestividade da presente impugnação.

## II – FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – CIMAMS, tornou público, para conhecimento dos interessados, que às 09h (nove horas) do dia 05 de novembro de 2020, na sede administrativa, situada na Rua Tupiniquins, nº 490, Bairro Melo, na cidade de Montes Claros/MG, será realizada a sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta Comercial e Documentação de Habilitação para o Pregão Presencial por Registro de Preço nº 008/2020, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLICLICENSE – GPL), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO – SPB (WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR) PARA UTILIZAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMAMS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NECESSIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.

Na ocasião, a Impugnante aponta alguns vícios de

Este documento foi assinado digitalmente por Roger De Almeida Alvaranga e Roger De Almeida Alvaranga.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código FC74-245A-CF32-F757.



legalidade no supracitado edital, sendo certo que a prévia correção se mostra indispensável para a abertura do certame, formulação das propostas, apresentação dos documentos de habilitação e demais procedimentos pertinentes ao certame. Já a não correção dos itens ofende claramente o princípio da isonomia e da competitividade, e, conseqüente, a obtenção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, a Impugnante requer que Vossa Senhoria analise o mérito desta Impugnação com **Urgência**, a fim de se evitar prejuízos sérios para os Municípios aderentes à ata, caso o Edital prevaleça em seus termos originais.

### III - DAS IMPUGNAÇÕES

A Impugnante indica a seguir os pontos existentes no edital em referência que possuem vícios de legalidade, devendo ser analisados e corrigidos, sob pena de causar graves prejuízos à Administração Pública.

O edital encontra-se maculado na medida em que o certame direciona para que seja contratada empresa em prestação de serviços técnicos especializados, suporte, operação assistida, manutenção corretiva e evolutiva em software de gestão pública, sob licença da General Publiclicense – GPL, sob o argumento de que assim, os entes consociados estariam padronizando seus *softwares* e que para tanto *“as prefeituras julgam necessário a contratação de empresa especializada para a implantação, migração de dados, treinamentos e serviços de suporte, operação assistida, manutenção corretiva e evolutiva em Software Público de Gestão Municipal (sob licença GLP – Licença Pública Geral)”*.

Contudo, não há no Ato Convocatório, as devidas solicitações dos municípios para a inclusão dos mesmos no referido edital, contrariando assim, o preconizado pelo artigo 6º *caput* e incisos I, II e III do Decreto 7.892/2013, *in verbis*:

Este documento foi assinado digitalmente por Roger De Almeida Alvarenga e Roger De Almeida Alvarenga. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://cab.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código FD74-245A-CF32-F757.



Art. 6º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I- garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II- manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III- tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

Nota-se claramente que há um vício insanável no processo, tendo em vista o mesmo não obedecer os regulamentos do Sistema de Registro de Preços preconizados no artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

Em outro ponto, evidencia-se um direcionamento do certame sem motivos legais, violando assim o princípio da Isonomia e da Competitividade, conforme será demonstrado, e mais tantas outras obscuridades do Ato Convocatório, vejamos:

#### **A) DO DIRECIONAMENTO DO CERTAME - A PARTIR DA DESCRIÇÃO MINUCIOSA DO OBJETO A SER LICITADO**

De início, cumpre destacar o objeto do Edital do Processo Licitatório nº 043/2020 – Pregão Presencial por Registro de Preços nº 008/2020:

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLICLICENSE – GPL), DISPONÍVEL NO**

Este documento foi assinado digitalmente por Roger De Almeida Alvaranga e Roger De Almeida Alvaranga.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://cab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código FC74-245A-CF32-F757.

PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO - SPB  
(WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR) PARA UTILIZAÇÃO  
PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMAMS,  
CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NECESSIDADES  
DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS  
ANEXOS.



Segundo relatado, as exigências acima descritas comprometem a ampliação da disputa e por consequência a seleção da proposta mais vantajosa. Feito o relato, passa-se, a seguir, para a análise do inciso XXI, artigo 37 da Constituição Federal de 1988:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados **mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Grifos nossos)

A descrição excessiva e bastante pormenorizada do objeto licitado já indica o objetivo de direcionar a licitação para uma empresa específica, contrariando o princípio da Isonomia e da Competitividade, além de ofender e contrariar os dispositivos abaixo citados:

Lei 10.520/2002

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

[...]

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, **vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição**;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

Este documento foi assinado digitalmente por Roger De Almeida Alvarenga e Roger De Almeida Alvarenga. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código FC74-245A-CF32-F757.



[...]

Lei 8.666/1993

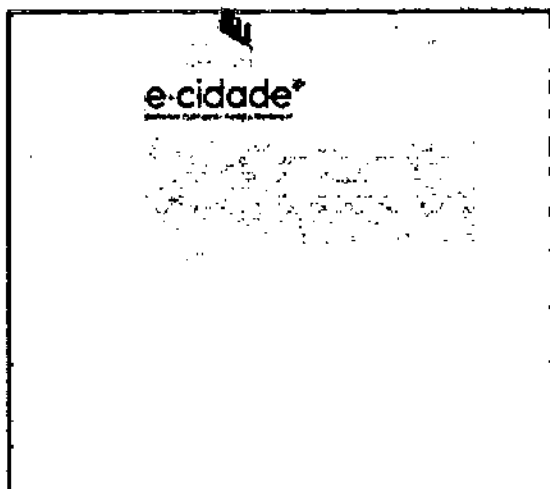
Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Grifos nossos)

Indo mais a fundo quanto a questão do direcionamento do certame, verifica-se que no Termo de Referência na parte que trata das descrições dos aplicativos e suas configurações gerais, especificadamente quanto as exigências em relação a "Área Financeira" em muito se assemelha ao disposto na descrição de serviços prestados pela empresa **CONTASS Contabilidade e Consultoria LTDA**, podendo tal informação ser verificada na imagem a seguir extraída do site [www.contassconsultoria.com.br/site/ecidade](http://www.contassconsultoria.com.br/site/ecidade) e logo abaixo trecho do referido edital:

Este documento foi assinado digitalmente por Roger De Almeida Alvaranga e Roger De Almeida Alvaranga.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código FC74-245A-CF32-F757.



• **Findings:**

[illegible]

4. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* contents were determined using a spectrophotometer (Shimadzu UV-1601) at 663 nm and 646 nm, respectively.

[illegible]

## \* Literature No. 1744122

Fonte: <http://www.contassconsultoria.com.br/site/ecidade>

**ÁREA FINANCEIRA:**

Controlar a contabilidade, elenco de contas e execução de lançamentos contábeis. Emissão de balancetes, diários, razões e demais relatórios exigidos legalmente. Deverá permitir a emissão de qualquer relatório de qualquer mês do ano, a qualquer momento independente do período em processamento.




Estar totalmente adaptada às 10 normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público - NBCASP, (1 - conceituação, objeto e campo de aplicação; 2 - patrimônio e sistemas contábeis; 3 - planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil; 4 - transações no setor público; 5 - registro contábil; 6 - demonstrações contábeis; 7 - consolidação das demonstrações contábeis; 8 - controle interno; 9 - depreciação, amortização e exaustão; 10 - avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público).

Ocorre que, em grande maioria dos sistemas do mercado nacional, o módulo não é identificado apenas como FINANCEIRO, uma vez que engloba além do financeiro, também orçamento e contabilidade de forma integrada, dessa forma, em análise ao disposto no site da empresa Contass há indícios direcionamento para a mesma.

## B) DO DIRECIONAMENTO DO CERTAME - SOFTWARE PÚBLICO

Lado outro, pela simples leitura de trecho do Termo de

Desenvolvido em parceria com o **Rocky Do Almeida** e **Almeida**.  
 Disponível em: [www.almeida.com.br](http://www.almeida.com.br). Acesso em: 10/04/2013.

Referência, verifica-se a exigência de um único tipo de software, **SOB LICENÇA GENERAL PUBLICLICENSE - GPL**, para a realização de um serviço, sendo certo que no mercado existem inúmeros outros softwares que atendem ao mesmo objetivo, não se podendo falar que um é melhor ou oferece diferença em relação aos outros, pois, reafirma-se, todos atendem ao mesmo objetivo e não há variação de custos na prestação dos serviços.

De forma sucinta, cumpre salientar, que os valores constantes no Termo de Referência do Edital de licitação em comento chega a superar os valores cobrados por empresas que possuem assessoria e software próprio, levando ao entendimento que há uma comercialização e cobrança para utilização de software público, em regra, GRATUITO.

No caso sob exame, trata-se, à toda evidência, de uma limitação da competição, vistas que o objeto licitado é idêntico ao de editais de municípios que tiveram a empresa **CONTASS Contabilidade e Consultoria** como vencedora, conforme objetos dos editais abaixo colacionados:



**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL - Nº 016/2017**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO NAS ÁREAS CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL, na prestação de serviços técnicos, em Tecnologia da Informação pela Implantação, Migração, Customização, Capacitação, Suporte e Manutenção Mensal de Software Público de Gestão Municipal disponível no Portal do Software Público Brasileiro - SPB ([www.softwarepublico.gov.br](http://www.softwarepublico.gov.br)) E-cidade, para atender o Município de São João da Ponte - MG, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, e especificações contidas no Projeto Básico - Anexo I, deste instrumento convocatório.

Este documento foi assinado digitalmente por Roger De Almeida Alvarenga e Roger De Almeida Alvarenga.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oah.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código FC74-245A-CF32-F757.

*(Handwritten signatures)*



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISLÂNDIA  
Praça da Matriz, 333, centro - Luislândia - MG  
CNPJ: 01.612.887/0001-31 Tel.: 3231-6157.

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 014/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PARA IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO, SUPORTE E MANUTENÇÃO MENSAL DO SOFTWARE PÚBLICO DE GESTÃO MUNICIPAL DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE BRASILEIRO ([www.softwarepublico.gov.br](http://www.softwarepublico.gov.br)) E ASSESSORIA CONTÁBIL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS  
CNPJ: 16.901.381/0001-10

RECIBO RETIRADA DE EDITAL

Pregão Presencial 001/2020  
Processo Administrativo 001/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PARA IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO DE SOFTWARE PÚBLICO DE GESTÃO MUNICIPAL (E-CIDADE), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO - SPB ([WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR](http://WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR)), COM CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, SUPORTE E MANUTENÇÃO MENSAL

Evidencia-se que o Edital em epígrafe tem indícios de direcionamento e merece revisão, vistas que o objeto do Edital de Licitação é idêntico aos de outros editais, que demonstram o direcionamento do processo licitatório para empresa específica.

Outro ponto, é que prevalecendo a contratação de sistemas operando em ambiente exclusivo em WEB, trata-se de mais uma circunstância que direciona o processo licitatório para empresa específica.

Dessa forma, visando evitar a restrição ao caráter competitivo da licitação, resta evidente a necessidade de promoverem as devidas alterações das exigências que restringem injustificadamente a competitividade do certame, através de clara e evidente **FALTA DE ISONOMIA**.

Este documento foi assinado digitalmente por Roger De Almeida Alvaranga e Roger De Almeida Alvaranga. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código FC74-245A-CF32-F757.

*(Handwritten signatures)*



Na espécie, se trata da contratação de uma EMPRESA ESPECIALIZADA, não havendo justificativa para se impor o uso de uma tecnologia específica em detrimento de outras tão eficazes quanto. Em outras palavras, o que se busca é a contratação das funcionalidades e ferramentas que atendam os processos da administração pública, sendo que o tipo de *software* a ser utilizado é um meio ao objeto a ser contratado, pois todos atingem o mesmo fim, e o sistema poderá se comunicar com outros, inclusive desenvolvidos por meio de outras linguagens de programação, e por outras empresas, como ocorre atualmente em diversos municípios em todo o Brasil. Logo, não há se falar em dependência técnica.

Dessa forma, em razão da patente restrição competitiva, sem fundamento justificável, requer que o edital seja modificado, para que contemple outras plataformas tecnológicas.

Ademais, o doutrinador Hely Lopes Meirelles bem define que a Administração Pública deve se pautar pelo princípio da isonomia em todos os seus atos, *verbis*:

"O que o princípio da igualdade entre os licitantes veda é a cláusula discriminatória ou o julgamento faccioso que desigual os iguais ou iguala os desiguais, favorecendo a uns e prejudicando a outros, com exigências inúteis para o serviço público, mas com destino certo a determinados candidatos." (LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. Hely Lopes Meirelles - 15º ed. Malheiros, p. 42)

Neste sentido vem se manifestando nossos Tribunais em casos semelhantes, onde o edital sem qualquer razão plausível restringia a participação de outras concorrentes impondo condições limitantes. Vejamos:

**"LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA CONSTRITIVA. É vedado ao administrador público inserir no ato convocatório condições que restrinjam ou frustrem a competitividade do certame, sob pena de violação ao princípio fundamental da isonomia, da legalidade e da moralidade administrativa". (TJ/SC - Apelação nº. 2008.022222-2 - Rel. Des. Sônia Maria Schmitz - J**

Este documento foi assinado digitalmente por Roger De Almeida Alvarenga e Roger De Almeida Alvarenga.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://nab.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código FC74-245A-CF32-F757.



24.05.10) (Grifos nossos)



Quanto ao direcionamento, há outros pontos no Edital, como na página 85, que restringe o caráter competitivo do mesmo, uma vez que pela descrição a seguir, resta evidente a predileção a sistema online, vejamos:

A demonstração do sistema pela licitante deverá ser real e operacionalizada de forma online, com a efetiva utilização do sistema, através de rede local ou internet, de acordo com a funcionalidade solicitada, sendo inválida qualquer demonstração preparada previamente em ferramentas do tipo "Power Point".

Sob tal ótica, reforçamos que o edital seja revisto, pois nas condições apresentadas estão impossibilitando a participação de soluções desenvolvidas de forma mais moderna e ampla. Ademais, resta clara e evidente a desconformidade do mesmo para com as normas que disciplinam o processo licitatório.

Ocorre que, no presente caso, ao incluir na descrição do objeto elementos tão restritivos, o edital restringe a ampla competitividade sem qualquer fundamento técnico.

Afinal, a finalidade do certame é a proposta mais vantajosa para a Administração, a qual pode ser plenamente atendida por diversas empresas.

Ou seja, tem-se evidenciada uma restrição infundada, cujo direcionamento do certame será inevitável, o que é amplamente vedado pelas legislações e jurisprudências.

Razões pelas quais, **requer a imediata suspensão do edital** para adequação aos termos da lei, com a retirada das exigências dispostas.

### **C) DA INCOMPATIBILIDADE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA COM O OBJETO LICITADO**

Os serviços ora licitados (REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA

Este documento foi assinado digitalmente por Roger De Almeida Alvarenga e Roger De Almeida Alvarenga. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oah.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código FC74-245A-CF32-F757.

PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLIC LICENSE - GPL), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO - SPB (WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR) PARA UTILIZAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMAMS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NECESSIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.) são serviços de natureza contínua, que inclusive, dependem inicialmente de migração de dados, implantação, treinamentos, etc.

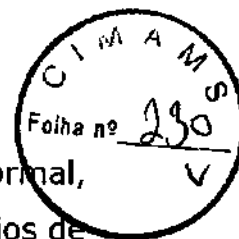


Ocorre que, utilizando-se da ferramenta Registro de Preços, cuja validade máxima é de 12 meses, a cada ano teriam que licitar o objeto novamente, perdendo todo o investimento inicial de migração, implantação e treinamento, tanto por parte da CONTRATANTE como do CONTRATADO, elevando o custo dos serviços.

O Sistema de Registro de Preços constitui ferramenta colocada à disposição da Administração para viabilizar a contratação de bens e serviços de consumo constante e de difícil mensuração, por meio do qual é firmado o compromisso de contratação com terceiros, materializado na ata de registro de preços.

Todavia, o Sistema de Registro de Preços é incompatível com a contratação de serviços de natureza contínua, pois este (SRP) exige imprevisibilidade de quantitativo e os serviços ora licitados tem seus quantitativos perfeitamente previsíveis (12 meses). Já que, uma simples verificação ao Termo de Referência do edital ora atacado, nota-se claramente que a despesa a ser contratada será liquidada de forma mensal, através de parcelas líquidas e certas em valores não variáveis.

Sob tal ótica, vislumbra-se que nas situações em que haja a necessidade de fornecimento contínuo de bens ou produtos ou a execução contínua de serviços, em que é cedido pela Administração as quantidades e momentos em que necessitará da prestação desses



objetos, estes deverão ser adquiridos por meio de contratação normal, onde estejam previstos no contrato todos os requisitos obrigatórios de execução do fornecimento ou serviço: formas, metodologias, prazos, quantitativos, especificações, critérios de pagamento, hipóteses de inexecução, sanções, dentre outros.

Nesse sentido é o entendimento do TCU:

"9.4. dar ciência à Prefeitura Municipal de Natal/RN de que (...) foi detectada a utilização do sistema de registro de preços para contratação imediata de serviços continuados e específicos, com quantitativos certos e determinados, não havendo parcelamento de entregas do objeto, em descumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto Federal 7.892/2013" (Acórdão nº 1604/2017 – TCU – Plenário).

Dessa forma, resta evidente que o Sistema de Registro de Preços não é compatível ao certame em análise.

#### **D) DA LICITAÇÃO EM NOME DE MUNICÍPIOS QUE NÃO SOLICITARAM A CONTRATAÇÃO**

O objetivo do procedimento licitatório ora impugnado é a realização da licitação do objeto em tela, de forma compartilhada entre os Municípios que compõem o CIMAMS. A previsão legal de licitação de forma compartilhada esta prevista no artigo 17 da Lei Federal 11.107/05, que incluiu o § 1º, no artigo 112 da Lei Federal 8.666/93, estabelecendo que: "*§ 1º Os consórcios públicos poderão realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados.*" A Licitação Compartilhada ocorre quando é feita a contratação para um grupo de participantes previamente estabelecidos, na qual a responsabilidade de condução do processo licitatório e gerenciamento serão de um órgão gerenciador, no caso o CIMAMS faz este papel de órgão gerenciador.

Todavia, o CIMAMS relacionou no edital todos os Municípios que fazem parte do Consórcio, sem verificar junto a estes Municípios o



real interesse e a necessidade dos mesmos em relação ao objeto licitado.

O procedimento licitatório deve se iniciar sempre com a provocação dos setores interessados, através de solicitação contendo a descrição completa dos serviços ou compras e quantificação de sua real necessidade.

Dessa forma, não pode o Consórcio realizar a licitação em nome de todos os consorciados simplesmente pelo fato de serem filiados ao Consórcio, determinando aos mesmos o que eles devem ou não contratar e em quais condições. Para realizar a licitação compartilhada, nos moldes do art. 112 da lei 8.666/93, o objeto deve, primeiramente, interessar aos Municípios, e esse interesse deve ser formalizado perante ao órgão responsável pela condução do processo licitatório (Consórcio).

Neste sentido, da forma que está sendo realizado o presente procedimento, o Consórcio licita o objeto via Registro de Preços, sem o conhecimento e anuência dos Municípios. Na prática, o que ocorre é o seguinte: após a homologação do processo, o vencedor do certame contacta o Município e "vende" o resultado do processo licitatório aos Municípios, os quais também se furtam da obrigação de realizar o processo licitatório, uma vez que não tiveram sequer o trabalho de levantar sua real demanda e necessidade, se deparando com o processo já finalizado.

#### **E) AUSÊNCIA DE PROVAS DA VANTAGEM DA ADESÃO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS**

Outro ponto que merece destaque é que o termo de referência apresenta justificativa para que ocorra referida licitação e posteriormente adesões dos Municípios Consorciados, mas não apresenta **provas** de que a adesão à ata do referido processo licitatório traria **reais vantagens** aos municípios participantes do Consórcio, ferindo assim o princípio do interesse público sobre o



privado, bem como da Impessoalidade.

Dessa forma, o ente público licitante não estará atendendo aos princípios da eficiência, isonomia e economicidade, diante da contratação de uma tecnologia específica, em detrimento de outras, o que **logicamente restringirá o caráter competitivo do certame.**

Com efeito, trata-se de verdadeira barreira para que outras empresas participem do certame, não obedecendo assim o princípio da ampla competitividade.

## **F) DA AUSÊNCIA DE ÍNDICES CONTÁBEIS NO EDITAL QUE TRATEM DA BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA**

Conforme exarado no edital de licitação em comento, ao tratar da boa situação financeira da empresa, há omissão quanto ao índice que deverá ser utilizado, nos termos da redação, temos:

1.12 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2019), exigíveis e apresentados na forma da Lei; que comprovem a boa situação financeira da empresa. **Com base nos dados extraídos do balanço será avaliada a capacidade financeira da empresa.**

Como será avaliada a capacidade financeira da empresa? vislumbra-se cláusula totalmente SUBJETIVA, em que demonstra ausência de critérios da avaliação da capacidade financeira da empresa, tão pouco menção quanto ao índice a ser utilizado.

A Lei nº 8.666/93, no parágrafo 5º, do artigo 31, estabelece que o índice adotado deverá estar previsto no edital, vejamos:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:  
[...]

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de **forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital** e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira

Este documento foi assinado digitalmente por Roger De Almeida Alvarenga e Roger De Almeida Alvarenga.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaleassinaturas.com.br:443> e utilize o código FC74-245A-CF32-F757.



suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) (Grifos nossos)

Nessa perspectiva, é o entendimento contido na Súmula 289 do Tribunal de Conta da União – TCU:

A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, **deve estar justificada no processo da licitação**, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade.

Nota-se que **não há clareza** quanto ao referencial a ser utilizado para aferir os percentuais indicados no edital, não se podendo concluir, ao menos, se será o valor da licitação ou do contrato.

Em análise ao Edital não há como identificar quais serão os dados extraídos do balanço patrimonial apresentado pela licitante para averiguação da capacidade financeira requerida. Logo, consideramos subjetivo e obscuro o instrumento convocatório, por não indicar quais índices contábeis nortearão a aferição da qualificação econômico-financeira das licitantes.

Depreende-se dos referidos diplomas que, o edital encontra-se em desconformidade com a Lei, não podendo prosperar o contido em seu texto, restando necessário a sua imediata adequação.

## **G) DAS EXIGÊNCIAS ABUSIVAS**

Em análise ao Edital, há por vezes previsões em que se nota o excesso na exigência de atestados de capacidade técnica e o pedido desarrazoado quanto a declaração de inidoneidade, tratando-se de exigências abusivas, não sendo fruto das normas que regem o processo licitatório.

Desta feita, quanto ao Atestado de Capacidade Técnica, dispõe o Edital:

1.14 - Atestado de Capacidade Técnica comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e **quantidades do**

**objeto da licitação**, de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, **inclusive comprovando a geração e entrega do SICOM em todos seus módulos.**

Tratam-se de exigências excessivas e subjetivas, primeiro em relação a quantidade do objeto licitado, não sendo possível identificar qual seria a quantidade compatível, uma vez que o processo licitatório destina o objeto para mais de 90 (noventa) Municípios. Mais uma exigência subjetiva: em relação a entrega do SICOM, como desejam que isto seja demonstrado? Nota-se que não há clareza alguma no disposto.

A jurisprudência adota o entendimento de que um atestado de capacidade técnica pertinente e compatível é o que apresenta pelo menos 50% (cinquenta por cento) do quantitativo licitado, como transcreveu:

REPRESENTAÇÃO. EMPRESA LICITANTE. CLÁUSULA RESTRITIVA À COMPETITIVIDADE DA LICITAÇÃO. EXIGÊNCIAS NA FASE DE HABILITAÇÃO QUE EXTRAPOLAM OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO EDITAL. PROCEDÊNCIA. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA A ANULAÇÃO DO CERTAME. DETERMINAÇÕES.

Consoante a jurisprudência assente deste Tribunal, é **indevido** o estabelecimento de número mínimo de atestados de capacidade técnica, bem como a **fixação de quantitativo mínimo nesses atestados superior a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos bens e serviços que se pretende contratar**, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo administrativo da licitação.

[...]

Questionamento: b.1.2. exigência, no subitem 6.1.3.a do edital, de 2 atestados contendo, cada um, quantitativos mínimos de serviços de elaboração de projeto arquitetônico, compatíveis e pertinentes com o objeto da licitação (8.000 a 12.000 m<sup>2</sup>), com área construída não inferior a 4.000 m<sup>2</sup>, portanto sem possibilidade de somatório, implicando na comprovação de serviços mínimos em torno de 8.000 m<sup>2</sup>, quantitativo bem superior ao **limite de 50% da área construída objeto da licitação, percentual considerado**



razoável pelo TCU, conforme entendimento prolatado nos Acórdãos ns. 1.284/2003 e 2.088/2004, ambos do Plenário.

[...]

2.2.2.1. As justificativas apresentadas pelo Creci/SP contrariam a jurisprudência predominante do TCU (Acórdãos ns. 1.284/2003, 2.088/2004, 2.462/2007, 2.215/2008, 2.147/2009, 1.432/2010, 2.276/2011, 3.42/2012, todos do Plenário), que veda o estabelecimento de percentuais mínimos acima de 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, para fins de comprovação da qualificação técnica dos licitantes, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados no processo administrativo relativo à licitação, previamente à publicação do respectivo edital ou no próprio edital e em seus anexos.

2.2.2.2. O objeto da licitação (prestação de serviços de elaboração de projetos do Retrofit corporativo, para a execução da futura obra de reforma e adaptação da sede do Creci/SP) não leva a crer que haja especificidade que recomende a adoção do percentual máximo de 50%, haja vista se tratar de objeto de cunho intelectual, o qual não demanda mobilização de grande número de profissionais e/ou equipamentos.

2.2.2.3. Não foram apresentadas justificativas que indiquem que a exigência retrocitada, de dois atestados referentes, cada um, a projeto de área construída mínima de 4.000 m<sup>2</sup>, cuja soma (8.000 m<sup>2</sup>) é superior a 50% da área a ser projetada, seja necessária.

2.2.2.4. Ainda que não haja inabilitação por força da exigência em questão, há que se considerar que cláusulas restritivas podem afastar licitantes potencialmente interessadas, que optem por não participar do certame em face de exigências indevidas do edital.

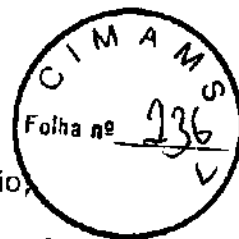
2.2.2.5. Ante o exposto, considera-se irregular a referida exigência.

[...]

7.3.2. exigência, para qualificação técnica, de dois atestados contendo, cada um, quantitativos mínimos de serviços de elaboração de projeto arquitetônico, compatíveis e pertinentes com o objeto da licitação (8.000 a 12.000 m<sup>2</sup>), com área construída não inferior a 4.000 m<sup>2</sup>, portanto, sem possibilidade de somatório, implicando na comprovação de serviços mínimos em torno de 8.000 m<sup>2</sup>, quantitativo bem superior ao limite de 50% da área construída objeto da licitação, percentual máximo considerado razoável pelo TCU, conforme entendimento prolatado nos Acórdãos ns. 1.284/2003, 1.771/2007, 2.462/2007, 2.147/2009,

Este documento foi assinado digitalmente por Roger De Almeida Alvarenga e Roger De Almeida Alvarenga.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código FC74-245A-CF32-F757.





1.432/2010, 276/2011, 342/2012, todos do Plenário, [...]

12. Além disso, **restringe o caráter competitivo do procedimento licitatório o fato de a referida Cláusula 6.1.3.a estabelecer que cada um desses atestados ou declarações deve conter quantitativos mínimos de serviços de elaboração de projeto arquitetônico, com área construída não inferior a 4.000 m<sup>2</sup>. Isso porque implica na comprovação de serviços mínimos em torno de 8.000 m<sup>2</sup>, bem superior ao limite de 50% da área construída objeto da licitação (de 8.000 a 12.000 m<sup>2</sup>), percentual considerado razoável pelo TCU, conforme decidido em diversos julgados, a exemplo dos Acórdãos ns. 1.284/2003, 2.088/2004, 1.432/2010 e 737/2012, todos do Plenário. [...]** (TCU. Acórdão 1052/2012 – Plenário. Rel. Min. Marcos Bemquerer. Sessão 02/5/2012. DOU 10/5/2012). (grifo nosso).

Sendo assim, a jurisprudência adota o entendimento de que um atestado de capacidade técnica pertinente e compatível é o que apresenta pelo menos 50% (cinquenta por cento) do quantitativo licitado do Município, agora imaginemos se for equivalente a solicitação de mais de 90 (noventa) municípios, sem falar que não se sabe se esses Municípios realmente solicitaram.

Nesse mesmo direcionamento, o item 5, traz outra exigência abusiva, relativa a declaração de inidoneidade, vejamos:

5 - As empresas participantes não poderão ter sido declaradas inidôneas por qualquer órgão dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da SUDENE (CIMAMS), da Administração Pública direta ou indireta **da união, dos estados, dos municípios**, bem como punidas com suspensão do direito de licitar, contratar, transacionar com a administração pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados. (Grifos nossos)

Com vistas a subsidiar a análise, destaca-se o texto extraído da Denúncia nº 1082597 do TCE/MG, que dispõe:

É desarrazoado restringir do certame a participação de empresas que estejam com seu direito de licitar e contratar suspenso no âmbito de outras administrações, tendo em vista que, nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, o alcance da penalidade de suspensão temporária/impedimento de contratar **incide**

somente sobre o órgão ou à entidade contratante.  
(Grifos nossos)

Diante de tais circunstâncias, à luz da constitucionalidade e da legalidade, a declaração solicitada é contrária ao entendimento do TCE/MG, não devendo prosperar, vistas que a declaração de inidoneidade não tem força probatória em órgão ou entidade que difere da região em que se localiza a contratante.

Feitas tais considerações, vislumbra-se que os referidos diplomas são contrários as normas do processo licitatório, não produzindo efeitos frente aos licitantes.

## H) DAS SUBJETIVIDADES

Na parte dispositiva do edital, evidencia-se a subjetividade com a qual este fora formulado, dessa forma, segue dispositivos que demonstram:

### 1. Da demonstração do sistema/prova de conceito

Outro ponto que confere subjetividade no Edital Convocatório diz respeito a "Demonstração do sistema/ Prova de conceito".

A demonstração consistirá na operacionalização completa da funcionalidade indicada pela Comissão, não podendo ser diferente do exigido no Termo de Referência.

A avaliação realizada pela Comissão consistirá na verificação do atendimento ou não atendimento, pelo sistema da licitante vencedora, em operar e funcionar integralmente o item solicitado;

A Comissão Técnica será objetiva na determinação da ação ou atividade a ser demonstrada, devendo a solicitação estar completamente de acordo com as funcionalidades exigidas no termo de referência e seus anexos.

A licitante deverá executar toda ação ou atividade solicitada, sem que haja qualquer tipo de não funcionalidade ou não cumprimento;

A escolha das funcionalidades a serem demonstradas será feita pela Comissão por **amostragem**, dentro do exigido no Termo de Referência e seus anexos.



Ocorre que, em relação a demonstração do sistema, o correto é a comissão que avalia o sistema testar **todas as funcionalidades** exigidas **ou** então fazer um **sorteio** dos itens que serão exigidos, garantindo assim a objetividade da prova.

Da previsão do Edital, vislumbra-se que pretendem testar a funcionalidade do sistema por **AMOSTRAGEM, critério este totalmente SUBJETIVO**, com total contrariedade ao princípio da impessoalidade, vistas que permite que seja solicitado somente aquilo com conhecimento prévio de funcionalidade integral dentro da empresa preterida.

Um outro ponto é sobre a integralidade, o que comumente ocorre no mercado, é a exigência de um percentual que a empresa deve atingir, por exemplo, 80 a 90% das exigências contidas no edital. Neste sentido, poderá haver um sistema completo, com melhor custo-benefício, mas se deixar de atender uma exigência simples, que pode até ser incluída posteriormente, será desclassificada.

## 2. Profissional de nível superior

Lado outro, ao tratarem do "Profissional de nível superior", temos:

Apresentação prévia de relação explícita do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, constando a qualificação de cada um dos seus membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, os quais sob a responsabilidade técnica de um **profissional de nível superior reconhecido pela entidade competente**, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de característica semelhante. (Grifos nossos)

Neste ponto, observa-se que, não há menção sobre qual seria a especialidade do "profissional de nível superior", bem como qual seria a "entidade competente".

Logo, trata-se de mais um termo vago em que há completa

subjetividade.

Depreende-se dos referidos diplomas que a utilização da subjetividade é notória, nesse caso, demonstra-se contrária as normas e entendimentos da legislação e jurisprudência que regulam a matéria, já que a regra é a **objetividade do certame**, devendo, portanto, ser adequada conforme o disposto.

### 1) DAS INCONGRUÊNCIAS DO EDITAL

Por sua vez, ao tratarem das Obrigações da Contratante, resta demonstrada a desídia em que fora produzido o Edital, vistas tratar em determinados momentos de objeto diverso ao licitado.

Desta feita, destacamos trecho retirado do Edital, página 105:

**V.** Garantir que a utilização dos veículos alocados será adstrita às atividades dos MUNICÍPIOS.

**VI.** Utilizar os veículos exclusivamente no Transporte Escolar.

**VII.** Exigir da LICITANTE VENCEDORA, por escrito, a substituição de qualquer condutor cuja postura nos serviços for considerada inconveniente.

**VIII.** Exigir vistoria e substituição do veículo, em qualquer tempo de vigência do contrato, se este não estiver em perfeitas condições de funcionamento.

Por sua vez, as páginas 114, 123 e 124 do Edital também tratam de objeto diverso do licitado, sendo:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA PARA QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DOS GESTORES E DAS EQUIPES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS PARA ATUAÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA - MSE EM MEIO ABERTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE - CIMAMS.

Outro ponto que merece destaque, trata-se de trecho em que mencionam a publicação em Diário Oficial, todavia, não mencionam em qual diário deverá ser publicado. Nesse sentido, nota-se o disposto na

página 117:

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por **publicação no Diário Oficial**, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação. (Grifos nossos)

Em conformidade ao exposto, resta imprescindível que os dispositivos mencionados tenham a sua devida correção, de maneira a adequá-los aos ditames da Lei. Logo, tratam-se de erros grosseiros.

### J) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feitas tais considerações, passa-se ao cotejo da legalidade quanto a exigência a utilização de software público, descrito no objeto do processo licitatório e a sua comercialização, uma vez que se é dado valor a um bem público de uso comum, sendo, portanto, inalienável.

Trata-se, a toda evidência de situação que possibilita a anulação do certame em razão da ilicitude do seu objeto.

Desta feita, resta imprescindível ressaltarmos que o Tribunal de Contas de Minas Gerais – TCE/MG já se pronunciou quanto as denúncias enviadas a este, tendo como denunciada a CIMAMS. Neste sentido, segue trecho da Denúncia nº 1077005, vejamos:

Na oportunidade, a Unidade Técnica registrou que, desde o ano passado, **este Tribunal de Contas já recebeu considerável número de denúncias em face dos editais de pregão, para registro de preços, deflagrados pelo CIMAMS, tendo algumas dessas denúncias impugnado também a subjetividade e obscuridade do Consórcio na definição dos itens que compunham o objeto licitado.** (Grifos nossos)

Pelos preditos considerados, a suspensão do certame é medida que se impõe, vistas as irregularidades apontadas.

### IV - PEDIDOS

Diante do exposto, requer que Vossa Senhoria se digne a suspender o certame, bem como modifique o edital atendendo aos ditames legais conforme razões acima explicitadas, culminando por



republicá-lo nos novos termos.

Nestes termos,

Pede e espera Deferimento.

Campo Belo, 30 de outubro de 2020.

**Roger de Almeida Alvarenga**

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)



O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/FC74-245A-CF32-F757> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: FC74-245A-CF32-F757**



### Hash do Documento

AD0134D66971B3D7614EB7E79CA6DF3F921983CF50B9A96E07E56F3788A348EA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/10/2020 é(são) :

- ☒ Roger de Almeida Alvarenga (Parte) - 100.161.176-46 em  
30/10/2020 16:53 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital





# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins - Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.882/0001-08



## PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2020

## PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2020

### RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

**IMPUGNANTE: ROGER DE ALMEIDA ALVARENGA**

#### DOS FATOS

Cuida-se de impugnação tempestiva, apresentada por ROGER DE ALMEIDA ALVARENGA, na qual alega que o edital é restritivo, possui direcionamento dentre outros.

Assim, recebo a presente peça como Direito Constitucional de Petição e passo a analisar o mérito.

#### DOS FATOS

Após análise do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 043/2020, PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 008/2020**, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de técnicos especializados suporte, operação assistida, manutenção corretiva e evolutiva em software de gestão público (sob licença general publiclicense – gpl), disponível no portal do software público brasileiro – spb ([www.softwarepublico.gov.br](http://www.softwarepublico.gov.br)) para utilização pelos municípios consorciados ao CIMAMS, especificamente da **IMPUGNAÇÃO** apresentada pelo Sr. **ROGER DE ALMEIDA ALVARENGA**, portador do CPF sob nº 100.161.176-46, nos seguintes termos:

#### DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO.

Observamos que a impugnação é tempestiva, atendendo ao prazo indicado no artigo 24 do Decreto 10.024/2019, portanto, deve ser analisada e devidamente respondida.

#### DA ALEGAÇÃO DE DIRECIONAMENTO E LIMITAÇÃO DE CONCORRÊNCIA





# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.882/0001-08



O Impugnante alega **"DIRECIONAMENTO DO CERTAME - A PARTIR DA DESCRIÇÃO MINUCIOSA DO OBJETO A SER LICITADO"**, nos seguintes termos:

*De início, cumpre destacar o objeto do Edital do Processo Licitatório nº 043/2020 – Pregão Presencial por Registro de Preços nº 008/2020: (...)"*

*"Segundo relatado, as exigências acima descritas comprometem a ampliação da disputa e por consequência a seleção da proposta mais vantajosa. Feito o relato, passa-se, a seguir, para a análise do inciso XXI, artigo 37 da Constituição Federal de 1988(...)"*

*"Indo mais a fundo quanto a questão do direcionamento do certame, verifica-se que no Termo de Referência na parte que trata das descrições dos aplicativos e suas configurações gerais, especificadamente quanto as exigências em relação a "Área Financeira" em muito se assemelha ao disposto na descrição de serviços prestados pela empresa **CONTASS Contabilidade e Consultoria LTDA**, podendo tal informação ser verificada na imagem a seguir extraída do site [www.contassconsultoria.com.br/site/cidade](http://www.contassconsultoria.com.br/site/cidade) e logo abaixo trecho do referido edital(...)"*

*"Ocorre que, em grande maioria dos sistemas do mercado nacional, o módulo não é identificado apenas como **FINANCEIRO**, uma vez que engloba além do financeiro, também orçamento e contabilidade de forma integrada, dessa forma, em análise ao disposto no site da empresa Contass há indícios de direcionamento para a mesma."*

Com todo o respeito, ao elaborar o edital, a Pregoeira e equipe de apoio contaram com apoio técnico do departamento jurídico e da equipe técnica de informática no intento de se conseguir a prestação de serviços que melhor atenda às exigências atuais dos municípios consorciados, sem deixar de observar as exigências do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Não há qualquer direcionamento, senão aquele necessário ao atendimento das exigências do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, uma vez que, caso o sistema não atenda a essas exigências causará grandes prejuízos aos municípios consorciados e aos demais municípios que demonstrarem interesse em aderir à futura ata de registro de preços, que certamente atrasarão ou deixarão de enviar os documentos e informações necessárias exigidas, como indicado na Instrução Normativa 010/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais:

#### **"DAS RESPONSABILIDADES E DAS SANÇÕES"**

*Art. 7º - Os titulares dos órgãos e das entidades mencionados no artigo 5º desta Instrução são responsáveis pelos documentos e informações prestados e por eles responderão pessoalmente, caso venham a ser apuradas divergências ou omissões.*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Molo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



*Art. 8º A omissão no envio dos documentos e informações de que trata esta Instrução ou o não cumprimento dos prazos nela estabelecidos sujeitará o responsável às sanções previstas na Lei Complementar Estadual nº 102/2008."*

Conforme artigo 85, da Lei Complementar Estadual 102/2008, o valor da multa pode chegar a R\$35.000,00(trinta e cinco mil reais).

Assim, as descrições dos aplicativos e suas configurações gerais, especificadamente inclusive quanto à "Área Financeira" tanto quanto os demais módulos do sistema, deverão atender às exigências do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o que, provavelmente é observado pela empresa CONTASS Contabilidade e Consultoria LTDA, e logicamente exigido nos editais de contratação de serviços semelhantes, uma vez que, como acima descrito, a incompatibilidade causará prejuízos aos contratantes.

Portanto, no caso em estudo, caso haja restrição de concorrência diante das descrições dos aplicativos e suas configurações gerais de forma ampla, ou o alegado direcionamento, que obviamente não existe, tal situação é legal, devendo tal condição ser estabelecida quando necessária a atender o interesse público, contudo sem que fira o disposto na Lei 8.666/93 (artigo 3º, §1º, I e artigo 44) e Constituição Federal (artigo 37, XXI). Vejamos os ensinamentos de Marçal Justen Filho:

*"O dispositivo não significa, porém, vedação a cláusulas restritivas da participação. Não impede a previsão de exigências rigorosas nem impossibilita exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. Veda-se cláusula desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar alguns particulares. Se a restrição for necessária para atender ao interesse público, nenhuma irregularidade existirá em sua previsão. Terão de ser analisados conjuntamente a cláusula restritiva e o objeto da licitação. Aliás, essa interpretação é ratificada pelo previsto no art. 37, XXI, da Constituição da República (...)¹"*

A Impugnante questiona, ainda, a exigência do Licenciamento do software pelo GENERAL PUBLIC LICENSE – GPL:

*"Termo de Referência, verifica-se a exigência de um único tipo de software, SOB LICENÇA GENERAL PUBLIC LICENSE – GPL, para a realização de um serviço, sendo certo que no mercado existem inúmeros outros softwares que atendem ao mesmo objetivo, não se podendo falar que um é melhor ou oferece diferença em relação aos outros, pois, reafirma-se, todos atendem ao mesmo objetivo e não há variação de custos na prestação dos serviços."*

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 9ª ed., São Paulo: Dialética, 2009.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Mato  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.305.992/0001-08



Tal exigência se justifica para se evitar que o contratante fique “amarrado” a um serviço que permita carregar o software em um único computador, mas que impeça de fazer cópias, e que não disponibilize o código fonte.

Transcrevemos abaixo, detalhamento indicado no site [https://docs.blender.org/manual/pt/dev/getting\\_started/about/license.html](https://docs.blender.org/manual/pt/dev/getting_started/about/license.html) (02/11/2020-10h), que explica de maneira técnica a necessidade da licença GNU:

*“O Software Livre no seu senso mais correto, é o software o qual você é livre para utilizar, copiar, modificar, redistribuir, sem limitações. Isso é contrastante com o esquema de licenciamento da maior parte dos pacotes de softwares comerciais, nos quais você tem a permissão de carregar o software em um único computador, mas o qual não é permitido fazer cópias, e nunca visualiza o código fonte. O «Free Software» ou «Software Livre» permite uma liberdade incrível ao usuário final. Pelo fato do seu código fonte ser universalmente disponível, existem muito mais chances de um problema como um defeito ser encontrado e consertado.*

*Quando um programa é licenciado através da licença GNU / General Public License (GPL):*

*Você tem o direito de utilizar o programa para qualquer finalidade.*

*Você tem o direito de modificar o programa, e ter acesso aos códigos fonte.*

*Você tem o direito de copiar e distribuir o programa.*

*Você tem o direito de melhorar o programa, e liberar as suas próprias versões.*

*Em troca por esses direitos, você tem algumas responsabilidades caso você distribua um programa sob a licença GPL. Essas responsabilidades essas que são designadas para proteger as suas liberdades e as liberdades de outras pessoas:*

*Você deve prover uma cópia da licença tipo GPL com o programa, de maneira que os destinatários estejam cientes de seus direitos sob esta licença.*

*Você deve incluir o código fonte, ou tornar o código fonte disponível livremente.*

*Caso você modifique e distribua a versão modificada, você deve licenciar as suas modificações sob a licença GPL (ou uma licença compatível).*

*Você não pode restringir o licenciamento do programa além dos termos especificados na GPL (você não pode transformar um programa liberado sob a licença GPL em um produto proprietário).”*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUONE

Rua Tupiniquins, Nº 480 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 38401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Segundo o site gov.br<sup>2</sup>, os sistemas do modelo SPB, possibilitam:

*“Um dos principais motivos relacionados às intenções da APF em compartilhar sistemas através do modelo do SPB é justamente a possibilidade de reduzir os custos, visto que reduz esforços de desenvolvimento de novos softwares, há aproveitamento de códigos estáveis já existentes, economizando tempo de produção (ECONOMIA..., 2006)*

*Ao adotar software proprietário, há grande chance de gerar dependência em relação aos fornecedores especializados, que são os únicos com condições de modificar o código daquele sistema contratado. Com isso, ele vai poder cobrar valores mais altos do que seria justo, visto que não há concorrência (BACIC, 2003).*

*Através do SPB, onde há licença que permite acesso e modificação do código fonte por qualquer pessoa, não tem como criar essa dependência. A qualquer momento pode ser realizada uma licitação envolvendo contratação de empresas distintas daquela responsável pelo desenvolvimento original do software. Assim há estímulo à competição entre fornecedores, consequentemente melhoria da qualidade dos serviços e redução de custos, beneficiando sociedade e governo (AMADEU, 2006).*

*É complicado dizer se um software é seguro quando não há acesso ao seu código-fonte. O uso do SPB elimina esse problema, visto que adota licença GPL. Programas com código aberto atendem ao princípio da transparência e permitem auditoria completa. Torna possível a retirada de trechos duvidosos, falhas perigosas ou até mesmo backdoors (forma mal intencionada de deixar no programa um caminho de invasão escondido, sem despertar a desconfiança do usuário) e, como consequência direta, traz mais segurança (AMADEU, 2006).*

*No desenvolvimento de software que apresenta código aberto, como o SPB, as inovações são compartilhadas entre todos, permitindo que as melhorias sejam adotadas por qualquer um, assim o conhecimento passa a ser sempre disseminado, ajudando principalmente as pequenas e médias empresas (AMADEU, 2006).*

*Através das comunidades criadas em torno de um software público existe forte compartilhamento de conhecimento. A*

<sup>2</sup><https://www.gov.br/governodigital/pt-br/software-publico/sobre/sobre-o-portal> (02/11/2020-10:20h)



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.508.892/0001-08



*sociedade inteira tem acesso ao conhecimento, não importa se é um pequeno município ou um grande órgão do governo federal (DANIEL, 2011)."*

Já no portal do SICOM, já em sua página inicial esclarece que a tecnologia SICOM é criada em parceria com os jurisdicionados, sem atualizado constantemente:

*"O SICOM é uma tecnologia inovadora do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, criada em parceria com os jurisdicionados, para apoiar o controle externo da gestão dos recursos públicos de forma eficiente, eficaz, efetiva e transparente."<sup>3</sup>*

Assim, mais uma vez reportamo-nos ao ensinamento do Ilustre Marçal Justen Filho, acima transcrito.

Quanto ao preço médio indicado no Termo de Referência, também questionado pelo Impugnante, devemos lembrar que trata-se de licitação na modalidade Pregão, na qual o objeto licitado será adjudicado ao Licitante que propuser o melhor valor para a execução dos serviços.

A Impugnante alega ainda o seguinte:

*"De forma sucinta, cumpre salientar, que os valores constantes no Termo de Referência do Edital de licitação em comento chega a superar os valores cobrados por empresas que possuem assessoria e software próprio, levando ao entendimento que há uma comercialização e cobrança para utilização de software público, em regra, GRATUITO."*

Porém, no próprio Termo de Referência está claro que o software deverá ser customizado e parametrizado para atender às exigências de cada um dos municípios:

***"Customização e Parametrização:***

*A implantação deverá constar da instalação efetiva do software contratado, da parametrização necessária conforme as especificidades da configuração do ambiente local OU remoto de customização básica de forma a deixar o aplicativo de acordo com a Legislação Municipal da Contratante."*

Além disso, no edital não existe nenhum item no qual se cobre pelo fornecimento do software, o que pode ser observado pela simples análise do Termo de Referência e do modelo de proposta.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais se manifestou da seguinte forma, quanto às restrições possíveis, seguindo os ensinamentos de Marçal Justen Filho:

<sup>3</sup> [https://portal.sicom1.tce.mg.gov.br/\(02/11/2020-10:30h\)](https://portal.sicom1.tce.mg.gov.br/(02/11/2020-10:30h))



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.952/0001-08



*"Denúncia. Licitude de cláusulas restritivas. (...) inciso I, do §1º, do art. 3º da Lei n.º 8.666/93 (...) [é] analisado por Marçal Justen Filho, como a seguir: 'O disposto não significa, porém, vedação a cláusulas restritivas da participação. Não impede a previsão de exigências rigorosas nem impossibilita exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. Vedam-se cláusulas desnecessárias ou inadequadas, cuja previsão seja orientada não selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar alguns particulares. Se a restrição for necessária para tender ao interesse coletivo, nenhuma irregularidade existirá em sua previsão. Terão de ser analisados conjuntamente a cláusula restritiva e o objeto da licitação. A vedação não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação. Aliás, essa interpretação é ratificada pelo previsto no art. 37, inc. XXI, da CF. A incompatibilidade poderá derivar de a restrição ser excessiva ou desproporcional às necessidades da Administração. O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda que indiretamente, prejudiquem o caráter competitivo' da licitação." (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed., Dialética, p. 61 e 62) (...)¹". – GRIFAMOS.*

Ainda quanto à alegação de direcionamento, temos a informar que no site do software público existem dois softwares públicos, **sendo um deles o e-cidades e o outro o urbem, e ambos atendem às exigências da plataforma do SICOM.**

Assim, cai por terra a alegação de direcionamento ou limitação de concorrência.

Quanto ao que diz respeito ao preço, temos a acrescentar que, a obtenção da melhor proposta, como exigido no artigo 3º da Lei 8.666/93, não diz respeito exclusivamente ao melhor preço, uma vez que, de nada adiantará contratar serviços que não atendam ou que atendam parcialmente às exigências do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, visto que, tal atitude acarretará multa aos contratantes, pelo descumprimento das exigências indicadas na Instrução Normativa 010/2011 do mesmo Tribunal.

No caso em estudo, o que se busca é a obediência ao princípio da eficiência, insculpido no "caput" do artigo 37 da Constituição Federal:

*"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)". – GRIFAMOS.*

¹ TCE/MG - Denúncia n.º 747505. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 05/08/2008.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO DA  
ÁREA MINÉIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.982/0001-08



A doutrina e jurisprudência, tem decidido da seguinte forma a respeito da matéria, considerando necessária a observação do princípio da eficiência:

*"Licitação – em suma síntese – é um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na ideia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir."*<sup>5</sup> – GRIFAMOS.

*"A maior vantagem se apresenta quando a Administração Pública assume o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular a realizar a melhor e mais completa prestação."*<sup>6</sup> – GRIFAMOS.

*"Reiteradamente se tem propalado que a Lei de Licitações obriga a Administração a comprar produtos de baixa qualidade, face ter estabelecido a regra geral da aquisição pelo menor preço. Esse equívoco tem por causa três diferentes fatores, quais sejam a ausência de treinamento, o equívoco de que comprar pelo menor preço obriga a aceitar qualquer produto e a errada compreensão de decisões dos órgãos do controle."*<sup>7</sup> – GRIFAMOS.

*"Os princípios da moralidade, eficiência e economicidade são extremamente relevantes na análise dos atos praticados pela Administração Pública moderna, que deve buscar, na era da globalização, a eficiência e eficácia, assim como a racionalização, na aplicação dos poucos recursos existentes."*<sup>8</sup> – GRIFAMOS.

Portanto, o fato de alegar o Impugnante que os valores relativos aos preços médios estão acima dos preços praticados por empresas que possuem softwares próprios, além de não contar com justificativa plausível, o simples fato de se tratar de licitação que será julgada na modalidade pregão presencial, onde o pregoeiro atua no sentido de conseguir a melhor proposta para atender às necessidades do órgão, já

<sup>5</sup> MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 17. Ed. Rev. E atual. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 483.

<sup>6</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 16ª ed. – São Paulo: Dialética, 2014, p. 497.

<sup>7</sup> FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. A qualidade na Lei de Licitações: Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 5, n. 38, 1 jan. 2000, p. 1. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/429>>. 02/11/2020-11h).

<sup>8</sup> O MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS - Procurador Alberto Sevilha - [http://www.tce.to.gov.br/mpc/index.php?option=com\\_content&view=article&id=26:0-ministerio-publico-junto-aos-tribunais-de-contas\(02/11/2020-11:20h\)](http://www.tce.to.gov.br/mpc/index.php?option=com_content&view=article&id=26:0-ministerio-publico-junto-aos-tribunais-de-contas(02/11/2020-11:20h)).



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINERA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 38401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



demonstra a aplicação do princípio da eficiência, onde se busca contratar os melhores serviços pela melhor proposta.

Não há tão pouco, ofensa ao princípio da isonomia, como é o entendimento do Ilustre Marçal Justen Filho<sup>9</sup> acompanhado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais<sup>10</sup>, nem há direcionamento, uma vez que, o site gov.br, reconhece que o software com código aberto ajuda principalmente as pequenas e médias empresas, existindo inclusive, comunidades criadas em torno de um software público para compartilhamento de conhecimento:

*"No desenvolvimento de software que apresenta código aberto, como o SPB, as inovações são compartilhadas entre todos, permitindo que as melhorias sejam adotadas por qualquer um, assim o conhecimento passa a ser sempre disseminado, ajudando principalmente as pequenas e médias empresas (AMADEU, 2006). Através das comunidades criadas em torno de um software público existe forte compartilhamento de conhecimento. A sociedade inteira tem acesso ao conhecimento, não importa se é um pequeno município ou um grande órgão do governo federal (DANIEL, 2011)."*

Portanto, com todo o respeito, não há se falar em restrição ilegal da concorrência ou direcionamento do certame, para uma ou algumas licitantes, ou preços excessivos ou superfaturados, uma vez que houve a realização de ampla pesquisa de mercado.

## **DA ALEGADA INCOMPATIBILIDADE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA COM O OBJETO LICITADO**

A impugnante alega que o sistema de Registro de Preços é incompatível para contratação do objeto licitado, justificando sua irresignação da seguinte forma:

*"Ocorre que, utilizando-se da ferramenta Registro de Preços, cuja validade máxima é de 12 meses, a cada ano teriam que licitar o objeto novamente, perdendo todo o investimento inicial de migração, implantação e treinamento, tanto por parte da CONTRATANTE como do CONTRATADO, elevando o custo dos serviços..."*

*Todavia, o Sistema de Registro de Preços é incompatível com a contratação de serviços de natureza contínua, pois este (SRP) exige imprevisibilidade de quantitativo e os serviços ora licitados tem seus*

<sup>9</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 9ª ed., São Paulo: Dialética, 2009.

<sup>10</sup> TCE/MG - Denúncia n.º 747505, Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 05/08/2008

<sup>11</sup> <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/software-publico/sobre/sobre-o-portal/02/11/2020-10:20h>





# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 38401-071  
CNPJ: 21.506.892/0001-08



*quantitativos perfeitamente previsíveis (12 meses). Já que, uma simples verificação ao Termo de Referência do edital ora atacado, nota-se claramente que a despesa a ser contratada será liquidada de forma mensal, através de parcelas liquidas e certas em valores não variáveis. Sob tal ótica, vislumbra-se que nas situações em que haja a necessidade de fornecimento contínuo de bens ou produtos ou a execução contínua de serviços, em que é cediço pela Administração as quantidades e momentos em que necessitará da prestação desses objetos, estes deverão ser adquiridos por meio de contratação normal, onde estejam previstos no contrato todos os requisitos obrigatórios de execução do fornecimento ou serviço: formas, metodologias, prazos, quantitativos, especificações, critérios de pagamento, hipóteses de inexecução, sanções, dentre outros."*

Com todo o respeito, os serviços licitados atendem a todas as exigências legais para o julgamento mediante do sistema de Registro de Preços, senão vejamos:

A Lei 8.666/93, prevê no artigo 15, o seguinte:

*"Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:*

*II - ser processadas através de sistema de registro de preços;" - GRIFAMOS*

O Decreto Federal 7.892/2013 e suas alterações, indica no artigo 3º:

*"Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:*

*I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;*

*II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;*

*III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou*

*IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração."*

Todas essas exigências estão atendidas no procedimento em epígrafe, e ao contrário do que alega a Impugnante, principalmente no que diz respeito aos incisos III e IV, uma vez que, a contratação será realizada para atender a vários órgãos da administração pública não sendo possível definir o previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 38401-071  
CNPJ: 21.508.892/0001-08



Principalmente pelo fato de se admitir o "carona", como autoriza o item 6(seis) do Edital.

O Tribunal de Contas da União apresenta os seguintes entendimentos:

*"Enunciado 1*

*É lícita a utilização do sistema de registro de preços para contratação de serviços contínuos, desde que configurada uma das hipóteses delineadas no art. 3º do Decreto 7.892/2013, nas quais não se compreende a simples possibilidade de aumento futuro da demanda pelos serviços.*

*Conclusão:*

*Não se deve licitar via SRP, quando o objeto for prestação de Serviços Continuados, exceto nas hipóteses previstas no Art. 3º do Decreto 7892/2013.<sup>12</sup>"*

*"(...)Vistumbro a importância da utilização do SRP nos casos enquadrados no inciso III, por exemplo, onde, a partir de uma cooperação mútua entre órgãos/entidades diferentes, incluindo aí um planejamento consistente de suas necessidades, a formação de uma ata de registro de preços poderia resultar em benefícios importantes. Também nos casos de contratação de serviços frequentemente demandados, mas que não sejam necessários ininterruptamente, a ata poderia ser uma solução eficaz e que se coaduna com a eficiência e a economicidade almejadas na aplicação de recursos públicos.<sup>13</sup>" – GRIFAMOS.*

O Sistema de Registro de Preços, "procedimento inserido no bojo das licitações e objetivando formar um cadastro com produtos registrados disponíveis à Administração, tem sua utilização cada vez mais encorajada pelos doutrinadores e pelos órgãos de controle"<sup>14</sup> - GRIFAMOS.

O ilustre JACOBY FERNANDES, entende o sistema de Registro de Preços, conforme conceito abaixo:

*"é um procedimento especial de licitação que se efetiva por meio de uma concorrência ou pregão sui generis, selecionando a proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, para eventual e futura contratação"<sup>15</sup> – GRIFAMOS.*

<sup>12</sup> TCU. Acórdão 1604/2017 – Plenário.

<sup>13</sup> Acórdão nº 1.737/2012 – Plenário, Processo nº 016.762/2009-6, Rel. Min. Ana Arraes

<sup>14</sup> FILIPE ALVES DE LIMA COSTA: Pós Graduado em Direito Administrativo pela Universidade Anhanguera-Uniderp - Sistema de registro de preços no direito brasileiro in <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,sistema-de-registro-de-precos-no-direito-brasileiro,55582.html>

<sup>15</sup> JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico. 4º ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.503.692/0001-08



O não menos ilustre Marçal Justen Filho, entende SRP da seguinte forma:

*"...consubstancia um contrato normativo, o qual decorre de um procedimento específico e que estabelece regras vinculantes para os órgãos da Administração Pública e um particular em relação a obrigações futuras, fixando condições previamente."*<sup>16</sup> – GRIFAMOS.

Importante ainda ressaltar, que o objetivo é ainda a busca pela economia de escala, mais uma vez, voltando-se para o cumprimento do princípio da eficiência, onde se busca contratar os melhores serviços pela melhor proposta, sendo este o entendimento de Marçal Justen Filho: *"em uma economia de escala, o aumento de quantitativos produz a redução dos preços. Por isso, não teria cabimento a Administração fracionar as contratações se isso acarretar aumento de seus custos"*<sup>17</sup>.

Além disso, existe no edital, a previsão da possibilidade de formalização do contratos entre os órgãos participantes e a futura adjudicatária, como informa o item XIV no subitem 1.1 corroborada pela apresentação do Anexo IX(minuta de contrato):

*"1.1 - Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada."*

Dessa forma, embora por força de Lei, as atas de registro de preços não possam ter vigência que extrapole 12(doze) meses<sup>18</sup>, os contratos oriundos das referidas atas, terão sua vigência estabelecida pelo inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

#### **"CLÁUSULA SÉTIMA - VIGÊNCIA CONTRATUAL**

*O prazo de vigência do presente contrato de compra com entrega parcelada ou imediata terá a validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura."*

Assim, diante da natureza continuada dos serviços contratados, faz-se necessária a formalização de contratos pelos municípios que por ventura tenham interesse em manter a prestação de serviços por mais de um exercício financeiro.

<sup>16</sup> - JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 11ª ed. São Paulo: Dialética, 2005.

<sup>17</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 15ª edição, São Paulo: Dialética, 2012. p. 307

<sup>18</sup> inciso III do §3º do artigo 15 da lei 8.666/93 e artigo 12 do Decreto 7.892/2013.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 480 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 35401-071  
CNPJ: 21.505.682/0001-08



Ocorre que, não vislumbramos no Edital ou na Minuta de Contrato a indicação de tal possibilidade, sendo que o entendimento jurisprudencial e doutrinário é nesse sentido:

*"às áreas técnicas, para afastar eventuais questionamentos, façam sempre constar nos editais licitatórios e nos contratos administrativos previsão para prorrogação quando houver permissivo legal nesse sentido"<sup>19</sup> - GRIFAMOS.*

O posicionamento do Tribunal de Contas da União é no sentido de que é obrigatória a indicação da possibilidade de prorrogação do contrato:

*"a possibilidade de prorrogação da vigência contratual em até 60 (sessenta) meses nas contratações de serviços executados de forma contínua, inclusive nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, em atenção ao disposto no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993"<sup>20</sup>.*

Assim, opinamos pela retificação do Edital, para acrescentar a possibilidade de prorrogação dos contratos, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

## **DA ALEGADA FORMALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO EM NOME DE MUNICÍPIOS QUE NÃO SOLICITARAM A CONTRATAÇÃO**

Em síntese, alega a Impugnante que o CIMAMS formalizou procedimento licitatório e *"relacionou no edital todos os Municípios que fazem parte do Consórcio, sem verificar junto a estes Municípios o real interesse e a necessidade dos mesmos em relação ao objeto licitado."*

Ocorre que, ao contrário do que alega a Impugnante, o CIMAMS possui em seu estatuto a autorização expressa de todos os órgãos consorciados, como reza o inciso XIV do artigo 9º:

*"Art. 9º. Respeitados os limites constitucionais e legais, caberá o CIMAMS/CONSÓRCIO exercer as seguintes competências e cumprir os seguintes objetivos:*

*XIV - a implantação de um sistema de compras e licitação unificado."*

<sup>19</sup> <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,e-possivel-a-prorrogacao-de-contrato-administrativo-sem-previsao-expressa-no-edital-ou-no-proprio-contrato-nes.591535.html>

<sup>20</sup> Acórdão nº 54/2012 - Plenário - TCU, no mesmo sentido, o Acórdão nº 3.351/2011, da 2ª Câmara.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquana, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



Dessa forma, demonstramos que, o Consórcio está apenas e tão somente, cumprindo um objetivo que lhe compete, estando perfeitamente alinhadas a compatibilidade do objetivo fim do CIMAMS com o objeto licitado, em atendimento ao permissivo do artigo do 112 da Lei 8.666/93:

*"Art. 112. Quando o objeto do contrato interessar a mais de uma entidade pública, caberá ao órgão contratante, perante a entidade interessada, responder pela sua boa execução, fiscalização e pagamento.*

*§ 1º Os consórcios públicos poderão realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados."*

Além disso o artigo 4º do Decreto 7.892/2013, em seu §1º prevê:

*"Art. 4º Fica instituído o procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais - SIASG, que deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, para registro e divulgação dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos nos incisos II e V do caput do art. 5º e dos atos previstos no inciso II e caput do art. 6º."*

*§ 1º A divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada pelo órgão gerenciador."*

Assim, com todo o respeito, não assiste razão à impugnação quanto a tal alegação.

## **DA ALEGADA AUSÊNCIA DE PROVAS DA VANTAGEM DA ADESÃO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.**

A alegação da Impugnante é de que não existem provas das reais vantagens da adesão dos municípios consorciados à ata de registro de preços que será gerada pelo julgamento da licitação.

Mais uma vez, não tem nenhum fundamento a alegação da Impugnante, uma vez que, o procedimento atende ainda às exigências dos §§1º e 7º, do artigo 23 da Lei 8.666/93, que exige a observação da economia de escala:

*Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:*

*§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIPINARITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquina, Nº 480 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



*melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.*

*§ 7º Na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, é permitida a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala. – GRIFAMOS.*

Os benefícios das compras compartilhadas, passam pela economia de esforços através da *"redução de processos repetitivos, redução de custos por meio da compra concentrada de maiores quantidades o que resulta em economia de escala, melhor planejamento das necessidades, além da facilidade de manutenção e uso decorrente da padronização de equipamentos e soluções adquiridos conjuntamente"*, como é o entendimento do Ministério do Planejamento em Contratações Conjuntas.<sup>21</sup>

As compras conjuntas também estão previstas no inciso III, do Decreto Federal 7.892/2013, acima mencionados.

Segundo Renato Ladeia<sup>22</sup>, economia de escala trata-se de:

*"(...)um conceito econômico cujo significado é a possibilidade de reduzir o custo médio de um determinado produto pela diluição dos custos fixos em um número maior de unidades produzidas. Como os custos fixos são constantes até um determinado patamar, quanto maior o volume produzido, menor será o custo médio. Isso ocorre quando uma empresa tem capacidade instalada de produção e aumenta o volume de produtos utilizando os mesmos recursos como maquinário, instalações e mão de obra. Dessa forma, o preço médio dos produtos é reduzido na proporção do aumento do volume. Alguns exemplos de custos fixos: aluguel, depreciação do maquinários e equipamentos, pessoal administrativo, telefone, investimentos em pesquisa e desenvolvimento do produto etc." – GRIFAMOS.*

Observa-se que, é fato público e notório a redução dos preços na proporção do aumento de volume de materiais ou serviços, podendo afirmar que, trata-se de fato notório, reconhecido pelos nossos Tribunais e juristas, ou seja, são fatos de conhecimento público, cuja veracidade é indiscutível e portanto independem de provas como reza o inciso I, do artigo 374 do Código de Processo Civil Brasileiro:

*"Art. 374. Não dependem de prova os fatos:*

<sup>21</sup> As compras compartilhadas no Governo Federal – Ministério do Planejamento.

<sup>22</sup> Professor do curso de Administração do Centro Universitário da FEI, Doutor em Antropologia e Mestre em Administração



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ARCA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.682/0001-08



*I - notórios;"*

Além disso, os órgãos participantes do registro de preços deverão analisar, justificar e comprovar que, o contrato que estarão formalizando ou a ata a qual estarão aderindo, atendem às exigências de vantajosidade.

Também não merece acolhida o ponto ora abordado.

## **DA ALEGADA AUSÊNCIA DE ÍNDICES CONTÁBEIS NO EDITAL QUE TRATEM DA BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA.**

Alega a Impugnante que "no edital de licitação em comento, ao tratar da boa situação financeira da empresa, há omissão quanto ao índice que deverá ser utilizado, nos termos da redação, temos:

*1.12 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2019), exigíveis e apresentados na forma da Lei; que comprovem a boa situação financeira da empresa. Com base nos dados extraídos do balanço será avaliada a capacidade financeira da empresa."*

Ocorre que a Lei nº 8.666/93 propõe uma série de medidas que podem ser adotadas pela Administração, no planejamento da contratação pública, na intenção de resguardar o regular andamento da sua fase externa bem como a boa e correta execução do futuro contrato.

Verifica-se que a habilitação financeira tem o condão precípua de avaliar se o pretendo contratado tem condições mínimas, sob o enfoque financeiro, de garantir a execução do contrato, vale dizer, se ele poderá suportar todos os custos que virão da execução do contrato.

O instrumento convocatório traz em seu texto exigências mínimas para contratação de empresas que possa executar os contratos oriundos da Ata de Registro de Preço, junto aos Municípios consorciados ao CIMAMS e não um único Município, que, no caso em questão, são 91 consorciados.

Para um melhor esclarecimento, vejamos o que diz o art. 31, §§ 2º e 3º, da Lei 8.666/93:

"§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ...".

"§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

Nesse sentido observa-se que o edital cumpriu com o que descreve a legislação pertinente ao tema, ou seja, o dispositivo legal permite que, para qualquer modalidade, a Administração poderá exigir: "o Capital Social ou Patrimônio Líquido, que



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 38401-071  
CNPJ: 21.505.892/0001-08



o Capital Social ou Patrimônio Líquido estabelecido no Edital não ultrapasse o valor correspondente a 10% do valor estimado", ou seja o instrumento convocatório em seu item 4.3 exige capital social de 10 % (dez por cento) do lote, estando assim dentro dos padrões legais.

Dessa forma, as alegações do Impugnante, não possui razão.

## DAS ALEGADAS EXIGÊNCIAS ABUSIVAS.

Informa que o edital prevê apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, nos seguintes termos:

*"1.14 - Atestado de Capacidade Técnica comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, inclusive comprovando a geração e entrega do SICOM em todos seus módulos."*

Alega que *"tratam-se de exigências excessivas e subjetivas, primeiro em relação a quantidade do objeto licitado, não sendo possível identificar qual seria a quantidade compatível, uma vez que o processo licitatório destina o objeto para mais de 90 (noventa) Municípios. Mais uma exigência subjetiva: em relação a entrega do SICOM, como desejam que isto seja demonstrado? Nota-se que não há clareza alguma no disposto."*

Alega ainda que, a jurisprudência adota o entendimento de que um atestado de capacidade técnica pertinente e compatível é o que apresenta pelo menos 50% (cinquenta por cento) do quantitativo licitado.

Quanto ao alegado subjetivismo, quanto à quantidade licitada, tal alegação não encontra guarida, uma vez que, todas as quantidades estão descritas no Termo de Referência.

Quanto à comprovação de quantidade de serviços executados que deva constar no atestado de capacidade técnica operacional ou técnico profissional, este pode se limitar ao limite legal, como reza o a Súmula nº 263. do Tribunal de Contas da União:

*"para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado."*

Conforme decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a qualificação técnica é:





# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 38401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



*Denúncia. Qualificação técnica. "A qualificação técnica, nas palavras de José Cretella Júnior, em sua obra 'Das Licitações Públicas', se presta ao seguinte fim: '(...) para a concretização plena do objeto do contrato, (...) o licitante deverá apresentar prova de que tem aptidão para contratar, bem como que se apóia em infra-estrutura suficientemente idônea para a execução do objeto do ajuste, nas condições e prazos assinalados no edital'. (CRETELLA JÚNIOR, José. Das Licitações Públicas. 1993, pág. 202)<sup>23</sup>".*

O edital exige ainda:

*"Apresentação prévia de relação explícita do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, constando a qualificação de cada um dos seus membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, os quais sob a responsabilidade técnica de um profissional de nível superior reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de característica semelhante."*

Entendemos que, qualquer profissional de nível superior que comprove através de atestado de responsabilidade técnica a execução de serviços semelhantes, será aceito para comprovação da exigência.

No que diz respeito à qualificação técnico-profissional, a Lei 8.666/93, no § 1º, inc. I, de seu art. 30, dispõe que a licitante deverá demonstrar:

*"possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos."*

Assim, as alegações do Impugnante não merecem prosperar.

## **DA ALEGADA SUBJETIVIDADE NA EXIGÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO SISTEMA/PROVA DE CONCEITO**

O Impugnante alega que "outro ponto que confere subjetividade no Edital Convocatório diz respeito a "Demonstração do sistema/Prova de conceito".

<sup>23</sup> Denúncia n.º 750321. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 03/06/2008



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.682/0001-08



Ocorre que, o Termo de Referência discorre longamente quanto à demonstração do sistema e a prova de conceito estando clara a forma como será efetuada a avaliação.

Alega ainda:

*"Da previsão do Edital, vislumbra-se que pretendem testar a funcionalidade do sistema por AMOSTRAGEM, critério este totalmente SUBJETIVO, com total contrariedade ao princípio da impessoalidade, vistas que permite que seja solicitado somente aquilo com conhecimento prévio de funcionalidade integral dentro da empresa preterida.*

*Um outro ponto é sobre a integralidade, o que comumente ocorre no mercado, é a exigência de um percentual que a empresa deve atingir, por exemplo, 80 a 90% das exigências contidas no edital. Neste sentido, poderá haver um sistema completo, com melhor custo-benefício, mas se deixar de atender uma exigência simples, que pode até ser incluída posteriormente, será desclassificada."*

A amostragem será efetuada dentro dos parâmetros e exigências que o software deve atender e que se encontra totalmente detalhado no Termo de Referência, o que, de forma nenhuma caracteriza subjetividade.

Quanto à integralidade do sistema, alega que *"o que comumente ocorre no mercado, é a exigência de um percentual que a empresa deve atingir, por exemplo, 80 a 90% das exigências contidas no edital."*

Porém, no caso em estudo, caso o sistema não atenda a 100%(cem por cento) de sua integralidade nos termos exigidos no edital, a sua operacionalidade ficará prejudicada, já que, caso não atenda à todas as exigências do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, sujeitará os contratantes ao que determina a Instrução Normativa 010/2011 do mesmo Tribunal e às multas indicadas na Lei Complementar Estadual 102/2008.

## DAS INCONGRUÊNCIAS DO EDITAL

Alega o Impugnante que, *"resta demonstrada a desídia em que fora produzido o Edital, vistas tratar em determinados momentos de objeto diverso ao licitado.*

*Desta feita, destacamos trecho retirado do Edital, página 105:*

*V. Garantir que a utilização dos veículos alocados será adstrita às atividades dos MUNICÍPIOS.*

*VI. Utilizar os veículos exclusivamente no Transporte Escolar.*

*VII. Exigir da LICITANTE VENCEDORA, por escrito, a substituição de qualquer condutor cuja postura nos serviços for considerada inconveniente.*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, Nº 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ 21.506.692/0001-08



*VIII. Exigir vistoria e substituição do veículo, em qualquer tempo de vigência do contrato, se este não estiver em perfeitas condições de funcionamento."*

Informa que às páginas 114, 123 e 124 do Edital a descrição é de objeto diverso do licitado, sendo:

*"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA PARA QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DOS GESTORES E DAS EQUIPES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS PARA ATUAÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA - MSE EM MEIO ABERTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE - CIMAMS."*

Questiona a informação onde se menciona a publicação em Diário Oficial, todavia, não mencionam em qual diário deverá ser publicado. Nesse sentido, nota-se o disposto na página 117:

*"No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação."*

Requer que devida correção, de maneira a adequar tais falhas, aos ditames da Lei.

Assim, cabe informar que o Diário Oficial do CIMAMS é o <http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar>, quanto aos demais itens, faz-se necessária a retificação do edital, uma vez que, se referem a serviços diversos dos que estão sendo licitados.

## **DA CONCLUSÃO**

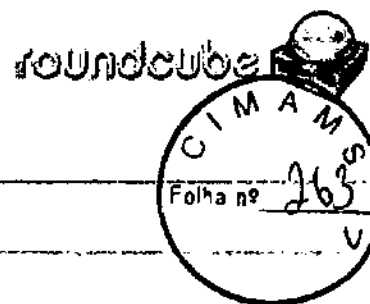
Diante do exposto, estando o edital e os serviços desenvolvidos por mim, Pregoeiro e equipe de apoio em perfeita consonância legal, recebo a impugnação interposta pelo Sr. Roger de Almeida Alvarenga, apreciando o MÉRITO, e **NEGAR-LHE PROVIMENTO.**

Montes Claros/MG, de 03 de novembro de 2020.

  
Thamara Almeida Veloso  
Pregoeira



Assunto **Re: IMPUGNAÇÃO DE EDITAL - URGENTE - Pregão nº 008/2020**  
De Licitação - CIMAMS <licitacao@cimams.mg.gov.br>  
Para Roger Almeida Alvarenga <rgianasi91@gmail.com>  
Data 03/11/2020 11:23



- Resposta a impugnação ROGER.pdf(~496 KB)

Em 30/10/2020 16:55, Roger Almeida Alvarenga escreveu:

Boa tarde, segue anexo.

att,

Gentileza confirmar recebimento.

..

Dr. Roger De Almeida Alvarenga  
OAB/MG 185.616

Alvarenga, Ázara & Gonçalves Advogados

End.: Rua Benjamin Constant, nº 151-D, Alto Das Mercês  
Impo Belo/MG - CEP: 37.270-000

Contato: (35) 9 91360527/9 98175893

Bom dia!

Segue em anexo a resposta à Impugnação.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO OFICIAL DO CONSÓRCIO  
INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA  
SUDENE

REF: PREGÃO PRESENCIAL PARA SRP Nº 008/2020

**E&L PRODUÇÕES DE SOFTWARE LTDA**,  
pessoa jurídica de direito privado, com sede à Av.  
Koehler, nº 238, Centro, Domingos Martins - ES,  
representada neste ato por sua procuradora a Sra.  
Sâmella Rangel Oliosi, brasileira, solteira, Coordenadora da  
Divisão de Licitações, portadora do RG nº 3.126.513 SPTC-ES e do  
CPF nº 124.593.697-27, residente e domiciliada Rua Sagrada  
Família, nº 229, Vila da Paz, Domingos Martins-ES, consoante  
instrumento de procuração e contrato social anexos  
(docs. 01/02), vem, respeitosamente, perante essa  
Augusta Equipe, para apresentar a presente

IMPUGNAÇÃO

ao Edital do Pregão em destaque, publicado por este  
Consórcio Público, cuja finalidade consiste na  
contratação de serviços técnicos de informática.

*[Handwritten signatures]*

## 1.0. INTRODUÇÃO

*Prima facie*, cumpre-nos salientar que a faculdade de revisão dos atos administrativos é inerente à Administração Pública, e constitui-se como eficiente mecanismo de controle e obediência aos princípios que a regem, mormente o da legalidade, a qual os entes públicos impõem observar (art. 37 da CR/88), sob pena de revisão via mandado judicial.

Através do feito em epígrafe foi deflagrado o procedimento licitatório sob a modalidade denominada Pregão, que recebeu o número de ordem 008/2020, e assim colocado o instrumento convocatório à disposição dos interessados em participar do certame, com a destinação específica concernente a contratação de empresa prestadora de serviços técnicos de informática, consoante se vê do respectivo edital.

Todavia, com todo o respeito e admiração pelo trabalho desenvolvido por essa Augusta Comissão de Pregão, desta vez, não agiu com o costumeiro acerto quando, ao publicar o presente Edital, inseriu cláusulas que espancam os preceitos legais básicos pré-estabelecidos nas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/2002, restringindo, assim, de forma indevida, o caráter competitivo do certame, conforme veremos adiante.

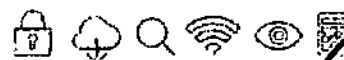
## 2.0. DOS FUNDAMENTOS DE DIREITO

### 2.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS CONTÍNUOS ININTERRUPTOS COM QUANTITATIVOS CERTOS E DETERMINADOS

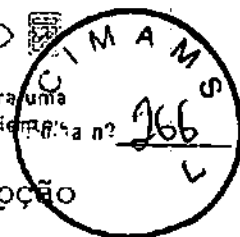
O que caracteriza o caráter contínuo de um serviço é a sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente, ou para manter o funcionamento das atividades administrativas.



PRODUÇÕES  
DE SOFTWARE



Soluções tecnológicas para uma  
Gestão Pública mais eficiente



do órgão ou entidade, de modo que a sua interrupção possa comprometer a prestação do serviço público.

A índole contínua do serviço demanda análise casuística, cujos vetores são: (a) se a execução do serviço a ser contratado constitui atividade cuja interrupção possa comprometer os objetivos institucionais; (b) se a prestação deva ocorrer em período indefinido ou definido e longo, para a satisfação de necessidade pública permanente; e (c) se a atividade é de apoio à realização das atividades essenciais do órgão ou entidade.

Disto conclui-se que serviços contínuos são aqueles que constituem necessidade permanente da contratante, que se repetem periódica ou sistematicamente, ligados ou não a sua atividade fim, ainda que sua execução seja realizada de forma intermitente ou por diferentes trabalhadores. A título ilustrativo, configuram serviços de natureza contínua: telefonia, vigilância, limpeza e conservação, recepção e manutenção de elevadores e de veículos.

No âmbito da jurisprudência do Tribunal de Contas da União colhe-se que:

*[...] as características necessárias para que um serviço seja considerado contínuo são: essencialidade, execução de forma contínua, de longa duração, e possibilidade de que o fracionamento em períodos venha a prejudicar a execução do serviço. (Acórdão nº 766/2010 - Plenário, Rel. Min. José Jorge, Processo nº 006.693/2009-3).*

Serviços continuados, segundo a Instrução Normativa SEGES nº 5, de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (atual Ministério da Economia), são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo



@ H A

que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

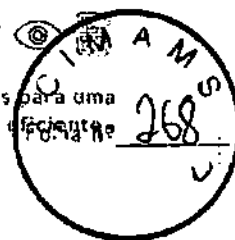
De outro lado, segundo a referida Instrução Normativa, consideram-se serviços não continuados ou contratados por escopo aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993. No contrato por escopo o que se tem em vista é a obtenção de seu objeto concluído, operando o prazo como limite de tempo para a entrega da obra, do serviço ou da compra.

Se o serviço não for classificado como de natureza continuada, a duração do termo de contrato (prazo de vigência) deverá observar a regra do art. 57, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/1993, ou seja, estará limitada ao exercício financeiro em que celebrado. O art. 167, II, da Constituição Federal veda a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais. O art. 57, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/1993, em cumprimento ao comando constitucional, dispõe que a duração dos contratos por ela regidos deve ficar adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, os quais são fixados, anualmente, por meio de lei orçamentária (art. 165, §5º, da Constituição Federal). A finalidade da lei orçamentária é estimar a receita e fixar a despesa para o exercício financeiro.

Sendo o serviço classificado como de natureza continuada, repercutirá na duração do termo de contrato, a qual poderá alcançar o limite de 60 (sessenta) meses conforme previsto no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, ou de 48 (quarenta e oito) meses nos casos

*(Handwritten signatures)*





de utilização de sistemas informatizados, de acordo com o disposto no inciso IV do mesmo dispositivo legal.

### 2.1.2. DIPLOMAS QUE ALUDEM À UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Consoante dispõe o art. 11 da Lei Federal nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), as compras e as contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei Federal nº 8.666/1993, poderão adotar a modalidade pregão, conforme regulamento específico.

O diploma citado alude à possibilidade de processamento do sistema de registro de preços por meio da modalidade pregão, nas contratações que visem a prestação de serviços comuns, sem especificá-los. Significa, pois, não haver impedimento à utilização do sistema de registro de preços para a contratação de serviço, de natureza contínua ou não contínua, desde que classificado como comum.

O art. 2º do Decreto Federal nº 7.892/2013 define o sistema de registro de preços como o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras. Também o decreto não especifica a natureza dos serviços que podem ser licitados para o registro de preços, deduzindo-se que podem ser de natureza contínua ou não.

Em julgado recente, a Corte de Contas Federal expediu a seguinte recomendação à Advocacia-Geral da União acerca da utilização do sistema de registro de preços:

[...] 9.6. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo desta Corte que, em reforço ao constante do item

*(Handwritten signatures and marks)*



PRODUÇÕES  
DE SOFTWARE



Soluções tecnológicas para uma  
Gestão Pública mais eficiente

Folha nº

269

sobre a necessidade de sempre avaliar os seguintes aspectos em processos envolvendo pregões para registro de preços: [...] 9.6.2. a hipótese autorizadora para adoção do sistema de registro de preços, indicando se seria o caso de contratações frequentes e entregas parceladas (e não de contratação e entrega únicas), ou de atendimento a vários órgãos (e não apenas um), ou de impossibilidade de definição prévia do quantitativo a ser demandado (e não de serviços mensurados com antecedência) - art. 3º do Decreto 7.892/2013 e Acórdãos 113 e 1.737/2012, ambos do Plenário; (grifei) [...] 9.7. recomendar à Advocacia-Geral da União (AGU) que oriente seus membros quanto à importância de se observarem os aspectos do item 9.6 supra, quando da avaliação de minutas de editais de pregões para registro de preços; (Acórdão nº 2037/2019 - Plenário, Rel. Min. Augusto Sherman, Processo nº 014.760/2018-5). Grifamos.

A impossibilidade de definição prévia do quantitativo a ser demandado, citado no julgado, traduz-se na impossibilidade de previsão do número de demandas ao fornecedor registrado durante o prazo de validade da ata de registro de preços e não na indefinição do quantitativo total do objeto. A totalidade do serviço deve ser previamente definida no planejamento da licitação, em cumprimento ao disposto no art. 8º da Lei Federal nº 8.666/1993, verbis: "A execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução."

### 2.1.3. SERVIÇOS CONTÍNUOS PRESTADOS DE FORMA ININTER- RUPTA

Há serviços contínuos que se caracterizam por: (a) inexistir contratação futura, ou seja, a contratada deverá iniciar a prestação do serviço a partir da celebração do termo de contrato, cuja vigência poderá alcançar 60 (sessenta) ou 48 (quarenta e oito) meses; e (b) inexistir contratações ou demandas frequentes ou



@



haver unidade na execução, caracterizada, ainda, pela **ininterrupção** dos serviços, como, a título ilustrativo: a prestação de serviços de telefonia, limpeza e conservação, vigilância e de apoio administrativo.

Portanto, há serviços contínuos cuja contratação efetiva-se de forma imediata (a partir da celebração do termo de contrato), com quantitativos certos e determinados (apurados na fase de planejamento da licitação, com base em exercícios anteriores), não havendo parcelamento das entregas (há unidade na execução), frequentemente demandados (rotina na prestação) e necessários **ininterruptamente**, assim como é o caso da utilização de sistemas informatizados, características essas que não se coadunam com a utilização do sistema de registro de preços que, como já mencionado neste texto, foi criado para atender a diversas necessidades da administração no intuito de simplificar os procedimentos para a aquisição de serviços frequentes e diminuir o tempo necessário para a efetivação dessas aquisições.

Veja-se o seguinte precedente do Tribunal de Contas da União, autorizador da adoção do sistema de registro de preços na contratação de serviço contínuo:

**Voto do Ministro Relator**

[...] Após exame detalhado da questão, com as devidas vênias do Parquet e da secretária em exercício da Serur, alinho-me ao exame empreendido pela auditora da unidade técnica, pelos motivos que passo a expor.

Preliminarmente, registro que é pacífico no âmbito desta Corte e do Judiciário que o sistema de registro de preços, antes restrito a compras, pode ser utilizado na contratação de prestação de serviços, notadamente em face das modificações normativas introduzidas pela Lei nº 10.520/2002. Um dos impedimentos apontados pelas instâncias precedentes para utilização do SRP para contratação de serviços contínuos é a possibilidade de mensuração, no caso concreto, dos quantitativos a serem



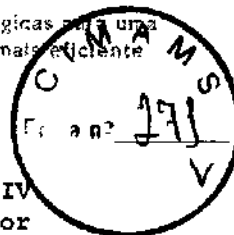
Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



PRODUÇÕES  
DE SOFTWARE



Soluções tecnológicas para uma  
Gestão Pública mais eficiente



situação de fato à condição estabelecida no inciso IV do decreto normatizador do sistema. Para melhor compreensão do assunto, transcrevo o artigo 2º do Decreto 3.931/2001, que regula o SRP na esfera federal: Art. 2º Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses: I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições; III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Uma das hipóteses delimitadas no citado dispositivo aduz que o SRP deve ser preferencialmente adotado nos casos em que o montante a ser contratado não puder ser definido antecipadamente. É fato que os serviços de natureza continuada devem ser objeto de programação tal que permita a definição prévia dos quantitativos a serem contratados e, portanto, em regra não se enquadram na exigência disposta no inciso IV transcrito acima. Entretanto, não vejo óbices para que eventuais contratações atendam a um dos demais incisos do referido dispositivo, pois a subsunção da situação de fato a apenas uma dessas condições pode tornar regular a utilização do sistema de registro de preços. A proibição apenas em razão de não haver incerteza nos quantitativos a serem contratados resultaria em interpretação tal que condicionaria a adoção do registro de preços aos casos de preenchimento cumulativo de todas as hipóteses elencadas no artigo 2º do Decreto, o que considero limitar o SRP excessivamente e extrapolar os limites legalmente estabelecidos. Vislumbro a importância da utilização do SRP nos casos enquadrados no inciso III, por exemplo, onde, a partir de uma cooperação mútua entre órgãos/entidades diferentes, incluindo aí um planejamento consistente de suas necessidades, a formação de uma ata de registro de preços poderia resultar em benefícios importantes. Também nos casos de contratação de serviços frequentemente demandados, mas que não sejam necessários ininterruptamente, a ata poderia ser uma solução eficaz e que se coaduna com a eficiência e a economicidade almejadas na aplicação de recursos públicos (Acórdão nº 1.737/2012 - Plenário,



Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.

Processo nº 016.762/2009-6, Rel. Min. Ana Arraes).  
Destacamos.

Segundo o TCU, serviços frequentemente demandados, ou seja, de natureza contínua, e **necessários ininterruptamente**, assim como é o caso da contratação de sistemas de gestão pública, não se coadunam com a utilização do sistema de registro de preços.

Há órgãos e entidades da administração pública que justificam a utilização do sistema de registro de preços que vise a contratação de serviço contínuo em razão da "impossibilidade de estabelecer-se uma previsão de quantitativos a serem contratados". Ocorre que deve haver estimativa prévia e precisa da demanda por serviços contínuos, cujo levantamento tomará por base as contratações realizadas em exercícios anteriores e o disposto no art. 8º da Lei Federal nº 8.666/1993.

Dispõe o Decreto nº 7.892/2013 que:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

[...]

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

O disposto no art. 3º, inciso IV, do Decreto traduz a impossibilidade de previsão do número de demandas ao fornecedor registrado durante o prazo de validade da ata de registro de preços, e não na indefinição da quantidade total do objeto. A totalidade deve estar devidamente demonstrada no processo licitatório, ou seja, deve ser previamente definida no planejamento da licitação. As demandas, quando efetuadas no prazo de validade da ata, estarão limitadas a essa totalidade.

*[Handwritten signatures and marks]*

O Tribunal de Contas da União assentou, ainda, o entendimento de que esse dispositivo do Decreto Federal não se aplica a serviços contínuos, porque, nesses objetos, os quantitativos dos serviços devem ser mensurados com antecedência. Assim:

25. Nos termos do art. 2º, inciso I, do Decreto 7.892/2013, o sistema de registro de preços é "conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras". A utilização da ata tem por objetivo permitir sucessivas contratações independentes, a serem formalizadas ao longo do ano com base em quantitativos definidos de acordo com a necessidade da administração. 26. Para utilização do sistema de registro de preços no caso de serviços contínuos, os quantitativos dos serviços devem ser mensurados com antecedência. Isso impede o enquadramento de casos dessa natureza à hipótese prevista no inciso IV do art. 3º do Decreto 7.892/2013 (Acórdão 1.737/2012 - Plenário). (Acórdão nº 1.391/2014 - Plenário, Rel. Min. Ana Arraes, Processo nº 002.627/2014-0).

Desta Feita, diante do exposto acima, concluímos que é inegável as vantagens produzidas pelo sistema de registro de preços, tais como: (a) redução da quantidade de licitações, em virtude da desnecessidade de realizar certames seguidos com objetos semelhantes; (b) eliminação do fracionamento de despesa, visto que o registro de preços deve ser precedido de procedimento licitatório; (c) não há obrigação de a administração adquirir o quantitativo registrado; e (d) possibilidade de maior economia de escala, uma vez que diversos órgãos e entidades podem participar da mesma ata de registro de preços, adquirindo em conjunto produtos ou serviços para o prazo de até um ano.

Consoante estabelece o art. 2º do Decreto Federal nº 7.892/2013, o sistema de registro de preços constitui-se no conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

*[Handwritten signatures]*

bens, para contratações futuras. Já o art. 11 da Lei Federal nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), estabelece que as compras e as contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei Federal nº 8.666/1993, poderão adotar a modalidade pregão, conforme regulamento específico. Ambos os diplomas aludem à possibilidade de utilização do sistema de registro de preços para a contratação de serviços, sem especificar sua natureza (contínua ou não contínua).

O sistema de registro de preços foi criado para atender a diversas necessidades da administração no intuito de simplificar os procedimentos para a aquisição de serviços frequentes e diminuir o tempo necessário para a efetivação dessas aquisições, por isso que sua utilização não se harmoniza com as contratações de serviços contínuos cuja necessidade é imediata, os quantitativos são certos e determinados e a prestação não pode ser interrompida, assim como é o caso da contratação de sistemas informatizados, sob pena de resultarem comprometidos os objetivos institucionais do órgão ou entidade.

## 2.2. DAS AMOSTRAS (DEMONSTRAÇÃO DOS SISTEMAS)

Como é sabido, durante a realização de procedimento licitatório, a Administração poderá solicitar dos licitantes amostras ou protótipos dos produtos ofertados. Trata-se da chamada prova de conceito, cujo objetivo consiste em verificar se a solução apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar satisfaz as exigências do ato convocatório, a exemplo de características técnicas, qualidade, funcionalidades desejadas e desempenho dos produtos.

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.

Consiste em uma verificação prática de aderência técnica da proposta ao edital, situada na fase de classificação/julgamento da licitação, desde que seja viabilizada a inspeção pelos demais concorrentes pela Administração, em homenagem ao princípio da publicidade.

Nos pregões realizados para contratação de bens e serviços de TI o procedimento de avaliação de amostras consiste na apresentação, por parte do licitante, de uma prova/demonstração dos produtos ofertados, seguida da realização de testes pelo ente promotor da licitação. Tal avaliação, em geral, ocorre ao final da fase de classificação dos interessados em participar da competição, na forma do art. 4º, inciso XI, da Lei Federal nº 10.520/2002 e do art. 11, inciso XII, do Decreto nº 3.555/2000, senão vejamos:

**Lei Federal nº 10.520/2002**

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

XI - examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.  
(Grifamos)

**Decreto Federal nº 3.555/2000**

Art. 11. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

XII - declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito. (Grifo nosso).

Tanto é assim que o Acórdão nº 1.215/2009 do Tribunal de Contas da União - TCU, em seu subitem 9.1.3.2, recomendou à Secretaria de Fiscalização de Tecnologia

*[Handwritten signature]*



da Informação - Sefti que avaliasse a possibilidade de elaboração de Nota Técnica sobre "a avaliação de amostras na contratação de bens e suprimentos de Tecnologia da Informação pela modalidade Pregão, visando minimizar o problema também corrente na Administração consistente na entrega de materiais dessa natureza de qualidade inservível e duvidosa".

Assim, após ser provisoriamente classificado em primeiro lugar, o licitante recebe a solicitação do pregoeiro para que, em determinado prazo, envie amostra ou promova demonstração dos produtos ofertados, a ser submetida à avaliação pelo órgão contratante.

Nessa avaliação testes e/ou verificações são aplicadas sobre a amostra/demonstração dos produtos ofertados. Dessa forma, a aceitação da amostra constitui condição para adjudicação do objeto do certame, de maneira que, caso a unidade amostrada não seja aprovada mediante as condições pré-estabelecidas no instrumento convocatório, o licitante é desclassificado, e o próximo é convocado, na ordem de classificação, ex vi do disposto no art. 4º, inciso XVI, da Lei Federal nº 10.520/2002:

**Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:**

**XVI - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.**

Implicitamente, o resultado da avaliação da amostra é estendido ao universo de produtos a ser ofertado. Em geral, o próprio procedimento de testes deverá ser transcrito no instrumento convocatório. Em outros há



apenas a previsão da possibilidade de aplicação de testes, com base nas especificações técnicas do edital.

### **2.2.1. DA UTILIDADE DAS AMOSTRAS (DEMONSTRAÇÃO DOS SISTEMAS)**

De acordo com o previsto no art. 3º, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/1993, a licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, além de garantir a observância do princípio constitucional da isonomia. Nessa esteira, deve o gestor buscar todos os mecanismos legais que lhe assegurem a máxima vantajosidade da contratação.

A proposta mais vantajosa, no caso das licitações na modalidade Pregão, é aquela que, atendidos os requisitos técnico-qualitativos da contratação, possua o menor preço. Para se atingir esse objetivo, deve-se adotar mecanismos para se alcançar o menor preço e, ao mesmo tempo, garantir que o objeto da contratação contemple todos os requisitos necessários ao atendimento da necessidade que motivou a contratação.

A potencial obtenção do menor preço é uma consequência da adoção da modalidade Pregão, que, além de permitir unicamente o tipo menor preço, pela sua sistemática, ampliou o acesso das empresas às compras públicas.

Dessa forma, com a crescente adoção do Pregão nas aquisições de TI, resultado, inclusive, da evolução da jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU, o gestor deve buscar, cada vez mais, mecanismos legais para garantir qualidade e eficiência da contratação, atuando em compensação à consequente ampliação do número de participantes nas licitações públicas.

De acordo com o voto condutor do Acórdão nº 1.215/2009 - TCU - Plenário, nas compras da Administração Federal,

H e S

é recorrente o problema de entrega de bens e suprimentos de TI de qualidade duvidosa ou até mesmo inservível, pela observância unicamente do menor preço ofertado, conseqüência da disputa por Pregão.

Esse problema é decorrente também de uma percepção equivocada de muitos gestores públicos de que o Pregão leva à contratação de bens e serviços pelo menor preço possível no mercado. Na verdade, o Pregão é uma modalidade de licitação que propicia a compra pelo menor preço entre os bens e serviços que atendam aos requisitos estabelecidos de forma razoável no edital.

De qualquer modo, a avaliação de amostras é uma das alternativas de que dispõe o gestor para assegurar a eficácia da contratação. Na prática, o procedimento propicia ao gestor um contato inicial com o produto a ser adquirido. Nessa oportunidade, o gestor poderá proceder a uma avaliação do produto e/ou a uma gama de testes, com objetivo de verificar a aderência do produto ofertado aos requisitos de qualidade e desempenho estabelecidos no instrumento convocatório de forma razoável, conforme veremos adiante.

#### 2.2.2. DA RAZOABILIDADE E DA COMPETITIVIDADE

Entretanto, há que ser observado que os critérios pré-estabelecidos no edital para análise das amostras apresentadas pelas concorrentes não podem ser utilizados para restringir o caráter competitivo do certame, afastando competidores em potencial da luta pelo futuro contrato.

No caso presente, veremos que a exigência de atendimento de 100% (cem por cento) das funcionalidades específicas descritas no Termo de Referência, ultrapassa os limites da razoabilidade, uma vez que não

são utilizados em licitações como esta por limitar a competição.

Percentual tão elevado e desproporcional, sem admitir um percentual razoável admissível para ajustes por customização na fase de implantação, representa excesso por parte da Administração Pública licitante e cria restrições a participação, facilitando a contratação por preferência.

Exigir que uma proponente atenda a inúmeros requisitos técnicos de softwares na análise (opinião) de avaliadores para sagrar-se vencedora em processo licitatório, sem admitir customização de implantação, restringe a participação e torna flagrante a possibilidade de **direcionamento** da solução desejada a um fornecedor em especial. Se admitida esta possibilidade, com facilidade membros que redigem o termo de referência podem incluir especificações técnicas só encontráveis em softwares de um fornecedor.

O correto seria estabelecer requisitos básicos, especialmente de padrão tecnológico, concedendo prazo para que a licitante vencedora possa customizar os softwares para atendimento a todos os requisitos técnicos após a assinatura do contrato.

Na modalidade Pregão não cabe tornar obrigatório o atendimento de 100% (cem por cento) de uma quantidade excessiva de requisitos técnicos e consequentemente desclassificar empresas especializadas na área. Apenas requisitos comuns, mínimos, deveriam ser exigidos das proponentes e, considerando-se que os softwares das empresas especializadas são diferentes entre si, dever-se-ia dar o direito/obrigação a vencedora de customizar parte dos requisitos técnicos.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Até porque, como foi dito anteriormente, exigir sistemas de gestão pública com todas as características estabelecidas no edital certamente limitará a competitividade e/ou direcionará a licitação, o que não se pode admitir.

Tais características acabam por, ainda que sabidamente sem intenção, direcionar para um software específico, em detrimento de todos os outros disponíveis no mercado, sem, contudo, restar demonstrado o real benefício técnico e econômico que a Administração pretende alcançar com tal escolha, o que acaba por constituir-se como verdadeira afronta ao princípio da legalidade, em especial o disposto no art. 3º, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como art. 3º, inciso II da Lei Federal nº 10.520/02.

O art. 7º da Lei Federal nº 8.666/93, em seu parágrafo quinto, determina:

**Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:**

[...]

**§ 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.**

A doutrinadora Dora Maria de Oliveira Ramos, reforça que o direcionamento do objeto da licitação (ainda que involuntário) é prática totalmente vedada em nosso ordenamento jurídico, vejamos:

**Deve a entidade licitante, no entanto, cuidar para não especificar o bem de forma a direcionar o procedimento a um único fornecedor. Se existe justificativa técnica para**

a escolha, lícito será a administração fazê-la, cabendo-lhe o ônus tão somente de demonstrar nos autos da contratação a circunstância específica. Não existindo esta, não poderá usar de subterfúgios para dar aparente legalidade a seu procedimento, dirigindo a licitação. (RAMOS, Dora Maria de Oliveira. Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos Administrativos. 4ª ed. Malheiros: São Paulo, 2000, p. 65)

O objetivo da licitação é buscar o maior número possível de interessados e aumentar a competitividade, garantindo que a Administração contrate o objeto pretendido pelo menor custo possível (sem comprometer a qualidade).

Ao incluir exigências e especificações que somente podem ser atendidos por uma ÚNICA EMPRESA, sem a possibilidade de customizar, durante o período de implantação, a Administração está declinando da obrigação de conseguir melhores preços e competição em seu processo, para determinar a escolha de um produto específico.

Celso Antônio Bandeira de Melo, enfatiza que "[...] as especificações não podem ultrapassar o necessário para o atingimento do objetivo administrativo que comanda seu campo de discricionariedade." (MELO, Celso Antônio Bandeira de. Licitação. 1ª ed. São Paulo: RT, p. 16)

Há de se destacar que significativa parcela das características e requisitos previstos no Projeto Básico, definidas como obrigatórias, não possuem previsão legal, caracterizando-se como requisitos próprios de uma solução de mercado, em alguns casos, até dispensáveis.

O doutrinador Adilson Abreu Dallari, ensina que:

Não se exige senão o necessário e quando necessário, dispensando-se requisitos inúteis, meramente burocráticos

*H e J*

habilitação. Coisas desse tipo servem apenas para criar empecilhos que ensejam contendas jurídicas intermináveis e impedem o desenvolvimento da atuação administrativa. Por isso devem ser simplesmente eliminadas do edital. Enfim, o que interessa saber, o que precisa ser comprovado, é a aptidão para realizar o objeto do futuro contrato, sendo exigível, portanto, apenas o que for pertinente e suficiente para garantir (até a medida do razoável) tal execução, vedas exigências superfluas. (DALLARI, Adilson Abreu. Aspectos Jurídicos da Licitação. 5ª ed. Saraiva: São Paulo, 2000)

Por tais razões, resta claro que as especificações constantes no instrumento convocatório maculam o processo licitatório, constituindo-se requisitos inúteis para a efetiva aferição do objeto que se pretende contratar e das características mínimas que o sistema deverá possuir, razão pela qual cabe a esta Administração promover a revisão dos percentuais mínimos que deverão ser observados pelas empresas proponentes à época da realização da prova de conceito.

### **2.2.3. DA EQUIPE TÉCNICA NECESSÁRIA PARA APRESENTAÇÃO DA SOLUÇÃO OFERTADA**

Outro ponto interessante diz respeito a limitação do quantitativo de técnicos que poderão realizar a prova de conceito. Vejam que esta Equipe de Pregão estabeleceu que a demonstração da solução ofertada pela empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá ser executada por apenas dois técnicos.

Tal medida é equivocada e desproporcional ao objeto licitado, uma vez que este Consórcio pretende registrar preços dos seguintes sistemas: Contabilidade Pública, Administração Tributária, Administração Patrimonial, Compras e Licitações, Controle de Frotas, Patrimônio, Recursos Humanos, Nota Fiscal Eletrônica, Portal da Transparência, Protocolo, Portal do Cidadão e do Funcionário e Business Intelligence.

Tais sistemas são desenvolvidos e operados por técnicos de diversas áreas distintas, tornando quase impossível a demonstração de todas as funcionalidades exigidas no instrumento convocatório para cada sistema por apenas dois técnicos.

O correto seria estabelecer a atuação de até dois técnicos para cada sistemas licitado, o que desde já se requer.

### 2.3. DOS ATESTADOS

Como é sabido, ao realizar procedimentos Licitatórios, é dever da Administração Pública exigir documentos de habilitação compatíveis com o ramo dos objetos licitados, especialmente aqueles que comprovem a qualificação técnica dos interessados em participar da disputa, mediante a apresentação daqueles enumerados no inciso XIII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002 c/c o inciso II e o § 1º, do artigo 30, da Lei Federal nº 8.666/93, senão vejamos:

LEI FEDERAL Nº 10.520/2002  
Art. 4º. *Omissis.*

XIII - a habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira. (Grifamos)

LEI FEDERAL Nº 8.666/93  
Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e

*[Handwritten signatures]*



peçoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes...

Consequentemente, este Nobre Pregoeiro exigiu que as empresas interessadas em participar do certame apresentem atestado(s) comprovando a execução de objeto compatível com o licitado, sob pena de inabilitação, conforme se vê do disposto no item 1.14 do tópico que trata da Regularidade Técnica, devidamente transcritos abaixo:

1.14 - Atestado de Capacidade Técnica comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, inclusive comprovando a geração e entrega do SICOM em todos seus módulos.

Entretanto, verificamos que este Consórcio almeja a contratação de empresa para prestar serviços de suporte, operação assistida, manutenção corretiva e evolutiva em software de gestão pública sob licença GPL.

Mas, no mercado, podemos encontrar inúmeras empresas que trabalham com licenciamento, manutenção, customização e migração de dados de diversos tipos de sistemas de gestão pública.

É do conhecimento de todos que os atestados devem conter todas as informações necessárias e suficientes

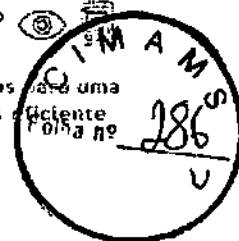
o serviço objeto do atestado e a obra ou o serviço objeto da licitação, inferir a aptidão da proponente para a execução do contrato nos termos em que se propõe. Esse cotejo entre o conteúdo do atestado e o conteúdo do contrato não poderá admitir por critério de comparação exclusivamente a igualdade ou equivalência entre ambos, mas deverá admitir também a similaridade ou analogia dos objetos.

Tanto no original da Lei Federal nº 8.666/93, quanto no texto modificado pela Lei Federal nº 8.883/94, o § 3º do art. 30 proíbe a recusa da aptidão por similaridade, estipulando que "será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior".

Vejam que o legislador tornou imperativa essa admissão de similares para evitar discriminações consistentes na exigência de haver o proponente realizado obras ou serviços iguais, o que afastaria competidores que, mesmo não tendo ainda executado obra ou serviço igual ao objeto da licitação, podem executá-lo, por já haver executado similares.

Assegurando os detentores de certidões ou atestados fundados na similitude, o legislador tratou de defender a isonomia do acesso e a competitividade do certame, princípios basilares da licitação, cuja inobservância a torna irremediavelmente viciosa, assim como vem ocorrendo no instrumento convocatório ora analisado.

Mas, exatamente para não pôr em risco a isonomia e a competitividade, teve a prudência de - no inciso II do caput do mesmo art. 30, exigir que a aptidão, à vista de contratos anteriores, seja comprovada pelo desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da



licitação. Como o caput domina o parágrafo, desde que este não seja excepcionante daquele, e como o § 3º não excepciona, mas complementa o inciso II do caput do art. 30, conforme evidencia a própria redação de ambos, nos quais aparece a mesma expressão - "comprovação de aptidão" - que os correlaciona, resulta daí que a exigência de "comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação" se aplica a todo e qualquer atestado ou certidão de desempenho, seja baseado na igualdade ou equivalência, seja baseado na similitude ou analogia das obras ou serviços.

"Pertinente e compatível" não quer dizer igual. Portanto, para aferir a capacidade técnica, a exigência dos atestados com relação ao objeto deverá ser feita de forma genérica e não específica. Por exemplo: se o objeto da licitação é a construção de uma escola, não se deve exigir no atestado de capacidade técnica que o licitante tenha construído "uma escola". Ele poderá ter feito outros tipos de edificações - hospitais, prédios, escritórios, etc. - que tenham as mesmas características, dimensões e parcelas de relevância do objeto licitado. Inclusive, tal entendimento já foi sumulado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (Súmula 30).

Esse deve ser o entendimento em relação ao software licitado. Ora, se as empresas possuem experiência no desenvolvimento / migração de dados/ implementação/ desenvolvimento/ adaptação de softwares de gestão pública, tal experiência deve ser suficiente para garantir que terão expertise no atendimento e adaptação do software sob Licença Pública Geral.

Exigir que somente aquelas que já tenham trabalhado com software sob licença GLP participem da licitação

*[Handwritten signatures]*



significa reduzir drasticamente o rol de possíveis competidores no processo. Isso porque, se a empresa possui experiência no desenvolvimento/ implementação/ modificação/ adaptação de sistemas de gestão pública, independentemente de qual seja o sistema, se tiver acesso às informações técnicas do produto, terá condições de executá-lo.

Ao justificar a opção pelo modelo de utilização do software público gratuito, este Consórcio informou que tal escolha se deve ao fato de que o referido sistema possui licença GPL (General Public License), Licença Pública Geral, ou seja, significa dizer que seus códigos, requisitos, etc, estão abertos ao público em geral, sendo possível que, qualquer empresa e/ou profissional que detenha o conhecimento técnico da tecnologia utilizada, modifique e ajuste o sistema. Esse inclusive é um dos fundamentos dos softwares públicos: a possibilidade de contribuição de todo o mercado para a melhoria contínua dessas soluções.

Neste contexto, ao limitar o objeto a ser contratado àquelas empresas que comprovem experiência anterior no referido sistema, a Administração acaba por desprestigiar o princípio da seleção da proposta mais vantajosa.

A própria Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XXI, estabelece que somente devem ser exigidos documentos indispensáveis à garantia do cumprimento das futuras obrigações a serem assumidas, senão vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

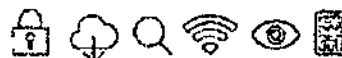
*[Handwritten signature]*



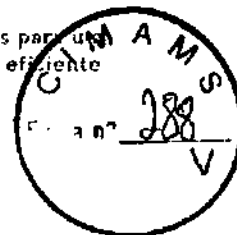
*[Handwritten signatures and marks]*



PRODUÇÕES  
DE SOFTWARE



Soluções tecnológicas para uma  
Gestão Pública mais eficiente



XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Ora, se ao exigir atestados específicos de sistema sob licença GLP a Administração está extrapolando o razoável, especialmente por se tratar de software de código aberto, para melhor compreender tal proposição, será necessário a análise de alguns conceitos.

A Lei nº 9.609/98 define programa de computador da seguinte maneira:

Art. 1º Programa de computador é a expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados.

Já Patrícia Peck Pinheiro, in *Direito Digital*. 3. Ed. Saraiva. São Paulo: 2009. P. 110, afirma que:

Programa é uma sequência lógica de instruções (algoritmos), escritas em linguagem de programação (computação), para serem executadas passo a passo com a finalidade de atingir determinado objetivo.

E continua na mesma página:

Algoritmo é a descrição sequencial dos passos que devem ser executados, de forma lógica, clara e em português, com a finalidade de facilitar a resolução de um problema. As linguagens de programação são divididas em dois tipos: baixo nível (linguagem de máquina,



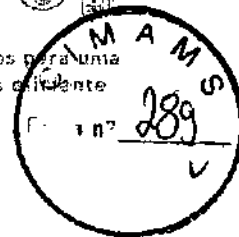
Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.



PRODUÇÕES  
DE SOFTWARE



Soluções tecnológicas para uma  
Gestão Pública mais eficiente



Assembly, Montador, Assembler) e de alto nível (Delphi, C++, Java, VBB).

Nesse sentido, cumpre-nos citar novamente que a escolha deste Consórcio se deve ao fato de que o referido sistema possui licença GPL (General Public License), Licença Pública Geral, ou seja, significa dizer que seus códigos, requisitos, etc, estão abertos ao público em geral, sendo possível que, qualquer empresa e/ou profissional que detenha o conhecimento técnico da tecnologia utilizada, modifique e ajuste o sistema.

Ou seja, trata-se de um sistema livre, de código aberto. O qual é definido por Patrícia Peck Pinheiro, através da mesma obra citada acima, página 111, da seguinte forma:

Software livre é liberdade de usuário executar, copiar, distribuir, estudar, modificar e aperfeiçoar o programa, mais especificamente alusivo a quatro tipos de liberdade para seus usuários: a de executar o programa, e adaptá-lo para as suas necessidades (o acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade); a de redistribuir cópias de modo que você possa ajudar o seu próximo; a de aperfeiçoar o programa e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie (o acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade).

Assim, considerando que o desejo deste Consórcio é de contratar um software livre, de código aberto, qualquer empresa e/ou profissional que possua experiência na tecnologia utilizada (mesma linguagem de programação) estará apta a realizar customizações, implementações, modificações e ajustes no sistema, vez que tal conhecimento é universal, não se justificando a exigência de experiência anterior específica em tal produto.

O simples fato do sistema possuir código aberto já permite que as pessoas estudem, avaliem, modifiquem o



retorno financeiro/comercial do mesmo. Neste contexto, considerando que o sistema pode ser modificado e estudado apenas com o objetivo de difundir conhecimento, uma empresa que eventualmente estude o referido produto e sua tecnologia, porém não tenha sido contratada especificamente para isso por nenhum de seus clientes estará apta a prestar o serviço almejado.

Ressalta-se que na área de tecnologia é muito comum a existência de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, especialmente na evolução de produtos já disponíveis no mercado e/ou desenvolvimento de soluções mais eficientes e modernas, sendo este inclusive um dos objetivos do software livre, sua constante evolução e aperfeiçoamento graças a contribuição gratuita de todos os interessados.

Diferente do software proprietário, onde, via de regra, ao usuário não é conferido o acesso ao código-fonte, tão pouco a possibilidade de aperfeiçoamento do software, no presente caso o código-fonte está disponível para todos, possibilitando a qualquer especialista da área (ainda que não tenha participado do projeto original de criação e desenvolvimento do sistema) que atue agora no desenvolvimento de novas funcionalidades e recursos, ou ainda, que melhore aqueles já existentes.

Desta feita, diante de todo exposto, não se chega a outra conclusão senão da necessidade de alteração da redação do item 1.14 do tópico que trata da Qualificação Técnica, deixando bem claro que as empresas que não trabalharam com sistema que possui licença GPL, mas executaram serviços semelhantes e compatíveis em software proprietário, poderão participar da competição por ser medida de direito.

#### 2.4. DO REGISTRO DA EMPRESA NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE

No que diz respeito a exigência de registro dos profissionais de nível superior em entidade profissional competente (parte final do item 1.14 do tópico que trata da Qualificação Técnica), esta também se mostra inadequada, pois, como é sabido, não existe Conselho Profissional responsável por fiscalizar o tipo de serviço ora licitado (informática).

Vejamos o que prescreve o item editalício supracitado:

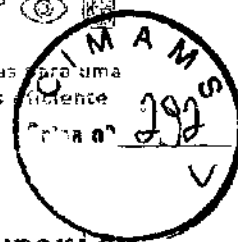
Apresentação prévia de relação explícita do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, constando a qualificação de cada um dos seus membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, os quais sob a responsabilidade técnica de um profissional de nível superior reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de característica semelhante.

Analisando a inaplicabilidade de tal exigência, assim se manifestou o professor Marçal Justen Filho, através da obra **Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos**, 13ª ed., Dialética, São Paulo, 2009, p. 440/441:

A redação do § 1º do art. 30 demonstra que o legislador tinha em mente, ao disciplinar a capacitação técnica, exclusivamente as obras e serviços de engenharia. No entanto, editou regras aplicáveis a quaisquer contratos de obras e serviços. Isso já seria um problema, tendo em vista a inviabilidade de aplicar textual e fielmente as regras do § 1º nas hipóteses de licitações para obras e serviços que não sejam de engenharia. Em decorrência, deve-se reputar inaplicável a exigência de "registro" de atestados referidos a atividades relativamente às quais não haja um controle por parte das entidades profissionais competentes. (Destacamos)

*[Handwritten signatures and marks]*





Neste sentido vejamos a seguinte decisão do Superior Tribunal de Justiça - STJ:

PRODESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - EXIGÊNCIA DE INSCRIÇÃO E COBRANÇA DE ANUIDADES DE PROFISSIONAIS E PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE INFORMÁTICA - DESCABIMENTO - LEI 4.769/65 - RESOLUÇÃO NORMATIVA CFA 125/92. (RESP 488441/RS - DJ 20.09.2004 P. 238).

Vejamos, também, o entendimento esposado por esta Corte Suprema no Recurso Especial 496.149/RJ:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - COMPLEMENTAÇÃO DAS CUSTAS INICIAIS - CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO APÓS A SENTENÇA - IMPOSSIBILIDADE - PRECEDENTES - CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - EXIGÊNCIA DE INSCRIÇÃO E COBRANÇA DE ANUIDADES DE PROFISSIONAIS E PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE INFORMÁTICA - DESCABIMENTO - LEI 4.769/65. 1. Estabelecida a relação processual, o recolhimento insuficiente das custas iniciais não enseja o cancelamento de ofício da distribuição, devendo o magistrado deferir prazo para que se proceda ao complemento. 2. A jurisprudência firmou entendimento de que é atividade preponderante do profissional ou da empresa que determina qual o conselho que tem competência para a fiscalização. 3. A atividade preponderante do profissional ou da área de informática é a utilização de sistemas e aplicativos (que têm base teórica específica, técnicas, metodologias e ferramentas próprias) a serem utilizadas via computadores ou outros meios eletrônicos. 4. O art. Da Lei 4.769/65, ao enumerar as atividades privativas do administrador, não faz qualquer referência às atividades desenvolvidas pelo pessoal da área de informática. 5. Descabimento da exigência de inscrição e pagamento de anuidades, não se submetendo o profissional de informática às penalidades do art. 16 da Lei 4.769/65 e art. 52 do Decreto 61.934/67. 6. Recurso especial improvido. (RESP 496.149/RJ - DJ 15.08.2005 p. 236). (Grifamos).

No que diz respeito a Resolução Normativa CFA n° 198/1997, utilizada de forma equivocada por vários órgãos licitantes no intuito de fazer valer a exigência ora impugnada, vejamos a brilhante manifestação:



*[Handwritten signatures and initials]*

Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Espírito Santo:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSUAL CIVIL - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - RESOLUÇÃO Nº 198/97 DO CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO - REGISTRO DE EMPRESA DE INFORMÁTICA. I - A atividade central da Empresa Agravante é a prestação de serviços na área de informática, que não se enquadra nas atividades dos administradores, previstas no art. 2º, da Lei nº 4.769/95. II - Por seu turno, a Resolução nº 198/97, expedida pelo Conselho Federal de Administração (CFA), que regula o registro das pessoas jurídicas na área de informática junto ao Conselho Regional de Administração (CRA), é ilegal, posto que não há qualquer lei federal que autorize o CFA a legislar sobre a matéria, que é privativa da União Federal. (...). (Classe: AG - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 118564; Processo: 2003.02.01.014361-8; UF: Espírito Santo; Órgão Julgador: QUINTA TURMA; Data da Decisão: 28.09.2004). (Grifo nosso).

Ademais disso, cumpre esclarecer que o Tribunal de Contas da União (TCU), através do Acórdão 1264/2006 - Processo 012.172/2006-7, firmou entendimento no sentido de que não é possível exigir o registro de profissionais de informática no Conselho Regional de Administração ou em quaisquer outros conselhos, recomendando, ainda, a não inclusão de tal exigência em instrumentos convocatórios de procedimentos licitatórios destinados à contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de informática, por falta de amparo legal.

## 2.5. DO PARCELAMENTO DO OBJETO DE NATUREZA DIVISÍVEL

Da simples leitura do edital ora analisado verificamos que este Consórcio deixou de parcelar o objeto licitado, apesar de sua natureza divisível e da possibilidade de separação dos serviços em grupos distintos, restringindo, assim, de forma indevida, o caráter competitivo do certame.

*[Handwritten signatures]*

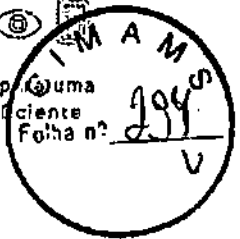


PRODUÇÕES  
DE SOFTWARE



Soluções tecnológicas para uma  
Gestão Pública mais eficiente

Folha nº



Como é sabido, a maximização do número de licitantes depende da aderência do objeto à conformação do mercado fornecedor dos produtos ou serviços. Assim, a opção de não parcelar o objeto perseguido através do presente feito contraria a lógica de organização das prestadoras de serviços e revela-se potencialmente antieconômica.

No caso *sub examine* está previsto a prestação de serviços técnicos de informática e serviços de consultoria (vide item 7 das Obrigações da Contratada disposta no final do Termo de Referência). Esses serviços não guardam relação necessária entre si, sendo possível identificar, no mercado, várias empresas que atuam em apenas um desses ramos de atividade ou se interesse por apenas um dos serviços, mesmo atuando em todas as áreas.

Tal medida (não separação dos serviços suso mencionados em grupos distintos) vai de encontro aos preceitos legais estabelecidos no Estatuto Licitatório (Lei Federal nº 8.666/93), mormente no que diz respeito ao inciso I, do § 1º, do seu artigo 3º; inciso IV, do seu art. 15 e §§ 1º e 2º, do art. 23, senão vejamos:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a solucionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

§1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de





PRODUÇÕES  
DE SOFTWARE



Soluções tecnológicas para uma  
Gestão Pública mais eficiente

Folha nº 285  
V

qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade. (Grifamos)

Art. 23. Omissis:

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. (Destacamos)

§ 2º Na execução de obras e serviços e nas compras de bens, parceladas nos termos do parágrafo anterior, a cada etapa ou conjunto de etapas da obra, serviço ou compra, há de corresponder licitação distinta, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação.

Veja que, associando os dispositivos legais suso mencionados, temos que o parcelamento da licitação em tantas parcelas quanto se comprovem técnica e economicamente viáveis é um imperativo ao Administrador. No caso em apreço, mais do que cristalina é a possibilidade da licitação dos serviços técnicos de informática e dos serviços de consultoria em lotes distintos, uma vez que não guardam relação necessária entre si.

Tanto é assim que o Tribunal de Contas da União (TCU) tem firmado entendimento de que o parcelamento de objeto de natureza divisível, assim como ocorre no caso em tela, é, em regra, obrigatório. Assim, a Administração deve promover a licitação por itens/lotos num único procedimento licitatório, ou em procedimentos licitatórios distintos, se for o caso, a fim de ampliar

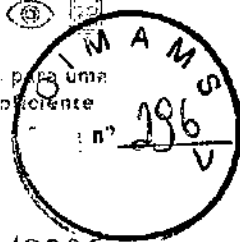


*[Handwritten signatures]*



PRODUÇÕES  
DE SOFTWARE

Soluções tecnológicas para uma  
Gestão Pública mais eficiente



sua Súmula de nº 247/2004 e nos Acórdãos nº 2.393/2006,  
1.899/2007 e 336/2008:

**\*Súmula nº 247/2004 do TCU**

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

**\*Acórdão nº 2.393/2006 do TCU**

O § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93 estabelece a possibilidade de a Administração fracionar o objeto em lotes ou parcelas desde que haja viabilidade técnica e econômica. Nos termos do § 2º, o fracionamento da contratação produz a necessidade de realização de diversas licitações. O fundamento do parcelamento é, em última instância, a ampliação da competitividade que só será concretizada pela abertura de diferentes licitações. Destarte, justifica-se a exigência legal de que se realiza licitação distinta para cada lote do serviço total almejado.

**\*Acórdão nº 1.899/2007 do TCU**

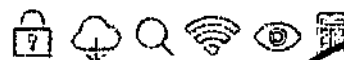
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação em que se examinam possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico nº 2/2007, promovido pela Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio de Janeiro para contratação de mão-de-obra nas áreas de limpeza, copeiragem, mecânica de automóveis e digitação. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos artigos 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em: 9.1. conhecer desta representação, haja vista o preenchimento dos requisitos de admissibilidade, para, no mérito, julgá-la parcialmente procedente; 9.2. determinar à Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio de Janeiro que siga as seguintes orientações em seus futuros procedimentos licitatórios:



*[Handwritten signatures]*



PRODUÇÕES  
DE SOFTWARE



Soluções tecnológicas para uma  
Gestão Pública mais eficiente



de acordo com o previsto nos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/93, sendo ilegal a estipulação de exigências não previstas na lei ou que não sejam pertinentes à aferição da capacidade da empresa em prestar o serviço ou fornecer o produto. Para garantir o fiel cumprimento do pactuado, a Administração pode condicionar os pagamentos mensais à comprovação da efetiva satisfação das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias do mês anterior, conforme preconizado no Acórdão nº 112/2007-Plenário; 9.2.2. na definição da divisão do objeto em itens ou certames independentes deve ser utilizado como parâmetro a conformação do mercado fornecedor dos produtos ou serviços, sempre buscando maximizar a competição. Restou, portanto, injustificada a inclusão no mesmo objeto de serviços tão distintos quanto limpeza, dedetização, manutenção de automóveis e digitação; 9.3. dar ciência da presente decisão à representante, enviando-lhe cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam; 9.4. arquivar o presente processo.

\*Acórdão nº 336/2008

PRESTAÇÃO DE CONTAS. RELATÓRIOS DE AUDITORIA JUNTADOS. AUDIÊNCIA DOS RESPONSÁVEIS. ALGUMAS IRREGULARIDADES DESCARACTERIZADAS. OUTRAS CONFIGURADAS. CONTAS DO EX-DIRETOR-PRESIDENTE IRREGULARES. CONTAS DOS DEMAIS RESPONSÁVEIS REGULARES COM RESSALVA. 1. Não é cabível a contratação, por inexigibilidade de licitação, de empresa para realizar manutenção de elevadores, com base em atestado de exclusividade de utilização da marca do elevador. 2. Para a contratação por dispensa de licitação com base no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, é preciso que haja nexos entre o dispositivo legal, o objeto a ser contratado e a natureza da instituição. 3. A inviabilidade técnica ou econômica do parcelamento das obras, serviços e compras por parte da administração deve ser devidamente justificada, uma vez que a regra é o parcelamento, de forma a ampliar a competitividade dos certames.

A respeito do parcelamento do objeto, é relevante trazer à baila trechos de duas obras que tratam do tema:

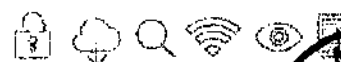
O art. 23, §1º, impõe o fracionamento como obrigatório. A regra retrata a vontade legislativa de ampliar a competitividade e o universo de possíveis interessados.



*[Handwritten signatures and initials]*

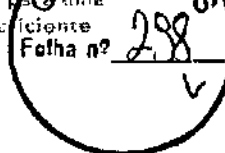


PRODUÇÕES  
DE SOFTWARE



Soluções tecnológicas para uma  
Gestão Pública mais eficiente

Folha nº



tos de menor dimensão quantitativa, qualitativa e econômica. Isso aumenta o número de pessoas em condições de disputar a contratação, inclusive pela redução dos requisitos de habilitação (que serão proporcionados à dimensão dos lotes). Trata-se não apenas de realizar o princípio da isonomia, mas da própria eficiência. A competição produz redução de preços e se supõe que a Administração desembolsará menos, em montantes globais, através de uma multiplicidade de contratos de valor inferior do que pela pactuação de contratação única (Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª Edição, Dialética, São Paulo, 2009, pag. 265).

... o parcelamento da execução é desejável sempre que assim o recomendem dois fatores cumulativos: o 'melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado' e a 'ampliação da competitividade'. Ocorrentes ambos haverá conveniência para o interesse público em que parcele a execução do objeto, que resultará em vantagem para a Administração. Por conseguinte, parcelas a execução, nessas circunstâncias, é dever a que não se furtará a Administração sob pena de descumprir princípios específicos da licitação, tal como o da competitividade. Daí a redação trazida pela Lei nº 8.883/94 haver suprimido do texto anterior a ressalva 'a critério e por conveniência da Administração', fortemente indicando que não pode haver discricão (parcelar ou não) quando o interesse público decorrer superiormente atendido do parcelamento. Este é de rigor, com evidente apoio no princípio da legalidade (Jessé Torres Pereira Júnior, in Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, 5ª Edição, pag. 251).

Registra-se aqui que nesta linha já se situavam o entendimento de Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Temas polêmicos sobre licitações e contratos, 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000, pag. 56-57) e Ivan Barbosa Rigolin (Manual prático das licitações. São Paulo. Saraiva, 1999, pag. 260-261).

Diante de todo exposto, resta claro que em nosso ordenamento jurídico a regra é o parcelamento das obras, serviços e compras, em quantas parcelas revelarem-se técnica e economicamente viáveis.



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



Ademais disso, temos que a contratação dos serviços almejados através do presente processado de forma conjunta, indubitavelmente, requer uma empresa ou consórcio com capacidade técnico-operacional muito superior ao que seria requerido para uma empresa, por exemplo, que fosse contratada para execução apenas do serviço de consultoria, sendo natural a fuga de empresas menores do certame e a perda da competitividade, restando caracterizada a prática de ato de gestão com grave infração à norma legal.

## 2.6. DA NECESSIDADE DE EXCLUSÃO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE PROVA DE REGULARIDADE COM FAZENDA PÚBLICA FEDERAL

Através da Emenda Constitucional nº 106/2020 foi instituído o regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia.

Dentre as medidas adotadas podemos observar que durante a vigência da calamidade pública não se aplica o disposto no §3º do art. 196 da Constituição Federal. Ou seja, as empresas em débito com o INSS não estarão impedidas de contratar com o poder público, senão vejamos:

Emenda Constitucional 106/2020  
Art. 3º. *Omissis*

Parágrafo único. Durante a vigência da calamidade pública nacional de que trata o art. 1º desta Emenda Constitucional, não se aplica o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal.

Constituição Federal.

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.





PRODUÇÕES  
DE SOFTWARE

Soluções tecnológicas para uma  
Gestão Pública mais eficiente

Folha nº 300

União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

No campo prático, a prova de regularidade relativa à seguridade social é comprovada mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais à Dívida Ativa da União.

Assim sendo, esta Equipe de Pregão deverá excluir a exigência disposta no item 1.6 do tópico que trata da Regularidade Fiscal e Trabalhista.

## 2.7. DA RESTRIÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Importante observar, também, que esta Equipe de Pregão, amparada pelo disposto no art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, exigiu, por meio do item 1.11 do tópico que trata da Qualificação Econômico-Financeira, que os futuros concorrentes comprovem sua qualificação econômico-financeira através da apresentação de Certidão Negativa de Falência ou Concordata, senão vejamos:

LEI 8.666/93

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

EDITAL

1.11- Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da sociedade

empresária/empresário individual do proponente, datada no mínimo dos últimos 60 dias anteriores à sessão.

Ocorre que, ao exigir a certidão negativa de falência ou concordata, hoje recuperação judicial, o edital acaba restringindo a participação de empresas que estejam em processo de recuperação judicial.

Isto porque, a recuperação judicial possui regime jurídico distinto da antiga concordata, não se admitindo aplicação imediata do dispositivo legal supracitado (art. 31, inciso II).

Em recente julgado, o Tribunal de Contas da União - TCU, ao interpretar os requisitos de qualificação econômico-financeira da Lei Federal nº 8.666/93, admitiu a possibilidade de que as empresas em recuperação judicial participem de licitações, desde que estejam aptas econômica e financeiramente.

Trata-se do Acórdão nº 8271/2011 - TCU - 2ª Câmara, devidamente colacionado abaixo:

Determinações/Recomendações: 1.5.1. Dar ciência à Superintendência Regional do DNIT no Estado do Espírito Santo que, em suas licitações, é possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/93. (TCU. 2ª Câmara. Processo nº 020.996/2011-0, relator Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira).

A exigência de apresentação de certidão negativa de inexistência de concordata em curso pode ser relativizada pela Administração, desde que a sociedade empresária obtenha certidão do juízo em que tramita a recuperação judicial atestando a sua capacidade econômico-financeira, apresente comprovação de regularidade com as Fazendas Públicas e comprove

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.

condições econômico-financeiras de executar o objeto licitado.

Assim, temos que a exigência de apresentação de certidão negativa de falência ou concordata, hoje recuperação judicial, de forma absoluta, como consta no edital ora atacado, é desarrazoada e acaba restringindo o caráter competitivo do certame, o que não se pode admitir.

Como sugestão para correção do equívoco apontado acima sugerimos adotar a redação transcrita abaixo:

9.5.1 - Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica e, quando se tratar de Sociedade Simples, apresentar Certidão Negativa dos Distribuidores Cíveis, com data não superior a 60 (sessenta) dias de sua emissão, quando não for expresse sua validade.

9.5.1.1 - Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverão ser cumpridos, por meio da documentação apropriada constante no envelope de habilitação, os seguintes requisitos, cumulativamente:

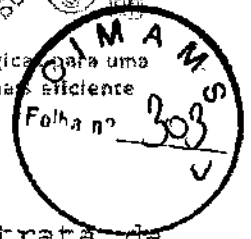
I - Cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste edital;

II - Sentença homologatória do plano de recuperação judicial ou certidão judicial informando que a empresa encontra-se apta para participar de licitação.

## 2.8. DA EXIGÊNCIA DA PROVA DE REGULARIDADE FISCAL COMO PRESSUPOSTO AO PAGAMENTO DA DESPESA PÚBLICA.

Trata-se da legalidade da obrigatoriedade ou não da comprovação da regularidade fiscal da empresa contratada como condição para o pagamento da despesa por parte do órgão público contratante, conforme se vê

*[Handwritten signatures and marks]*



da previsão disposta no item 1 do Tópico que trata da Forma de Pagamento.

Inicialmente, vejamos uma importante deliberação contida no Acórdão nº 1.299/2006 do Tribunal de Contas da União - TCU, que negou provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pelo TRT/RJ contra o Acórdão nº 740/2004, mantida, pois, a determinação a este Tribunal do Trabalho de "efetuar pagamentos decorrentes de obrigações assumidas mediante a verificação da situação de regularidade fiscal do credor, em obediência à Decisão nº 705/94 - Plenário (Ata nº 54/94)", que assim determina:

Decisão 705/1994 - Nos contratos de execução continuada ou parcelada, a cada pagamento efetivado pela Administração contratante, há que existir a prévia verificação da regularidade do contratado com o sistema de seguridade social, sob pena de violação do disposto no § 3º do art. 195 da Lei Maior.

Por via de consequência, a partir dessa deliberação restou estabelecido que a Administração Pública deveria dar eficácia à determinação 9.3.15 do Acórdão nº 740/2004, que assim estabelecia:

Acórdão 740/2004 - ... 9.3.15. Incluir nos contratos celebrados com terceiros cláusula facultando à Administração a possibilidade de retenção de pagamentos devidos, caso as contratadas não estejam regulares com a seguridade social, em observância ao § 3º do art. 195 da Constituição Federal.

Veja que era pacífica a jurisprudência do Tribunal de Contas da União no sentido de que, nos pagamentos efetuados pela Administração, decorrentes ou não de contratação para pronta entrega, inclusive nos contratos de execução continuada ou parcelada, era obrigatória a exigência da documentação relativa à regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e, como foi dito, com a Seguridade

*Handwritten signature*

Neste sentido, podemos citar os seguintes julgados:  
Acórdãos 593/2005 (Primeira Câmara), 251/2005 (Plenário), 984/2004 (Plenário), 295/2004 (Segunda Câmara), 1.708/2003 (Plenário), 208/2000 (Plenário) e Decisões 407/2002 (Segunda Câmara), 559/2001 (Plenário), 386/2001 (Plenário), 182/1999 (Primeira Câmara), 472/1999 (Plenário), 377/1977 (Plenário).

Entretanto, destaca-se que já havia entendimento divergente no Superior Tribunal de Justiça - STJ, bem como junto ao Tribunal Regional da 1ª Região, que começaram a apontar no sentido da ilegalidade da retenção de pagamento por serviços prestados, assim como pretende fazer esta Administração, ex vi dos julgados colacionados abaixo:

ADMINISTRATIVO. CONTRATO. ECT. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE. DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE MANTER A REGULARIDADE FISCAL. RETENÇÃO DO PAGAMENTO DAS FATURAS. IMPOSSIBILIDADE. 1. A exigência de regularidade fiscal para a participação no procedimento licitatório funda-se na Constituição Federal, que dispõe no §3º do art. 195 que "a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios", e deve ser mantida durante toda a execução do contrato, consoante o art. 55 da Lei nº 8.666/93. 2. O ato administrativo, no Estado Democrático de Direito, está subordinado ao princípio da legalidade (CF/88, arts. 5º, II, 37, caput, 84, IV), o que equivale assentar que a Administração poderá atuar tão-somente de acordo com o que a lei determina. 3. Deveras, não constando o rol do art. 87 da Lei nº 8.666/93 a retenção de pagamento pelos serviços prestados, não poderia a ECT aplicar a referida sanção à empresa contratada, sob pena de violação ao princípio constitucional da legalidade. Destarte, o descumprimento de cláusula contratual pode até ensejar, eventualmente, a rescisão do contrato (art. 78 da Lei de Licitações), mas não autoriza a recorrente a suspender o pagamento das faturas e, ao mesmo tempo, exigir da empresa contratada a prestação dos serviços. 4.

*J C A*



PRODUÇÕES  
DE SOFTWARE



Soluções tecnológicas para a  
Gestão Pública mais eficiente

Folha nº

305

"não significa que a Administração esteja autorizada a reter pagamentos ou opor-se ao cumprimento de seus deveres contratuais sob a alegação de que o particular encontra-se em dívida com a Fazenda Nacional ou outras instituições. A Administração poderá comunicar ao órgão competente a existência de crédito em favor do particular para serem adotadas as providências adequadas. A retenção de pagamentos, pura e simplesmente, caracterizará ato abusivo, passível de ataque inclusive através de mandado de segurança" (Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, São Paulo, Editora Dialética, 2002, p. 549). 5. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ - Resp nº 633.432 - MG - 2004/0030029-4).

Processo Civil. Antecipação de tutela. Suspensão de comprovação de regularidade perante o Sicafe e/ou apresentação de certidões negativas e balanço atualizado como condição para o pagamento dos serviços prestados. Precedentes da Corte. 1. É incabível condicionar o pagamento por um serviço já prestado à comprovação da regularidade fiscal da agravada, sob pena de enriquecimento ilícito. Agravo de Instrumento. Improvido (TRF 1ª Região - AI nº 2004.01.00.0289960/DF).

Recentemente, o próprio Tribunal de Contas da União passou a adotar posicionamento contrário à retenção de pagamento por serviços executados ou fornecimento já entregue, acompanhando o entendimento do STJ, conforme se vê da Consulta transcrita abaixo:

A perda da regularidade fiscal no curso de contratos de execução continuada ou parcelada justifica a imposição de sanções à contratada, mas não autoriza a retenção de pagamentos por serviços prestados. Consulta formulada pelo Ministério da Saúde suscitou possível divergência entre o Parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) 401/2000 e a Decisão nº 705/1994 - Plenário do TCU, relativamente à legalidade de pagamento a fornecedores em débito com o sistema da seguridade social que constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf). A consultante registra a expedição, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de orientação baseada no Parecer 401/2000 da PGFN, no sentido de que "os bens e serviços efetivamente



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

constem irregularidades no SicaF". Tal orientação, em seu entendimento, colidiria com a referida decisão, por meio do qual o Tribunal firmou o entendimento de que os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal devem exigir, nos contratos de execução continuada ou parcelada, a comprovação, por parte da contratada, da regularidade fiscal, incluindo a da seguridade social. O relator, ao endossar o raciocínio e conclusões do diretor de unidade técnica, ressaltou a necessidade de os órgãos e entidade da Administração Pública Federal incluírem, "nos editais e contratos de execução continuada ou parcelada, cláusula que estabeleça a obrigação do contratado de manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação", além das sanções resultantes de seu descumprimento. Acrescentou que a falta de comprovação da regularidade fiscal e o descumprimento de cláusulas contratuais "podem motivar a rescisão contratual, a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração e a aplicação das penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, mas não a retenção do pagamento". Caso contrário estaria a Administração incorrendo em enriquecimento sem causa. Observou, também, que a retenção de pagamento ofende o princípio da legalidade por não constar do rol do art. 87 da Lei nº 8.666/93. O Tribunal, então, decidiu responder à consultante que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal devem: a) "... exigir, nos contratos de execução continuada ou parcelada, a comprovação, por parte da contratada, da regularidade fiscal, incluindo a seguridade social, sob pena de violação do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal"; b) "... incluir, nos editais e contratos de execução continuada ou parcelada, cláusula que estabeleça a obrigação do contratado de manter, durante a integral execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento a essa cláusula, a rescisão do contrato e a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 55, inciso XIII, 78, inciso I, 80, inciso III, e 87, da Lei nº 8.666/93)". (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

Desta feita, diante de todo exposto, temos que esta Administração Pública Municipal deverá estabelecer em seus editais e contratos cláusula que estabeleça a obrigação do futuro contratado de manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento a essa cláusula contratual, a rescisão do contrato e a execução da garantia, quando houver, para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além da possível aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 (Vide arts. 55, inciso XIII, 78, inciso I, 80, inciso III e 87).

Verificado, no entanto, a situação de irregularidade fiscal da empresa contratada, incluindo a seguridade social, não poderá esta Municipalidade simplesmente reter o pagamento na hipótese de regular execução do contrato, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração, vedado pelo ordenamento jurídico pátrio.

Assim, a não comprovação da regularidade fiscal, incluindo a seguridade social, e o descumprimento de cláusulas contratuais, podem motivar a rescisão contratual, a execução da garantia para recebimento dos valores e indenizações devidas à Administração e a aplicação das penalidades cabíveis, como dito, mas não a retenção do pagamento, uma vez que não há fundamento legal para que este fique condicionado à comprovação da regularidade fiscal, devendo tal exigência ser excluída do edital.

## 2.9. DA FIXAÇÃO DE MULTA COM PERCENTUAL EXORBITANTE

Outro vício que macula o procedimento licitatório diz respeito à fixação de multa administrativa no importe de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da contra-

*[Handwritten signatures]*



tação, conforme se vê do disposto no item 1.2 do tópico que trata das Sanções para o Caso de Inadimplemento.

Tal percentual é totalmente descabido e poderia gerar enriquecimento ilícito por parte da Administração Pública contratante, haja vista o vultoso valor da multa a ser aplicada nos casos de inexecução contratual. Além disso, a aplicação de penalidades moratórias e compensatórias de grande monta, como é o caso, podem gerar certa insegurança e risco financeiro incalculável para a futura contratada em relação à execução dos serviços.

É certo que sob a alegação da supremacia do interesse público sobre o particular, a Administração Pública se recorre deste princípio para estipular multas e penalidades exorbitantes, mas não como forma de priorizar o interesse público, mas sim como forma de reprimir condutas lesivas à Administração e desestimular a inexecução contratual, além da compensação por perdas e danos diretos. Exatamente por tal motivo é que as multas não devem ser aplicadas de modo aleatório e desproporcional.

É cediço que a Administração Pública se beneficia das cláusulas exorbitantes em nome da concretização do interesse público consubstanciado na ideal prestação dos serviços por ela contratados. Porém, mesmo que o administrador esteja em condição de superioridade frente ao particular, o interesse econômico-financeiro deste na formalização do contrato, qual seja, a obtenção da justa remuneração (lucro), não pode ser afetada.

O estatuto licitatório, em seu art. 58, incisos III e IV, possibilita a ampla fiscalização dos contratos administrativos e dá a opção de aplicar sanções sempre que detectar inexecuções por parte do Contratado.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

previsão de índices específicos e limitação das penalidades, o que enseja a imposição unilateral de tais cláusulas contratuais pela Administração Pública, muitas vezes em dissonância com os direitos patrimoniais do particular na celebração da avença.

O objetivo legal para cláusula de penalidade moratória é apenas penalizar o contratado ou contratante pelo período de mora (de atraso), sendo que os padrões usuais aplicáveis aos contratos de prestação de serviços exigem multas sobre o valor mensal da parcela do serviço em atraso ou inadimplida, a ser apurada por hora ou fração, na proporção de 0,1% (baixa criticidade); 0,2% (média criticidade); ou 0,3% (alta criticidade), sendo em todos os casos, este tipo de penalidade limitado ao percentual de 2% (dois por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal da parcela do serviço em atraso, o que for aplicável e devido na época do inadimplemento.

A limitação do percentual da penalidade moratória é respaldada na legislação do Código de Defesa do Consumidor, o qual permite a aplicação de 2% (dois por cento), buscando tornar justa e adequada a aplicação de penalidade contratual. A limitação de 10% (dez por cento) encontra fundamento na Lei de Usura, prevista no Decreto nº 22.626/33, art. 9º, que dispõe sobre a não validade da cláusula penal superior à importância de 10 % (dez por cento) da dívida (entenda-se também por obrigação contratual).

Além dos diplomas legais citados acima, acrescenta-se as disposições contidas no Código Civil, que por força do art. 54 da Lei de Licitações se aplicam subsidiariamente aos contratos administrativos. Dentre elas, destaca-se o art. 413, cuja redação é clara no sentido de permitir a redução da penalidade caso seja

*[Handwritten signatures]*

excessiva ou a obrigação principal tiver sido cumprida em parte.

É neste sentido que as penalidades devem ser aplicadas em conformidade com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, inerentes à Administração Pública, buscando seu único fim, qual seja, ressarcir o atraso causado, conforme a própria nomenclatura dada à penalidade moratória, que decorre de mora - atraso, completamente diferente dos casos de infração contratual que acarretam na rescisão por inexecução parcial ou total do Contrato, em que se aplica apenas a hipótese da penalidade penal (compensatória).

Desta feita, fica evidente que a aplicação de cláusulas moratórias e penais excessivas e sem proporcionalidade e adequação ao atraso e/ou evento inadimplido são totalmente inadequadas e ilegais, uma vez que frustram, inclusive, a própria economicidade perquirida em uma contratação e seu procedimento licitatório, devendo por este motivo serem revistas para a viabilização de uma oferta de prestação de serviços (contratação) mais econômica e transparente para a Administração Pública Licitante.

Corroborando com este entendimento vejamos o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça - STJ:

CONTRATO ADMINISTRATIVO. MULTA. MORA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. REDUÇÃO. INOCORRÊNCIA DE INVASÃO DE COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA PELO JUDICIÁRIO. INTERPRETAÇÃO FINALÍSTICA DA LEI. APLICAÇÃO SUPLETIVA DA LEGISLAÇÃO CIVIL. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. 1. Na hermenêutica jurídica, o aplicador do direito deve se ater ao seu aspecto finalístico para saber o verdadeiro sentido e alcance da norma. 2. Os Atos Administrativos devem atender à sua finalidade, o que importa no dever de o Poder Judiciário estar sempre atento aos excessos da Administração, o que não implica em invasão de sua esfera de competência. 3. O art. 86, da Lei nº 8.666/93, impõe multa administrativa.

*[Handwritten signatures]*

adimplemento do serviço contratado por meio de certame licitatório, o que não autoriza sua fixação em percentual exorbitante que importe em locupletamento ilícito dos órgãos públicos. 4. Possibilidade de aplicação supletiva das normas de direito privado aos contratos administrativos (art. 54, da Lei de Licitações). 5. Princípio da Razoabilidade. 6. Recurso improvido. (STJ, REsp 330677/RS, Ministro JOSÉ DELGADO, T1 - PRIMEIRA TURMA, Publicado em DJ 04.02.2002).

Assim, não há que se falar em multa ou penalidade no importe de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para a contratação, sob pena de enriquecimento ilícito por parte da Municipalidade Contratante.

## 2.10. OUTROS PONTOS OBSCUROS DO EDITAL

Outro erro que precisa ser corrigido para evitar problemas no julgamento das propostas diz respeito a exigência de atendimento a Resolução do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, conforme se vê do disposto no descritivo de funcionalidades do módulo de Área Financeira (página 47 do edital):

Elaborar os anexos (10,11,12,13,14,15,16,e 17), e demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da lei 4.320/64, Lei complementar 101/00 - LRF e resolução do Tribunal de Contas do RS.

## 3.0. DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS QUE REGEM A MATÉRIA

Mantendo os equívocos apontados acima, esta inclita Comissão acaba por desrespeitar os princípios constitucionais e infraconstitucionais da licitação, que se apresentam como as proposições básicas que

*[Handwritten signatures and marks]*

fundamentam as ciências, sendo de suma importância dentro do sistema jurídico.

O vocábulo "princípios" é originário do latim - *principiu* - o, de acordo com o Dicionário Aurélio, refere-se a "proposições diretoras de uma ciência, às quais todo o desenvolvimento posterior dessa ciência deve estar subordinado", merecendo, neste aspecto, observar a lição do Mestre Celso Antônio Bandeira de Mello, in **Elementos de Direito Administrativo**. São Paulo: RT, 1981. p. 230, abaixo transcrita:

...violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra.

Dentre os princípios da licitação merece destaque, neste momento, o princípio da razoabilidade, através do qual a Administração Pública, no uso de seu poder discricionário, deverá agir de modo razoável e de acordo com o senso comum das pessoas equilibradas.

Para Marçal Justem Filho, in **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**, 8ª ed., Dialética, São Paulo, p. 469:

...é imperioso avaliar a relevância de conteúdo da exigência. Não é incomum constar do edital que o descumprimento a qualquer exigência formal acarretará a nulidade da proposta. A aplicação dessa regra tem de ser temperada pelo princípio da razoabilidade. É necessário ponderar os interesses existentes e evitar resultados que, a pretexto de tutelar o interesse público de cumprir o edital, produza-se a eliminação de propostas vantajosas para os cofres públicos. (Grifo nosso).

*Handwritten signature*

Outro princípio que deve ser levado em consideração é o da competitividade, esculpido no inciso I, do § 1º, do artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93, oportunamente transcrito.

Para o Professor Marçal Justem Filho, através de sua obra suso mencionada, p. 82/83:

Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter "competitivo" da licitação. A Lei reprime a redução da competitividade do certame derivada de exigências exageradas ou abusivas. (Destacamos).

#### 4.0. DA CONCLUSÃO

Desta feita, levado a efeito o procedimento nas condições estabelecidas no Edital, ferir-se-á o disposto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, mormente quanto aos princípios da LEGALIDADE e da ISONOMIA, assim como as prescrições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, atitude que desafia a correção via mandado judicial, o que, por certo, face à zelosa atuação desta Augusta Comissão, não permitirá que adentremos a tão espinhosa e desgastante - tanto para a Impugnante quanto para a Administração Pública - medida para ver preservada a legalidade do respectivo procedimento licitatório.

#### 5.0. DO PEDIDO


**ANTE O EXPOSTO**, respeitosamente requer a essa Augusta Comissão que, acolhendo os argumentos articulados na presente impugnação, determine o sobrestamento do




*[Handwritten signature]*

equivocos ora apresentados, publicando-se novo aviso,  
com vistas à efetiva publicidade do certame, por ser  
imperativo de direito e da mais lúdima JUSTIÇA!

Termos em que,  
Pede deferimento.

Domingos Martins-ES, 03 de Novembro de 2020.

  
E&L Produções de Software Ltda  
CNPJ nº 39.781.752/0001-72  
Sâmella Rangel Oliosí  
Coordenadora da Divisão de Licitações  
RG nº 3.126.513 SPTC-ES  
CPF nº 124.593.697-27  
Procuradora



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 480 - Bairro Meio  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.605.882/0001-08



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2020**

**PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2020**

## **RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

**IMPUGNANTE: E&L PRODUÇÃO DE SOFTWARE LTDA**

Após análise do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 043/2020, PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 008/2020**, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de técnicos especializados suporte, operação assistida, manutenção corretiva e evolutiva em software de gestão público (sob licença general publiclicense – gpl), disponível no portal do software público brasileiro – spb ([www.softwarepublico.gov.br](http://www.softwarepublico.gov.br)) para utilização pelos municípios consorciados ao **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS**, especificamente da **IMPUGNAÇÃO** apresentada pela empresa **E&L PRODUÇÃO DE SOFTWARE LTDA**, CNPJ 39.781.752/0001-72, nos seguintes termos:

### **DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO.**

Observamos que a impugnação é tempestiva, atendendo ao prazo indicado no artigo 24 do Decreto 10.024/2019, portanto, deve ser analisada e devidamente respondida.

### **DA ALEGAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE SE UTILIZAR O REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS CONTÍNUOS ININTERRUPTOS COM QUANTITATIVOS CERTOS E DETERMINADOS.**

A Impugnante justifica sua irresignação da seguinte forma:

*“O sistema de registro de preços foi criado para atender a diversas necessidades da administração no intuito de simplificar os procedimentos para a aquisição de serviços frequentes e diminuir o tempo necessário para efetivação dessas aquisições, por isso que sua utilização não se harmoniza com as contratações de serviços contínuos cuja necessidade é imediata, os quantitativos são certos e determinados e a prestação não pode ser interrompida, assim como é o caso da contratação de sistemas informatizados, sobe pena de resultarem comprometidos os objetivos institucionais do órgão ou entidade.” – GRIFO DO AUTOR.*

Assim, reportamo-nos à resposta ao mesmo questionamento apresentado pelo Sr. **ROGER DE ALMEIDA ALVARENGA**, portador do CPF sob nº 100.161.176-46:





# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO DA  
ÁREA MINÉIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, N° 400 - Bairro Meio  
Montes Claros - MG - CEP: 38401-071  
CNPJ: 21.505.982/0001-08



*"Com todo o respeito, os serviços licitados atendem a todas as exigências legais para o julgamento mediante do sistema de Registro de Preços, senão vejamos:*

*A Lei 8.666/93, prevê no artigo 15, o seguinte:*

*"Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:*

***II - ser processadas através de sistema de registro de preços;" - GRIFAMOS***

*O Decreto Federal 7.892/2013 e suas alterações, indica no artigo 3°:*

*"Art. 3° O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:*

*I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;*

*II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;*

*III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou*

*IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração."*

Todas essas exigências estão atendidas no procedimento em epígrafe, e ao contrário do que alega a Impugnante, principalmente no que diz respeito aos incisos III e IV, uma vez que, a contratação será realizada para atender a vários órgãos da administração pública, não sendo possível definir o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Principalmente pelo fato de se admitir o "carona", como autoriza o item 6(seis) do Edital.

O Tribunal de Contas da União apresenta os seguintes entendimentos:

*"Enunciado I*

***É lícita a utilização do sistema de registro de preços para contratação de serviços contínuos, desde que configurada uma das hipóteses delineadas no art. 3° do Decreto 7.892/2013, nas quais não se compreende a simples possibilidade de aumento futuro da demanda pelos serviços.***

***Conclusão:***



**CIMAMS**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO DA  
ÁREA MINEIRA DA SUDEN

Rua Tupiniquim, Nº 480 - Bairro Mato  
Montes Claros - MG - CEP: 38401-071  
CNPJ: 21.505.682/0001-08



*Não se deve licitar via SRP, quando o objeto for prestação de Serviços Continuados, exceto nas hipóteses previstas no Art. 3º do Decreto 7892/2013.<sup>1</sup>*

*"(...)Vislumbro a importância da utilização do SRP nos casos enquadrados no inciso III, por exemplo, onde, a partir de uma cooperação mútua entre órgãos/entidades diferentes, incluindo aí um planejamento consistente de suas necessidades, a formação de uma ata de registro de preços poderia resultar em benefícios importantes. Também nos casos de contratação de serviços frequentemente demandados, mas que não sejam necessários ininterruptamente, a ata poderia ser uma solução eficaz e que se coaduna com a eficiência e a economicidade almejadas na aplicação de recursos públicos.<sup>2</sup>" – GRIFAMOS.*

O Sistema de Registro de Preços, "procedimento inserido no bojo das licitações e objetivando formar um cadastro com produtos registrados disponíveis à Administração, tem sua utilização cada vez mais encorajada pelos doutrinadores e pelos órgãos de controle"<sup>3</sup> - GRIFAMOS.

O ilustre JACOBY FERNANDES, entende o sistema de Registro de Preços, conforme conceito abaixo:

*"é um procedimento especial de licitação que se efetiva por meio de uma concorrência ou pregão sui generis, selecionando a proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, para eventual e futura contratação"<sup>4</sup> – GRIFAMOS.*

O não menos ilustre Marçal Justen Filho, entende SRP da seguinte forma:

*"...consubstancia um contrato normativo, o qual decorre de um procedimento específico e que estabelece regras vinculantes para os órgãos da Administração Pública e um particular em relação a obrigações futuras, fixando condições previamente."<sup>5</sup> – GRIFAMOS.*

Importante ainda ressaltar, que o objetivo é ainda a busca pela economia de escala, mais uma vez, voltando-se para o cumprimento do princípio da eficiência, onde se busca contratar os melhores serviços pela melhor proposta, sendo este o entendimento de Marçal Justen Filho:

<sup>1</sup> TCU. Acórdão 1604/2017 – Plenário.

<sup>2</sup> Acórdão nº 1.737/2012 – Plenário, Processo nº 016.762/2009-6, Rel. Min. Ana Arraes

<sup>3</sup> FILIPE ALVES DE LIMA COSTA; Pós Graduado em Direito Administrativo pela Universidade Anhanguera-Uniderp - Sistema de registro de preços no direito brasileiro in <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,sistema-de-registro-de-precos-no-direito-brasileiro,55582.html>

<sup>4</sup> JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico. 4ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

<sup>5</sup> - JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 11ª ed. São Paulo: Dialética, 2005.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO DA  
ÁREA MINÉIRA DA SAÚDE

Rua Tupiniquins, nº 400 - Bairro Melão  
Montes Claros - MG - CEP 38401-071  
CNPJ 21.505.692/0001-03



*"em uma economia de escala, o aumento de quantitativos produz a redução dos preços. Por isso, não teria cabimento a Administração fracionar as contratações se isso acarretar aumento de seus custos<sup>6</sup>".*

Além disso, existe no edital, a previsão da possibilidade de formalização do contratos entre os órgãos participantes e a futura adjudicatária, como informa o item XIV no subitem 1.1 corroborada pela apresentação do Anexo IX(minuta de contrato):

*"1.1 - Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada."*

Dessa forma, embora por força de Lei, as atas de registro de preços não possam ter vigência que extrapole 12(doze) meses<sup>7</sup>, os contratos oriundos das referidas atas, terão sua vigência estabelecida pelo inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

### ***"CLÁUSULA SÉTIMA - VIGÊNCIA CONTRATUAL***

*O prazo de vigência do presente contrato de compra com entrega parcelada ou imediata terá a validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura."*

Assim, diante da natureza continuada dos serviços contratados, faz-se necessária a formalização de contratos pelos municípios que por ventura tenham interesse em manter a prestação de serviços por mais de um exercício financeiro.

Ocorre que, não vislumbramos no Edital ou na Minuta de Contrato a indicação de tal possibilidade, sendo que o entendimento jurisprudencial e doutrinário é nesse sentido:

*"às áreas técnicas, para afastar eventuais questionamentos, façam sempre constar nos editais licitatórios e nos contratos administrativos previsão para prorrogação quando houver permissivo legal nesse sentido<sup>8</sup>". – GRIFAMOS.*

O posicionamento do Tribunal de Contas da União é no sentido de que é obrigatória a indicação da possibilidade de prorrogação do contrato:

*"a possibilidade de prorrogação da vigência contratual em até 60 (sessenta) meses nas contratações de serviços executados de forma contínua, inclusive nos*

<sup>6</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15ª edição, São Paulo: Dialética, 2012. p. 307

<sup>7</sup> inciso III do §3º do artigo 15 da lei 8.666/93 e artigo 12 do Decreto 7.892/2013.

<sup>8</sup> <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,e-possivel-a-prorrogaçao-de-contrato-administrativo-sem-previsao-expressa-no-edital-ou-no-proprio-contrato-nes,591535.html>



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO DA  
ÁREA FINANCEIRA DA SUPLEN

Rua Tupiniquim, nº 400 - Bairro Meio  
Montes Claros - MG - CEP: 38401-071  
CNPJ: 21.506.802/0001-08



*casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, em atenção ao disposto no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993<sup>9</sup>.*

Assim, os contratos oriundos da ATA de Registro de preço, podem ser prorrogados, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.”

## **DAS AMOSTRAS (DEMONSTRAÇÃO DOS SISTEMAS) E DO POSSÍVEL DIRECIONAMENTO E LIMITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA**

Quanto à alegada limitação de concorrência e direcionamento, reportamo-nos mais uma vez à resposta ao mesmo questionamento apresentado pelo Sr. **ROGER DE ALMEIDA ALVARENGA**, portador do CPF sob nº 100.161.176-46:

### **DA ALEGAÇÃO DE DIRECIONAMENTO E LIMITAÇÃO DE CONCORRÊNCIA**

*A Impugnante alega “DIRECIONAMENTO DO CERTAME - A PARTIR DA DESCRIÇÃO MINUCIOSA DO OBJETO A SER LICITADO”, nos seguintes termos:*

*De início, cumpre destacar o objeto do Edital do Processo Licitatório nº 043/2020 – Pregão Presencial por Registro de Preços nº 008/2020: (...)”*

*“Segundo relatado, as exigências acima descritas comprometem a ampliação da disputa e por consequência a seleção da proposta mais vantajosa. Feito o relato, passa-se, a seguir, para a análise do inciso XXI, artigo 37 da Constituição Federal de 1988(...)”*

*“Indo mais a fundo quanto a questão do direcionamento do certame, verifica-se que no Termo de Referência na parte que trata das descrições dos aplicativos e suas configurações gerais, especificadamente quanto as exigências em relação a “Área Financeira” em muito se assemelha ao disposto na descrição de serviços prestados pela empresa **CONTASS Contabilidade e Consultoria LTDA**, podendo tal informação ser verificada na imagem a seguir extraída do site [www.contassconsultoria.com.br/site/ecidade](http://www.contassconsultoria.com.br/site/ecidade) e logo abaixo trecho do referido edital(...)”*

*“Ocorre que, em grande maioria dos sistemas do mercado nacional, o módulo não é identificado apenas como **FINANCEIRO**, uma vez que engloba além do financeiro, também orçamento e contabilidade de forma integrada, dessa forma, em análise ao disposto no site da empresa Contass há indícios direcionamento para a mesma.”*

Com todo o respeito, ao elaborar o edital, a Pregoeira e equipe de apoio contaram com apoio técnico do departamento jurídico e da equipe técnica de informática no intento de se conseguir a prestação de serviços que melhor atenda às exigências atuais dos municípios consorciados, sem deixar de observar as exigências do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

<sup>9</sup> Acórdão nº 54/2012 – Plenário – TCU, no mesmo sentido, o Acórdão nº 3.351/2011, da 2ª Câmara.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINIERARIA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 420 - Bairro Meia  
Montes Claros - MG - CEP: 35401-071  
CNPJ: 21.505.807/0001-03



Não há qualquer direcionamento, senão aquele necessário ao atendimento das exigências do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, uma vez que, caso o sistema não atenda a essas exigências causará grandes prejuízos aos municípios consorciados e aos demais municípios que demonstrarem interesse em aderir à futura ata de registro de preços, que certamente atrasarão ou deixarão de enviar os documentos e informações necessárias exigidas, como indicado na Instrução Normativa 010/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais:

### ***"DAS RESPONSABILIDADES E DAS SANÇÕES***

*Art. 7º - Os titulares dos órgãos e das entidades mencionados no artigo 5º desta Instrução são responsáveis pelos documentos e informações prestados e por eles responderão pessoalmente, caso venham a ser apuradas divergências ou omissões.*

*Art. 8º A omissão no envio dos documentos e informações de que trata esta Instrução ou o não cumprimento dos prazos nela estabelecidos sujeitará o responsável às sanções previstas na Lei Complementar Estadual nº 102/2008."*

Conforme artigo 85, da Lei Complementar Estadual 102/2008, o valor da multa pode chegar a R\$35.000,00(trinta e cinco mil reais).

Assim, as descrições dos aplicativos e suas configurações gerais, especificadamente inclusive quanto à "Área Financeira" tanto quanto os demais módulos do sistema, deverão atender às exigências do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o que, provavelmente é observado pela empresa CONTASS Contabilidade e Consultoria LTDA, e logicamente exigido nos editais de contratação de serviços semelhantes, uma vez que, como acima descrito, a incompatibilidade causará prejuízos aos contratantes.

Portanto, no caso em estudo, caso haja restrição de concorrência diante das descrições dos aplicativos e suas configurações gerais de forma ampla, ou o alegado direcionamento, que obviamente não existe, tal situação é legal, devendo tal condição ser estabelecida quando necessária a atender o interesse público, contudo sem que fira o disposto na Lei 8.666/93 (artigo 3º, §1º, I e artigo 44) e Constituição Federal (artigo 37, XXI). Vejamos os ensinamentos de Marçal Justen Filho:

*"O dispositivo não significa, porém, vedação a cláusulas restritivas da participação. Não impede a previsão de exigências rigorosas nem impossibilita exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. Veda-se cláusula desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar alguns particulares. Se a restrição for necessária para atender ao interesse público, nenhuma irregularidade existirá em sua previsão. Terão de ser analisados conjugadamente a cláusula restritiva e o objeto da licitação. Aliás, essa interpretação é ratificada pelo previsto no art. 37, XXI, da Constituição da República (...)"<sup>10</sup>*

<sup>10</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 9ª ed., São Paulo: Dialética, 2009.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO DA  
ÁREA METROPOLITANA DE MONTES CLAROS

Rua Tupiniquim, Nº 450 - Bairro Maca  
Montes Claros - MG - CEP: 35401-071  
CNPJ: 27.505.682/0001-03



A Impugnante questiona ainda, a exigência do Licenciamento do software pelo GENERAL PUBLIC LICENSE – GPL:

*“Termo de Referência, verifica-se a exigência de um único tipo de software, **SOB LICENÇA GENERAL PUBLIC LICENSE – GPL**, para a realização de um serviço, sendo certo que no mercado existem inúmeros outros softwares que atendem ao mesmo objetivo, não se podendo falar que um é melhor ou oferece diferença em relação aos outros, pois, reafirma-se, todos atendem ao mesmo objetivo e não há variação de custos na prestação dos serviços.”*

Tal exigência se justifica para se evitar que o contratante fique “amarrado” a um serviço que permita carregar o software em um único computador, mas que impeça de fazer cópias, e que não disponibilize o código fonte.

Transcrevemos abaixo, detalhamento indicado no site [https://docs.blender.org/manual/pt/dev/getting\\_started/about/license.html](https://docs.blender.org/manual/pt/dev/getting_started/about/license.html) (02/11/2020-10h), que explica de maneira técnica a necessidade da licença GNU:

*“O Software Livre no seu senso mais correto, é o software o qual você é livre para utilizar, copiar, modificar, redistribuir, sem limitações. Isso é contrastante com o esquema de licenciamento da maior parte dos pacotes de softwares comerciais, nos quais você tem a permissão de carregar o software em um único computador, mas o qual não é permitido fazer cópias, e nunca visualiza o código fonte. O «Free Software» ou «Software Livre» permite uma liberdade incrível ao usuário final. Pelo fato do seu código fonte ser universalmente disponível, existem muito mais chances de um problema como um defeito ser encontrado e consertado.*

*Quando um programa é licenciado através da licença GNU / General Public License (GPL):*

*Você tem o direito de utilizar o programa para qualquer finalidade.*

*Você tem o direito de modificar o programa, e ter acesso aos códigos fonte.*

*Você tem o direito de copiar e distribuir o programa.*

*Você tem o direito de melhorar o programa, e liberar as suas próprias versões.*

*Em troca por esses direitos, você tem algumas responsabilidades caso você distribua um programa sob a licença GPL. Essas responsabilidades são designadas para proteger as suas liberdades e as liberdades de outras pessoas:*

*Você deve prover uma cópia da licença tipo GPL com o programa, de maneira que os destinatários estejam cientes de seus direitos sob esta licença.*

*Você deve incluir o código fonte, ou tornar o código fonte disponível livremente.*

*Caso você modifique e distribua a versão modificada, você deve licenciar as suas modificações sob a licença GPL (ou uma licença compatível).*

*Você não pode restringir o licenciamento do programa além dos termos especificados na GPL (você não pode transformar um programa liberado sob a licença GPL em um produto proprietário).”*

Segundo o site gov.br<sup>11</sup>, os sistemas do modelo SPB, possibilitam:

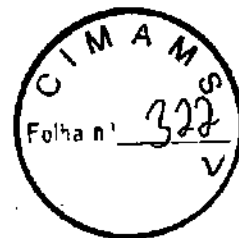
<sup>11</sup><https://www.gov.br/governodigital/pt-br/software-publico/sobre/sobre-o-portal> (02/11/2020-10:20h)



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO DA  
ÁREA MINISTÉRIO DA SAÚDE

Rua Tupiniquim, Nº 400 - Bairro Meio  
Montes Claros - MG - CEP: 38401-071  
CNPJ: 21.565.992/0001-08



*"Um dos principais motivos relacionados às intenções da APF em compartilhar sistemas através do modelo do SPB é justamente a possibilidade de reduzir os custos, visto que reduz esforços de desenvolvimento de novos softwares, há aproveitamento de códigos estáveis já existentes, economizando tempo de produção (ECONOMIA..., 2006)*

*Ao adotar software proprietário, há grande chance de gerar dependência em relação aos fornecedores especializados, que são os únicos com condições de modificar o código daquele sistema contratado. Com isso, ele vai poder cobrar valores mais altos do que seria justo, visto que não há concorrência (BACIC, 2003).*

*Através do SPB, onde há licença que permite acesso e modificação do código fonte por qualquer pessoa, não tem como criar essa dependência. A qualquer momento pode ser realizada uma licitação envolvendo contratação de empresas distintas daquela responsável pelo desenvolvimento original do software. Assim há estímulo à competição entre fornecedores, consequentemente melhoria da qualidade dos serviços e redução de custos, beneficiando sociedade e governo (AMADEU, 2006).*

*É complicado dizer se um software é seguro quando não há acesso ao seu código-fonte. O uso do SPB elimina esse problema, visto que adota licença GPL. Programas com código aberto atendem ao princípio da transparência e permitem auditoria completa. Torna possível a retirada de trechos duvidosos, falhas perigosas ou até mesmo backdoors (forma mal intencionada de deixar no programa um caminho de invasão escondido, sem despertar a desconfiança do usuário) e, como consequência direta, traz mais segurança (AMADEU, 2006).*

*No desenvolvimento de software que apresenta código aberto, como o SPB, as inovações são compartilhadas entre todos, permitindo que as melhorias sejam adotadas por qualquer um, assim o conhecimento passa a ser sempre disseminado, ajudando principalmente as pequenas e médias empresas (AMADEU, 2006). Através das comunidades criadas em torno de um software público existe forte compartilhamento de conhecimento. A sociedade inteira tem acesso ao conhecimento, não importa se é um pequeno município ou um grande órgão do governo federal (DANIEL, 2011)."*

Já no portal do SICOM, já em sua página inicial esclarece que a tecnologia SICOM é criada em parceria com os jurisdicionados, sem atualizado constantemente:

*"O SICOM é uma tecnologia inovadora do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, criada em parceria com os jurisdicionados, para apoiar o controle externo da gestão dos recursos públicos de forma eficiente, eficaz, efetiva e transparente."<sup>12</sup>*

Assim, mais uma vez reportamo-nos ao ensinamento do Ilustre Marçal Justen Filho, acima transcrito.

Quanto ao preço médio indicado no Termo de Referência, também questionado pelo Impugnante, devemos lembrar que se trata de licitação na modalidade Pregão, na qual o objeto licitado será adjudicado ao Licitante que propuser o melhor valor para a execução dos serviços.

<sup>12</sup> [https://portalsicom1.fce.mg.gov.br/\(02/11/2020-10:30h\)](https://portalsicom1.fce.mg.gov.br/(02/11/2020-10:30h))



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO DA  
ARFAMINEIRA DA SUPENE

Rua Tupiniquim, Nº 480 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 35401-071  
CNPJ: 21.505.882/0001-08



A Impugnante alega ainda o seguinte:

*"De forma sucinta, cumpre salientar, que os valores constantes no Termo de Referência do Edital de licitação em comento chega a superar os valores cobrados por empresas que possuem assessoria e software próprio, levando ao entendimento que há uma comercialização e cobrança para utilização de software público, em regra, GRATUITO."*

Porém, no próprio Termo de Referência está claro que o software deverá ser customizado e parametrizado para atender às exigências de cada um dos municípios:

***"Customização e Parametrização:***

*A implantação deverá constar da instalação efetiva do software contratado, da parametrização necessária conforme as especificidades da configuração do ambiente local OU remoto de customização básica de forma a deixar o aplicativo de acordo com a Legislação Municipal da Contratante."*

Além disso, no edital não existe nenhum item no qual se cobre pelo fornecimento do software, o que pode ser observado pela simples análise do Termo de Referência e do modelo de proposta.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais se manifestou da seguinte forma, quanto às restrições possíveis, seguindo os ensinamentos de Marçal Justen Filho:

*"Denúncia. Litude de cláusulas restritivas. "(...) inciso I, do §1º, do art. 3º da Lei n.º 8.666/93 (...) [é] analisado por Marçal Justen Filho, como a seguir: 'O disposto não significa, porém, vedação a cláusulas restritivas da participação. Não impede a previsão de exigências rigorosas nem impossibilita exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. Vedam-se cláusulas desnecessárias ou inadequadas, cuja previsão seja orientada não selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar alguns particulares. Se a restrição for necessária para tender ao interesse coletivo, nenhuma irregularidade existirá em sua previsão. Terão de ser analisados conjuntamente a cláusula restritiva e o objeto da licitação. A vedação não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação. Aliás, essa interpretação é ratificada pelo previsto no art. 37, inc. XXI, da CF. A incompatibilidade poderá derivar de a restrição ser excessiva ou desproporcional às necessidades da Administração. O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda que indiretamente, prejudiquem o caráter competitivo' da licitação." (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11ª ed., Dialética, p. 61 e 62) (...)¹³". - GRIFAMOS.*

Ainda quanto à alegação de direcionamento, temos a informar que no site do software público existem dois softwares públicos, sendo um deles o e-cidades e o outro o urbem, e ambos atendem às exigências da plataforma do SICOM.

<sup>13</sup> TCE/MG - Denúncia n.º 747505. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 05/08/2008.

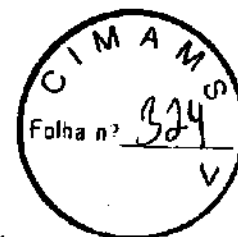




# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO DA  
ÁREA AMBIENTAL DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 450 - Bordo Meio  
Município de Minas Gerais - MG - CEP: 35401-071  
CNPJ: 21.505.632/0091-33



Assim, cai por terra a alegação de direcionamento ou limitação de concorrência.

Quanto ao que diz respeito ao preço, temos a acrescentar que, a obtenção da melhor proposta, como exigido no artigo 3º da Lei 8.666/93, não diz respeito exclusivamente ao melhor preço, uma vez que, de nada adiantará contratar serviços que não atendam ou que atendam parcialmente às exigências do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, visto que, tal atitude acarretará multa aos contratantes, pelo descumprimento das exigências indicadas na Instrução Normativa 010/2011 do mesmo Tribunal.

No caso em estudo, o que se busca é a obediência ao princípio da eficiência, insculpido no “caput” do artigo 37 da Constituição Federal:

*“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)” – GRIFAMOS.*

A doutrina e jurisprudência, tem decidido da seguinte forma a respeito da matéria, considerando necessária a observação do princípio da eficiência:

*“Licitação – em suma síntese – é um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Etriba-se na ideia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessários no bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir.”<sup>14</sup> – GRIFAMOS.*

*“A maior vantagem se apresenta quando a Administração Pública assume o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular a realizar a melhor e mais completa prestação.”<sup>15</sup> – GRIFAMOS.*

*“Reiteradamente se tem propalado que a Lei de Licitações obriga a Administração a comprar produtos de baixa qualidade, face ter estabelecido a regra geral da aquisição pelo menor preço. Esse equívoco tem por causa três diferentes fatores, quais sejam a ausência de treinamento, o equívoco de que comprar pelo menor preço obriga a aceitar qualquer produto e a errada compreensão de decisões dos órgãos do controle.”<sup>16</sup> – GRIFAMOS.*

*“Os princípios da moralidade, eficiência e economicidade são extremamente relevantes na análise dos atos praticados pela Administração Pública moderna, que*

<sup>14</sup> MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 17. Ed. Rev. E atual. São Paulo: Malheiros, 2004., p. 483.

<sup>15</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 16ª ed. – São Paulo: Dialética, 2014, p. 497.

<sup>16</sup> FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. A qualidade na Lei de Licitações: Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 5, n. 38, 1 jan. 2000, p. 1. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/429>>. 02/11/2020-11h).



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE INFORMÁTICA DA  
ÁREA MINISTÉRIO DA SAÚDE

Rua Tupiniquim, Nº 480 - Centro Novo  
Piedade, Minas Gerais - CEP: 38401-071  
CNPJ: 04.505.062/0001-08



*deve buscar, na era da globalização, a eficiência e eficácia, assim como a racionalização, na aplicação dos poucos recursos existentes.*<sup>17</sup> – GRIFAMOS.

Portanto, o fato de alegar o Impugnante que os valores relativos aos preços médios estão acima dos preços praticados por empresas que possuem softwares próprios, além de não contar com justificativa plausível, o simples fato de se tratar de licitação que será julgada na modalidade pregão presencial, onde o pregoeiro atua no sentido de conseguir a melhor proposta para atender às necessidades do órgão, já demonstra a aplicação do princípio da eficiência, onde se busca contratar os melhores serviços pela melhor proposta.

Não há tão pouco, ofensa ao princípio da isonomia, como é o entendimento do Ilustre Marçal Justen Filho<sup>18</sup> acompanhado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais<sup>19</sup>, nem há direcionamento, uma vez que, o site gov.br, reconhece que o software com código aberto ajuda principalmente as pequenas e médias empresas, existindo inclusive, comunidades criadas em torno de um software público para compartilhamento de conhecimento:

*“No desenvolvimento de software que apresenta código aberto, como o SPB, as inovações são compartilhadas entre todos, permitindo que as melhorias sejam adotadas por qualquer um, assim o conhecimento passa a ser sempre disseminado, ajudando principalmente as pequenas e médias empresas (AMADEU, 2006). Através das comunidades criadas em torno de um software público existe forte compartilhamento de conhecimento. A sociedade inteira tem acesso ao conhecimento, não importa se é um pequeno município ou um grande órgão do governo federal (DANIEL, 2011).”<sup>20</sup>*

Portanto, com todo o respeito, não há se falar em restrição ilegal da concorrência ou direcionamento do certame, para uma ou algumas licitantes, ou preços excessivos ou superfaturados, uma vez que houve a realização de ampla pesquisa de mercado.

## **DA ALEGADA SUBJETIVIDADE NA EXIGÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO SISTEMA/PROVA DE CONCEITO**

A Impugnante alega que “outro ponto que confere subjetividade no Edital Convocatório diz respeito a “Demonstração do sistema/Prova de conceito”.

Ocorre que, o Termo de Referência discorre longamente quanto à demonstração do sistema e a prova de conceito estando clara a forma como será efetuada a avaliação.

Alega ainda:

<sup>17</sup> O MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS - Procurador Alberto Sevilha  
[http://www.tce.to.gov.br/mpc/index.php?option=com\\_content&view=article&id=26:o-ministerio-publico-junto-aos-tribunaes-de-contas:02/11/2020-11:20h](http://www.tce.to.gov.br/mpc/index.php?option=com_content&view=article&id=26:o-ministerio-publico-junto-aos-tribunaes-de-contas:02/11/2020-11:20h).

<sup>18</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 9ª ed., São Paulo: Dialética, 2009.

<sup>19</sup> TCE/MG - Denúncia n.º 747505. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 05/08/2008

<sup>20</sup> <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/software-publico/sobre/sobre-o-portal:02/11/2020-10:20h>



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO DA  
ÁREA METROPOLITANA DE SUDESTE

Rua Tupac Katari, nº 460 - Bairro Meio  
Monte D'Água - MG CEP: 35401-071  
CNPJ: 21.505.602/0001-08



*"Da previsão do Edital, vislumbra-se que pretendem testar a funcionalidade do sistema por AMOSTRAGEM, critério este totalmente SUBJETIVO, com total contrariedade ao princípio da impessoalidade, vistas que permite que seja solicitado somente aquilo com conhecimento prévio de funcionalidade integral dentro da empresa preterida.*

*Um outro ponto é sobre a integralidade, o que comumente ocorre no mercado, é a exigência de um percentual que a empresa deve atingir, por exemplo, 80 a 90% das exigências contidas no edital. Neste sentido, poderá haver um sistema completo, com melhor custo-benefício, mas se deixar de atender uma exigência simples, que pode até ser incluída posteriormente, será desclassificada."*

A amostragem será efetuada dentro dos parâmetros e exigências que o software deve atender e que se encontra totalmente detalhado no Termo de Referência, o que, de forma nenhuma caracteriza subjetividade.

Quanto à integralidade do sistema, alega que "o que comumente ocorre no mercado, é a exigência de um percentual que a empresa deve atingir, por exemplo, 80 a 90% das exigências contidas no edital."

Porém, no caso em estudo, caso o sistema não atenda a 100%(cem por cento) de sua integralidade nos termos exigidos no edital, a sua operacionalidade ficará prejudicada, já que, caso não atenda à todas as exigências do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, sujeitará os contratantes ao que determina a Instrução Normativa 010/2011 do mesmo Tribunal e às multas indicadas na Lei Complementar Estadual 102/2008."

## **DA EQUIPE TÉCNICA NECESSÁRIA PARA APRESENTAÇÃO DA SOLUÇÃO OFERTADA E DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Alega a Impugnante o seguinte:

*"Tais sistemas são desenvolvidos e operados por técnico de diversas áreas distintas, tornando quase impossível a demonstração de todas as funcionalidades exigidas no instrumento convocatório para cada sistema por apenas dois técnicos.*

*O correto seria estabelecer a atuação de até dois técnicos para cada sistemas licitado, o que desde já se requer."*

O edital prevê apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, nos seguintes termos:

*"1.14 - Atestado de Capacidade Técnica comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, inclusive comprovando a geração e entrega do SICOM em todos seus módulos."*

Conforme decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a qualificação técnica é:



# CIMAMS

CONJÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO DA  
ÁREA MINÉIRA DA SUDEPE

Rua Tupiniquim, Nº 420 - Bairro Moço  
Montes Claros - MG - CEP: 35401-071  
CNPJ: 21.505.062/0001-03



*Denúncia. Qualificação técnica. "A qualificação técnica, nas palavras de José Cretella Júnior, em sua obra 'Das Licitações Públicas', se presta ao seguinte fim: '(...) para a concretização plena do objeto do contrato, (...) o licitante deverá apresentar prova de que tem aptidão para contratar, bem como que se apóia em infra-estrutura suficientemente idônea para a execução do objeto do ajuste, nas condições e prazos assinalados no edital'. (CRETELLA JÚNIOR, José. Das Licitações Públicas. 1993. pág. 202)<sup>21</sup>".*

Quanto ao quantitativo que se deve exigir, segundo entendimento do Tribunal de Contas da União, não pode ultrapassar 50%(cinquenta por cento) do quantitativo licitado:

*"Contratação de projetos de obra pública: 1 - É ilícita a exigência de número mínimo de atestados de capacidade técnica, assim como a fixação de quantitativo mínimo nesses atestados superior a 50% dos quantitativos dos bens ou serviços pretendidos, a não ser que a especificidade do objeto recomende o estabelecimento de tais requisitos.<sup>22</sup>"*

O edital exige ainda:

*"Apresentação prévia de relação explícita do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, constando a qualificação de cada um dos seus membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, os quais sob a responsabilidade técnica de um profissional de nível superior reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de característica semelhante."*

Entendemos que, a exigência se refere à apresentação de pelo menos 01(um) profissional de nível superior ou técnico responsável por cada um dos sistemas exigidos no software.

No que diz respeito à qualificação técnico-profissional, a Lei 8.666/93, no § 1º, inc. I, de seu art. 30, dispõe que a licitante deverá demonstrar:

*"possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos."*

O Tribunal de Contas da União decidiu no TC 019.452/2005-4, conforme excerto abaixo transcrito:

*"7. Para valer-se do mencionado dispositivo legal, e exigir que as licitantes comprovem ter seu corpo técnico executado obra ou serviço de características semelhantes a que será contratada, as comissões de licitação, eventualmente, não disporão de outro meio tão eficiente e objetivo quanto a análise quantitativa de obras ou serviços outrora executados por esses profissionais, quanto mais no Certame em foco, cujo objeto -*

<sup>21</sup> Denúncia n.º 750321. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 03/06/2008

<sup>22</sup> Acórdão n.º 1.052/2012-Plenário, TC 004.871/2012-0, rel. Min. Marcos Bernquerer Costa, 2.5.2012.



# CIMAMS

CONGREGAÇÃO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO DA  
ÁREA MINISTRAL DA SUPLEN

Rua Tupac Katari, 10º 410 - Distrito Mato  
Mônica Clara - MG - CEP: 38401-071  
CNPJ: 21.505.992/0001-88



*prestação de serviços de consultoria e apoio à Eletronorte, visando à atualização do processo de planejamento estratégico para o ciclo 2006/2010 – é de natureza predominantemente intelectual.”*

Entendemos que, qualquer profissional de nível superior que comprove através de atestado de responsabilidade técnica a execução de serviços semelhantes, será aceito para comprovação da exigência.

Assim, aos quantitativos que se deve exigir, segundo entendimento do Tribunal de Contas da União, tanto para comprovação de capacidade técnico-operacional quanto para comprovação de capacidade técnico-profissional, não pode ultrapassar 50%(cinquenta por cento) do quantitativo licitado, o que deverá constar do edital para que, futuramente não venham alegar exigências limitadoras da concorrência.

Outro detalhe que, ao nosso ver deve constar explicitamente no edital é que não será limitada a quantidade de atestados de capacidade técnica, quer seja para comprovação de capacidade técnico-operacional ou para comprovação de capacidade técnico-profissional, acompanhando o entendimento do Tribunal de Contas da União:

*“É indevida a proibição de somatório de atestados, para efeito de comprovação de qualificação técnico-operacional, quando a aptidão da licitante puder ser satisfatoriamente demonstrada por mais de um atestado.”<sup>23</sup> – GRIFAMOS.*

## **DO REGISTRO DA EMPRESA NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE**

A alegação da impugnante é no seguinte sentido:

*“No que diz respeito a exigência de registro dos profissionais de nível superior em entidade profissional competente (parte final do item 1.14 do tópico que trata da Qualificação Técnica); esta também se mostra inadequada, pois, como é sabido, não existe Conselho Profissional responsável por fiscalizar o tipo de serviço ora licitado (informática).”*

O edital prevê a seguinte exigência no item 1.14:

*“1.14 – (...) Apresentação prévia de relação explícita do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, constando a qualificação de cada um dos seus membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, os quais sob a responsabilidade técnica de um profissional de nível superior reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de característica semelhante.” GRIFAMOS.*

O inciso I do artigo 30 da Lei 8.666/93 prevê a possibilidade da exigência:

<sup>23</sup> TCU. Acórdão n.º 1865/2012-Plenário, TC-015.018/2010-5, rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, 18.7.2012.



# CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO DA  
ÁREA MINÉIRA DA SUDENE

Av. Tupacutipa, nº 490 - Bairro: Meia  
Montes Claros - MG - CEP: 38401-071  
CNPJ: 21.505.602/0001-03



*"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;"*

Além disso, a exigência se refere ao profissional e não à empresa, e como já esclarecido acima qualquer profissional de nível superior que comprove através de atestado de responsabilidade técnica a execução de serviços semelhantes, será aceito para comprovação da exigência.

Portanto, o profissional deverá ser inscrito em sua entidade competente, correspondente à sua graduação, e não em um "conselho profissional responsável por fiscalizar o tipo de serviço ora licitado(informática)".

Neste caso não se exige inscrição da empresa, portanto, diante do que reza o inciso I do artigo 30 da Lei 8.666/93, a exigência é perfeitamente legal.

## **DO PARCELAMENTO DO OBJETO DE NATUREZA DIVISÍVEL**

Alega a Impugnante que:

*"Da simples leitura do edital ora analisado verificamos que este Consórcio deixou de parcelar o objeto licitado, apesar de sua natureza divisível e da possibilidade de separação dos serviços em grupos distintos, restringindo, assim, de forma indevida o caráter competitivo do certame."*

O Consórcio adotou o critério de julgamento de menor preço por lote uma vez que, está demonstrada inviabilidade de promover a adjudicação por item, diante da possibilidade de incompatibilidade de softwares e hardwares, encontrando-se evidenciadas razões que demonstram ser esse o critério que conduzirá à contratação economicamente mais vantajosa para o Consórcio(Acórdão 529/2013-Plenário, TC 007.251/2012-2, relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira, 13.3.2013).

Ou seja, a licitação por lote é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade dos serviços com maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços, a maior interação entre softwares e hardwares, com a garantia dos resultados e ainda, ganho para a Administração na economia de escala, que aplicada na execução de determinado empreendimento, implicaria em aumento de quantitativos e, conseqüentemente, numa redução de preços a serem pagos pela Administração<sup>24</sup>.

No caso em estudo, são licitados 09(nove) lotes, respeitando o fator FPM<sup>25</sup>, demonstrando assim, que os valores de cada lote poderão sofrer variações de acordo com a capacidade financeira de cada município. ou seja, houve a divisão em grupos distintos.

O Tribunal de Contas da União assim decidiu:

<sup>24</sup> Acórdão no 732/2008 do TCU.

<sup>25</sup> Fundo de Participação dos Municípios.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO DA  
ÁREA MINÉIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 400 - Bairro Meio  
Montes Claros - MG - CEP: 35401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



*“É lícito o agrupamentos em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si. (...) A relatora, no entanto, ao endossar o exame empreendido pela unidade técnica a respeito dessa questão, considerou pertinente a justificativa de que tal medida visou à “padronização do design e do acabamento dos diversos móveis que compõem os ambientes da AGU” e objetivou “garantir um mínimo de estética e identidade visual apropriada, por lote e localidade, já que os itens fazem parte de um conjunto que deverá ser harmônico entre si”. E de que se buscou evitar o aumento do número de fornecedores, com o intuito de “preservar o máximo possível a rotina das unidades, que são afetadas por eventuais descompasso no fornecimento dos produtos por diferentes fornecedores”. Acrescentou que “lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos”. E mais: “O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública”. (...) “inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si” - Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara.<sup>26</sup>” - GRIFAMOS.*

Assim, com todo o respeito, não merece acolhida a impugnação aviada, em relação a este tópico.

## **DA NECESSIDADE DE EXCLUSÃO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE PROVA DE REGULARIDADE COM FAZENDA PÚBLICA FEDERAL**

A Impugnante embasa seu entendimento para exclusão da exigência de apresentação de Certidão Negativa de Regularidade com a Fazenda Pública Federal no que determina a Emenda Constitucional 106/2020, que reza o seguinte:

*“Art. 3º Desde que não impliquem despesa permanente, as proposições legislativas e os atos do Poder Executivo com propósito exclusivo de enfrentar a calamidade e suas consequências sociais e econômicas, com vigência e efeitos restritos à sua duração, ficam dispensados da observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa e à concessão ou à ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.*

*Parágrafo único. Durante a vigência da calamidade pública nacional de que trata o art. 1º desta Emenda Constitucional, não se aplica o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal.” - GRIFAMOS.*

Salvo melhor entendimento, a dispensa de aplicação do disposto no §3º do artigo 195 da Constituição Federal, ser refere “as proposições legislativas e os atos do Poder Executivo com propósito exclusivo de enfrentar a calamidade e suas consequências sociais e econômicas”, o que, com todo o respeito, não se aplica ao caso em estudo.

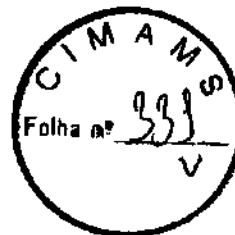
<sup>26</sup> Acórdão 861/2013-Plenário, TC 006.719/2013-9, relatora Ministra Ana Arraes, 10.4.2013.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIMUNICIPAL DA  
ARICA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 480 - Bairro Meio  
Montes Claros - MG - CEP: 35401-071  
CNPJ: 24.505.682/0001-08



Tanto é assim que no dia 14 de julho de 2020, foi publicada no Diário Oficial da União (seção 1, página 269), a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1178, que prorroga prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), em decorrência da pandemia da doença provocada pelo Coronavírus identificado em 2019 (Covid-19).

Assim, não há nenhuma possibilidade de se dispensar a apresentação da Certidão Negativa de Regularidade com a Fazenda Pública Federal quer seja pela inaplicabilidade do parágrafo único do artigo 3º da Emenda Constitucional 106/2020, quer seja pela prorrogação da vigência das referidas certidões como autoriza a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1178/2020.

## **DA RESTRIÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Alega que o edital, no item 1.11 exige comprovação apresentação de Certidão Negativa de Falência ou concordatas.

Ao que tudo indica, o subscritor não tem intimidade com a Lei 8.666/93, caso contrário, saberia que a exigência indicada no item 1.11 é idêntica à exigência descrita no inciso II do artigo 31 da Lei de Licitações, senão vejamos:

*Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:*

*II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;*

Dessa forma, a exigência não extrapola o limite legal, estando a Pregoeira apenas a cumprir o que determina a Lei 8.666/93.

## **DA EXIGÊNCIA DA PROVA DE REGULARIDADE FISCAL COMO PRESSUPOSTO AO PAGAMENTO DA DESPESA PÚBLICA.**

A própria Impugnante carrou aos autos a Decisão 705/1994 do Tribunal de Contas da União corroborando a exigência lançada no edital:

*"Decisão 705/1994 – Nos contratos de execução continuada ou parcelada, a cada pagamento efetivado pela Administração contratante, há de existir a prévia verificação da regularidade do contratado com o sistema de seguridade social, sob pena de violação do disposto no §3º do art. 195 da Lei Maior.<sup>27</sup>"*

O edital no item XVIII, subitem 1 é claro ao exigir a manutenção das condições de habilitação em respeito ao que determina o inciso XIII do artigo 55 da Lei 8.666/93, como abaixo transcrevemos:

**Subitem 1 do item XVIII do Edital:**

**"1 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

<sup>27</sup> Acórdão 1.299/2006, TCU.

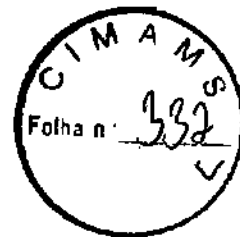




# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNCAO DA  
AREA MINERA DA SUDENE

Rua Tupac Katari, Nº 460 - Bairro Meio  
Mendes, Minas - MG - CEP 30401-071  
CNPJ 21.505.662/0001-08



*Antes da assinatura da Ata de Registro de Preços será realizada consulta as suas condições de habilitação, que deverão ter sido mantidas."*

**Da minuta da Ata de Registro de Preços**

**"6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

*h) manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele (a) assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações."*

**Da minuta do contrato**

**"CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

.....

*§ 2º. Deve a CONTRATADA manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação."*

Obviamente, tal exigência encontra amparo no que determina o §3º do artigo 195 da Constituição Federal:

*"Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:*

.....

*§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios."*

Assim, não há nenhuma ofensa à legislação vigente, mas tão somente o atendimento das exigências legais da Carta Magna.

**DA FIXAÇÃO DE MULTA COM PERCENTUAL EXORBITANTE**

Alega que a multa prevista no edital é desproporcional e descabida.

De fato, observamos que o item XVII do edital prevê o seguinte:

**"XVII - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

*1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes penalidades:*

*1.1 - Advertência por escrito;*

*1.2 - Em caso de descumprimento total da obrigação assumida, poderá ser aplicada multa de até 30% do valor do contrato;*

*1.3 - Suspensão temporária do direito de participar em licitações e contratar, com o licitante, por um período não superior a 05 (cinco) anos, conforme na forma do art. 7º da Lei n.º 10.520/02;*

*1.4 - Rescisão da contratação." - GRIFAMOS.*



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA  
ÁREA METROPOLITANA DA SUJEIRA

Rua Tupiniquim, Nº 400 - Bairro Meio  
Montes Claros - MG - CEP 38401-071  
CNPJ: 21.905.682/0001-08



Com relação à aplicação das sanções/penalidades a Administração deve observar o princípio da proporcionalidade, de modo a não exceder o limite legal.

Marçal Justen Filho ao discorrer sobre o tema afirma:

*"...é pacífico que o sancionamento ao infrator deve ser compatível com a gravidade e a reprovabilidade da infração. São inconstitucionais os preceitos normativos que imponham sanções excessivamente graves, tal como é dever do aplicador dimensionar a extensão e a intensidade da sanção aos pressupostos de antijuridicidade.<sup>28</sup>"*

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais através de sua Superintendência do controle externo, assim, concluiu:

*"Com relação a esse tópico, o art. 9º do Decreto nº 22.626/33 salienta que "não é válida a cláusula penal superior a importância de 10% do valor da dívida".*

*Sendo assim, a multa de 10% prevista no item 15.2 do edital nº 04/2019 para o atraso superior a 30 (trinta) dias deve ser considerada desproporcional, devendo ser estabelecido valor inferior, em conformidade com os direitos patrimoniais do particular na celebração da avença.*

*Já com relação à multa de 20% (vinte por cento) também prevista no item 15.2 do referido edital, que trata da hipótese de a contratada "injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão", deve ser considerada ilegal, tendo em vista que fere o disposto no art. 9º do Decreto nº 22.626/33, que prevê que a cláusula penal não pode ser superior a importância de 10% do valor do contrato.*

*Deste modo, diante do exposto, devem os percentuais de multa de 10% e 20%, previstos no item 15.2 do edital, serem considerados, respectivamente, desproporcional e irregular, devendo a denúncia, com relação a esse apontamento, ser considerada procedente.<sup>29</sup>" - GRIFAMOS.*

Assim, opinamos pela retificação do Edital para fazer constar o seguinte:

#### **"XVII - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

**1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes penalidades:**

**1.1 - Advertência por escrito;**

**1.2 - Em caso de descumprimento total da obrigação assumida, poderá ser aplicada multa de até 10% do valor do contrato;**

**1.3 - Suspensão temporária do direito de participar em licitações e contratar, com o licitante, por um período não superior a 05 (cinco) anos, conforme na forma do art. 7º da Lei n.º 10.520/02;**

**1.4 - Rescisão da contratação."**

<sup>28</sup> Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9ª Edição, São Paulo: Dialética, 2003. P. 569 e 570.

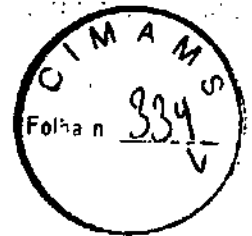
<sup>29</sup> TCE/MG. Proc. Denúncia 1066492, Conselheiro Sebastião Helvécio, autuação 19/06/19.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
ARCA MINICIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquim, Nº 400 - Bairro Meio  
Montes Claros - MG - CEP: 38401-071  
CNPJ: 21.505.882/0001-08



## OUTROS PONTOS OBSCUROS DO EDITAL

Alega que na página 47 do edital existe exigência cumprimento de resolução do Tribunal de Contas do RS(Rio Grande do Sul).

De fato observamos o erro de digitação, pois certamente a resolução a ser obedecida é do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Assim, opinamos pela retificação do item alusivo a esta informação, para a seguinte forma:

*"Elaborar os anexos (10,11,12,13,14,15,16,e 17), e demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da lei 4.320/64, Lei complementar 101/00 – LRF e resolução do Tribunal de Contas de Minas Gerais."*

Uma vez que, as retificações do edital, não afetarão a formulação das propostas, não há a necessidade de nova publicação com contagem de prazo, como determina o §4º, do artigo 21, da Lei 8.666/93 e é o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais:

*"Denúncia. Publicidade da alteração no edital não se resume ao aviso àqueles que adquiriram cópia do Edital. "A administração tem liberdade para alterar as condições inseridas no instrumento convocatório, devendo, para tanto, renovar a publicação. Admite-se a desnecessidade da nova publicação quando a alteração for irrelevante para formulação das propostas(...)"<sup>30</sup>*

*"3. A alteração nas exigências de comprovação da qualificação técnica, sem a reabertura do prazo inicialmente estabelecido pelo edital, não configura afronta ao art. 21, § 4º, da Lei 8.666/93, desde que não afete inquestionavelmente a formulação das propostas e, ainda, seja conferida publicidade e remanesça prazo razoável até a data da apresentação das propostas"<sup>31</sup>*

## DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, estando o edital e os serviços desenvolvidos por mim, Pregoeiro e equipe de apoio em perfeita consonância legal, recebo a impugnação interposta empresa **E&L PRODUÇÃO DE SOFTWARE LTDA**, apreciando o **MÉRITO**, e **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

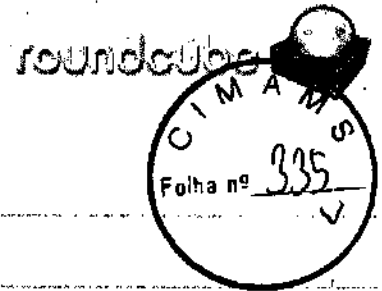
Montes Claros/MG, de 09 de novembro de 2020.

Thamara Almeida Veloso  
Pregoeira

<sup>30</sup> Denúncia n.º 756551, Rel. Conselheiro Eduardo Carone Costa. Sessão do dia 20/11/2008

<sup>31</sup> Acórdão 2057/2013-Plenário, TC 030.882/2012-5, relator Ministro Benjamin Zymler, 7.8.2013(Informativo de licitações e contratos, número 163, Sessões: 6 e 7 de agosto de 2013).

Assunto **Re: Impugnação - Pregão Presencial nº 008/2020 (CIMAMS)**  
De Licitação - CIMAMS <licitacao@cimams.mg.gov.br>  
Para Marina Lube <marina.lube@el.com.br>  
Cópia licitacao <licitacao@el.com.br>  
Data 09/11/2020 11:43



- resposta a IMPUGNAÇÃO - E&L.pdf(~485 KB)

Em 03/11/2020 09:49, Marina Lube escreveu:

Bom dia.

A empresa E&L Produções de Software Ltda, inscrita no CNPJ sob nº.39.781.752/0001-72, sediada na Avenida Koehler, nº. 238, Centro, Domingos Martins-ES, vem através deste apresentar impugnação referente ao PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2020 - PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2020.

De acordo com o item 3 do edital, as impugnações podem ser interpostas por qualquer pessoa, protocolizadas na sala do CIMAMS, localizada na Rua Tupiniquins, Nº 490, Bairro Melo, Montes Claros/MG ou pelo e-mail [licitacao@cimams.mg.gov.br](mailto:licitacao@cimams.mg.gov.br).

### III - CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3 - Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa, protocolizadas na sala do CIMAMS, localizada na Rua Tupiniquins, Nº 490, Bairro Melo, Montes Claros/MG ou pelo e-mail [licitacao@cimams.mg.gov.br](mailto:licitacao@cimams.mg.gov.br) a partir da publicação do aviso do edital até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, dirigidas ao Pregoeiro, que deverá decidir sobre a petição dentro prazo legal."

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLICLICENSE - GPL), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO - SPB ([WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR](http://WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR) [1]) PARA UTILIZAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMAMS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NECESSIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.

Atenciosamente,

Marina Lube  
Assistente Administrativo de licitações e contratos  
Setor Comercial

Telefax +55 (27) 3268-3123

[www.el.com](http://www.el.com) [2]

Links:

[1] <http://WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR>

[2] <http://www.el.com>

Bom dia!

Segue em anexo a resposta a impugnação.

O Processo será reaberto com as publicações nos órgãos oficiais de costume.



# CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE

Rua Tupiniquins, N° 490 - Bairro Melo  
Montes Claros - MG - CEP: 39401-071  
CNPJ: 21.505.692/0001-08



## ATA DE REUNIÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2020

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2020

Aos 04 (quatro) dias do mês de novembro de 2020, às 11h 00min (onze horas), reuniu-se na sala de licitações do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene, com endereço na Rua Tupiniquins, N° 490, Bairro Melo, na cidade de Montes Claros/MG, a Pregoeira Thamara Almeida Veloso, e a equipe de apoio e assessor jurídico Claudio Marcio de Jesus, para tratar de assunto relacionado ao **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2020, PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2020**, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLICLICENSE - GPL), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO - SPB (WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR) PARA UTILIZAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMAMS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NECESSIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.**

Por razões e motivos de interesse público, e para melhor análise de cunho técnico dos questionamentos apresentados aos termos do edital, **DECIDO** pelo adiamento e a suspensão SINE DIE do referido processo.

Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente termo, segue por mim assinada.

Montes Claros/MG, 04 de novembro de 2020.

  
Thamara Almeida Veloso  
Pregoeira



ESTADO DE MINAS GERAIS  
CIMAMS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL  
MULTIFINALITARIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE

CIMAMS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA  
AREA MINEIRA DA SUDENE  
EXTRATO DE SUSPENSÃO



**AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2020**  
**PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS**  
**Nº 008/2020**

O CIMAMS - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - torna pública - A SUSPENSÃO do Processo Licitatório nº. 043/2020, Pregão Presencial Por Registro de Preços nº. 008/2020, cujo objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLIC LICENSE - GPL), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO SPB (WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR) PARA UTILIZAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMAMS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NECESSIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.** Informações pelo fone: (38) 3221-0841 ou (38)9 9970-3832, site [www.cimams.mg.gov.br](http://www.cimams.mg.gov.br), e-mail: [licitacao@cimams.mg.gov.br](mailto:licitacao@cimams.mg.gov.br).

**THAMARA ALMEIDA VELOSO**  
Progeira Substituta

Publicado por:  
Thamara Almeida Veloso  
Código Identificador:3A12D1A3

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros  
no dia 05/11/2020, Edição 2876

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita  
informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>

## COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO

## EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 112/2020

Especie: Termo de Convênio - TC Nº 112/2020, que celebram entre si o Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB, CNPJ Nº 00.700.114/0001-44 e a Confederação Brasileira do Desporto de Deficientes Visuais - CBDV, CNPJ Nº 11.030.666/0001-09. Objeto: Aquisição de Materiais para Treinamento da Seleção de Judô Paralímpica - 2020. Os recursos decorrentes do presente convênio são provenientes do CPB oriundos das leis Nº 10.264/2001 e 13.146/2015; Ordem de Pagamento: Parcela Única; Valor Total: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais); Vigência: 04/11/2020 a 31/12/2020; Data da Assinatura: 03/11/2020; Signatários: Micael Conrado de Oliveira - CPF: 163.487.988-01 - Presidente/CPB, e José Antônio Ferreira Freire - CPF: 459.780.344-00 - Presidente/CBDV; Proc. Nº 0427/2020.

## EXTRATO DE RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO 39/CPB/18: IDEIAS TURISMO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 02.676.310/0001-56, Processo:0462/2018; Objeto: Rescisão unilateral (antecipada) do contrato firmado entre as partes, cujo escopo é a Contratação de Empresa para Intermediar a Prestação de Serviços de Reserva, emissão, marcação e remarcação de bilhetes aéreos, aquaviários e terrestres: rodoviários e metro ferroviários intermunicipais, interestaduais e internacionais, em âmbito nacional e internacional, emissão de seguro-viagem; gerenciamento e intermediação na execução de serviços de hospedagem; locação de vans, carros, ônibus, carteira para transporte de equipamentos esportivos e micro-ônibus; gerenciamento e intermediação dos serviços de alimentação junto aos hotéis contratados ou a terceiros; demais serviços correlacionados e compreendidos no mesmo ramo de atividades, descrito no objeto do contrato, aditivo e seus anexos; A rescisão se deu a partir do dia 06 de outubro de 2.020; Assinatura: 05/10/2020.

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADA: FANTASTIC TRAVEL VIAGENS E TURISMO EIRELI - EPP, CNPJ: 28.016.017/0001-56; Processo 0395/20; Contrato nº 37/CPB/2020; Objeto: contratação de reserva, emissão, marcação e remarcação de bilhetes aéreos, intermediação de serviços de hospedagem para o período de 10/10/2020 a 17/12/2020, para atendimento das necessidades do Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB; Valor: Pelo fornecimento do objeto deste contrato a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 1.00 (um real), por emissão e remarcação de bilhetes aéreos, aquaviários e terrestres, e o percentual de 2% (dois por cento), por serviço contratado para o gerenciamento e intermediação dos serviços de seguro, viagem e hospedagem. Vigência: Até 17/12/20; Assinatura: 26/10/2020.

## CONSÓRCIO GPEXPAN

## AVISO DE LICITAÇÃO Nº LIC-GPX.2020.022

O Consórcio GPEXPAN torna pública que, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletrobras, realizará licitação Nº LIC-GPX.2020.022 para contratação de empresa especializada em engenharia e construção para prestação de Serviços de Manutenção das Vias de Acesso dos Parques Eólicos de todas as "Sociedades de Propósito Específico - SPEs", pertencentes do Grupo GPEXPAN (ACAUÁ ENERGIA S.A., ANGICAL 2 ENERGIA S.A., ARAPAPÁ ENERGIA S.A., CAIITU 2 ENERGIA S.A., CAIITU 3 ENERGIA S.A., CARCARÁ ENERGIA S.A., COQUEIRINHO 2 ENERGIA S.A., CORRUPUÍ 3 ENERGIA S.A., PAPAGAIO ENERGIA S.A., TAMANDUÁ MIRIM 2 ENERGIA S.A. e TEIÚ 2 ENERGIA S.A.), localizadas no Estado da Bahia. Abertura das propostas às 15h00 do dia 26/11/2020; obtenção do Edital e seus anexos gratuitamente através dos endereços eletrônicos [www.gpexpan.com.br](http://www.gpexpan.com.br), e-mail: [contratos@gpexpan.com.br](mailto:contratos@gpexpan.com.br). Esclareçamos que os horários para abertura das propostas, especificados neste Aviso de Licitação, correspondem ao horário do Recife.

Recife, 4 de novembro de 2020.  
SANDRO INÁCIO CARNEIRO DA CRUZ  
Diretor

## AVISO DE LICITAÇÃO Nº LIC-GPX.2020.023

O Consórcio GPEXPAN torna pública que, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletrobras, realizará licitação Nº LIC-GPX.2020.023 para contratação de empresa especializada em engenharia para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS TORRES DE MEDIÇÕES CLIMATOLÓGICA E ANEMOMÉTRICA dos Parques Eólicos de todas as "Sociedades de Propósito Específico - SPEs", pertencentes do Grupo GPEXPAN (ACAUÁ ENERGIA S.A., ANGICAL 2 ENERGIA S.A., ARAPAPÁ ENERGIA S.A., CAIITU 2 ENERGIA S.A., CAIITU 3 ENERGIA S.A., CARCARÁ ENERGIA S.A., COQUEIRINHO 2 ENERGIA S.A., CORRUPUÍ 3 ENERGIA S.A., PAPAGAIO ENERGIA S.A., TAMANDUÁ MIRIM 2 ENERGIA S.A. e TEIÚ 2 ENERGIA S.A.), localizadas no Estado da Bahia. Abertura das propostas às 15h00 do dia 01/12/2020; obtenção do Edital e seus anexos gratuitamente através dos endereços eletrônicos [www.gpexpan.com.br](http://www.gpexpan.com.br), e-mail: [contratos@gpexpan.com.br](mailto:contratos@gpexpan.com.br). Esclareçamos que os horários para abertura das propostas, especificados neste Aviso de Licitação, correspondem ao horário do Recife.

Recife, 4 de novembro de 2020.  
SANDRO INÁCIO CARNEIRO DA CRUZ  
Diretor

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE

## AVISO

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2020 -

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - CIMAMS - torna pública - o acolhimento quanto a Impugnação apresentada pela empresa TICKET LOG - TICKET SOLUÇÕES HDGT S/A DANDO-LHE PROVIMENTO, referente ao Processo 042/2020, Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 013/2020, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E ADMINISTRAÇÃO VIA SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, COM ACESSO POR MEIO DE CARTÃO MAGNÉTICO OU LOGIN COM SENHA/REDE, VIA INTERNET, ATRAVÉS DE REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, EM TODO O ESTADO DE MINAS GERAIS PARA OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE - CIMAMS; A nova data da sessão passa a ser às 09:15hrs do dia 19 de novembro de 2020. Informações pelos fones: (38) 3221-0841 ou (38) 9 9970-3832, e-mail: [licitacao@cimams.mg.gov.br](mailto:licitacao@cimams.mg.gov.br), ou pelos sites: [www.cimams.mg.gov.br](http://www.cimams.mg.gov.br) e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

ALISSON RAFAEL ALVES SANTOS  
Pregoeiro

AVISO DE SUSPENSÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2020

Folha nº 338

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2020 - PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2020 -

O CIMAMS - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - torna pública - A SUSPENSÃO do Processo Licitação nº 043/2020, Pregão Presencial por Registro de Preços nº 008/2020, cujo objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (SOB LICENÇA GENERAL PUBLIC LICENSE - GPL), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO - SPB ([WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR](http://WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR)) PARA UTILIZAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSÓRCIADOS AO CIMAMS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NECESSIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS. Informações pelo fone: (38) 3221-0841 ou (38) 9 9970-3832, site: [www.cimams.mg.gov.br](http://www.cimams.mg.gov.br), e-mail: [licitacao@cimams.mg.gov.br](mailto:licitacao@cimams.mg.gov.br)

THAMARA ALMEIDA VELOSO  
Pregoeira

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ

AVISO DE ANULAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2020

Processo Licitação nº 36/2020- Pregão

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA, por intermédio de sua Pregoeira Informa ANULAÇÃO da fase de lances da presente licitação, em virtude da inconsistência junto ao Sistema do LICITAÇÕES-E, referente ao pregão eletrônico nº 09/2020 ID nº 840324 conforme fundamentação e decisão exarada no bojo do processo administrativo nº 536/2020, bem como CONVOCA as empresas interessadas do Pregão em epígrafe para participarem de nova rodada de lances, a ser realizada no dia 17/11/2020 às 10:00hrs cujo ID nº 843388 será o ativo, referente ao pregão. O prazo inicial para envio das propostas será no dia 05/11/2020 às 10:00hrs. ENDEREÇO: [www.cislipalitoral.com.br](http://www.cislipalitoral.com.br) (Portal da Transparência - Licitações) e <https://www.licitacoes-e.com.br/999/>. O procedimento licitatório está adstrito às seguintes normas de regência: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar Federal nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, com aplicação subsidiária na Lei nº 8.666/93. Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Pregoeira por meio do endereço: Rua Manoel Correa, 1948, Palmital, Paranaguá, PR, no horário das 09:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou pelo telefone n. (41) 3425-6125 e/ou e-mail [licitacao@cislipalitoral.com.br](mailto:licitacao@cislipalitoral.com.br) e [marilete.silva@paranaguap.pr.gov.br](mailto:marilete.silva@paranaguap.pr.gov.br).

MARILETE RODRIGUES DA SILVA ROSARIO

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 ID 843442

Processo Licitação nº 38/2020 - Registro de Preços nº 06/2020.

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 13.681.884/0001-39, através do pregoeiro (Portaria nº 79/2019) torna pública para ciência dos interessados o objeto: Registro de Preços, visando à "Contratação de empresa especializada no fornecimento de COMBUSTÍVEL - (DIESEL S10 E GASOLINA), para abastecimento da frota de veículos pertencentes ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA/SAMU". ABERTURA DA SESSÃO: 19/11/2020 às 10:00 hrs. Tipo: Menor preço por lote; Valor estimado: R\$ 154.565,00 (Cento e Cinquenta e Quatro Mil, Quinhentos e Sessenta e Cinco Reais). O procedimento licitatório está adstrito às seguintes normas de regência: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 Decreto Federal nº 10.024/2019, com aplicação subsidiária na Lei nº 8.666/93. O edital completo encontra-se a disposição dos interessados, na subseção do CISLIPA, localizado na Rua Manoel Correa, nº1948, bairro Palmital, cidade de Paranaguá-PR, via e-mail [licitacao@cislipalitoral.com.br](mailto:licitacao@cislipalitoral.com.br) e no site [www.cislipalitoral.com.br](http://www.cislipalitoral.com.br) (Portal da Transparência - Licitações) e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

JEAN ANDRÉ NASCIMENTO  
Pregoeiro

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VERDE CISVERDE

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 58/2020, formalizado entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde Verde - Cis-Verde, CNPJ 02.034.350/0001-02 e a empresa Labor Med Aparelhagem de Precisão LTDA, CNPJ 32.150.633/0004-15. Objeto: Aquisição de sistema de vídeo endoscopia flexível, composto por uma processadora de imagens, uma fonte de luz, um monitor, um vídeo colonoscópio e acessórios. Recursos Financeiros: Convênio Nº 848875/2017 - Ministério da Saúde-Fundo Nacional de Saúde. TERMO ADITIVO PARA RETIFICAÇÃO DO VALOR DE AQUISIÇÃO. Retificação do Valor: R\$ 253.472,00 (duzentos e cinquenta e três mil quatrocentos e setenta e dois reais), com valor global máximo pelo objeto Adjudicado. Vigência: 21/09/2020 a 21/09/2027. Signatários: Contratante - Mana Aparceia Magalhães Bitano, CPF: 427.556.206-25 - Presidente do Cis Verde, Contratada - Edilene de Melo Nunes Guiraudelli, CPF: 094.156.827-01 - Representante da Empresa Contratada.

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO SUL DO ESTADO DE ALAGOAS - CONSUL

AVISO DE RETIFICAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020

## Repetição

Registro de Preços, Tipo: Menor Preço por Item; Objeto: MATERIAIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS - CORRELATOS;

Onde lê-se: Recebimento das propostas a partir de 11h do dia 29/10/2020 até às 10h45min do dia 12/11/2020; Abertura das propostas no dia 12/11/2020 às 10h45min; Início da sessão de disputa de preços no dia 12/11/2020 às 11h.

Lê-se: Data da disputa: Recebimento das propostas a partir das 11h do dia 29/10/2020 até às 10h45min do dia 17/11/2020; Abertura das propostas no dia 17/11/2020 às 10h45min; Início da sessão de disputa de preços no dia 17/11/2020 às 11h; tal como, inserção de subitens 10.11.2. e 10.11.3. Site: [licitacoes-e.com.br](http://licitacoes-e.com.br)

Informações: fone (82) 3022-2067, no endereço: Avenida Dr. Paulo Falcão, 1.143 - Bairro Jatiúca - Maceió/AL, CEP. 57035-390, no horário das 8 horas às 18 horas e das 14 horas às 17 horas ou através do e-mail [marceloernesto@consul.com.br](mailto:marceloernesto@consul.com.br).

Maceió-AL, 4 de novembro de 2020.  
MARCELO VIRGÍNIO ERNESTO BEZERRA FILHO  
Pregoeiro

